



**FACULDADE DE INHUMAS – FACMAIS
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO**

MARIA DO AMPARO MENDES DA SILVA

**DISCURSOS DE PESQUISADORES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL
NO BRASIL DE 2000 A 2020**

INHUMAS - GO

2022

MARIA DO AMPARO MENDES DA SILVA

**DISCURSOS DE PESQUISADORES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL
NO BRASIL DE 2000 A 2020**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado acadêmico, - da Faculdade de Inhumas – FACMAIS como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Cultura, Teorias e Processos Pedagógicos.

Orientadora: Profa. Dra. Elianda Figueiredo Arantes Tiballi.

INHUMAS - GO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BIBLIOTECA CORA CORALINA - FacMais

S586d

SILVA, Maria do Amparo Mendes da
DISCURSOS DE PESQUISADORES SOBRE A EDUCAÇÃO
ESPECIAL NO BRASIL DE 2000 A 2020. Maria do Amparo Mendes da
Silva. – Inhumas: FacMais, 2022.

177 p.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Educação Superior de Inhumas -
FacMais, Mestrado em Educação, 2022.

“Orientação: Dra. Elianda Figueiredo Arantes Tiballi.”

1. Educação Especial; 2. Educação Inclusiva; 3. Estado do
conhecimento; 4. Pessoa com deficiência; 5. Escola de qualidade para todos. I.
Título.

CDU: 37

MARIA DO AMPARO MENDES DA SILVA

**DISCURSOS DE PESQUISADORES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL
DE 2000 A 2020**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado acadêmico, da Faculdade de Inhumas – FACMAIS como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Professora Dra Elianda Figueiredo Arantes Tiballi.

Data da defesa: 23 de agosto de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elianda Figueiredo Arantes Tiballi (Presidente)

Profa. Dra. Selma Regina Gomes – FACMAIS/GO

Profa. Dra. Edna Misseno Pires – UFG/GO

Dedico esta dissertação à minha amada filha, Keloane, minha companheira de jornada. Pessoa que me incentiva continuar estudando e pesquisando, sempre acreditando em mim e contribuindo para o meu crescimento acadêmico.

À minha mestra e orientadora: Prof^ª Dr^ª Elianda Figueiredo Arantes Tiballi que me apresentou ao mundo da pesquisa.

E, a todos os alunos com deficiência que tive a oportunidade de ensiná-los e ao mesmo tempo aprender com eles durante a minha trajetória profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e depois à minha filha por sempre me ajudar a prosseguir em meus estudos, pela compreensão em relação ao tempo dedicado às leituras e a escrita, pelo incentivo e amor nessa longa jornada.

À querida Profa. Dra. Elianda Figueiredo Arantes Tiballi que me orientou durante todo o processo de descoberta, orientação e organização dessa dissertação.

A todos os professores do Programa de Mestrado em Educação (PPGE) da FacMais com os quais tive a honra de conviver e construir conhecimentos.

Às minhas grandes amigas e primas Cida, Elsa e Luzilene pelo o apoio e as palavras de incentivo, sempre me encorajando na realização deste sonho.

À minha cachorrinha Cristal, que mesmo sendo do reino animal, faz parte da minha família, me envolvendo de amor, alegria e motivação.

Por último e não menos importante, todos que acreditaram em minhas possibilidades e contribuíram para o crescimento desta pesquisa e desta etapa em minha vida.

SILVA, Maria do Amparo Mendes da. **Discursos de pesquisadores sobre a Educação Especial no Brasil de 2000 a 2020**. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Inhumas, Inhumas-GO, 2022.

RESUMO

Este estudo sobre *Discursos de pesquisadores sobre a Educação Especial no Brasil de 2000 a 2020* tem por objetivo apresentar uma análise temática e teórica dos trabalhos que discutem a Educação Especial. A partir do Estado do Conhecimento, a investigação utiliza a pesquisa bibliográfica na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações-BDTD e realiza balanços e análises de 80 trabalhos sendo de teses e dissertações. Importante considerar a BDTD e o aporte teórico que subsidia o caminho metodológico para a realização da pesquisa traz autores como: Vygotsky (1997); Mantoan (2003); Freire (1999); Marques (2006); Tiballi (2003, 2016) entre outros. E, ainda os documentos legais tais como: Unesco (1990, 1996); Brasil (1988, 1990, 1994, 1996 e 1997), entre diversos outros. Como objetivos específicos teve-se: a) Apresentar produções científicas pertencentes aos gêneros textuais teses e dissertações sobre a EE; b) Realizar um balanço do que dizem os pesquisadores sobre a EE no âmbito da escola, entre os anos de 2000 a 2020 no Brasil; c) Elencar os autores que mais aparecem nos trabalhos investigados explicitando os seus discursos em relação ao tema em perspectiva. Nas análises dos trabalhos aparecem cinco categorias que são estudadas a saber: Percurso escolar de alunos com deficiência na classe comum; Políticas Públicas da Educação Especial; Formação de professores; Empoderamento e Práticas pedagógicas. Os autores que mais subsidiaram com maior número de incidência as pesquisas investigadas foram: Bueno (1993); Mendes (2006), Saviani (2011) e Prieto (2006). Quanto a organização o trabalho discute no primeiro capítulo: o processo histórico da Educação Especial/inclusiva no Brasil, no segundo: o Estado do Conhecimento sobre a Educação Especial: balanço e análise de teses e dissertações e no terceiro capítulo o balanço das principais referências teóricas indicadas nos trabalhos localizados e analisados. Conclui-se que os estudos aqui considerados trazem o desafio de refletir sobre como a pessoa com deficiência aprende, considerando os processos cognitivos, emocionais, orgânicos, familiares, sociais, culturais e pedagógicos que determinam a condição do sujeito que aprende. Daí a importância de metodologias diferenciadas e formação continuada para que a escola possa ensinar de fato a todos os sujeitos, levando em conta a responsabilidade dos envolvidos e a implementação das políticas públicas já existentes, realizando formações necessárias para dar maior suporte aos profissionais, bem como obter melhores recursos que possam auxiliar a instituição escolar no atendimento dos alunos, com práticas pedagógicas criativas e efetivas para qualificar o público da Educação Especial.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Inclusiva. Estado do conhecimento. Pessoa com deficiência. Escola de qualidade para todos.

ABSTRACT

This study about Discourses by researchers on Special Education in Brazil, from 2000 to 2020, aims to present a thematic and theory analysis of works that discuss special education. Based on the state of knowledge, the investigation uses the bibliographic research in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and carries out balances and analyzes of 80 thesis and dissertations. It is important to consider the digital library used and the theoretical contribution that subsidizes the methodological path for carrying out the research brings authors such as: Vygotsky (1997); Mantoan (2003); Freire (1999); Marques (2006) Tiballi (2003, 2016) among others. And, still the legal documents such as: Unesco (1990, 1996); Brazil (1988, 1990, 1994, 1996 and 1997), among many others. The specific objectives were: a) To present scientific productions belonging to the textual genres theses and dissertations on EE; b) Take stock of what researchers say about EE within the school, between the years 2000 to 2020 in Brazil; c) List the authors that appear most in the investigated works, explaining their speeches in relation to the theme in perspective. In the analysis of the works, five categories appear that are studied, namely: School trajectory of students with disabilities in the common class; Public Policies for Special Education; Teacher training; Empowerment and Pedagogical Practices. The authors that most subsidized the investigated researches with the highest number of incidences were the authors: Bueno (1993); Mendes (2006), Saviani (2011) and Prieto (2006). As for the organization, the work discusses in the first chapter: the historical process of special/inclusive education in Brazil, in the second: the state of knowledge about special education: balance and analysis of theses and dissertations and in the third chapter the balance of the main theoretical references indicated in the works located and analysed. Was concluded that the studies considered bring the challenge of reflecting on how people with disabilities learn, considering the cognitive, emotional, organic, family, social, cultural and pedagogical processes that determine the condition of the subject who learns. Hence the importance of differentiated methodologies and continuing education so that the school can actually teach all subjects, taking into account the responsibility of those involved and the implementation of existing public policies, carrying out the necessary training to give greater support to professionals, as well as obtain better resources that can assist the school institution in serving students, with creative and effective pedagogical practices to stimulate the learning of the Special Education public.

Keywords: Special Education. Inclusive Education. State of knowledge. Disabled person. Quality school for everyone.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Demonstrativo dos trabalhos a serem analisados	45
Gráfico 2 – Delimitação do tema.....	46
Gráfico 3 – Percentual do levantamento por universidades	47
Gráfico 4 – Temáticas encontradas nas teses e dissertações	50
Gráfico 5 – Percentual do levantamento das categorias encontradas	51
Gráfico 6 – Autores que mais comparecem nas teses e dissertações	76
Gráfico 7 – Autores que comparecem mais de 80 vezes nas teses e dissertações.....	77
Gráfico 8 – Categorias com o quantitativo da fundamentação em Bueno	94
Gráfico 9 – Categorias com o quantitativo da fundamentação em Mendes	95
Gráfico 10 – Categorias com o quantitativo da fundamentação em Saviani.....	96
Gráfico 11 – Categorias com o quantitativo da fundamentação em Prieto	97
Gráfico 12 – Categorias com o quantitativo Bueno, Mendes, Saviani e Prieto	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantidades de Teses de Dissertações por ano (2000-2020)	49
Quadro 2 – Autor e a obra que aparece em 1º lugar nas obras pesquisadas (2000- 2020).....	81
Quadro 3 – Autor e a obra que aparece em 2º lugar nas obras pesquisadas (2000-2020).....	85
Quadro 4 – Autor e a obra que aparece em 3º lugar nas obras pesquisadas (2000-2020).....	88
Quadro 5 – Autor e a obra que aparece em 4º lugar nas obras pesquisadas (2000- 2020).....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Teses e Dissertações por universidades pesquisadas.....	47
Tabela 2 – Teses por universidades pesquisadas.....	48
Tabela 3 – Dissertações por universidades pesquisadas.....	49
Tabela 4 – Teses de Dissertações agrupadas por categorias	50
Tabela 5 – Quantitativo de teses e dissertações agrupadas por categorias.....	52
Tabela 6 – Autores que comparecem mais de 80 vezes nas teses e dissertações	76
Tabela 7 – Autores e obras que mais comparecem nas teses e dissertações (2000-2020)	78

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
AH/SD	Alta Habilidade/Superdotação
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APDH	Atendimento Pedagógico Hospitalar/Domiciliar
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BRAILE	Língua Brasileira de Sinais
CEB	Câmara da Educação Básica
CENESP	Diretrizes Básicas para Ação do Centro Nacional de Educação Especial.
CF	Constituição Federal
CMEIS	Centros Municipais de Educação Infantil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
DI	Deficiência Intelectual
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EE	Educação Especial
EI	Educação Infantil
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBCT	Instituto Brasileiro de Ciências e Tecnologia
IES	Instituto do Ensino Superior
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCTI	Ministério de Ciências tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NAAH/S	Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação
NAEH	Núcleo de Atendimento Educacional Hospitalar
NE	Necessidades Especiais
NEE	Necessidades Educacionais Especiais

OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações
PAAI	Professora de Acompanhamento e Apoio à Inclusão
PAEE	Público Alvo da Educação Especial
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEDE	Professores de Educação Básica Especial
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUC/GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SEESP	Política Nacional de Educação Especial
SRM	Sala de Recursos Multifuncionais
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TGD	Transtorno Global do Desenvolvimento
TICS	Tecnologia da Informação e da Comunicação
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA NO BRASIL	21
1.1 Marcos fundamentais da Educação Especial no Brasil e suas especificidades	21
1.2 Educação de qualidade para todos da Educação Especial/Inclusiva	34
1.3 Reflexão sobre a Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar	38
CAPÍTULO II - O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL: BALANÇO E ANÁLISE DE TESES E DISSERTAÇÕES	43
2.1 Balanço das teses e dissertações investigados nos programas de educação na BDTD	44
2.2 O que dizem os pesquisadores sobre a Educação Especial	52
2.2.1 Empoderamento	52
2.2.2 Percurso escolar de alunos com deficiência na classe comum	55
2.2.3 Práticas Pedagógicas	59
2.2.4 Formação de professores.....	64
2.2.5 Políticas Públicas da Educação Especial.....	68
CAPÍTULO III - BALANÇO DAS PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEÓRICAS INDICADAS NOS TRABALHOS LOCALIZADOS E ANALISADOS	75
3.1 Descrição dos dados localizados e analisados	75
3.2 Critérios de seleção dos autores citados	77
3.3 As categorias mais abordadas nos 80 trabalhos localizados.	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	1043
ANEXOS	118

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, cujo título é *Discursos de pesquisadores sobre a Educação Especial no Brasil de 2000 a 2020*, teve o propósito analisar os discursos educacional sobre a Educação Especial (EE) tendo como ponto de articulação principal um enfoque voltado a atuação de docentes. Isto foi efetivado a partir de um balanço bibliográfico de teses e dissertações que envolvem esta temática. Deste modo, teve-se uma análise com a qual se estabeleceu a delimitação especificamente relacionada ao fazer docente no cerne da Educação Especial como forma de promover inclusão escolar de alunos com algum tipo de deficiência.

A partir de um pré-levantamento bibliográfico realizado durante a construção do projeto de pesquisa - com a finalidade de delimitar o objeto da investigação - constatou-se que a Educação Especial (EE) consta como uma temática de pesquisa bastante recorrente nos últimos 20 anos, embora já se saiba que são escassas as orientações teóricas e metodológicas que subsidiam o EE no âmbito escolar. A delimitação da temática assumida, também levou em consideração que dentre os 604 trabalhos pertinentes aos gêneros textuais tese e dissertações que traziam a perspectiva da inclusão no campo da educação escolar apenas 80 estavam diretamente relacionadas à atuação docente no sentido de apresentar tal trabalho como meio de efetivação da própria Educação Especial.

Desta forma, percebendo que existe um grande desafio para a EE ainda presente nos tempos atuais, em relação à implementação dessa modalidade de ensino no ambiente escolar, bem como em relação a uma compreensão mais ampla da natureza da Educação Especial a partir das práticas educativas escolares, das concepções teóricas e metodológicas e das políticas educacionais que permeiam essa prática, é que, se justifica a relevância desta investigação. Por isso, fez necessário estabelecer critérios para delimitação que levassem em conta que a Educação Especial traz em suma potencialidades que podem promover e fomentar a inclusão a partir das práxis, assim como pela organização e aplicação do trabalho pedagógico, o que implica em abranger a atuação dos profissionais docentes.

Essas preocupações orientam as questões que se configuram como eixo condutor desta pesquisa sendo assim: O que falam os pesquisadores sobre a Educação Especial no Brasil no período de 2000 a 2020? Quais são as produções científicas que fundamentam a Educação Especial no ambiente escolar? Quais temáticas são mais frequentes nesta produção? O que falam os autores que mais aparecem nos trabalhos investigados?

Diante de tais inquietações foi possível definir o objetivo geral deste estudo que é analisar os *Discursos de pesquisadores sobre a Educação Especial no Brasil de 2000 a 2020*.

Deste objetivo geral decorrem os objetivos específicos desta pesquisa que por sua vez são: 1) Apresentar produções científicas pertencentes aos gêneros textuais teses e dissertações sobre a EE; 2) Realizar um balanço do que dizem os pesquisadores sobre a EE no âmbito da escola, entre os anos de 2000 a 2020 no Brasil; e 3) Elencar os autores que mais aparecem nos trabalhos investigados explicitando os seus discursos em relação ao tema em perspectiva.

A escolha da metodologia adotada nesta pesquisa se deu em função dos objetivos e do objeto a ser investigado. E esta é uma tarefa complexa colocada ao pesquisador que, como ressalta Deslandes (1994), mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem usados, indica também as opções teórica e metodológica do pesquisador. Assim, esta é uma pesquisa bibliográfica realizada com a metodologia do “Estado do Conhecimento”.

Este trabalho está definido como “Estado do Conhecimento”, uma vez que os trabalhos analisados são as dissertações de mestrado e teses de doutorado, não considerando outros tipos de produções acadêmicas.

A delimitação do período se dá por considerar o início dos estudos da pesquisadora responsável pela realização do estudo no ano de 2021 com a entrada no Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* (Mestrado Acadêmico), levando em conta as duas décadas que antecedem essa data com sua experiência e atuação na área da EE na educação básica. Cabe mencionar que a pesquisadora atua como docente na área de Educação Especial desde o ano de 1992, tendo assim vivenciado variadas transformações e mudanças que ocorrem nos cenários escolares, políticos e pedagógicos relativos a tal modalidade educativa.

Também, levou-se em consideração para instaurar o critério de delimitação da periodicidade da produção dos trabalhos analisados o fato de que se percebe que a partir da validação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) em 1996 a produção acadêmica sobre o tema em evidência foi ganhando mais visibilidade. Ao se estabelecer 20 anos de produções de dissertações e teses ainda se buscou considerar que os avanços na legislação e a maior notoriedade dos movimentos sociais em defesa da pessoa com deficiência e seus direitos educacionais viabilizaram o surgimento de estudos especificamente relativos à temática abordada.

Justifica-se ainda, esse recorte temporal levando em conta que em dezembro de 1999, tem-se o Decreto nº 3.298 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que define a EE como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. E, o marco histórico da pesquisa com início no ano 2000, traz uma nova perspectiva e o prenúncio da chegada do século XXI com a possibilidade de

avanços no atendimento às pessoas com deficiência em decorrência das novas mudanças nas legislações associadas ao destaque que o tema da inclusão recebe a partir de então.

Posteriormente, a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação e Câmara Brasileira de Educação CNE/CEB (2001) propõe que o sistema de ensino deve matricular todos os alunos, cabendo às escolas a adequação das pessoas com deficiência e, ainda assegurar a qualidade desse ensino, em que o pano de fundo da pesquisa é norteador pelo momento histórico da criação do Plano Nacional de Educação (PNE) (2001) que destaca a importância e avanço para a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana.

Sendo assim, o recorte temporal possibilita o avanço da temática com o Estado do Conhecimento trazendo sentido e significado entremeados à experiência e atuação da pesquisadora responsável pela produção do presente estudo.

Assim, a metodologia desta pesquisa consistiu no Estado do Conhecimento sobre a EE em ambiente escolar, resumindo, categorizando e analisando as produções das teses e dissertações produzidas de 2000 a 2020, em quatro Universidades: Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal de Goiás (UFG); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO) escolhidas por serem referência nacional de publicação de trabalhos acadêmicos. Duas dessas universidades são do Estado de São Paulo e duas do Estado de Goiás, sendo duas universidades públicas e outras duas privadas em cada um dos dois estados.

O levantamento das teses de doutorado e dissertações de mestrado de programas de educação das universidades mencionadas, utilizando a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Ciências e Tecnologia, do Ministério de Ciências, tecnologia e Inovação, - BDTD/IBCT/MCTI foram a partir dos descritores: Políticas públicas da Educação Especial, Educação Especial, inclusão.

Com este levantamento foram identificados um total de 3.095 trabalhos, para em seguida, após a análise, delimitar 604 trabalhos que tratavam especificamente da temática da Educação Especial. Assim, para chegar ao objetivo proposto foi necessário descartar cerca de 2.491 teses e dissertações que não coadunam com a temática proposta para esta pesquisa.

Finalmente foram delimitados 80 trabalhos pertencentes aos gêneros textuais, sendo 19 teses e 61 dissertações, localizados na BDTD - nos programas de pós-graduação em educação das quatro Universidades, com o foco específico na EE em escolas da educação básica no Brasil.

A definição do universo desta pesquisa ocorreu a partir de dados quantitativos e qualitativos coletados especificamente para esta pesquisa em forma de fichamento, análise e balanço das leituras. Para leituras e análise dos trabalhos localizados, foram utilizadas fichas de levantamento bibliográfico que auxiliaram na categorização de palavras-chave que, por sua vez, classificaram as pesquisas e permitiram as análises que se materializaram nesta dissertação.

Desta forma, foram analisadas nas produções, por meio de uma leitura exploratória, o título, o resumo do texto e as palavras-chave. Em muitos dos textos, a leitura foi um pouco mais aprofundada, como os que tiveram uma incidência maior dos autores que apareceram nos trabalhos e os fundamentos que eles utilizaram desses autores que foram mais recorrentes.

A partir da seleção das produções científicas, foram criadas as categorias de trabalho identificadas ao longo do percurso da investigação. São elas: A) Percurso escolar de alunos com deficiência na classe comum; B) Políticas Públicas da Educação Especial; C) Formação de professores; D) Empoderamento e, E) Práticas pedagógicas. Foram também observadas as referências bibliográficas de todos os textos, no intuito de se descobrir a orientação teórica que predomina no discurso pedagógico assumida nas teses e dissertações investigadas.

As análises dos trabalhos foram utilizadas como instrumento metodológico para a interpretação dos dados, tendo em vista que a mesma tem por objetivo realizar a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, recorrendo a indicadores quantitativos ou não. Assim, foram realizadas operações de classificação, comparação e análise como recursos auxiliares para a identificação dos dados que serão assimilados no processo de leitura com vistas à realização de uma análise interpretativa. Assim, por meio de reflexões e argumentações buscou-se por em relevo os principais pontos que denotam o discurso sobre a Educação Especial no bojo de perspectivas inclusivas nos trabalhos selecionados.

Esta pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo traz, ainda, a discussão de autores como: Vygotsky (1997), Freire (1999), Marques (2006), Tiballi (2003; 2016), dentre outros que trabalham com o tema em destaque. Ainda cabe mencionar que a fundamentação teórica contou com análises e referenciação de documentos legais, trazendo diversos subsídios que embasam as políticas de inclusão no sentido de fundamentar as análises da pesquisa realizada. Os documentos assim como as teorizações dos autores mencionados foram fundamentais para o processo de análise das dissertações e teses.

Dada a efetivação da análise, teve-se o levantamento dos autores que mais aparecem nos trabalhos do Estado do Conhecimento das teses e dissertações com um número acima de 80 vezes de recorrência. São eles: Bueno (1990, 1993 e 2004); Mendes (1995, 2001, 2002,

2003, 2006, 2007, 2009, 2010, 2011 e 2012), Saviani (2000 e 2006); e Prieto (1991, 1991b, 2003, 2005, 2013, 2013b), obras citadas dentro dos trabalhos pesquisados.

Outro procedimento adotado para compor este estudo investigativo sobre o Estado do Conhecimento da pesquisa educacional sobre a Educação Especial no Brasil, foi o levantamento temático das teses e dissertações analisadas de acordo com a metodologia.

A metodologia é um caminho importante para a pesquisa. E, ainda de acordo com Marques (2006)

Necessita, sim, o pesquisador de sua própria bússola e de saber o que procura. Não do saber as respostas, mas do saber perguntar ao que lhe vier pela frente, na perspectiva do tema-centro de seu desejo de mais e melhor saber e sob o contínuo acicate e a inspiração da hipótese-guia de seus passos (MARQUES, 2006, p. 117).

Assim, a análise temática é extremamente relevante para a pesquisa que pretende compreender a produção do conhecimento sobre um tema específico.

Foi realizado, ainda, um balanço analítico das ideias centrais das obras dos autores identificados com mais de 80 citações nos trabalhos analisados.

Assim, comparando o pesquisador como arquiteto, o mundo é a casa em que os seres humanos vivendo nela, precisam estar circulando em todos os aposentos dessa casa para se viver com qualidade. Dessa forma, a temática exige um olhar ampliado mundialmente de todas as partes que envolvem o processo de inclusão escolar para dar conta de entender a realidade local.

O trabalho efetivado traz a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa em que são discutidas as leis que mobilizam e subsidiam na luta para implementação do processo de inclusão nas escolas públicas brasileiras.

Ainda de acordo com Marques (2006):

A precisa referência da citação à bibliografia lhe confere sua autenticidade e fidelidade e a autenticidade do autor, agente regulador da escritura. O reconhecimento e certificação social do autor assim se cumpre ao reconhecer ele suas dívidas. Ao leitor oferece a bibliografia pistas de identificação com o autor num território mapeado e a ambos acessível. A ela recorre logo de início o leitor à busca de ajuizar sobre o valor do texto que lhe chega às mãos à base do princípio do “dize-me com quem andas que te direi quem és” (MARQUES, 2006, p. 120).

Para tanto, são diversos autores que participam da discussão, bem como os documentos legais e normativos relativos ao objeto de estudo, trazendo uma abordagem

histórica do processo de inclusão no Brasil, que também é subsidiado pelas políticas mundiais sobre a temática.

Entende-se que o percurso metodológico é um caminho importante para a pesquisa. E de acordo com Marques (2006):

[...] o índice temático oportuniza leituras transversais da pesquisa, a percepção dos principais temas abordados e a recorrência deles, isto é, a pluralidade de lugares e pontos de vista em que cada tema foi trabalhado e sem o que dificilmente se cumpre o reescrever/repetir com que se costura a pesquisa (MARQUES, 2006, p. 121).

Entende-se que a educação escolar vivenciada na atualidade do Século XXI pouco avançou desde a implementação da inclusão nos espaços escolares e essa análise propõe refletir sobre a perspectiva da inclusão escolar mais centrado no público-alvo da Educação Especial e comorbidades, entendendo que os educandos que necessitam ser incluídos passam por discriminações étnica, política, cultural, religiosa, econômica e social.

É relevante trazer à baila o fato de que embora a temática da Educação Especial não seja um fenômeno recente tendo sua trajetória grafada na história da educação no Brasil a partir de marcos históricos como a promulgação da Carta Magna da legislação a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a partir dos anos 2000 esta atingir maior visibilidade. Desta pesquisa levaram à produção do Estado do Conhecimento, resultando nesta dissertação intitulada *Discursos de Pesquisadores sobre a Educação Especial no Brasil de 2000 a 2020* estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo intitulado *Processo histórico da Educação Especial/inclusiva no Brasil* trata do processo que envolve a história da Educação Especial no Brasil, refletindo o que dizem os pesquisadores sobre essa modalidade educacional com base nas produções científicas sobre o movimento da oferta da educação para todos na perspectiva da inclusão escolar e ainda discutir os desafios e as possibilidades da inclusão escolar no Brasil subsidiados pelos documentos legais, na garantia do acesso, permanência e educação de qualidade para todos os indivíduos, visto que a escola pode contribuir com o ensino e apropriação da aprendizagem em benefício de uma sociedade justa para todos.

O segundo capítulo *O Estado do Conhecimento sobre a Educação Especial: balanço e análise de teses e dissertações* traz o tema envolvendo a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva que é bastante discutido e pesquisado na academia. Assim, esse capítulo trata da revisão bibliográfica das teses e dissertações da Educação Especial/inclusiva, com o recorte na Educação Especial. A pesquisa faz a reflexão dos trabalhos sobre a prática e

atuação dos professores que atuam no âmbito escolar em benefício da aprendizagem, cuja centralidade dos processos educativos estão nos alunos. Entende-se que os educandos precisam do acesso, permanência, educação de qualidade e, nessa direção será apresentada uma análise dos resultados do levantamento bibliográfico e o balanço das temáticas que subsidiam as práticas da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

E, ainda no segundo capítulo, a partir dos trabalhos do programa de educação da BDTD - foi realizada a análise para saber o que dizem os pesquisadores sobre a Educação Especial no Brasil no período de 2000 a 2020. A Educação Especial é um tema bastante explorado e a investigação realizada por meios dos trabalhos acadêmicos traz os desafios e as possibilidades de implementar as políticas que podem modificar a práxis dos Educandos com deficiência.

No terceiro capítulo *Balanço das principais referências teóricas indicadas nos trabalhos localizados e analisados* trata da revisão bibliográfica dos autores que mais apareceram nas teses e dissertações com o recorte na Educação Especial no âmbito escolar que desvelaram cinco categorias em 80 trabalhos pesquisados como foi visto no capítulo anterior. Acredita-se que os autores aqui apontados fazem a diferença para subsidiar a prática da escola em seu importante papel de atender a todos os educandos e, em especial, os que apresentam deficiência. Assim, após apresentar os autores, foram analisadas as categorias que mais sobressaem de acordo com a obra mais recorrente dos autores mais utilizados.

Por fim, foram revelados no trabalho a necessidade e os possíveis caminhos para enfrentar os desafios para o alcance de uma educação de qualidade para todos os alunos do sistema educacional da Educação Básica no Brasil.

CAPÍTULO I - PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA NO BRASIL

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

(BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS)

A epígrafe acima revela a importância do papel da educação em benefício do direito de oportunidade e aprendizagem para a formação política do sujeito com enfoque voltado à criticidade e autonomia. Este capítulo trata do processo que envolve a história da Educação Especial no Brasil, refletindo o que dizem os pesquisadores sobre essa modalidade educacional com base nas produções científicas sobre o movimento da oferta da educação para todos na perspectiva da inclusão escolar. O propósito deste capítulo foi de explicitar os desafios e as possibilidades da inclusão escolar no Brasil, considerando as leis que garante o acesso e a permanência em uma educação de qualidade para todos os indivíduos. visto que a escola pode contribuir com a o ensino e apropriação da aprendizagem em benefício de uma sociedade justa para todos.

1.1 Marcos fundamentais da Educação Especial no Brasil e suas especificidades

A Educação Especial (EE) é uma modalidade educacional que se diferencia pelo atendimento de pessoas com deficiências que nem sempre apresentou o mesmo modelo de aprendizagem ao longo de sua história de vida. Tal modalidade se configura como alvo de estudos e discussões em variadas dimensões, âmbitos e esferas. É importante ressaltar que as pessoas que compõem o público da modalidade em questão anteriormente eram denominadas como pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

De acordo com Ferreira (1994), na história do atendimento à pessoa com “Necessidades Educacionais Especiais” (NEE) no mundo ocidental, a Igreja teve um papel importante na no acolhimento de pessoas rejeitadas pelos seus familiares, porém em meados do século XVI, as questões sobre as diferenças deixaram de ser algo de preocupação somente da igreja. A partir daquele século as deficiências vistas como “portadoras” de problemas de saúde passaram a ser foco da medicina. Com isso, inicia-se a chamada fase de institucionalização no século XVII e meados do século XIX, onde as pessoas com deficiência eram segregadas e protegidas em instituições residenciais.

Itard, que viveu entre 1774 a 1838, passou a ser considerado o pai da Educação Especial quando, no início do século XIX, apresentou um estudo no qual desenvolveu experiências importantes na tentativa de educar um menino de doze anos chamado Victor, que possuía deficiência mental profunda e foi criado por lobos na floresta.

Essa história ficou conhecida como o caso do Selvagem de Aveyron. Itard foi reconhecido como o primeiro estudioso a usar um método sistematizado para ensinar deficientes, pois ele acreditava que a inteligência de seu aluno considerado “retardado” era educável. O retardo mental, denominado mais recentemente como deficiência intelectual (DI), é um transtorno neurológico que pode aparecer na infância e adolescência (MARIS *et al.*, 2013). A Organização Mundial de Saúde - OMS é criticada pela forma de classificação do retardo mental do indivíduo, ao propor a avaliação da inteligência humana, com base em três níveis: retardo mental leve, moderado, grave e profundo.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) que se encontra na quinta revisão, substituiu o termo por diagnóstico da Deficiência Intelectual, que pode ser diagnosticada, no início no período do desenvolvimento, como déficits funcionais tanto intelectuais quanto adaptativos nos domínios conceitual, social e prático (ASSUMPCÃO JUNIOR, 2014).

É importante lembrar que as perspectivas levantadas a partir dos estudos de Itard oferecem um ponto inicial como referência para os estudiosos que tentam estudar a dinâmica que envolve as pessoas que apresentam dificuldades de aprendizagem ao longo da vida (JANNUZZI, 1992).

Em meados do século XVI aconteceram algumas iniciativas de profissionais da área médica e alguns pedagogos que demonstravam preocupação com o descaso em relação à atenção às pessoas com deficiência que era atendida de forma assistencialista em asilos e manicômios.

A educação do deficiente foi incentivada e mobilizada no Brasil pela participação da sociedade civil e posteriormente houve o estabelecimento inicial da política inclusiva que promoveram mudanças no sistema educacional para que pudessem de fato serem efetivadas. (JANNUZZI, 2006).

Na época do Brasil Colônia, os deficientes não tinham nenhum tipo de atenção do poder público, viviam à margem da sociedade que somente aos poucos foi direcionando a atenção para a situação de total desprezo na qual essas pessoas viviam. A filantropia foi instituída antes que houvesse uma manifestação do poder público da época, vindo a acontecer

no final do século XIX com a criação das primeiras instituições governamentais para a educação de pessoas surdas e cegas.

O primeiro marco da EE ocorreu no período imperial. Em 1854, Dom Pedro II, influenciado pelo ministro do Império Couto Ferraz, que admirado com o trabalho do jovem cego de nascença José Álvares de Azevedo que educou com sucesso a filha do médico da família imperial Dr. Sigaud, criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Rio de Janeiro, hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant. José Álvares de Azevedo estudou na França, no Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, e foi o responsável por introduzir o ensino Sistema Braille no Brasil.

O Instituto Benjamin Constant (IBC) foi o primeiro educandário para cegos na América Latina e é a única Instituição Federal de ensino destinada a promover a educação das pessoas cegas e das portadoras de baixa visão no Brasil. Além de ter criado a primeira Imprensa Braille do País (1926), tem-se dedicado à capacitação de recursos humanos, a publicações científicas e à inserção de pessoas deficientes visuais no mercado de trabalho (BRUNO; MOTA, 2001, p. 27).

Assim, com o passar dos tempos, outros estados brasileiros investiram na educação para cegos através da criação de unidades de ensino voltadas para o atendimento deste público com forma específica.

Tal movimento histórico, de acordo com os autores supracitados, marcou definitivamente os avanços que a educação precisava ter em relação ao atendimento de pessoas que apresentavam determinada deficiência, sem que isso os tornem deficientes. As escolas especiais são as principais responsáveis pelos avanços da inclusão, ao aumentarem e difundirem essa modalidade educacional para todas as pessoas com "Necessidades Educacionais Especiais" fazerem parte do universo social como direito de todos os cidadãos.

Em 1857, D. Pedro II também criou o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos com a chegada do professor surdo Ernesto Hüet, que veio da França para o Brasil com os planos de fundar uma escola para surdos-mudos. Após um século, passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), na cidade do Rio de Janeiro (BRUNO; MOTA, 2001).

No ano 1874, no período imperial, iniciou-se o tratamento de deficientes mentais no hospital psiquiátrico da Bahia, o qual na atualidade tem o nome de Hospital Juliano Moreira. A Deficiência Mental ganha destaque nas políticas públicas a partir da Proclamação da República, mesmo porque acreditavam que esta deficiência pudesse implicar em problemas de saúde coletiva, porque era vista como um problema orgânico.

Assim, após alguns anos, por volta de 1930, surgiram várias instituições para cuidar da deficiência mental, em número bem superior aos das instituições voltadas para as outras deficiências. As primeiras entidades privadas surgiram em uma época marcada pela filantropia e o assistencialismo em nosso país.

Muitas instituições eram ligadas a ordens religiosas e voltadas para o atendimento das camadas sociais mais baixas, o que lhes concedia um caráter “filantrópico-assistencial, contribuindo para que a deficiência permanecesse no âmbito da caridade pública e impedindo, assim, que as suas necessidades se incorporassem no rol dos direitos de cidadania” (BUENO, 1993, p. 90). A educação ministrada aos deficientes pela igreja era inferior aos outros centros educacionais por não possuir tecnologias e recursos para um atendimento educacional de qualidade, uma vez que somente os ricos eram privilegiados.

Desde aquela época percebe-se um grande número de crianças consideradas “normais” que não conseguiam alcançar o sucesso na escola regular como ficou demonstrado no trabalho de Anísio Teixeira (1938) que relata ter recebido o encaminhamento de duas mil crianças por parte dos professores e diretores da rede pública com a queixa de debilidade mental e após os testes que aplicou confirmou o diagnóstico em apenas 10% das crianças pesquisadas - “As outras, embora anormalizadas pelo meio, geralmente causas familiares de alcoolismo, abandono, maus tratos, miséria etc, não necessitariam de separação do ensino comum, embora não prescindissem de atenção cuidadosa de seus mestres” (JANNUZZI, 1985, p. 63).

A história da EE no caso do Brasil, apresenta dois momentos: o primeiro, durante o Brasil Império, as pessoas com deficiências mais acentuadas, impedidas de realizar trabalhos braçais (agricultura ou serviços de casa) eram segregadas em instituições públicas. As demais conviviam com suas famílias e não se destacavam muito, uma vez que a sociedade, por ser rural, não exigia um grau muito elevado de desenvolvimento cognitivo; E no segundo momento, ao mesmo tempo em que surgia a necessidade de escolarização, a sociedade passa a conceber o deficiente como um indivíduo que, devido suas limitações, não podia conviver nos mesmos espaços sociais que os normais, portanto, deveria estudar em locais separados. Os indivíduos mais próximos da normalidade e que eram capazes de exercer as mesmas funções poderiam participar da sociedade.

A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. Essa problematização explicita os processos normativos de distinção dos

estudantes em razão de suas características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

Por meio do documento Marcos Político-Legais da Educação Especial historicamente a escola “[...] se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social” (BRASIL, 2007, p. 11).

Outro expoente da EE no Brasil foi Helena Antipoff (1892-1974), que estudou psicologia na França, na Universidade de Sorbonne, e quando chegou ao Brasil criou o Laboratório de Psicologia Aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Minas Gerais, em 1929. Foi assim que Antipoff iniciou uma proposta de organização da educação primária na rede comum de ensino baseada na composição de classes homogêneas. Ela já acreditava na possibilidade de colocar crianças com alguma deficiência junto às crianças ditas “normais”. Antipoff em 1932 criou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, que mais tarde, no ano de 1945, começou a se expandir no Brasil e justamente pelo desdobramento de um fenômeno que se caracterizou como a fase Pós-Segunda Guerra Mundial (1945), quando feridos da guerra se tornaram deficientes.

Muitas pessoas acreditavam que uma vez que eles fossem reabilitados, voltariam a produzir e, assim ao redor deles, foi surgindo uma legião multidisciplinar de defensores de seus direitos. Eram cidadãos que se sentiam, de algum modo, responsáveis pelos soldados que tinham ido representar a pátria na linha de frente em décadas passadas. E foi a partir desse movimento que resultou em saldo positivo que o mundo começou a acreditar na capacidade das pessoas com deficiência. Cabe lembrar que tal perspectiva nasce no Século XIX no cerne de teorias positivistas.

Segundo Mantoan (1997), a inclusão de pessoas com deficiência no sistema regular ou convencional de ensino é de extrema importância, pois, ela causa uma mudança de perspectiva educacional com apoio aos professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso no desempenho de todos que necessitam de atendimento específico.

É perceptível uma resistência a esta inclusão, tanto no âmbito escolar, profissional, familiar, como em outros setores: Essas resistências têm como origem o preconceito, a falta de informação e intolerância a modelos mais flexíveis. Daí a importância do movimento iniciado pela autora, psicóloga e pesquisadora Helena Antipoff, com a finalidade de desenvolver um amplo trabalho voltado para as pessoas que não conseguiam aprender regularmente junto às crianças que já estavam aprendendo.

Assim, iniciou-se uma proposta de organização da educação primária na rede comum de ensino baseado na composição de classes inclusivas, já com o propósito de colocar crianças com alguma deficiência junto às crianças normais. A primeira escola com o nome “Pestalozzi” foi criada em Canoas, Rio Grande do Sul, em 1927. Antipoff em 1932 criou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, que a partir de 1945, se expandiu para outras regiões e localidades no país.

1. Não houve solução escolar para elas. 2. As conceituações sobre deficiência eram contraditórias e imprecisas, e incorporavam as expectativas sociais do momento histórico em curso. 3. A concepção de deficiência intelectual englobou diversas e variadas crianças, com comportamentos divergentes das normas sociais estabelecidas pela sociedade e então veiculadas nos padrões escolares. 4. A classificação ficou mais ao nível do discurso, e foi aplicada muito pouco em função da desescolarização geral predominante. 5. A escassa educação das pessoas com deficiência intelectual neste período representava a síntese dos enfoques e procedimentos primeiramente franceses e posteriormente europeus e norte-americanos (JANNUZZI, 2004, p. 67).

De acordo com as informações acima dispostas, aumenta ainda mais, o desafio para dar continuidade à luta em favor das pessoas que necessitavam da Educação Especial, como garantia de direito em uma estrutura democrática.

Dessa forma, enquanto autora e pesquisadora, Antipoff participou de muitas outras iniciativas entre elas a implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em 1954 no Rio de Janeiro, década marcada por uns 190 estabelecimentos de ensino especial, sendo sua grande maioria públicos e em escolas privadas. (JANNUZZI, 1992).

No ano de 1961, a história da Educação Especial passou por um período de ampliação das instituições especializadas. Estas instituições surgiram, portanto, em resposta ao silêncio do poder público e ao descaso social com as pessoas consideradas deficientes, pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) através da Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Em 1964, instala-se a primeira unidade assistencial da APAE, com o nome Centro Ocupacional Helena Antipoff, da pesquisadora que tanto lutou para o atendimento das pessoas com dificuldades, tendo como objetivo oferecer habilitação profissional a adolescentes deficientes mentais do sexo feminino.

De acordo com Sasaki (1997, p. 3) “a inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos”.

Foi apenas a partir de 1970 que a Educação Especial passou a ser discutida, tornando-se grande preocupação dos governantes e, assim começou a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais para atender grande parcela da população, envolvendo os excluídos e uma sociedade preocupada.

A primeira unidade multidisciplinar integrada para prestação de assistência às pessoas com deficiência mental e formação de pessoal técnico especializado foi o Centro de Reabilitação de Excepcionais inaugurado no ano de 1971 na APAE de São Paulo (MAZZOTTA, 1996).

A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os estudantes com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não consegue promover a organização de um sistema de ensino que seja capaz de atender aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e acaba por contribuir com o encaminhamento dos alunos as escolas especiais.

O chamado Relatório Warnock, em 1977 foi o documento da Unesco *Table ronde internationale sur le thème: ‘Images du handicapé proposées au grand public’* (UNESCO, 1977), que descrevia a evolução da humanidade de acordo com a forma como a pessoa com deficiência fora tratado e considerado. No primeiro estágio caracteriza-se pelo conceito dominante de doença e enfermidade, sendo uma constante característica do sujeito anormal; no segundo estágio designado *assistência pública* institucionaliza-se a ajuda aos inválidos necessitados como medida de higiene social; já o terceiro estágio são os *direitos fundamentais que é* a época da noção de direitos universais, estando entre eles o direito à educação, com exceções; o quarto estágio designado *igualdade de oportunidade* põe em questão a noção de norma e normalidade, privilegiando as relações entre o indivíduo e o seu meio. Esse estágio considera o estatuto socioeconômico e sociocultural das famílias como determinante do sucesso escolar e social, começa aqui a diferença do processo de inclusão; o quinto estágio é o *direito à integração*, apontado como atual, mas é caracterizado como ações tímidas para a implementação da inclusão proposta em lei.

O próprio Relatório Warnock em 1978, foi elaborado pelo Comitê de Investigação, presidido por Helen Mary Warnock, (1974-1978) sobre o processo educativo das crianças e jovens com deficiência física e mental na Inglaterra, Escócia e País de Gales e sua

proposição é que se abandone o paradigma médico e se adote o paradigma educativo de identificação, descrição e avaliação das necessidades educativas especiais para garantia do sucesso e plena integração em escolas regulares.

Para tanto, é importante ressaltar que no relatório referido fica evidenciado que o objetivo da educação é apoiar todas as crianças a superar as suas dificuldades, sejam de caráter temporário ou permanente, através de múltiplos meios ou técnicas especiais, métodos de ensino especializado para que o aluno possa aceder ao currículo normal, com sugestão do currículo e adaptação às necessidades, apoio educativo e materiais específicos face à problemática apresentada, modificações arquitetônicas e, ainda, a redução do número de alunos por turma, possibilidade de o aluno frequentar a tempo parcial uma instituição de ensino especial.

São ações, que exigem mudanças e flexibilidades das escolas regulares e investimento na formação dos professores, inicialmente, para que posteriormente, outros profissionais também fizessem as formações necessárias.

O importante Relatório Warnock (1978) introduz pela primeira vez o conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE), englobando não só alunos com deficiências, mas todos aqueles que, ao longo do seu percurso escolar, possam apresentar dificuldades específicas de aprendizagem.

A década de 1980 ficou marcada pelo início da superação da visão assistencialista e das perspectivas de benevolência, defendendo o desdobramento que culminaram na elaboração de dois planos: Plano de Ação da Comissão Internacional de Pessoas Deficientes (1981) e Plano Nacional da Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1985), (MAZZOTA, 1996).

Em paralelo a esses avanços, seguem outros documentos e declarações que reforçam a necessidade de aprimorar o modelo de escola que possa de fato atender a todos os sujeitos, com o olhar mais atento para as deficiências, trazendo para a escola a realidade do processo de inclusão do ensino especial.

Entretanto, já no ano de 1988, que o Brasil colocou na Constituição Federal (CF) o direito à educação como algo pertinente a todos os indivíduos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Quando a constituição (BRASIL, 1988) emprega o termo “todos os indivíduos”, evidencia-se que não há distinção entre sujeitos. Dessa forma, a igualdade de oportunidades passou a significar a obrigatoriedade e gratuidade do ensino, ao mesmo tempo em que a segregação daqueles que não atendiam às exigências escolares, passou a ser justificada pela adequação da educação que lhes seria oferecida.

Já no artigo 206, da mesma Lei, é ressaltada a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

Dessa forma, observa-se então que, a Carta Magna da legislação brasileira garante a todos os indivíduos o direito à educação sem distinção de raça, sexo, cor, origem ou deficiência. Percebe-se assim, que não é permitido nenhum tipo de discriminação ou impedimento da matrícula do indivíduo na rede regular de ensino.

Nessa direção de garantia de direito, em 1990 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e em associação com o UNICEF, UNESCO e o Banco Mundial, organizaram a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien (Tailândia). Na ocasião, foram estabelecidas metas a atingir no ano 2000, com mais de dez anos para a organização, implementação e orientação.

As metas mencionadas foram relativas à expansão da educação pré-escolar, à generalização do acesso à educação primária, ao desenvolvimento do sucesso escolar, à redução do analfabetismo na população adulta, à expansão do ensino de competências capazes de promover o emprego. Também, as metas eram voltadas ao bem-estar e a saúde dos jovens e adultos e, medidas para se poder garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação para todas as pessoas com deficiência. Com isso, iniciava-se o desafio relacionado a abertura da educação escolar à diversidade com conteúdo, métodos e modalidades de ensino e aprendizagem diferentes de modo a garantir o sucesso educativo de todos os alunos (UNESCO, 1990).

No Brasil, outro documento que veio contribuir para reafirmação da necessidade de uma escola pública inclusiva foi o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). Em seu segundo artigo, parágrafo único o ECA cita: “Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade”.

Já em seu Art. 3º o estatuto estabelece que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Se torna bem observável que o ECA assegura a todas as crianças e aos adolescentes o direito à seguridade e educação com qualidade, resguardadas de todos os tipos de violência, ou qualquer forma de danos ou agravos.

Ainda, no parágrafo único do art. 3º preconiza,

Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (BRASIL, 1990).

Portanto, o ECA, já demarcava a necessidade, não só o ensino especial, mas o olhar as diversas dificuldades de minorias socialmente excluídas que necessitam de proteção e direção, constituindo-se uma legislação adiantada para a defesa dos direitos da criança e do adolescente. É notório pontuar que este veio a se configurar como um documento legal que fornece diretrizes básicas para o exercício dessa proteção nos mais variados níveis, tanto pelo Poder Público como pela iniciativa privada, em especial pela comunidade em que vivem as crianças e adolescentes e que lutam pelos seus direitos.

Tanto no Brasil, quanto em outros países, a década de 1990 é dita como o marco histórico, mas significativa para a Educação Inclusiva. No ano de 1994 na Espanha, na cidade de Salamanca, aconteceu a conferência mundial da Declaração de Salamanca que veio estimular todos os governos a medidas de políticas e orçamentais, nas expectativas de desenvolver os sistemas educativos, de modo a que possam incluir todas as crianças, independentemente das diferenças ou dificuldades individuais.

Para tanto, a Declaração de Salamanca (1994), no seguimento da Conferência de Jomtien preconiza que:

[...] cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias; os sistemas de educação devem ser planeados e os programas educativos devem ser implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades; as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares que a elas se devem adequar, através duma pedagogia centrada na

criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades; as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos (UNESCO, 1994, n.º 2).

A declaração mencionada cita ainda quão importante é que os governos executem ações que acolham todas as crianças na escola, independentemente de condições físicas, sociais, intelectuais, emocionais e linguísticas.

Dessa forma a inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos, provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas, pois de acordo com Delors (1996) compete à escola oferecer ajuda e orientação especializada para que as crianças possam desenvolver seus talentos, atendendo suas dificuldades e deficiências.

Assim, com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96 as deficiências foram mais asseguradas em seu Art. 58.

Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de Educação Especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (BRASIL, 1996).

Além dessa garantia, a LDBEN (BRASIL, 1996) prescreve ainda, em seu Art. 59 que é de responsabilidade dos sistemas de ensino assegurar aos educandos com “necessidades especiais” a sua efetiva integração na vida no meio social, inclusive criando condições de inserção no mercado de trabalho para aqueles que possuem condições de exercer uma profissão.

De acordo com Mantoan (2005) quando se trata de inclusão é importante considerar que não se trata apenas de se colocar dentro da escola rampas e banheiros adaptados, mas sim uma a modificação nas práticas pedagógicas, com atividades e programas diversificados a fim de atender as potencialidades de cada sujeito envolvido no processo de ensino-aprendizagem.

Para tanto, nesse percurso é apresentado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1997) que utilizaram como base o ECA (BRASIL, 1990) e determinaram que existem princípios que servem de orientação para a educação escolar. Em seguida a esse documento surgem outros que são as complementações das necessidades de implementação das políticas que subsidiam a escola inclusiva.

No ano de 1999, tem-se o Decreto nº 3.298 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que define a EE como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. Esse decreto enfatiza a atuação complementar da EE ao ensino regular.

Já a Resolução do CNE/CEB (2001) determina no Art. 2º que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001).

No sentido de promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização. Neste mesmo ano, é criado o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172 (2001), que destaca “o grande avanço que a década deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

Destarte, a formação de recursos humanos com capacidade de oferecer o atendimento aos educandos especiais “nas creches, pré-escolas, centros de EI, escolas regulares de ensino fundamental, médio e superior, bem como instituições específicas e outras.” (BRASIL, 2001, p. 80).

No ano de 2002 ocorreram vários avanços na Formação Docente com Língua Brasileira de Sinais (Libras). Nessa perspectiva da Educação Inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002 estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. O documento normativo define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre especificidades dos “alunos com necessidades educacionais especiais”. Nesse período a terminologia *pessoa com deficiência* ainda não estava em voga nos documentos oficiais.

A respeito da Língua Brasileira de Sinais como canal de discursividade e comunicabilidade de surdos que permite a interação dialógica entre surdos e ouvintes, Fernandes (2011), salienta que:

A Libras é a sigla utilizada para designar a língua brasileira de sinais, já que cada país tem sua própria língua, que expressa os elementos culturais daquela comunidade de surdos. É utilizado pela comunidade surdas brasileiras, principalmente dos centros urbanos, pois muitas vezes os surdos que vivem em localidades distintas e em zonas rurais acabam por desconhecê-la e, assim, acabam por desenvolver um sistema gestual próprio de comunicação, restrito às situações e as vivências cotidianas (FERNANDES, 2011, p. 82).

Em 2003 a inclusão se expande, pois, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva Direito à Diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, garantindo o acesso de todos à escolarização, a oferta do atendimento educacional especializado e a garantia da acessibilidade, promovendo a formação de professores para atuar na disseminação da Educação Inclusiva.

Já em 2004, traz as Diretrizes Gerais, em que o Ministério Público Federal publica o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, reafirmando o direito à escolarização de alunos com e sem deficiência no ensino regular.

Nesse mesmo ano, tem-se ainda, o Decreto nº 5.296/2004 que regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; tendo por objetivo promover a acessibilidade urbana e apoiar ações que garantam o acesso universal aos espaços públicos.

Em 2005 acontece a Implantação dos Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) (2005) em todos os estados e no Distrito Federal, cujo objetivo é o atendimento educacional especializado, a orientação às famílias e a formação continuada aos professores, constituindo a organização da política de Educação Inclusiva de forma a garantir esse atendimento aos alunos da rede pública de ensino.

Assim, no ano de 2005, o Decreto nº 5.626, regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098/2000, como meio legal de comunicação e expressão, devendo esta ser parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia que aumenta ainda mais as condições de melhoria para a educação escolar em uma vertente inclusiva.

E no ano de 2006 prevalecendo os Direitos Iguais: A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados devam assegurar um sistema de Educação Inclusiva em todos os níveis de ensino. Proporcionando às pessoas com deficiência o acesso ao ensino inclusivo em todas as modalidades de ensino.

Em 2007 foi publicado o Decreto nº 6.094 que tem a função de implementar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que estabelece nas diretrizes do compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas.

Ele tem como eixos a formação de professores para a Educação Especial a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares e o acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.

1.2 Educação de qualidade para todos da Educação Especial/Inclusiva

Na continuação dos marcos históricos da educação de qualidade para todos, na perspectiva da Educação Especial, no sentido de entender a amplitude da Educação Inclusiva e os caminhos que fortalecem essa implementação na escola outros textos legais foram surgindo.

Em 2008 o Decreto nº 6.571 foi criado para a sustentação da política denominada de “Educação Inclusiva” o qual “dispõe sobre o atendimento educacional especializado e modifica as regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)”. Esse decreto tem como objetivo garantir recursos àqueles estudantes que efetivamente estejam matriculados em escolas públicas e recebendo esse atendimento e estabelecendo o duplo cômputo das matrículas dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Visando ao desenvolvimento inclusivo dos sistemas públicos de ensino, este Decreto também define o atendimento educacional especializado - AEE complementar ou suplementar à escolarização e os demais serviços da EE, além de outras medidas de apoio à inclusão escolar.

Este documento determina o público-alvo da EE, define o caráter complementar ou suplementar do Atendimento Educacional Especializado (AEE), prevendo sua institucionalização no projeto político pedagógico da escola.

E com essa modificação, traz a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2009, p. 45) que vem alterar os termos “classes” e “escolas especiais” respectivamente, por Salas de Recursos Multifuncionais Tipo 1 e Tipo 2. Esse movimento propunha também a mudança com relação a questão do currículo adaptado, que passa a ser considerado como Currículo Flexível e Dinâmico.

Em 2009 a Resolução n.º 4 institui as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, modalidade EE, estabelecendo as formas possíveis desse atendimento aos educandos que apresentavam dificuldades.

O AEE tem por objetivo ampliar as possibilidades do educando ao iniciar e finalizar o seu modo de aprender com o conhecimento propiciado pelo sistema de ensino com o objetivo de viver em sociedade. Não ficar focado no problema ou os obstáculos apresentados, mas possibilitar formas de interação e acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade e que vai contribuir com sua forma de viver no mundo de forma particular e coletiva. De caráter educacional, o AEE trabalha com o saber particular do aluno.

É importante destacar que a discussão com foco na inclusão escolar em todos os níveis, não apenas na EE, como propõe o AEE. A Educação Inclusiva na perspectiva de atender a todos, traz para o debate a amplitude para atender todos os alunos que são excluídos socialmente, por diversos outros fatores associados às comorbidades e diversos outros fatores sociais, políticos, econômicos e etc.

Nos últimos anos foram estabelecidos planos que indicavam uma preocupação crescente com a necessidade de desenvolvimento de políticas educacionais para grupos específicos.

O caráter não substitutivo e transversal da Educação Especial é ratificado pela Resolução CNE/CEB n.º04/2010, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e preconiza em seu artigo 29, que os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado - AEE, complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou ainda, em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Destacando ainda, o Decreto n.º7084/2010, estabelecido no artigo 28 que o Ministério da Educação adota mecanismos para promoção da acessibilidade nos programas de material didático destinado aos estudantes da EE e professores das escolas de educação básica públicas.

Em 2011 o Decreto n.º 7.611, dispõe sobre questões para garantir um sistema educacional inclusivo, sem discriminação, com igualdade de oportunidades para portadores de deficiência, no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nesse decreto o § 2o aponta que o apoio técnico e financeiro de que trata o caput contemplará as seguintes ações:

I - aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado; II - implantação de salas de recursos multifuncionais; III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão; IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais; V - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; VI - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior (BRASIL, 2011).

O Decreto nº 7.611 ainda prevê o provimento de condições de acesso, participação e aprendizagem, com atendimento especializado para suprir as necessidades individuais de cada um. E no § 3º sinaliza que “as salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado”. (BRASIL, 2011).

E para que de fato seja efetivado esse processo é necessário a implementação das leis na garantia da inclusão escolar para que de fato, a qualidade seja ofertada a todos, com direito ao acesso e permanência.

As formações previstas para essa modalidade de ensino é uma forma de implementar e preparar os profissionais para o atendimento dos educandos na sala regular.

A fim de promover políticas públicas de inclusão social das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, instituiu-se, por meio do Decreto nº 7612/2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

O Viver sem limite no sentido de propiciar a esses sujeitos a oportunidade de se apropriar dos conhecimentos produzidos pela humanidade e que possa de alguma forma fazer a diferença na vida desses indivíduos.

Assim, são diversas as leis que chegam ampliando as especificidades das pessoas que apresentam “Necessidades Específicas”, como a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é criada pela Lei nº 12.764/2012. Além de consolidar um conjunto de direitos, esta lei em seu artigo 7º, veda a recusa de matrícula a pessoas com qualquer tipo de deficiência e estabelece punição para o gestor escolar ou autoridade competente que pratique esse ato discriminatório.

Com os estudos, debates, e formações é possível, cada vez mais, aumentar a oportunidade de alcançar melhores resultados para todos os sujeitos que tem direito ao acesso e permanência ao sistema escolar e, com tratamento educacional especializado.

A Lei nº 13.005/2014, apoiada nas deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE) (2010), que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) em seu Art. 8º que sinaliza que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas em seu:

§ 1º ‘Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:

III - garantam o atendimento das necessidades específicas na Educação Especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades (BRASIL. PNE, 2014).

Com base neste pressuposto, a meta 4 e respectivas estratégias objetivam universalizar, para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na faixa etária de 04 a 17 anos, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado.

O AEE é ofertado na rede regular de ensino, podendo ser realizado por meio de convênios com instituições especializadas, sem prejuízo do sistema educacional inclusivo e corroborando com as leis, no sentido de ofertar a todos o ensino com qualidade.

Assim, a Educação Inclusiva é um movimento que envolve uma ação política, cultural, social e pedagógica em defesa do direito de todos os educandos de estarem no espaço escolar, aprendendo e participando sem restrições e livre de qualquer tipo de discriminação.

É responsabilidade não só do poder político, mas de todo o processo que envolve o ensino aprendizagem voltado para a Educação Inclusiva, visto que, a educação é um direito de todos. É ainda necessário grandes mudanças na forma de aceitação e pensamento da sociedade em relação às diferenças individuais, essas mudanças devem acontecer também na metodologia pedagógica de maneira a atender todas as necessidades encontradas para que esse trabalho possa realmente chegar ao objetivo esperado, sendo assim é responsabilidade de todos reconhecer e valorizar essas diferenças e características individuais.

O processo que é desenvolvido pode se considerar responsável pela produção da desigualdade entre os indivíduos, quando essas diferenças se tornam vistas como impedimento na aprendizagem cognitiva e na socialização do indivíduo, não será as diferenças sociais, intelectuais, físicas, culturais e outras, empecilho para que o indivíduo com

alguma deficiência se torne um cidadão capaz de estar inserido na sociedade participando ativamente do processo social.

O modelo educacional pode interferir positivamente para criar ou não a desigualdade entre os indivíduos com diferenças, por isso é tão importante o trabalho no ambiente escolar, sempre voltada para a Educação Inclusiva com dignidade e respeito.

São enormes as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino que ressalta a necessidade de se trabalhar as práticas discriminatórias e criar possibilidades de superá-las. Sendo assim, na sequência serão apresentadas algumas reflexões acerca da Educação Especial processada no cerne da dinâmica da perspectiva da inclusão escolar.

1.3 Reflexão sobre a Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar

Pensar na escola na atualidade e fazer a análise da educação de qualidade para todos na perspectiva da inclusão escolar traz até o momento a inclusão mais centrada nos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação associados a comorbidades.

Outros sujeitos que de uma forma ou de outra sofrem pelos processos discriminatórios e excludentes no âmbito escolar, ainda permanecem silenciados e sem visibilidade por grande parte da sociedade. A escola ainda não consegue dar suporte adequadamente aos educandos com deficiência.

A cultura tem sua particularidade regional, isso distancia do modelo ou ideologia de um todo, ou de uma nação por inteira, sendo assim, as leis e projetos de educação e inclusão escolar e social deve atender essa particularidade sem que desvalorize os conceitos gerais sobre igualdade para todos.

Daí a necessidade de avançar nos processos de inclusão escolar. A escola tem a grande responsabilidade de exercer a Educação Inclusiva, pois é ela que consegue contribuir para a transformação de uma sociedade que envolva a todos.

Nesta direção, Mantoan (2003, p. 19) afirma que o mais relevante no conceito de inclusão escolar é que “todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular”. A autora fala de uma inclusão ampla. E, na atualidade, a ideia de inclusão ampla é criticada, porque não conseguir atender as diversas especificidades das pessoas com deficiência que frequentam o território escolar como poder-se-á observar nas próximas páginas do presente capítulo.

Ressalta-se com isso ainda, a necessidade de a escola trabalhar o processo de inclusão propiciando possibilidades de aprendizagem, fazendo a diferença na vida dos alunos em suas dimensões referentes a vida pessoal e profissional, bem como contribuir com a forma de se relacionar com as pessoas que compõe a realidade social que os circunda e permeiam suas vivências em coletividade/sociedade.

Ainda de acordo com Mantoan (2003) a escola não pode continuar ignorando o que vem acontecendo em volta dela. E muito menos continuar anulando e marginalizando as diferenças tanto culturais, sociais, étnicas, pois aprender pressupõe ser capaz de expressar e representar o mundo a partir dos nossos valores, origem e sentimento. A mesma autora afirma “incluir é não deixar ninguém de fora da escola comum, ou seja, ensinar a todas as crianças indistintamente” (MANTOAN, 2003, p. 33).

A inclusão é uma grande possibilidade, mas ainda há um longo percurso pela frente para que ela seja plena. Tem um grande caminho a ser percorrido. Nesta perspectiva Freire (1999, p. 25) afirma que: “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção”. A proposta de Educação Inclusiva é inserir o aluno em sala de aula heterogênea onde receberão uma educação de qualidade removendo barreiras para que possam ser inseridos na sociedade.

A análise da escola de qualidade para todos na perspectiva da inclusão escolar traz uma triste realidade para as pessoas que almejam fazer parte da sociedade de forma efetiva. Pois apesar dos marcos históricos e legais existentes no Brasil e no mundo, ainda são presenciadas ações de exclusão das minorias discriminadas. Sejam elas por deficiência ou por fatores sociais, culturais, étnicos, religiosos e políticos.

Todos os sujeitos em suas lutas individuais ou grupais, necessitam de um melhor diálogo e entendimento do que a inclusão escolar tem disseminado nas últimas décadas. Tanto a sociedade, a família e as instituições têm buscado juntas soluções e encaminhamentos para fazer com que todos os indivíduos com deficiência possam ser valorizados no sentido de potencializar suas dificuldades.

Cada sujeito é diferente e aprende de uma forma diferente e deve ser tratado de acordo com as suas especificidades. E, muitas vezes são essas diferenças que fazem a manutenção produzir um mundo desigual, quando um grupo privilegiado se acha o dono da verdade e da realidade social. Para tanto, é fácil ver as intervenções do Estado nas políticas de inclusão escolar, mesmo que utilizem a escola como modelo e ambiente de aplicação e propagação. Percebe-se que toda e qualquer política pública só se torna manifesto por intermédio do

discurso em que os governamentos sobretudo pressupõem a vontade dominante, em que a sociedade não tem a escolha.

Ainda há muito para ser feito, mas a bandeira da inclusão já foi levantada e tem conseguido demonstrar que a luta vale a pena, e com isso ganham a sociedade, a escola, a família e as minorias discriminados.

Entende-se para isso, que é relevante a tomada de decisão da escola para efetivar a formação continuada na garantia da teoria e prática na educação de qualidade para todos os educandos.

As considerações de Tiballi (2003) são de grande valia, ao passo que a pesquisadora em questão atesta que:

Para que a escola cumpra sua função específica e insubstituível não é preciso reinventá-la, basta permitir que as instituições educativas realizem a sua especificidade. [...] por meio de seus três elementos fundantes – o aluno, o professor e o conhecimento - e cumpra a sua tarefa de garantir a todos o acesso e a permanência no processo de escolarização, basta que: 1) sejam garantidas às escolas as condições institucionais e materiais necessárias para o funcionamento; 2) seja proporcionada ao professor a formação profissional que possibilite distinguir e trabalhar pedagogicamente as diferentes formas de aprender que os alunos apresentam em uma mesma sala de aula; 3) seja garantida a todos os alunos a formação intelectual, ética e cultural que se dá por meio do conhecimento científico (TIBALLI, 2003, p. 207).

Assim, as ações práticas do direito da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva contemplam fatores que o qualificam e amparam. Assim, a garantia de convívio, de interação do estudante com deficiência com o corpo docente na escola e toda comunidade escolar é um ingrediente fundamental para que o educando possa desenvolver o máximo de seu potencial.

Outro fator é a garantia de acesso ao mesmo conhecimento sendo garantido o acesso ao mesmo currículo, uma vez a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que envolve traduzir em práticas pedagógicas os currículos que foram criados pelos estados e municípios, estão sinalizando essa possibilidade, pois o educando com deficiência não pode ser privado do conteúdo na sua íntegra, mesmo que isso envolva flexibilizações ou diversificações de estratégias pedagógicas.

A inclusão é uma ação social capaz de garantir a todos os indivíduos o direito de receber uma educação de qualidade, e que essa educação possa promover nesse indivíduo a capacidade de alcançar autonomia, sendo capaz de ocupar um espaço na sociedade

independente de sua deficiência, um indivíduo capaz de tomar suas próprias decisões enquanto cidadão.

Ante a tal contextura, é relevante levar em estima que atualmente no Brasil, a Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2001), tem por objetivo, universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência o acesso à educação de acordo com o modelo de inclusão, dando prioridade às salas regulares e combatendo qualquer discriminação para minimizar o preconceito, bem como a segregação relativa à características pessoais e subjetivas da pessoa com deficiência.

A meta em tela prevê espaços de Atendimento Educacional Especializado (AEE)¹, como medida complementar e não substitutiva da sala de aula comum, que podem ser frequentados pelos estudantes com deficiência no turno contrário de estudo, sendo importante destacar que a segregação ocorre quando estudantes com deficiência estão em ambientes isolados, em escolas especiais, separados dos estudantes sem deficiência.

Ressalta-se assim, que no Instituto do Ensino Superior (IES) a EE tem-se efetivado pelas leis que garantam o acesso e a permanência dos alunos. E são ações que envolvem planejamento e organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, em atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

A IES se torna referência para a formação inicial dos professores que vão lidar com os indivíduos na EE. E, posteriormente, são esses professores que vão encaminhá-los para a universidade. Pelo menos é o que se espera da educação que prima pela qualidade.

No que se refere a educação de surdos, para tanto, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais estudantes da escola deve ser organizado e orientado a todos os profissionais da escola. Trazendo sentido e significado, pois o AEE para esses estudantes trabalha por meio de três formas: ensino de Libras, ensino em Libras (disciplinas gerais que compreendem a matriz curricular) e ensino de Língua Portuguesa em sua modalidade escrita. Para facilitar a comunicação, devido à diferença linguística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular, sem que isso, gera constrangimento para os educandos (BRASIL, 2020).

O AEE é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade

¹ O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem por objetivo no dia a dia, identificar demandas específicas e elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras existentes, garantido a inclusão e autonomia dos estudantes.

escrita como segunda língua, do sistema Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de tecnologia assistiva e outros

É importante que o processo de ensino aprendizagem seja avaliado em algum momento para que a partir desse resultado possa iniciar um novo processo de metodologia de ensino, caso necessário essa avaliação pedagógica deve contar com o conhecimento prévio o qual o aluno encontre o desenvolvimento atual e a possibilidade da aprendizagem no futuro, sempre acreditando na possibilidade de mudanças por mais pequenas que sejam, porém serão valiosas para o futuro desse indivíduo com relação a vida social, emocional e profissional.

Desta maneira, Vygotsky (1989, p. 5) explica a complicação do desenvolvimento e da personalidade de uma criança com deficiência, afirmando que, “de um lado, o defeito é a limitação, a debilidade, a diminuição do desenvolvimento; por outro lado, origina dificuldades, estimula o movimento elevado intensificado pelo desenvolvimento”. Esse autor defende a Educação Inclusiva e acesso para todos. Toda criança é capaz de aprender.

A deficiência não a torna incapaz de aprender. A diferença é que os profissionais terão que conhecer e colocar em práticas metodologias de ensino diferenciadas, pois a pessoa com deficiência, por exemplo, aprenderá por meio de outras formas de ver o conteúdo proposto por outro ângulo, ou por intermédio de outras metodologias e/ou abordagens. Com isso, o profissional terá toda a responsabilidade na adequação de meios para se chegar à aprendizagem, uma vez que se leva em conta o papel por ele desempenhado como mediador das práticas pedagógicas que em suma, volta-se para seu objetivo e desígnios primordial que é o ensino com enfoque centralizado na aprendizagem.

Dessa forma, para se pensar na possibilidade de um trabalho coerente e com qualidade para as atuais e futuras gerações que apresentam deficiência é preciso envolvimento de todos: sociedade civil, governantes, escola e família na garantia da qualidade da educação na preparação de sujeitos críticos, autônomos e capazes de viver dignamente em sociedade.

CAPÍTULO II - O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL: BALANÇO E ANÁLISE DE TESES E DISSERTAÇÕES

Para entender o que o outro diz, não basta entender suas palavras, mas também seu pensamento e suas motivações.

(LEV VYGOTSKY)

O tema envolvendo a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é bastante discutido e pesquisado no âmbito acadêmico, sobretudo em programas de pós-graduação, em especial as de caracterização *Strictu Sensu* (mestrados e doutorados) em educação. Assim, esse capítulo trata da revisão bibliográfica das teses e dissertações da EE/Inclusiva, com o recorte na Educação Especial na escola, visto que o enfoque central versa sobre a educação institucional percebendo a escola como instituição sistêmica, mantida e gestada pelo Estado.

O trabalho realizado buscou promover significativas reflexões das práticas e a atuação dos professores no âmbito escolar em benefício da aprendizagem, cuja centralidade dos processos educativos está nos alunos. Entende-se assim, que os educandos, antes de mais nada, são detentores de direitos que lhes garantem acesso, permanência, educação de qualidade e, nessa direção será apresentada uma análise dos resultados do levantamento bibliográfico e o balanço das temáticas que subsidiam as práticas da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

A partir dos trabalhos do programa de educação da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) fazendo o recorte em quatro universidades: duas públicas e duas privadas, foi realizada a análise por meio do balanço para saber o que dizem os pesquisadores sobre a EE no Brasil no período de 2000 a 2020, justifica-se esse recorte temporal, por considerar o início dos estudos da pesquisadora responsável pelo estudo materializado em forma da presente dissertação no ano de 2022, levando em conta, essas últimas duas décadas que antecede essa data, sua experiência e atuação na área da EE. Ressalta-se ainda, que essas duas décadas marcam a transição inicial do século XX para o século XXI como pano de fundo a ser considerado como contexto histórico e social.

Sendo a Educação Especial uma temática bastante explorada, a investigação realizada por meios dos trabalhos acadêmicos traz os desafios e as possibilidades de implementar as políticas que podem modificar a práxis dos educandos com algum tipo de deficiência. Cabe ainda lembrar que os cenários educacionais institucionalizados no período abordado por meio do recorte temporal também foram amplamente impactados pelo advento e popularização das

tecnologias de comunicação e informação que foram decisivas para uma maior veiculação e acesso a informações sobre o tema trabalhado.

2.1 Balanço das teses e dissertações investigados nos programas de educação na BDTD

O percurso que a pesquisa trilhou buscou no Estado do Conhecimento acerca da Educação Especial, sistematizar com precisão os trabalhos de teses e dissertações que traz diversas discussões sobre a temática, pois, de acordo com Soares (1989) o ‘Estado do Conhecimento’ pode ser também denominado ‘Estado da Arte’ que propõe como objetivo inventariar e sistematizar o que vem sendo produzido em determinada área do conhecimento.

Assim, o trabalho está definido como um “Estado do Conhecimento”, uma vez que a escolha dos trabalhos são as dissertações de mestrado e teses de doutorado e não outros tipos de produções acadêmica.

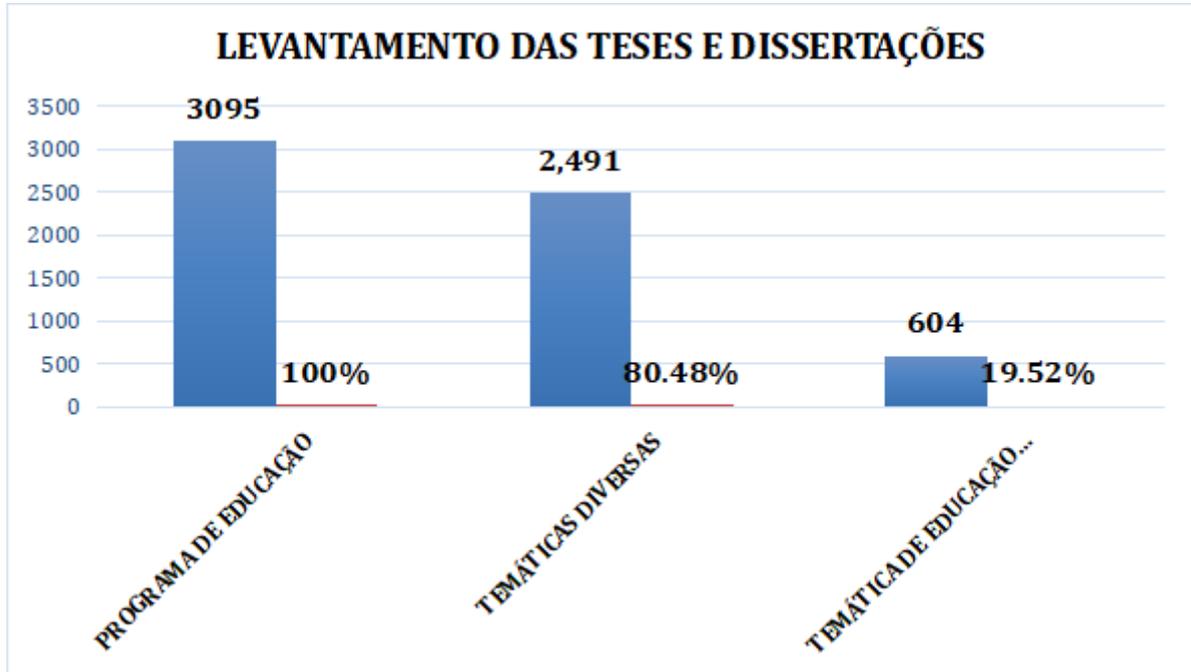
A produção um trabalho fruto de uma pesquisa nos moldes de ‘Estado do Conhecimento’ sobre as produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação em Educação revela e assinala sua relevância, uma vez que o conhecimento nelas construídos, nem sempre, alcançam a todos os que se interessam pela temática. Por esse motivo, destaca-se a importância de desenvolver uma investigação que trace um panorama sobre os conhecimentos acumulados nessas produções, fazendo o recorte da temática assumida para a pesquisa.

Assim, inicialmente foi feito o levantamento por intermédio da aplicação dos seguintes descritores: políticas públicas da Educação Especial, Educação Especial e Inclusão. Com isso, chegou-se ao número de 3.095 trabalhos entre teses de doutorado e dissertações de mestrado de programas em Educação utilizando o índice preconizado e mantido pela Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), para em seguida, após a análise, delimitar com o descritor Educação Inclusiva no Brasil. Esse passo, viabilizou por sua vez a constatação de 604 trabalhos que tratavam especificamente da temática da Educação Especial. Para chegar ao objetivo proposto foi necessário descartar cerca de 2.491 teses e dissertações que não coadunam com os descritores utilizados para fazer o recorte da temática proposta pela pesquisa.

Desta maneira, para entendimento do recorte feito, no **Gráfico 1**, pode-se observar que dos 100% dos trabalhos de teses e dissertações contidas no repositório virtual da BDTD que foram analisados, apenas 19,52% destas produções acadêmicas forma elaboradas tratando a temática em questão. O gráfico, como se pode notar, explicita o número de textos (teses e

dissertações) observados por meio do levantamento realizado na plataforma virtual consultada com a aplicação dos descritores elencados anteriormente.

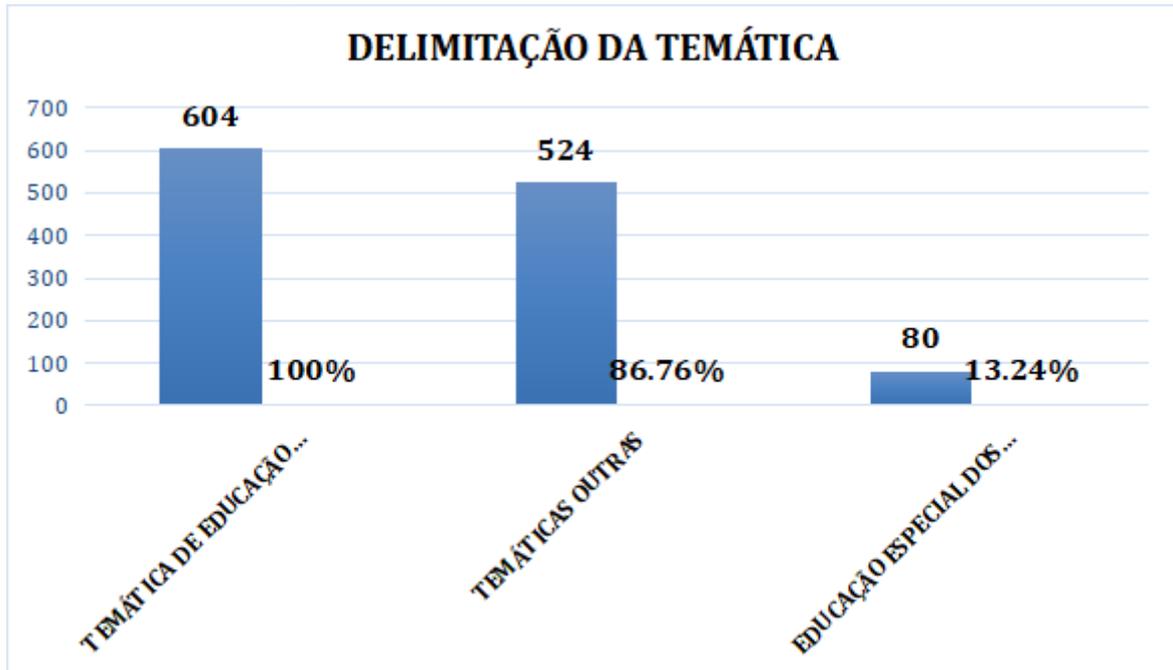
Gráfico 1 – Demonstrativo dos trabalhos a serem analisados



Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

A análise em questão, fez a delimitação de acordo com a temática específica, pois na leitura dos trabalhos selecionados a partir do recorte dos 604 trabalhos observados com a temática especificamente relacionada à Educação Especial. Isto ocorre devido ao fato de que o foco específico é o estudo referente a Educação Especial com atuação na escola regular, visto que se optou por abordar a perspectiva inclusiva de forma distintiva. Isto, por seu turno, implica em apontar que se deu ênfase à Educação Especial operacionalizada como forma de efetivar a inclusão educacional de alunos com algum tipo de deficiência.

Assim, finalmente foram delimitados 80 trabalhos pertencentes aos gêneros textuais sendo 19 teses e 61 dissertações armazenados no banco de dados da BDTD do programa de educação em quatro universidades, que é a temática desta dissertação, como pode ser visto no **Gráfico 2** disposto a seguir:

Gráfico 2 – Delimitação do tema

Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

A temática de EE consegue ampliar seu foco de discussão e propiciar vários caminhos. Mas aqui, nessa pesquisa, o cerne da questão é a EE em que há o envolvimento dos profissionais da escola.

Correspondendo ao recorte feito foi 13,24%, sendo esse percentual que determinou a realização da análise após o agrupamento das temáticas resultando em mais de treze temáticas e que posteriormente foram sendo agrupadas em cinco grandes categorias, como serão apresentadas nos gráficos posteriores e que serão apresentados a partir dos procedimentos adotados para o tratamento dos dados foram as técnicas de análise de conteúdo, a análise textual qualitativa e a análise textual discursiva, apresentadas nas teses de doutorado e nas dissertações de mestrado.

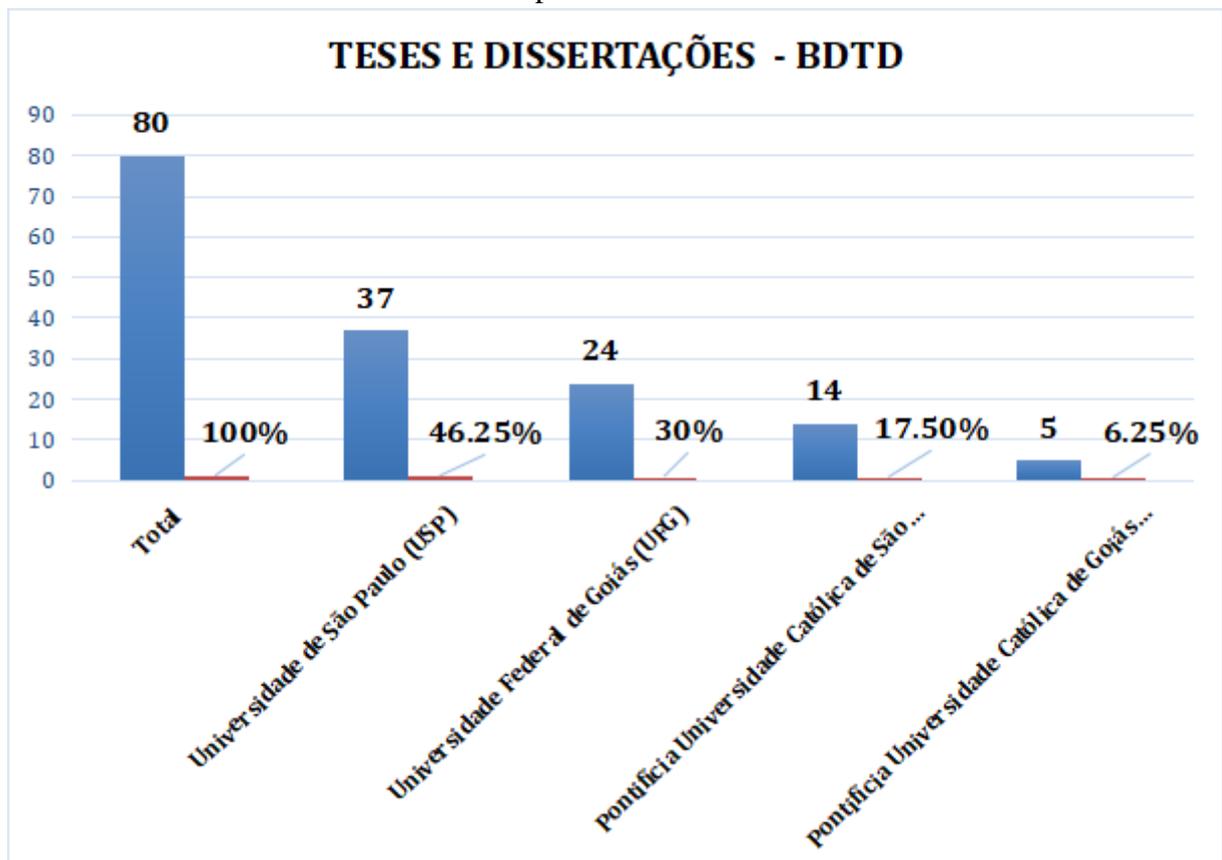
De acordo com Bardin (1977) a análise textual discursiva também pode ser denominada de análise textual qualitativa, com grande semelhança com a técnica de análise de conteúdo. Assim, a **Tabela 1** abaixo, ajuda a entender o foco de amostragem dessa pesquisa realizada nas universidades públicas e privadas como pode ser observado na sequência:

Tabela 1 – Teses e Dissertações por universidades pesquisadas

TESES E DISSERTAÇÕES	QUANTIDADE
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO)	05
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	14
Universidade Federal de Goiás (UFG)	24
Universidade de São Paulo (USP)	37
TOTAL	80

Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

Entende-se que duas dessas universidades são do Estado de São Paulo e duas do Estado de Goiás. Sendo, uma universidade pública e a outra privada em cada um dos estados, como pode ser acompanhado no **Gráfico 3** a partir do levantamento e da apresentação das teses e dissertações em percentuais por instituições.

Gráfico 3 – Percentual do levantamento por universidades

Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

As universidades públicas: Universidade de São Paulo (USP) com 46,25% e Universidade Federal de Goiás (UFG) com 30% dos trabalhos publicados sobre a temática. Já

as universidades privadas, aparecem com um número menor de produções acadêmicas, sendo que Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) 17,50% e Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO) 6,25%. De acordo com os dados da temática pesquisada, pode-se interpretar que as universidades públicas dos dois estados conseguem deter um maior número de trabalhos acadêmicos produzidos durante os últimos vinte anos.

Segundo o estudo, Pesquisa no Brasil – Um relatório para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) realizado com dados de 2011 a 2016, a produção científica brasileira é feita quase exclusivamente dentro das instituições públicas de ensino. Dos 250 mil ensaios, artigos, dissertações ou teses publicadas em periódicos especializados ou nos anais de congressos que constam no banco de dados *Web of Science*, 99% são de docentes e pesquisadores de instituições públicas de ensino superior.

Após a leitura minuciosa do que esses trabalhos podem somar para outros futuros trabalhos que envolvem a temática da EE na perspectiva da Educação Inclusiva, o foco da pesquisa vai para as 19 teses, analisadas como pode se ver na **Tabela 2** em seguida.

Tabela 2 – Teses por universidades pesquisadas

TESES	QUANTIDADE
UFG	01
PUC GO	03
PUC SP	07
USP	08
TOTAL	19

Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

As teses de doutorado encontradas a partir do primeiro levantamento do banco de dados da BDTD do programa de educação, somam um total de 1.087. Trazendo o foco para a atuação na EE restaram 286 teses. E, em seguida, ao fazer a análise com o foco para atuação dos professores na escola resultaram em 19 teses.

O levantamento das dissertações de mestrado dos últimos vinte anos localizou um total de 2.008 dissertações na BDTD. Delimitando por temática da EE, o total encontrado foi 318 dissertações, incluindo diversas outras áreas como: fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia entre outras.

Dessa forma, foi necessário realizar o levantamento dos trabalhos que estavam voltados para a atuação do professor na escola. E em com foco na temática foram levantadas um total de 61 dissertações como está apresentado na **Tabela 3** a seguir:

Tabela 3 – Dissertações por universidades pesquisadas

DISSERTAÇÕES	QUANTIDADE
PUC GO	02
PUC SP	07
UFG	23
USP	29
TOTAL	61

Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

Os trabalhos analisados foram em um total de 80, entre 19 teses e 61 dissertações com temáticas da EE envolvendo os profissionais da escola. E o *Quadro 1*, consegue demonstrar a distribuição dos trabalhos nos últimos 20 anos de produções nos programas das quatro universidades escolhidas para a realização da pesquisa.

Quadro 1 – Quantidades de Teses de Dissertações por ano (2000-2020)

BDTD	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
TESES	*	*	*	*	*	1	*	1	*	1	*
DISSERTAÇÕES	1	*	*	*	*	*	3	1	3	4	5
BDTD	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
TESES	*	*	1	4	*	*	3	5	2	*	19
DISSERTAÇÕES	2	4	2	6	3	8	11	4	6	*	61

Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

Percebe-se que durante os primeiros cinco anos não se tinha muitas produções sobre a temática específica. Foi a partir de 2006 que começou o movimento de produções nas universidades, ganhando maior movimento a partir de 2013 com a ampliação do debate nas universidades e um maior conhecimento sobre a temática em questão.

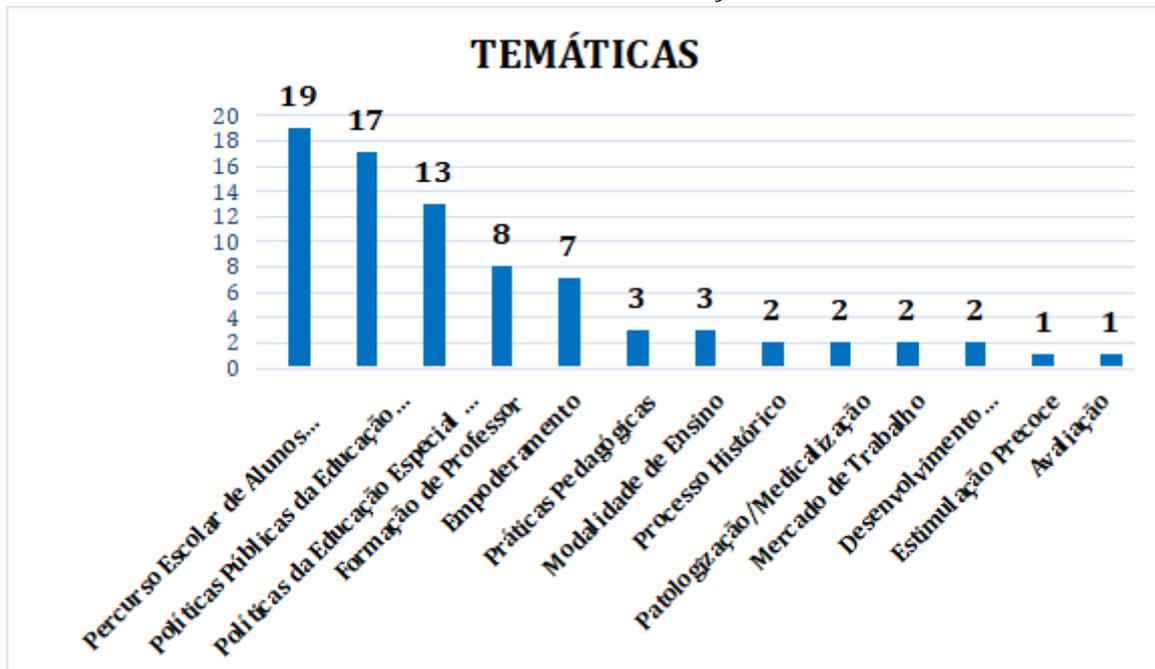
Essa ampliação pode ter ocorrido, devido à formação dos professores que atuam na EE, confirmada pelo Censo Escolar (BRASIL, 2013) que registra 93.371 professores com curso específico nessa área de conhecimento.

Entende-se que é papel fundamental do professor contribuir para o aprendizado de toda comunidade escolar. A interação e relacionamento dentro do espaço escolar, entre todos os tipos de alunos, são elementos essenciais, sobretudo, para os alunos da escola, que por meio da orientação de um professor que tem qualificação para atender alunos público-alvo da EE têm a oportunidade de crescer como cidadãos e absorver conhecimentos específicos.

A meta de nº 4 do Plano Nacional de Educação (PNE), tem como foco especificamente a área da EE para a universalização da população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, TGD e AH/SD “o acesso à educação básica” e AEE, na rede de ensino com a garantia de sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2015).

Com esse entendimento foi possível realizar o agrupamento em treze categorias delimitadas para saber o que dizem os pesquisadores sobre a modalidade de EE na perspectiva da Educação Inclusiva no âmbito escolar como pode ser vista no **Gráfico 4** apresentado a seguir:

Gráfico 4 – Temáticas encontradas nas teses e dissertações



Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

Ao realizar a análise das treze categorias foi possível agrupá-las em cinco para melhor compreensão do que dizem os pesquisadores nas teses e dissertações sobre a EE. Como pode ser observado na **Tabela 4** as categorias apresentadas são relevantes para apropriação do conhecimento em benefício do aluno com deficiência.

Tabela 4 – Teses de Dissertações agrupadas por categorias

CATEGORIAS	QUANTIDADE
Empoderamento	9
Percurso escolar de alunos com deficiência na classe comum	13
Práticas Pedagógicas	15
Formação de Professores	16

Políticas Públicas da Educação Especial

27

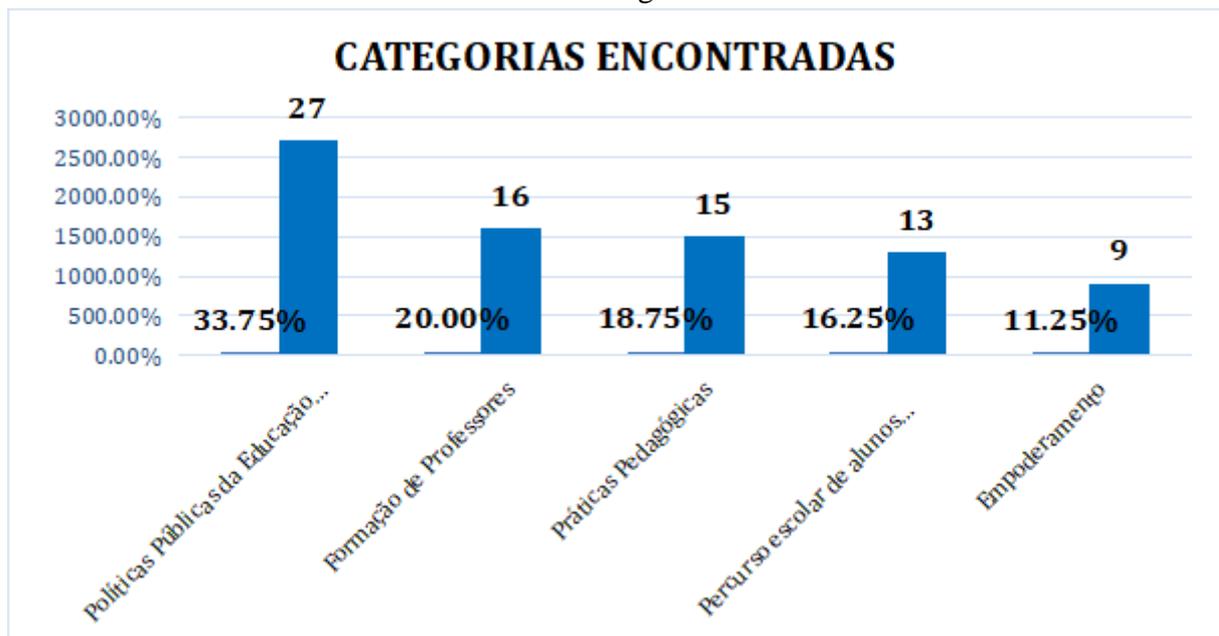
Total:

80

Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

O **Gráfico 5** apresenta o percentual das categorias das teses e das dissertações para a realização da pesquisa. Assim, a pesquisa quanti-qualitativa buscou categorizar os temas abordados com mais frequência e relacionado a temática da EE. Os temas principais configuram um cenário das produções que contribuiram para a criação das categorias. Como poderá ser observado, inicialmente tinha-se treze categorias de temáticas centrais dos trabalhos levantados. Contudo, buscando uma delineação e delimitação mais específica, as categorias foram aglutinadas, sintetizadas e acopladas em cinco. Isto por sua vez, decorreu do fato de que as cinco categorias apresentavam maior representatividade e conexão com as perspectivas relativas a atuação docente em prol de facilitar e legitimar as práticas de EE com intencionalidades e objetividades inclusivas.

Gráfico 5 – Percentual do levantamento das categorias encontradas



Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

Em universo de 80 teses e dissertações, os agrupamentos de cinco categorias que trazem o percentual: Políticas Públicas da Educação Especial com 33,75%; Formação de Professores com 20%; Práticas Pedagógicas com 18,75%; Percurso escolar de alunos com deficiência em classe comum com 16,25% e Empoderamento com 11,25%.

Com esse recorte, espera-se que as categorias possam revelar o que dizem os pesquisadores sobre a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva a partir do Estado do Conhecimento.

2.2 O que dizem os pesquisadores sobre a Educação Especial

Com base no entendimento de que o tema é considerado a unidade mais útil de registro e a criação de categorias é o ponto crucial para realizar o balanço e a análise de conteúdo (FRANCO, 2005), foram elencadas as categorias de análise. Essas categorias foram definidas como: 1) Empoderamento; 2) Percurso escolar de alunos com deficiência na classe comum; 3) Práticas pedagógicas; 4) Formação de professores e, 5) Políticas Públicas da Educação Especial.

A partir das 80 teses e dissertações foi possível agrupar e trazer a discussão dos autores que desenvolveram o trabalho. Na **Tabela 5** é possível visualizar o quantitativo de teses e dissertações que estão presentes na discussão de cada categoria.

Tabela 5 – Quantitativo de teses e dissertações agrupadas por categorias

CATEGORIAS	TESES	DISSERTAÇÕES	TOTAL
Empoderamento	2	7	9
Percurso escolar de alunos com deficiência na classe comum	5	8	13
Práticas Pedagógicas	5	10	15
Formação de Professores	2	14	16
Políticas Públicas da Educação Especial	5	22	27
TOTAL DE TESES E DISSERTAÇÕES	19	61	80

Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

Na sequência, a discussão dos temas que envolvem as categorias agrupadas de acordo com os trabalhos produzidos ao longo dos últimos vinte anos, para saber qual o discurso desses pesquisadores sobre a EE.

2.2.1 Empoderamento

Pensar no conceito de empoderamento é refletir sobre as questões que implicam os que não possuem poder e que necessitam sustentar uma força, um jeito e um lugar no espaço de direito de todos os cidadãos. Essa categoria traz para análise 9 trabalhos, sendo 2 teses e 7 dissertações que trabalham algumas temáticas.

Em uma dessas dissertações analisadas, isto é, no trabalho de Freitas (2010) aparece a discussão da Educação de Jovens e Adultos, em que objetiva resgatar, sistematizar e analisar a evolução do direito à educação de jovens e adultos com deficiência na legislação nacional, bem como conhecer os principais programas e projetos adotados pelo município de São Paulo para garantir o direito à educação de jovens e adultos com deficiência após a sua inclusão na Carta Magna, em 1988. Deste trabalho foi possível identificar a invisibilidade de jovens e adultos com deficiência na política governamental, por ser recente a preocupação por este segmento populacional em nossa sociedade excludente e desigual na garantia do direito a uma educação de qualidade como previsto na legislação brasileira.

Em algumas dissertações são apresentadas a temática do direito da inclusão escolar, que propicia aos alunos a condição de empoderamento para a vida em sociedade analisa as concepções de direitos e inclusão escolar das famílias de alunos com deficiência, TGD e AH/SD e como estas interferem na tomada de decisões e no empoderamento acerca da vida escolar de seus filhos.

As ações que direcionam o acesso, a permanência e a inclusão de crianças público-alvo da EE, nas instituições de educação infantil da Microrregião de Pires do Rio, cujo corpus pesquisado constituiu-se pelos sistemas municipais de ensino e as instituições de educação infantil dos seguintes municípios: Ipameri, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás e Urutaí, no ano 2000. O conhecimento da realidade das instituições de educação infantil dos seis municípios pesquisados permitiu perceber a necessidade urgente de uma nova proposta pedagógica, que coloque a criança e seu pleno desenvolvimento como centro das práticas pedagógicas desenvolvidas nestas instituições educacionais.

O direito ao trabalho, em conformidade com a CF/1988, não é uma realidade para todos os cidadãos brasileiros, principalmente para as pessoas com deficiência, sendo uma barreira para o pleno desenvolvimento dos Direitos Humanos. A correlação entre a Educação Inclusiva, a formação profissional e a sensibilização dos envolvidos na aplicação da lei, está na contratação de pessoas com deficiência intelectual no município de Osasco. As relações entre educação, trabalho e deficiência a partir do estudo das produções acadêmicas brasileiras que abordam a questão, entre os anos de 1991 e 2015 acaba por justificar e estabelecer relação de condescendência com propostas de Educação Profissional pouco efetivas, reforçando uma concepção assistencial de Educação e de Trabalho da pessoa com deficiência. (ARIOZA, 2017); (NUNES, 2015); (GONÇALVES, 2012) e (OLIVEIRA, 2017).

É importante destacar que as teses e dissertações trazem na categoria “empoderamento” a necessidade da Educação Especial em uma lógica medicalizante e fala

sobre a necessidade do tratamento terapêutico, sinalizando a psicose infantil. Dessa forma, percebe-se que existe um olhar da inclusão como doença como pode ser lido abaixo nas considerações dos quatro autores apresentados.

Cabe mencionar que uma das teses assinala a lógica medicalizante nos documentos que servem como diretriz da Educação Especial, especificamente, em que é possível depreender tensões, não apenas ao espaço em que o atendimento deve ser ofertado (instituições exclusivas, instituições inclusivas), mas às próprias concepções que orientam a definição do público-alvo da Educação. Ou seja, percebem-se contradições em relação a conceitos como deficiência e inclusão, assim como a processos relativos à oferta de Atendimento Educacional Especializado. Destaca-se também, como se dá a construção de conhecimento e a produção de saber na psicose infantil. O conhecimento se constrói por meio das pesquisas que realizam na companhia de um outro que suporta não saber.

A respeito da lógica medicalizante, em seu estudo, Gomes (2019), chama a atenção para o fato de que:

Patologizar relações conflitivas com as normas e saberes escolares se constitui em um aspecto identitário desta racionalidade medicalizante. Resgatar do ponto de vista teórico e prático a trajetória deste processo no interior da escola gestada pelas políticas educativas conectadas com o projeto político voltado para a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, permitiu dar transparência à subsunção dos problemas educacionais a uma tentativa de deslocar questões não resolvidas com referência aos princípios da Educação Para Todos, para a responsabilização individual pelo baixo desempenho. A dificuldade no processo de aprendizagem, interpretada a partir da lógica patologizante, é transmudada em uma suposta deficiência intelectual, desaparecendo como potencialidade ao investimento pedagógico, tornando-se uma patologia que necessita interferência de profissionais da área da saúde. As estratégias desenvolvidas no interior da escola para suprir esta demanda têm respaldo teórico balizado na visão organicista (biologização), que localiza o problema no organismo do estudante, mais especificamente nas supostas disfunções cerebrais (GOMES, 2019, p. 135).

A concepção de deficiência e de inclusão escolar pautada no modelo médico-patológico, influencia as concepções de direitos apresentadas, de modo que os familiares se referiram à efetivação dos direitos do filho quase exclusivamente para se dirigir a questões relacionadas à oferta dos serviços de saúde. O desempoderamento ainda é uma realidade vivenciada pelo grupo. Os trabalhos com as relações entre doença e saúde configuraram e desencadearam, no mundo moderno e contemporâneo, uma série de ações e investimentos políticos, sociais, econômicos e pedagógicos, no sentido preventivo e terapêutico, muitas

vezes medicamentoso, na condução de situações envolvendo comportamentos considerados inadequados reforçando a ideia do agravamento da patologização da educação.

Serve a este sujeito como uma certeza que o protege de outro invasivo, permitindo ele produzir um saber sobre si. Existe as necessidades educativas especiais dos psicóticos e das possibilidades e dos limites da inclusão escolar. A concepção de educar refere-se ao campo da inclusão escolar em torno das crianças psicóticas e autistas, apresentando seus modos particulares de construção de conhecimento e de estar no laço social, sustentado num modo de trabalho que seja dirigido não só à criança, mas também à escola. E só, quando o laço entre professor e aluno puder operar, que a presença do acompanhante terapêutico torna-se dispensável. (GOMES, 2019); (KISIL, 2012); (SILVA, 2019) e (SPAGNUOLO, 2017).

Pensar no empoderamento é refletir sobre a importância das famílias de crianças com deficiência serem informadas sobre seus direitos e, ainda, aprender a buscar assertivas opiniões para que a garantia desses direitos sejam cumpridos. Tais aspectos evidenciam a necessidade de políticas públicas que possam oferecer serviços, principalmente, para a população de classe baixa e média baixa.

2.2.2 Percurso escolar de alunos com deficiência na classe comum

O percurso escolar de alunos com deficiência na classe comum é um processo histórico, que vem sendo implementado ao longo dos anos e recomendado pela legislação da Educação Inclusiva, sugerindo mudanças estruturais nos sistemas educacionais, fundamentado no processo de construção do conhecimento e no respeito à diferença, envolvendo todo aspecto que diz respeito à diversidade.

O processo educacional não é uma atividade esvaziada. Ela sempre apresenta uma ação que envolve aspectos econômicos e políticos. E ao apresentar uma submissão ao atual modelo hegemônico, que opera com competitividade e com lucratividade, ela reproduz e reforça a exclusão social.

Assim, a categoria sobre o *percurso escolar de alunos com deficiência na classe comum* envolve 5 teses e 8 dissertações, sendo um total de 13 trabalhos.

Algumas das dissertações de mestrado trazem vários autores discutindo sobre o estudo envolvendo a pessoa com deficiência que de acordo com (RODRIGUES, 2010), “é um campo de constantes tensões e divergências”, pois as políticas públicas respectivas ao tema trazem muitas contradições. Esse trabalho pontua que de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) (2011) cerca de 10% de toda a população mundial, aproximadamente 650

milhões de pessoas, vivem com alguma deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD) ou com alta habilidade/superdotação (AH/SD).

Os trabalhos sinalizam um crescente número de alunos com deficiência no ensino superior e como as condições nas instituições de ensino melhoraram nos últimos anos. Mas que, apesar do enorme avanço ocorrido nas últimas décadas, ainda há muito a ser desenvolvido dentro das universidades para que se possa garantir o direito de educação à todos. Nessa direção, percebe-se que existe a necessidade do debate sobre inclusão escolar, destacando que a escola, se encontra em condições insatisfatórias na atualidade, cujo objetivo de conhecer e verificar se as políticas públicas educacionais promovem condições de inclusão, pois verificam se os alunos com necessidades educacionais especiais são matriculados e excluídos dentro das próprias escolas/salas de aula (COSTA, 2011; CARVALHO, 2015).

A discussão, a partir da análise dos argumentos de professores de classes comuns para o encaminhamento de alunos para salas de recursos, via relatórios de encaminhamento, trazem referência apenas às defasagens de aprendizagem dos alunos, principalmente nas áreas de alfabetização e matemática, pois, as expectativas em relação às salas de recursos referem-se à efetivação de um trabalho individualizado com os alunos, que enfoque suas dificuldades. E destaca-se aqui, que foi evidenciado condições precárias de trabalho; formação continuada insuficiente; carência de espaços coletivos de discussão na escola, intensificando a preocupação de que as salas de recursos sejam depositárias da responsabilidade pela alteração da condição de aprendizagem dos alunos, sem que ocorram transformações no trabalho das classes comuns.

Nos trabalhos percebe-se a perspectiva e a função das classes especiais para deficientes mentais como relevantes para a inclusão escolar, porém “a classe especial para deficientes mentais” justifica a exclusão, pois aceitar o deficiente não depende apenas de boa vontade, e a pesquisa desvelou como determinados padrões foram e são produzidos e reproduzidos pela e na escola como bem atestam Rodrigues (2006) e Silva (2010). Entende-se assim, que a classe especial, acaba por colocar o aluno com deficiência à margem. Dito de outra forma: excluído.

Devido a importância da qualidade do atendimento, em 2008, foi promulgado o Decreto nº 6.571 que estabelece as diretrizes do Atendimento Educacional Especializado - AEE e reitera o estabelecido pela Política Nacional, tornando-se necessário um novo olhar para entender qual o papel do professor de AEE, que tem como um de seus espaços de atuação a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

Um dos trabalhos traz “deficientes mentais” investigados no município de Osasco com a nomenclatura de deficiência intelectual, já sinalizando a mudança conceitual de “deficiente mental” para “deficiência intelectual”. Neste trabalho, a idade é um dos critérios para aprovação e avanço progressivo dos alunos, em quaisquer etapas em que se encontram.

Em algumas teses, os autores continuam ainda tratando da especificidade da deficiência intelectual. Uma delas aponta o Censo Escolar (BRASIL, 2013) como fonte de dados estatísticos de matrícula de alunos com deficiência intelectual em escolas de ensino regular e nas escolas de EE, entre os anos de 2007 e 2012, pois a expansão de matrículas de alunos com deficiência intelectual no ensino regular começou a partir de 2008 em todas as regiões do Brasil, com as instituições públicas apresentando um crescimento maior que as privadas. Nesse percurso, não houve redução da escolarização privada e especial quanto aos percentuais de participação na distribuição global das matrículas desse alunado (GOES, 2014).

Nessa direção, Lopes (2018) aponta que desde o início do século XXI as políticas educacionais brasileiras têm sido pautadas pelos princípios da inclusão escolar, impulsionando ao público da Educação Especial na matrícula em classe comum, com a dúvida se de fato, existe a garantia do acesso e permanência aos estudantes com deficiência intelectual.

Os trabalhos em seguida, tratam do processo ensino-aprendizagem, a relação professor-aluno e as relações entre pares de alunos que configuram comportamentos sociais em que cada indivíduo gera consequências que têm reflexo sobre o comportamento do grupo. A legislação avança buscando estabelecer qual a relação possível entre ensino comum e EE, constando que as orientações presentes nas normas educacionais podem estimular a interlocução em mudanças nas práticas culturais em favor de uma sociedade mais inclusiva.

Assim, a garantia da educação às pessoas com deficiência, TGD e AH/SD e a ampliação de sua oferta implicam a necessidade da intervenção por parte do Estado, fazendo referência à gestão das verbas da EE, observa-se que as mudanças no padrão de financiamento da educação, com o Fundeb, para assegurar o acesso, à permanência e à qualidade de ensino nos sistemas educacionais brasileiros.

Para a acessibilidade às tecnologias de informação e comunicação oferecidas aos alunos com deficiência visual e física matriculados na rede municipal de ensino, como forma de garantir seu acesso e participação nas atividades curriculares, o município prevê em seus documentos legais a EE e a Informática Educativa com aspectos relevantes para promover a

acessibilidade às Tecnologias de Informação e Comunicação ao acesso a esses recursos pelos alunos com deficiência.

Nesses trabalhos da EE, o campo político e o campo acadêmico configuram uma identidade multifacetada e diversa, desvelando um movimento contraditório da sociedade e das políticas sociais. Entendendo assim, que a inclusão no campo educacional só se faz mediante uma inclusão social e vice-versa num processo de mão dupla, pois o simples fato de se matricular os educandos com deficiência não garante a eles uma verdadeira inclusão educacional. (FRANÇA, 2014; MARTINS, 2010; MARTINS, 2014; SOUZA, 2018).

No Brasil, o trabalho de Mazzota (1993 e 1996), apresenta três atitudes sociais demarcadas ao longo do processo ao atendimento e tratamento que recebe as pessoas com deficiência, que marcaram a história da EE. Primeiramente, tem-se a marginalização que é caracterizada como uma atitude de descrença na possibilidade de mudança das pessoas com deficiência.

Essa marginalização leva a uma completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para atender e contribuir com essa população específica. Em seguida, tem-se o assistencialismo que é marcado por uma atitude filantrópica, paternalista e humanitária. É uma atitude que apresenta a descrença na capacidade de mudança do indivíduo e, reproduz um princípio cristão de solidariedade humana que procura apenas dar proteção às pessoas com deficiência. E, a terceira atitude, trata-se da educação/reabilitação como uma crença na possibilidade de mudança das pessoas com deficiência e as ações resultantes dessa atitude são os conhecimentos e planejamentos de políticas que envolvem os serviços educacionais.

Tiballi (2003) destaca:

O assistencialismo que prepondera como racionalidade orientadora das políticas educacionais e que aparece como forte tendência no discurso educacional brasileiro, são duas dimensões do mesmo contexto que vem despolitizando o sentido do público, que vem dificultando o processo histórico de democratização da escola e de universalização da educação pública neste país (TIBALLI, 2003, p. 124).

Para tanto, percebe-se que o percurso dos alunos com deficiência na classe comum, ainda necessita de várias melhorias e mudanças com predomínio de uma prática pedagógica inclusiva com benefícios para todos, entendendo assim, que as políticas da EE têm um papel fundamental nesse processo.

2.2.3 Práticas Pedagógicas

A categoria das *práticas pedagógicas* envolve vários temas que provocam o debate. Assim, nessa categoria foram analisadas 5 teses e 10 dissertações, perfazendo um total de 15 trabalhos.

A temática que aparece na análise realizada nas duas dissertações a seguir trata-se da Educação Inclusiva, ainda conceituada como Necessidades Educacionais Especiais – NEE e, ainda a oferta de ensino para portadores de necessidades especiais² que hoje sob uma modificação, por modificar os conceitos para melhor entendimento. Os sujeitos da EE são aqueles que têm deficiência. E que pode ser especificada de acordo com a cada uma delas. Assim, a dissertação discute as expressões Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais, de uso corrente no campo educacional, tendo em vista a suposição de representarem conceitos ambíguos, cuja elucidação pode ter importância para a estruturação de referências práticas para o trabalho de escolas regulares inclusivas. Nos resultados, destacou-se a análise da expressão “necessidades educacionais especiais” e a possibilidade de funcionar como referência positiva para a busca de soluções para os problemas de aprendizagem e de ensino nas escolas regulares inclusivas.

Já a dissertação de que tem o objetivo de compreender como se deu a concepção e estruturação da Escola Santa Clara de Catalão no período de 1982 a 2000, tornando-a pioneira na oferta de ensino para portadores de necessidades especiais no interior do estado de Goiás. O pioneirismo da instituição evidencia a organização e a estruturação em uma década em que as Políticas Educacionais ainda se faziam incipientes em Goiás e no sudeste goiano quanto ao atendimento às demandas da Educação Especial (NOGUEIRA, 2008; FRANÇA, 2016).

Com relação a temática das tendências teórico-metodológicas utilizadas tem-se 3 teses e 3 dissertações que tratam dessa análise, envolvendo também professores de histórias e alunos surdos.

Compreender como o processo de inclusão vem de fato acontecendo na Rede Estadual de Ensino no Ensino Fundamental Ciclo I, Ciclo II e Ensino Médio, e como a escola regular e seus profissionais têm encontrado alternativas para atender à demanda dos alunos da EE é um grande desafio. Os resultados imprimem marcas significativas dos avanços e possibilidades desse processo, e retrata igualmente a predisposição de profissionais da educação que se comprometeram com o processo de inclusão.

² Ressalta-se aqui, que o termo ainda utilizado “Portadores de necessidades especiais” é o conceito utilizado na época da escrita.

As características e tendências teórico-metodológicas presentes nas análises de produção em EE e Educação Inclusiva na região Centro-Oeste ainda não se encontram consolidadas, porém, estão em expansão. A análise das práticas pedagógicas de professores de História da educação básica no que tange ao uso da imagem iconográfica com alunos cegos, aponta possibilidades de realizar o ensino de História pautadas em uma abordagem multissensorial e fundamentadas na fenomenologia que permitam ao aluno com deficiência visual desenvolver uma análise mais completa da iconografia. As políticas públicas educacionais inclusivas preveem a formação bilíngue de alunos com surdez, além de assegurar o ensino de Libras para esses alunos, por meio do AEE.

Assim, ao verificar se as políticas de inclusão, nos termos que são propostas, contribuem para diminuir os impactos das desigualdades que historicamente constituem a educação dos sujeitos considerados com deficiência auditiva, e se possibilitam o desenvolvimento de práticas de ampliação da participação desse grupo de pessoas na vida social, em que as políticas de educação bilíngue para alunos com surdez devem ser implementadas, valorizando a Libras como primeira língua (L1) e a língua portuguesa como segunda língua (L2), mas para que isso ocorra, é precípua que essas políticas sejam conhecidas e discutidas no interior das escolas.

O estudo sobre a ação coletiva do movimento social do surdo no processo histórico que culminou na Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconheceu a língua brasileira de sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão no Brasil. Esses e outros desdobramentos revelaram-se importantes para que o movimento ampliasse as suas redes sociais, o que possibilitou a arregimentação de ativistas, participantes e aliados para a produção de ações coletivas em prol da oficialização da Libras em diferentes localidades do país.

Os trabalhos, apontam também o protagonismo do movimento social surdo na reivindicação e garantia de direitos para os surdos sinalizadores, sendo a aprovação da Lei 10.436/2002 um dos avanços mais significativos obtidos no campo político-institucional. Já a tese buscou compreender os processos de escolarização de alunos surdos na escola pública especializada, à luz de análises sobre as relações entre as desigualdades educacionais e as trajetórias escolares discentes. As análises sobre os fatores escolares que influenciaram as progressões escolares destacadas, definindo seu traçado. Fazem também, uma reflexão sobre fatores individuais e familiares que aparecem articulados às determinantes do processo de constituição da trajetória do aluno surdo das camadas populares. (BRITO, 2013);

(CUKIERKORN, 2005); (D'ÁGUA, 2007); (LEÃO, 2017); (MELO, 2017) e (SANTOS, 2019).

Na mesma categoria aparece a temática currículo em uma dissertação que foi analisada como a escola articula o currículo na educação dos alunos com surdez em Goiás. Neste trabalho foi constatado que desde o início da Educação Inclusiva aos dias atuais, as propostas curriculares foram radicalmente mudadas para os alunos, e as dificuldades por que passa o sistema educacional geral afetam também os alunos com deficiência. (PEREIRA, 2014).

Apenas uma dissertação a partir da análise do balanço traz para o debate a Prova Brasil que discute os aspectos a partir de duas escolas estaduais situadas na cidade de Goiânia-GO. A Prova Brasil tem sido realizada tendo em vista as particularidades das deficiências, dos TGD e AH/SD: fundamentado no reconhecimento da diversidade e na flexibilização dos conteúdos curriculares, dos recursos didáticos e das temporalidades e ordenado a partir da homogeneização do desempenho dos alunos nos testes padronizados, numa perspectiva classificatória e mercadológica. Existe assim, a coexistência de processos de inclusão/exclusão, resultantes da utilização da Prova Brasil como instrumento de aferição do desempenho dos alunos em áreas específicas do currículo. Nessa p

erspectiva é possível as contribuições da Avaliação Institucional Participativa (AIP) – como estratégia de cunho contra regulatório – na elaboração de padrões de qualidade socialmente referenciados, que possam servir de suporte para o trabalho educativo nas escolas inclusivas (WITEZE, 2016).

Uma dissertação fala da estimulação precoce que tem por objetivo compreender como é realizado o processo de estimulação precoce na prática pedagógica dos professores com alunos de 0 a 3 anos. O título do trabalho é Público-Alvo da EE, na idade de 0 a 3 anos, nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS), de Catalão – GO, e nele fica evidenciado que o trabalho educativo desenvolvido na creche encontra-se muito voltado para a questão do cuidado, mas a visão assistencialista pode ser superada quando o cuidar passa a ser visto como uma forma de propiciar a todas as crianças um desenvolvimento de todas as suas capacidades cognitivas, físicas e sociais (BORGES, 2016).

As professoras entrevistadas pela autora da dissertação, reconhecem a relevância da inclusão no desenvolvimento das crianças público alvo da EE, mas apontam várias dificuldades para que de fato esse processo se efetive como: falta de recursos humanos e materiais, pouca formação, isolamento no trabalho com a criança, pouca acessibilidade. Quanto à estimulação precoce verifica-se que este programa educacional ainda é

desconhecido pelas professoras da rede regular e que o trabalho realizado está pautado numa prática intuitiva.

Existe ainda, maior investimento na formação dos professores da Educação Infantil, no que se refere ao trabalho com a criança com deficiência. É preciso políticas de formação que realmente proporcione aos educadores conhecimentos teóricos e práticos que promovam o direito à aprendizagem de todas as crianças. Dentro da categoria, formação de professores compareceram as temáticas analisadas sobre o Núcleo de Atendimento Educacional Hospitalar (NAEH) em algumas dissertações.

A promoção da saúde da equipe coordenadora e das professoras NAEH, visando ao enfrentamento dos problemas decorrentes do atendimento educacional hospitalar e domiciliar evidencia que ela foi criada para prestar atendimento educacional a alunos que estejam impossibilitados de frequentar a escola por motivos de saúde foi encontrada uma situação de sofrimento entre as pessoas envolvidas devido a dificuldades encontradas nos atendimentos educacionais envolvendo casos de transtorno mental.

O atendimento pedagógico-educacional em classes hospitalares, enquanto serviço especializado, recolocam a questão da validade das classes hospitalares para todos os hospitais de São Paulo. Elas precisam ser regidas por professores devidamente preparados e, consideradas como um serviço de apoio pedagógico especializado que visa ao desenvolvimento educacional e à inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais, decorrentes de problemas de saúde, temporários ou permanentes.

Já, a tese que traz o Atendimento Pedagógico Hospitalar/Domiciliar (APDH) buscando suas particularidades na qualidade de política pública, bem como a identidade profissional dos sujeitos que nela atuam e a percepção dos sujeitos envolvidos, acerca do atendimento desenvolvido pelo NaeH/Seduc-GO, considerando a questão do gênero e da docência, tem ainda um longo caminho a percorrer para alcançar de fato a inclusão e a igualdade de direitos. (ASSIS, 2009; BARROS, 2016; JESUS, 2017).

Em uma tese, fala-se na temática da acessibilidade, enquanto práticas pedagógicas necessárias para a inclusão dentro da categoria formação de professores. Ao examinar os aspectos da política e da legislação identificou-se uma ênfase aos aspectos da acessibilidade arquitetônica em detrimento das questões pedagógicas e do atendimento educacional especializado, que quando mencionados, aparecem com pouco detalhamento das atividades realizadas, que com a oferta de formação continuada também é recorrente nos dados como uma das adversidades citadas para o atendimento aos estudantes com NEE's (MENDES, 2017).

Assim, a categoria práticas pedagógicas, revela a necessidade da implementação dos temas a serem estudados para melhoria da atuação pedagógica, principalmente na EE, pois os aspectos voltados para a metodologia utilizada pelo professor fazem a diferença nas práticas de atuação no processo escolar.

De acordo com Tiballi (2003):

[...] vários outros estudos dessa natureza, permitiram compor um retrato das fragilidades internas da escola pública, localizadas na precariedade de suas instalações físicas e de seus recursos didáticos, nas deficiências da formação dos professor, no tradicionalismo elitista da organização curricular, na centralização e burocratização das decisões pelas Secretarias de Educação e nas dificuldades escolas dos alunos, agravadas pela situação de pobreza em que vive a maioria deles e pela inadequação pedagógica da sala de aula (TIBALLI, 2003, p. 119).

Portanto, todos esses aspectos apontados pela autora, ajuda refletir esse cenário que carece de olhar mais atento. Ressaltando que as diferenças de condições de trabalho e estrutura física entre as escolas não foram considerados suficientes para que aquelas que apresentam melhores condições de recursos físicos, humanos e econômicos pudessem efetuar uma inclusão mais qualificada de alunos com deficiência, porque o *ethos*³ da precariedade também é assumido por seus educadores, pois, apesar de seus professores estarem cientes de que ela possuía melhores condições de infraestrutura, no que se refere à disponibilização de recursos para a inclusão escolar ela sofria dos mesmos males que as demais, fazendo com que essa precariedade menos evidente também fosse naturalizada.

A partir desse balanço faz-se necessário refletir sobre as categorias encontradas nos trabalhos investigados, aqui destacando: Percurso escolar de alunos com deficiência na classe comum; Políticas Públicas da Educação Especial; Formação de professores; Empoderamento e Práticas Pedagógicas para saber o que dizem os pesquisadores sobre a EE para verificar como os resultados apresentados pelos pesquisadores podem reverberar nas práticas da Educação Inclusiva em benefício dos educandos que são as centralidades dos processos que envolvem a aprendizagem.

A análise do balanço das teses e dissertações dos últimos vinte anos de publicação com a possibilidade de vencer os desafios por meio do *Estado do conhecimento*, traz o desafio de discutir o que dizem os pesquisadores sobre a EE a partir das categorias encontradas na

³ O *ethos* da escola em que atua e/ou que tem atuado, as propriedades práticas e valores que caracterizam uma escola, assim como o subgrupo das normas que diferenciam grupos particulares dentro de uma mesma escola (MIZUKAMI, 1996).

análise e o que autores que mais aparecem nos trabalhos desses pesquisadores sinalizam sobre a temática dessa modalidade no Brasil num período de 20 anos.

O próximo capítulo apresenta a ampliação do conhecimento, realizando a fundamentação a partir das referências das teses de doutorado e dissertações de mestrado dos 10 autores que foram mais utilizados.

2.2.4 Formação de professores

A *formação de professores* que atua na perspectiva da Educação Especial/Inclusiva é discutida nos textos sob a ótica do trabalho e formação docente, como oferta de graduação, a partir da comunicação estabelecida em pequenos grupos, com vistas à formação continuada. E, para tratar dessa categoria, várias temáticas comparecem em 2 teses e 14 dissertações, totalizando 16 trabalhos analisados.

Para tratar da temática dos processos formativos que envolvem a EE foram analisadas 7 dissertações e 1 tese. Ressaltando, que dos processos formativos dos professores de Goiás no período de 1999 a 2012, aponta que existe uma exigência na formação em nível superior para atuar nas SRM e nem sempre essa formação serve como parâmetro para ingresso no AEE. Os certificados mostraram que muitos professores que trabalham na área não possuem formação específica e pode-se apreender que a formação inicial foi considerada deficitária e insuficiente.

As necessidades formativas de Professores de Educação Básica Especial (PEBE) que atuam na perspectiva da Educação Inclusiva, na rede pública, com a finalidade de oferecer subsídios para a formação permanente em serviço em que tais necessidades sejam objeto de análise e reflexão. Assim, o estudo direciona para grupos de estudos na construção de atitudes e práticas colaborativas em interface com as escolas, as famílias, a comunidade e outros setores e serviços, com vistas a alcançar o envolvimento e a colaboração necessários à construção da cultura escolar inclusiva.

Compreender a atuação do profissional formador da EE discutindo a formação docente em busca de apreender as significações de uma Professora de Acompanhamento e Apoio à Inclusão (PAAI) sobre a sua atuação como formadora na EE apontou a relevância de ser ampliada a oferta de formação continuada para os professores em serviço, principalmente para os regentes de referência de classes comuns, que, em sua maioria, pouco tiveram oportunidade de participar de cursos e programas de formação continuada. As representações sociais das pessoas com deficiência e com outras necessidades educacionais específicas, do

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFG) Campus Iporá, sobre suas perspectivas de futuro profissional, bem como identificar e analisar as legislações que amparam a Educação Inclusiva, fixa suas perspectivas de futuro na educação e no trabalho, principalmente por valorização do seu “eu” que histórica e socialmente foi excluído e marginalizado.

A formação continuada de professores do Atendimento Educacional, na modalidade semipresencial, utilizando recursos da Tecnologia da Informação e da Comunicação (TICs), para identificar uma estrutura de cursos de formação continuada que colabore com a prática autogeradora de transformação do professor, em salas de recursos multifuncionais mostra diferentes realidades sócio-histórico-culturais que permeiam os contextos educacionais deve ser levado em conta para que um curso semipresencial oferecido aos docentes do (AEE). As necessidades formativas apontadas por professores especializados em deficiência intelectual, atuando na rede municipal de ensino de São Bernardo do Campo - SP, bem como analisar as propostas de formação continuada entre os anos de 2005 e 2009, destinadas à formação desses professores apontam diferentes necessidades formativas, relacionadas tanto às questões não contempladas em sua formação inicial quanto às mudanças no contexto educacional propostas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 2008).

A formação de professores para a educação de surdos tem sido discutida em teses e dissertações no período de 1995 a 2014, verifica-se que as especificidades da educação de surdos não têm sido contempladas na formação inicial, realidade que tem demandado aos professores a busca por formação continuada. (SILVA, 2014); (SALGADO, 2018); (VIEIRA, 2016); (SILVA, 2019); (EVANGELISTA, 2019); (LAMONIER, 2018); (QUEIROZ JUNIOR, 2010) e (MUTTÃO, 2017).

Apenas um dos trabalhos traz a área de Educação Física envolvendo a EE, principalmente por fazer parte do contexto que envolve o aspecto do desenvolvimento físico na compreensão do sujeito integral. Aos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, no Ensino Regular, da Rede Pública Estadual de São Paulo, não são disponibilizados recursos para o processo de inclusão escolar, onde a inclusão escolar e os professores não assumem posição crítica frente a essa precariedade, tratando como inerente à função docente (SOUSA, 2009).

Dois trabalhos discutem a Educação Infantil, sendo uma tese e uma dissertação. Um faz a análise das políticas públicas de Educação Infantil e de EE materializadas nos PNE de 2001 e 2014, considerando as especificidades do Estado brasileiro e o processo de lutas para a garantia do direito à educação das crianças com deficiência, TGD, AH/SD com as lutas

travadas no contexto da sociedade civil são marcos fundamentais para evidenciar a tensão em torno da defesa da escola pública e de uma educação emancipatória na direção da contra-hegemonia pela classe trabalhadora.

As práticas corporais e o brincar na Educação Infantil para auxiliar na socialização, no aprendizado e no desenvolvimento de crianças pequenas, Público-Alvo da Educação Especial - PAEE revelou que as práticas corporais e as ações importantes para o desenvolvimento, aprendizado e para a socialização de todas as crianças presentes no contexto escolar, possibilitando que elas (re)criem, experimentem, sejam crianças, são de extrema importância para o papel do professor do olhar e saber ouvir as crianças, (re)aprendendo a brincar e a se conhecer, dando espaço e voz para a criança aprender e usufruir da brincadeira da melhor maneira (SOUZA, 2018); (PEREZ, 2018).

Assim, pensar na formação de professores e no direito à diversidade realizado em âmbito nacional pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação a partir de 2003 permitiram identificar evolução na política de formação continuada e afastamento em relação à perspectiva neoliberal. Ao proporcionar subsídios teóricos e materiais para a formação docente para a Educação Inclusiva e para a organização de serviços de atendimento especializado nos estados e municípios brasileiros contribuiu para o crescimento das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais em classes e escolas comuns do ensino regular (LEODORO, 2008).

A formação de professores de forma colaborativa é apresentada em três dissertações. A formação continuada para professores baseada na Consultoria Colaborativa, contribui com a prática escolar de profissionais que atuam com alunos Público-alvo da EE. Pesquisa essa, que proporcionou estratégias pedagógicas condizentes com a realidade dos alunos com deficiência, pois viabilizou a ampliação de cursos de formação continuada mais próximos da realidade vivenciada pelos profissionais da escola. A trajetória formativa/profissional do professor de apoio e do professor regente em condição de bidocência revelou um professor de apoio mais atuante com o aluno da EE e um professor regente voltado ao restante da turma, caracterizando duas práticas como distintas em um mesmo ambiente, sem apresentar a unicidade nos atendimentos a todos os educandos. (CAMPOS, 2018); (FREITAS, 2013) e (PICOLINI, 2019).

Em seu estudo acerca da educação de surdos, Pires (2018), salienta que:

A educação de surdos no Brasil atualmente ainda está politicamente dentro do discurso da inclusão. Para alguns, a inclusão é o melhor caminho para a educação de surdos, desde que eles estejam amparados por profissionais

capacitados. Porém, para outros, a inclusão significa uma exposição das desigualdades educativas. Embora as pessoas surdas não se sentem deficientes, perante a lei e a concepção clínica são considerados como tal. Culturalmente as pessoas surdas apenas possuem uma singularidade linguística e, no ambiente, escolar necessitam de estratégias pedagógicas que condizem com as suas especificidades (PIRES, 2018, p. 115).

O acesso dos surdos a cursos superiores de formação de professores está presente em 1 tese e analisa o acesso dos surdos a cursos superiores de formação de professores de Libras em instituições federais, em que os resultados apontaram para um quantitativo ainda escasso de vagas ofertadas nacionalmente para a formação de professores de Libras, sobretudo no segmento que abrange a Educação Infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Foi constatado a presença de concepção patológica do surdo ainda muito presente nas exigências e nos textos dos editais e provas analisados e, uma visão essencializada das competências linguísticas do sujeito surdo e da noção de identidade (KUMADA, 2017).

Assim, entende-se que a formação de professores oferece boas reflexões para a implementação e ações pedagógicas para o trabalho dos alunos com deficiência a partir da realidade vivenciada por eles. E, destaca-se aqui, a pesquisa colaborativa como possibilidade para contribuir significativamente para a melhoria das práticas pedagógicas.

Com relação ao processo formativo do professor, Vygotsky pontua que, antes se desejava apenas que conhecesse a matéria e o programa e que soubesse dar alguns gritos em sala de aula ante um caso difícil, e “hoje a pedagogia se transformou em uma arte verdadeira e complexa, com uma base científica. Portanto, exige-se do professor um elevado conhecimento da matéria e da técnica de seu trabalho” (VYGOTSKY, 2003, p. 300).

Entendendo que existe a necessidade de colocar em ação as políticas públicas já existentes, bem como investir na formação dos professores. Deve-se, pois, focar em iniciativas para a formação e a construção de uma escola realmente inclusiva, com atuação de professores conhecedores da teoria e da prática e que as articulem no trabalho.

Porém, mesmo conscientes de suas perspectivas futuras, entende-se que os professores são conhecedores das dificuldades que enfrentarão para a preparação dos alunos com deficiências nas competências e habilidades nos trabalhos realizados no âmbito escolar. Os desafios que ainda estão por vir, principalmente porque não é um processo natural; pelo contrário, todo o processo que tange estes sujeitos, foi historicamente marcado por lutas e obrigatoriedade, como comprovado pelas inúmeras legislações que amparam os seus direitos como cidadão.

2.2.5 Políticas Públicas da Educação Especial

A categoria das *Políticas Públicas da Educação Especial* é apresentada em 5 teses e 22 dissertações, sendo um total de 27 trabalhos analisados. Nessa discussão sobre políticas da EE vários documentos se fazem presentes, dentre eles: Diretrizes Básicas para Ação do Centro Nacional de Educação Especial (BRASIL. MEC. CENESP, 1974); Política Nacional de Educação Especial (BRASIL. MEC. SEESP, 1994); e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL. MEC. SEESP, 2008).

O acesso e o direito à educação estão presentes nos trabalhos que se segue. Os anos de 1974 a 2008 se configurou como período que movimentava o direito à educação de uma pequena parcela da população que tem sido objeto de políticas setoriais. A indefinição do campo sobre a EE contribui para a manutenção de políticas setoriais, co parecendo os problemas de âmbito das políticas educacionais globais; a universalização do acesso à escola básica está muito longe de ser atingida; a permanência e valorização das instituições privadas de caráter filantrópico, que assumem papel relevante nas políticas e no atendimento educacional dessa população, contribuem para a manutenção da escolarização dos deficientes no âmbito do compromisso moral e não do direito.

Assim, para os pesquisadores Góes (2009) e Pedott (2019) a perspectiva da construção de uma Educação Inclusiva em nossa realidade brasileira acentuou-se a partir dos anos 90, em um contexto desencadeado por reformas significativas que envolveram a educação básica e, mais especificamente, o ensino fundamental, com vistas a responder ao desafio de promover uma educação para todos. Na esteira de conferências internacionais visaram à proposição da universalização da educação básica nos países em desenvolvimento, com os dados que indicam que uma dada política percorre um longo caminho entre o início e a execução, em que comparece diferentes elementos que interferem no andamento da implementação.

Já os pesquisadores Fagliari (2012) e Soto (2011) traz a análise da política educacional como política voltada para o processo de inclusão de alunos com deficiência evidenciaram que a inclusão educacional das pessoas com deficiência intelectual no município de Jataí-GO ainda não se consolidou de forma satisfatória, carecendo, além de outros fatores, de investimentos destinados à formação e qualificação docente; da valorização do profissional da educação, e da superação de valores e atitudes de muitos em relação às pessoas com deficiência. E, duas teses fazem a reflexão sobre as políticas educacionais para as pessoas com deficiência e a discussão acerca da crise pela qual passa a Educação Especial.

A partir desta fala, nota-se que a crise está presente tanto no interior desta área e nas formas que vêm sendo discutida a Educação Especial, como a configuração de como as políticas públicas têm se apresentado no país. Assim, o principal problema da inclusão escolar das pessoas com deficiência centra-se no fato de que o país não possui um sistema nacional de educação que agregue as políticas educacionais, os programas e as ações governamentais, que dê conta de consolidar a educação como direito social, a democratização da gestão, o acesso e a garantia da permanência de crianças, jovens e adultos nas instituições de ensino brasileiro e o respeito à diversidade, no sentido de compreender as diferenças individuais para entender os direitos iguais.

Os autores Lima (2014), Rocha (2014) e Silva (2000) sinalizam em suas pesquisas que não há inclusão escolar da pessoa com deficiência porque não se tem uma sociedade inclusiva. Isto decorre do fato de que o modo de produção da vida material exclui parte da população dos bens produzidos socialmente e a educação é um desses bens.

Ressalta-se aqui, que a temática sobre a Educação infantil comparece em algumas dissertações e faz a reflexão sobre o lugar ocupado pelos bebês e crianças pequenas com deficiência nas ações e políticas públicas promovidas pelo Estado na educação brasileira. Ao publicizar o não-lugar, imposto aos bebês e às crianças com deficiência nos ambientes escolares ficam pautadas as reflexões e debates necessários sobre a continuidade histórica da exclusão que estamos conduzindo dessa faixa da população nas políticas públicas de educação e em seus direitos sociais.

De acordo com o trabalho pesquisado dos autores Silva et al. (2018), Ribeiro (2016) e Nascimento (2019). No município de São Paulo, a concepção de infância e de criança que predomina na formulação de políticas públicas de atendimento para a população de sua faixa etária e indica dificuldades de enfrentamento, principalmente, referentes à garantia de uma educação de qualidade, cujo objetivo é descrever e analisar as orientações dos setores centrais de EE e de educação infantil da Rede municipal de ensino, de São Paulo para o atendimento educacional de crianças da educação infantil público-alvo da EE de acordo com ações implementadas em um centro de formação e acompanhamento à inclusão, entre os anos de 2005 a 2015. Assim, a oferta e organização da EE para estudantes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental em municípios goianos resultam nas evidências de poucas diretrizes específicas para a EE nos sistemas de ensino dos municípios que fazem interpretações equivocadas e restritas em relação aos regulamentos nacionais. Existe, ainda, limites de espaço para funcionar no contra turno e em restringir o atendimento definindo o público-alvo da EE.

Os trabalhos analisados em seguida, trazem o público-alvo da EE na perspectiva da Educação Inclusiva, especificamente no AEE, fazendo menção às Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e, ainda o Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como, apresenta os desafios da implementação e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação, que necessita estar preparado. Essas temáticas são apresentadas em 9 dissertações e 1 tese como pode ser acompanhada em seguida.

Os princípios, finalidades e diretrizes da política de EE da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, bem como seus pontos, contrapontos e ajustes às políticas federais na perspectiva inclusiva, evidencia que na política municipal a dimensão quantitativa do direito à educação das pessoas com deficiência, TGD e AH/SD, que se refere ao seu acesso à classe comum, originou-se no bojo da proposta de integração escolar e de universalização da educação instituída pela CF/1988.

As implicações administrativo-pedagógicas das bases teórico-pedagógicas para a oferta e a estruturação do AEE e os resultados apontam para a importância da teoria educacional como orientadora da prática educativa, ressaltando que a superação das práticas fragmentadas e alienadas, sejam da prática social global e/ou da prática educacional, está, necessariamente, vinculada a uma teoria da práxis crítica, transformadora das relações de poder.

Os determinantes históricos, políticos e econômicos incidem sobre o processo das orientações curriculares para o AEE nas SRM a partir da análise da política de EE de um município paulista na cidade de Franca, com vistas a prover apoio em caráter complementar ou suplementar, no contraturno, aos alunos/as com deficiência, TGD e AH/SD, matriculados/as na classe comum. Em meio às práticas que priorizavam atividades de leitura e escrita, poucos foram os registros e questionamentos sobre quais conteúdos deveriam ou não ser contemplados (BENDINELLI, 2012; SOTERO, 2014; FLORO, 2016; SANTOS, 2016).

De acordo com Mantoan (2010) a atuação e competência do AEE na perspectiva da Educação Inclusiva constitui um vetor importante de transformação do Ensino Especial,

O fato de a Política ter definido seu público específico não contradiz esta abordagem das diferenças; o AEE planeja e executa suas intervenções dentro de quadros identitários móveis individualizados, suscetíveis a influências do meio, que não estão restritos a características previamente descritas, diagnósticos e prognósticos implacáveis (MANTOAN, 2010, p. 14).

Entende-se assim, que a identidade profissional de uma professora que atua no atendimento da EE, frente à atual política de Educação Inclusiva passa por várias formações e

transformações no modelo metodológico de ensino, mas que ainda existe a necessidade de várias formações para as demandas vigentes para que ela assuma novos papéis, capazes de contribuir para que a escola na perspectiva da Inclusão efetivamente aconteça.

Uma dessas teses, aponta os desafios que o professor enfrenta no contexto das políticas de inclusão de crianças com deficiências, nos primeiros anos do ensino fundamental em escola pública, pois os enfrentamentos para a inclusão educacional da criança com deficiência sem condições a uma escolarização de qualidade é ainda um grande problema.

Dessa forma, foi verificado que a ausência de informações em relação ao tema proposto fere as normas vigentes de respeito à diversidade. Para que a escola possa dar resposta a todos os alunos é necessária mudança de princípios, práticas, estruturas colaborativas e de apoio entre todos os envolvidos no processo da inclusão escolar, sendo necessário a qualificação profissional, acessibilidade, estrutura física, recursos pedagógicos, respeito às diferenças individuais, acesso ao ensino público de qualidade, igual e para todos.

Assim, o campo de estudos sobre a escolarização de estudantes diagnosticados com Transtorno do Espectro Aautista (TEA) conclui-se que o foco que predomina é a interação social dos alunos com seus professores e colegas, permanecendo a clássica afirmação de que a interação ou a socialização são pré-condições para a aprendizagem.

Em um dos trabalhos a produção do currículo em ação de Educação Física, fundamentado nos princípios do currículo cultural do componente de Jovens e Adultos foi possível apreender o acolhimento dessa população de uma forma mais justa e alinhada a princípios democráticos. Entretanto, quando a discussão incide sobre as pessoas com diferenças funcionais há prejuízo de leituras de cunho social e cultural da realidade.

Assim, torna-se relevante o professor compreender os aspectos que envolvem o projeto de educação integral - formação humana - para os alunos com deficiência e/ou necessidades especiais na escola de tempo integral como foi estudada na Escola Municipal de Educação Integral em Aparecida de Goiânia – GO. Os resultados revelaram um projeto assistencialista para as pessoas com deficiência e /ou necessidades especiais que sobrepõe o pedagógico e, que devido às condições precárias de trabalho, os professores acabam por negligenciar o público-alvo da EE, reforçando o fenômeno de inclusão excludente e/ou inclusão alienada (LINO, 2008; LEITE, 2017; MARTINS, 2017; MARINHO, 2018; RODRIGUES, 2017).

Apenas um trabalho destaca a discussão sobre a forma de avaliação. (RAIMUNDO, 2013) analisa como vem se constituindo a participação do público-alvo da EE nessa modalidade avaliativa tomando como referência a Prova São Paulo para produzir informações

periódicas sobre o desempenho de seus alunos, verificando os efeitos das políticas e dos programas educacionais adotados. O envolvimento entre as equipes da avaliação educacional e da EE foi considerado de extrema relevância para a ampliação do quadro de adaptações e apoios especiais ofertados.

O tema acerca da filantropia aparece em dois trabalhos. Trata-se das trajetórias escolares de crianças e adolescentes com deficiência física que procuraram uma instituição filantrópica especializada, cuja matriz se localizava no município de São Paulo, para uma orientação sobre escolarização. Os resultados indicaram a existência de muitos casos de retenção, falta de acesso à escola, frequência em ano/série diferente daquele em que o aluno tinha sido matriculado, trocas de escola em busca de melhor atendimento, casos de promoção sem aprendizagem e escassez na oferta de atendimento educacional especializado.

Outro trabalho aponta que a filantropia e a caridade são princípios que nortearam a área da EE no período investigado. Inclusive no que diz respeito às proposições políticas de Educação Inclusiva e à permanência do financiamento, pelo poder público, das instituições privadas-filantrópicas das Apaes, que conquistaram hegemonia na oferta de atendimento educacional especializado, como prestadoras de serviços. Assim, foi construindo, ao longo do tempo, um sistema educacional privado-filantrópico que se caracteriza, não somente pela busca e consecução de subsídios para sua manutenção, mas também por sua constituição como parte integrante e fundamental das políticas nacionais de EE (DAVIDS, 2014; LEHMKUHL, 2018).

Apenas uma dissertação traz o mensão do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico e Valorização do Magistério (FUNDEB) para compreender o deslocamento de recursos para a garantia do acesso e permanência do público alvo da EE do/no estado de Goiás entre os anos de 2010-2013. O aumento de matrículas no ensino fundamental (anos finais) e ensino médio, evidencia a permanência do público alvo da EE no ensino básico, sendo necessária a revisão/transparência em relação às etapas e modalidades da distribuição financeira do Fundeb e da política educacional do país para a adoção de padrão de equidade na colaboração entre os entes federados (TEIXEIRA, 2015).

O Planejamento escolar comparece em 2 dissertações. A primeira busca compreender a Proposta de Inclusão Escolar apreendendo como as escolas se organizam e estruturam o ensino para o atendimento de seus alunos que possuem deficiência e asseguram aos mesmos as condições necessárias para uma educação de qualidade. A segunda analisa os planejamentos escolares, tendo em vista compreender o que muda e o que não muda frente às políticas de EE na perspectiva da Educação Inclusiva, a partir dos Projetos Políticos-

Pedagógicos - PPP, para as pessoas com deficiência, nas escolas públicas de ensino comum do município de Jataí – GO. Foi possível perceber contradições e dicotomias. Entretanto, apesar de ainda ser um longo caminho entre o que prevê a legislação e a materialização da inclusão nas escolas do município de Jataí, percebe-se avanços e algumas ações pontuais na busca dessa escola para todos (REZENDE, 2008; SILVEIRA, 2017).

Na sequência, apenas uma dissertação trata da acessibilidade, importante implementação da EE, que buscou entender como se dá o ingresso e a permanência de alunos com deficiência no ensino superior, especificamente, em cursos de graduação, na modalidade presencial, do Campus Catalão/UFG, partindo da análise das políticas de inclusão implementadas na instituição. Os resultados apurados indicaram a ausência de acessibilidade pedagógica capaz de atender às especificidades apresentadas por esse alunado; pouca acessibilidade física; acessibilidade atitudinal não condizente à realidade requerida pela inclusão. O desconhecimento, por parte dos professores, de como deve ser sua prática em sala de aula com os alunos com deficiência e a necessidade de criação de um setor de apoio à inclusão, com suporte aos discentes, aos docentes e demais servidores da instituição, também ficaram visíveis no estudo (TARTUCI, 2014).

Em uma das teses, faz-se a análise sobre as Políticas Públicas de Inclusão em Diadema, focalizadas nas pessoas com necessidades educacionais especiais, que estão incluídas nas escolas regulares. Para analisar as ações implantadas nas três Gestões estudadas, abrangendo o período de 1993 a 2004, foram desvelados os avanços e os impasses na construção da escola para todos, possibilitando rever o papel dos serviços de apoio especializado na construção dos parceiros necessários para atender à demanda dos alunos com NEE (VIZIM, 2009).

Percebe-se que o documento Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva, publicado no ano de 2008, que preconiza o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, TGD e AH/SD nas escolas regulares foi reiterado em legislação posterior, regulamentadora do financiamento do AEE. No entanto, ainda não consegue atender os alunos que ainda estão à margem, aqueles considerados excluídos.

Dessa forma, concretiza-se em apoio pedagógico especializado em classe comum, o AEE complementar ou suplementar, o atendimento educacional hospitalar, o atendimento educacional domiciliar e o projeto escolas inclusivas bilíngues para surdos, ou combinação de diferentes lógicas na política pública de EE.

Percebe-se que o tema EE na perspectiva da Inclusão foi abordado muito pouco e de forma superficial, não contemplando especificamente assuntos referentes à Educação Especial/Inclusiva.

CAPÍTULO III - BALANÇO DAS PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEÓRICAS INDICADAS NOS TRABALHOS LOCALIZADOS E ANALISADOS

A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.

(PAULO FREIRE)

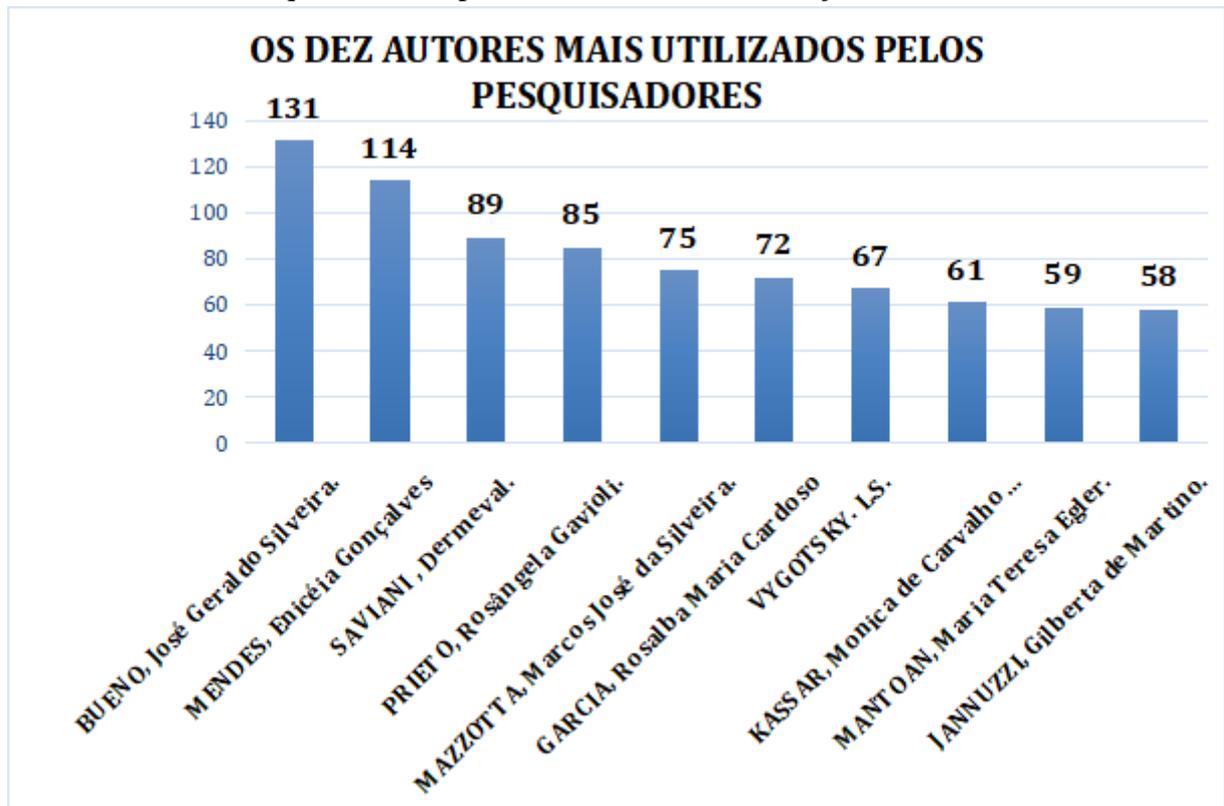
Este capítulo trata da revisão bibliográfica dos autores que apareceram mais de 80 vezes em teses e dissertações com o recorte na EE no âmbito escolar.

3.1 Descrição dos dados localizados e analisados

A análise do balanço das principais referências teóricas indicadas nos trabalhos localizados traz os autores mais apontados nos 80 trabalhos que foram selecionados para esta pesquisa, cujo tema central é a EE na escola. Assim, fez-se uma análise dos 10 primeiros autores que mais apareceram nas citações e nas referências bibliográficas das 80 teses e dissertações analisadas.

Desses dez (10) autores destacados após a análise foi também percebido que são autores que estão sempre presentes nas citações de publicações utilizadas em cursos de graduação, pós-graduação e palestras da área de educação que envolvem a temática.

A ordem de incidência dos autores nos trabalhos foi: BUENO, José Geraldo Silveira 131 vezes; MENDES, Enicéia Gonçalves 114; SAVIANI, Dermeval, 89; PRIETO, Rosângela Gaviol 85; MAZZOTTA, Marcos José da Silveira 75; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso 72; VYGOTSKY. L.S. 67; KASSAR, Monica de Carvalho Magalhães 61; MANTOAN, Maria Teresa Egler, 59 e JANNUZZI, Gilberta de Martino, 58 vezes, como ser observado no *Gráfico 6* a seguir:

Gráfico 6 – Autores que mais comparecem nas teses e dissertações

Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

Como pode ser entendido, para evidenciar a orientação teórica do discurso presentes nas teses e dissertações utilizou-se os autores que repetem diversas vezes na amostragem trabalhada, fazendo um recorte dos que apresentam a quantidade a partir de 80 trabalhos.

Num universo total de 80 teses e dissertações, os autores que apresentaram mais de 80 vezes seus trabalhos foram quatro, dos quais partem o balanço e a análise desta pesquisa. Com esse recorte, espera-se encontrar evidências do que dizem esses autores a partir da fundamentação de suas obras sobre a temática da EE na perspectiva da Educação Inclusiva, levando em conta o Estado do Conhecimento.

A **Tabela 6** disposta a seguir, ajuda a refletir sobre os dados encontrados e que farão parte das análises para fundamentar o trabalho.

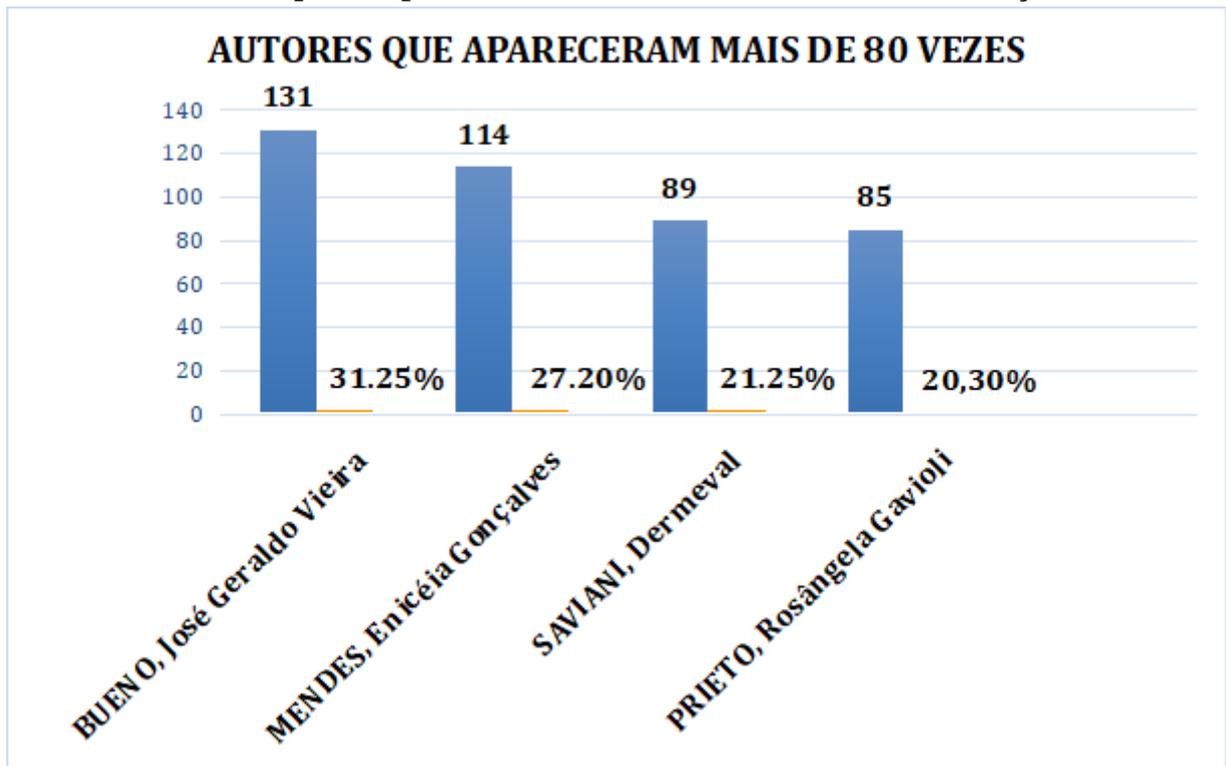
Tabela 6 – Autores que comparecem mais de 80 vezes nas teses e dissertações

Q.	AUTOR(A)	VEZES	%
01	BUENO, José Geraldo Vieira	131	31,25%
02	MENDES, Enicéia Gonçalves	114	27,20%
03	SAVIANI, Dermeval	89	21,25%
04	PRIETO, Rosângela Gavioli	85	20,30%
	TOTAL	419	100%

Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

Assim, em 100% das mais de 80 obras, que foram um total de 419, aparecem quatro (4) autores que fundamentam os trabalhos realizados. Considerando-se assim um número importante nas produções de obras sobre a temática no Brasil, como pode ser visualizado no *Gráfico 7* em seguida.

Gráfico 7 – Autores que comparecem mais de 80 vezes nas teses e dissertações



Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

Dessa forma, são esses os 4 autores que fundamentam com maior incidência os trabalhos que aparecem na pesquisa e subsidiam o balanço e a análise da temática discutida.

3.2 Critérios de seleção dos autores citados

Os critérios utilizados para encontrar os autores que mais apareceram nos 80 trabalhos de teses e dissertações foram selecionar os autores, a partir do levantamento de todas as referências bibliográficas que apareciam mais que 80 vezes, mesmo sendo obras diferentes delimitando o acervo de 4 universidades: PUC/GO, PUC/SP, UFG e USP nos últimos 20 anos, para a realização do Estado do Conhecimento dos trabalhos da BDTD.

A obra que mais apareceu de BUENO, foi: *Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*, cujas edições são as dos anos: (1990; 1993; 2004). Ressalta-se, ainda, que essa obra foi citada 32 vezes nos trabalhos investigados.

Já a autora MENDES, a 2ª mais citada, apareceu 30 vezes, nos trabalhos pesquisados com a obra: *A radicalização do debate sobre a inclusão escolar no Brasil*, em diversas datas de publicação de nova edição: (1995; 2001; 2002; 2003; 2006; 2007; 2009; 2010; 2011 e 2012).

O 3º autor, SAVIANI, repete 11 vezes a obra: *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. E traz a mesma obra em uma nova edição Renovada com Autores Associados, sendo, portanto, um total de 12 vezes nos trabalhos de pesquisas. As datas da reedição da obra são: (1991;1991b; 2003;2005; 2013b;2013 e 2016).

E por último, está a autora PRIETO, com a obra: *Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil*, que repete 14 vezes com as edições de 2000 e 2006.

Todas essas informações podem ser visualizadas na **Tabela 7** na sequência e, nos ajuda a pensar sobre os processos que fundamentam a EE no Brasil e os desafios enfrentados pelos profissionais da escola.

Percebe-se que ao observar os quatros principais autores, os exemplos acadêmicos estão na relevância de seus trabalhos e acessos com presença marcantes nos cursos superiores para pesquisa e fundamentação das teses e dissertações, bem como pós-doutorado.

Tabela 7 – Autores e obras que mais comparecem nas teses e dissertações (2000-2020)

O	AUTOR	OBRA QUE MAIS APARECE	ANO DE PUBLICAÇÃO	VEZES
1º	BUENO, José Geraldo Silveira.	Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.	1993	32
2º	MENDES, Enicéia Gonçalves	A radicalização do debate sobre a inclusão escolar no Brasil.	2006	30
3º	SAVIANI, Dermeval	Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Uma edição Renovada com Autores Associados.	2011	12
4º	PRIETO, Rosângela Gavioli	Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil.	2006	14

Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

Portanto, o 1º autor com maior número de recorrência nos trabalhos, BUENO, José Geraldo Silveira.⁴, traz a obra *Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente* que aparece em 32 trabalhos pesquisados. Essa obra é a sua tese de doutorado e, a temática trata da EE por ser uma área de abrangência que marca uma experiência com mais de 20 anos.

Nessa obra o autor analisa temas importantes como: a Educação Especial e educação regular; deficiência e normalidade; integração e segregação social; direitos do cidadão e assistencialismo; expansão de oportunidades educacionais e seletividade escolar. São dúvidas e inquietações que vão ao encontro dos pesquisadores aqui investigados nessa dissertação.

Assim de acordo com Lopes (2018)⁵, com a pesquisa *Inclusão e direito à aprendizagem de alunos com deficiência intelectual em escola municipal paulistana*, “As análises de Bueno corroboram a compreensão dos desafios colocados para concretizar o direito à educação” quando ele pontua que:

Os processos de escolarização em nosso país, especialmente aqueles voltados para o período de escolarização obrigatória e a atual educação básica, tem se caracterizado, via de regra, por seu caráter de seletividade, que dificulta aos membros das camadas populares atingirem níveis mais elevados de escolarização (BUENO, 2011, p. 145 *apud* LOPES, 2018, p. 28).

Complementarmente, o autor afirma:

Se, no passado, os processos de seletividade davam-se pelo não acesso ou pelas retenções e evasões provocadas pela repetência escolar, no momento atual, com a ampliação das possibilidades de acesso para a quase totalidade

⁴ De acordo com informações de seu currículo Lattes, concluiu o doutorado em Educação (História e Filosofia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1991. Atualmente é professor titular da Faculdade de Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com dedicação integral ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. Publicou trinta e quatro artigos em periódicos especializados, quarenta e dois trabalhos em anais de eventos, possui cinquenta capítulos de livros e quinze livros publicados ou organizados. Desenvolveu oito processos ou técnicas, além de outros oitenta e um itens de produção técnica. Participou de oitenta e três eventos no Brasil e quatro no exterior. Supervisionou três estágios de pós-doutorado, orientou sessenta e duas dissertações de mestrado e vinte e três teses de doutorado. Entre 1993 e 2019 coordenou treze projetos de pesquisa, e atualmente coordena dois projetos de pesquisa. Atua na área de educação, com ênfase nos processos de inclusão/exclusão escolar, em particular, na educação especial. Em suas atividades profissionais interagiu com mais de uma centena de colaboradores em coautorias de trabalhos científicos. Em seu currículo lattes os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: educação especial, política educacional, educação escolar, inclusão escolar, pesquisa educacional, ensino fundamental, formação docente, deficiência auditiva e surdez.

⁵ LOPES. Ingrid Anelise. **Inclusão e direito à aprendizagem de alunos com deficiência intelectual em escola municipal paulistana**. USP, 2018.

de crianças com idade de ingresso no ensino fundamental e pelos mecanismos de redução da repetência (sistemas de ciclos, regime de progressão continuada, programas paralelos de recuperação, etc.) essa seletividade se expressa fundamentalmente, pelos baixos índices de aprendizagem que continuam afetando, de forma contundente os alunos provenientes dos estratos sociais mais empobrecidos. (BUENO, 2011, p. 145 *apud* LOPES, 2018, p. 28).

“É preciso compreender que”

[...] na medida em que as possibilidades de sucesso se restringem às características individuais e aos atendimentos especializado específicos, fica escamoteado o caráter de classe da educação escolar das sociedades capitalistas e do qual a Educação Especial não está isenta. Isso faz com que os excepcionais das camadas subalternas sejam duplamente prejudicados, em razão das próprias dificuldades inerentes às suas características intrínsecas (quando elas existem) e por fazerem parte da parcela da população para a qual as oportunidades de acesso ao saber estão prejudicadas (BUENO, 2011, p. 30 *apud* LOPES, 2018, p. 82).

Todas as fundamentações que a pesquisadora traz para o seu trabalho, reforça a ideia de que existe ainda a necessidade de maior implementação das ações que envolvem a EE, pois de acordo com esse autor ainda existe grande dificuldade de ofertar um ensino de qualidade para os alunos que apresentam deficiência, principalmente em se tratando de uma sociedade que excludente.

Assim, França (2014)⁶, traz em sua pesquisa *Financiamento da Educação Especial: complexas tramas, permanentes contradições e novos desafios*, a fala de Bueno (2006):

[...] não se pode descurar de que eles [pessoas com deficiência] possuem características diferentes das demais categorias que compõem o universo dos sujeitos com necessidades educativas especiais [...] e que sem dúvida acarretam diferentes necessidades de adaptações escolares a essas características (BUENO, 2006, p.114 *apud* FRANÇA, 2014, p. 235).

Ainda, França (2014) ressalta que “o público da Educação Especial necessita de ações e políticas que contemplem as suas necessidades específicas quanto ao acesso ao sistema escolar, à permanência na escola e à qualidade de ensino.” Novamente percebe-se que BUENO, corrobora a necessidade da implementação de políticas que viabilizem recursos para efetivar os processos da EE.

⁶ FRANÇA, V. *Escola especial Santa Clara de Catalão (1982 - 2000)*. 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016.

Ressalta-se aqui, o que diz o pesquisador Goes (2014)⁷, que teve o privilégio de ter sido orientando de Bueno no doutorado, em seu trabalho intitulado *Escolarização de alunos com deficiência intelectual: as estatísticas educacionais como expressão das políticas de Educação Especial no Brasil*, destacando algumas falas de Bueno (2004 *apud* GOES, 2014), a respeito do conceito de excepcionalidade e sua construção social:

A excepcionalidade, enquanto conceito, no entanto, tal como qualquer conhecimento sobre os fenômenos sociais, não é um fato predeterminado nem se situa acima das relações sociais, porque, enquanto fenômeno social foi construído pela própria ação do homem, estando sempre necessariamente carregado de um sentido ideológico. (BUENO, 2004, p. 31 *apud* GOES, 2014, p. 41).

Ressaltando, ainda, que:

[...] o termo excepcional tem sido considerado como aquele que, historicamente, substituiu denominações que espelhavam formas negativas de encarar os que fugiam da normalidade, bem como refletia mais efetivamente os ideais da sociedade democrática. (BUENO, 2004, p. 38 *apud* GOES, 2014, p. 42).

O autor acima, chama a atenção para os aspectos que dizem respeito ao serviço ofertado como prestadora de serviço de custo financeiro elevado, mas sempre caracterizada por um modelo filantrópico e assistencialista.

Bueno (2004 *apud* GOES, 2014) trata do fato de que além da rede pública, a rede privada de EE aparece também como responsável por grande parte dos atendimentos oferecidos à população com deficiência, mas sempre caracterizada por um modelo filantrópico e assistencialista.

O **Quadro 2**, evidencia todos os pesquisadores que utilizaram Bueno, mas a pesquisa faz um recorte para a citação de alguns para entendimento dos processos.

Quadro 2 – Autor e a obra que aparece em 1º lugar nas obras pesquisadas (2000- 2020)

1º BUENO, José Geraldo Silveira.		
OBRA E ANOS	VEZES	PESQUISADORES QUE UTILIZARAM A OBRA
BUENO, J. G. S. Educação Especial brasileira: integração/segreg	32 VEZES	BENDINELLI, Rosanna Claudia BRITO, Fábio Bezerra de COSTA, Maria Elizabete 2 anos diferente. CUKIERKORN, Monica M. de Oliveira Braga FAGLIARI, Solange Santana dos Santos

⁷ GOES, Ricardo Schers de. **Escolarização de alunos com deficiência intelectual: as estatísticas educacionais como expressão das políticas de Educação Especial no Brasil**. PUC/SP, (Doutorando em Educação), 2014.

<p>ação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993. (1990;2004)</p>		<p>FLÓRO, Lisiane Fonseca Diogo FRANÇA, Marileide Gonçalves FRANÇA, Vanessa FREITAS, Adriana de Oliveira FREITAS, Ana Paula Ribeiro GÓES, Ricardo Schers de GOES, Ricardo Schers de GONZALEZ, Roseli Kubo JESUS, Edna Maria de LAMONIER, Elisângela Leles LEHMKUHL, Márcia de Souza LEODORO, Juliana Pires LINO, Débora Maria de Paula LOPES, Ingrid Anelise MARTINS, Tânia Gonçalves NASCIMENTO, Selma Soares do PEDOTT, Larissa Gomes Ornelas QUEIROZ, Junior Edison de REZENDE, Aparecida Maira de Mendonça ROCHA, Leonor Paniago RODRIGUES, Paola Sotta SANTOS, Ivone Rodrigues dos SILVEIRA, Sirlene Vicente de Sousa SOTO, Ana Paula de Oliveira Moraes VIZIM, Marli WITEZE, Erika Marinho</p>
--	--	---

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2022.

A pesquisadora, Jesus (2017)⁸ com a pesquisa *Desafios do Atendimento Pedagógico Hospitalar/Domiciliar em Goiás: Gênero e Docência no Olhar dos/as Agentes Envolvidos/as*, fundamenta com o autor Bueno (1999) a questão que fala sobre a integração como processo que envolvem a discussão da EE. “Conforme Bueno (1999), a integração”

[t]inha como pressuposto que o problema residia nas características das crianças excepcionais, na medida que centrava toda sua argumentação na perspectiva de detecção mais precisa dessas características e no estabelecimento de critérios baseados nessa detecção para a incorporação ou não pelo ensino regular, expresso na afirmação – sempre que suas condições pessoais permitirem (BUENO, 1999, p. 8 *apud* JESUS, 2017, p. 30).

Assim, novamente, pode-se perceber que o processo de inclusão, era proposto como condições apresentadas pela criança com deficiência. De conseguir ou não permanecer no espaço de direito.

⁸ JESUS, Edna Maria de. **Desafios do Atendimento Pedagógico Hospitalar/Domiciliar em Goiás: Gênero e Docência no Olhar Dos/As Agentes Envolvidos/AS**. 2017. 206 f. Tese - (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO.

Em sua pesquisa, Vizim, (2009)⁹, sinaliza em sua pesquisa *Avanços e Impasses Nas Políticas Públicas de Inclusão: o Centro de Atenção à Inclusão Social de Diadema*, a necessidade de não limitar o acesso das crianças ao espaço de direito, trazendo a fundamentação de Bueno (1997).

‘[...] a relação inalienável entre deficiência-origem social, na medida em que têm tratado a primeira de forma a-histórica e abstrata [...]’ A exclusão da população, não limitada às questões de deficiência ou de necessidades especiais, implica em redimensionar o conceito de inclusão, como forma de não naturalizar a exclusão. (BUENO, 1997, p. 60 *apud* VIZIM, 2009, p. 119).

“E, ainda reafirma o impasse das políticas públicas de inclusão em suas contradições”:

[...] a oferta de escolarização especial parece responder muito mais ao processo de legitimação da marginalidade social do que à ampliação das oportunidades educacionais às crianças que possuem alterações que prejudicam sua escolarização no ensino regular [...] (BUENO, 1997, p. 58 *apud* VIZIM, 2009, p. 169).

Assim, com o exemplo de alguns desses pesquisadores é possível perceber o quanto Bueno tem corroborado os avanços pertinentes à EE na perspectiva da Educação Inclusiva, no sentido de refletir e buscar possibilidades para atender os educandos com deficiência em sua totalidade, levando em conta a formação integral.

A autora Mendes, Enicéia Gonçalves¹⁰, a 2ª mais utilizada nos trabalhos com a obra: *A radicalização do debate sobre a inclusão escolar no Brasil*, aparece trinta vezes nos trabalhos pesquisados. Essa autora fala sobre a inclusão escolar no Brasil e como essa ação tem se transformado em embate, provocando polêmica e polarização. Considerando ser este um dos maiores impactos para a EE, por se tratar de um novo paradigma que deverá alterar radicalmente a educação de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais na

⁹ VIZIM, Marli. **Avanços e impasses nas políticas públicas de inclusão**: o centro de atenção à inclusão social de Diadema. Marli Vizim; orientação Lisete Regina Gomes Arelaro. São Paulo: s.n., 2009.

¹⁰ Doutorado em Psicologia pelo IP-USP (1995), Mestrado em Educação Especial na UFSCar, Graduação em Psicologia na FCLRP-USP. Professora Titular da Universidade Federal de São Carlos, docente do Depto de Psicologia, do Programa de Pós-graduação em Educação Especial, coordenadora da rede de pesquisadores do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP), líder do Grupo de Pesquisa sobre Formação de Recursos Humanos em Educação Especial (GP-FOREESP). Coordenadora do Programa de Extensão sobre Formação Continuada em Educação Especial PROEX/UFSCAR). Estágios no exterior (Estados Unidos, França, México e Peru), e pós-doutorado na Université Paris V- Sorbonne na França (2007-2008) e na Universidade de Salamanca na Espanha (2017). Atua na área de Educação com ênfase em Educação Especial. Desenvolve e orienta pesquisas sobre inclusão escolar, formação e política educacional. Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores da Educação Especial- ABPEE (2013-2016). Presidente da comissão Organizadora do IV, V, VI, VII e VIII Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE). Membro do Comitê Assessor do CNPq (2015-2016). Bolsista Produtividade em Pesquisa 1B do CNPq. (Fonte: Currículo Lattes).

realidade brasileira, Mendes examina os possíveis impactos da perspectiva da inclusão escolar e da inclusão geral na realidade brasileira.

A pesquisadora Rocha (2014)¹¹, em seu trabalho *Políticas Educacionais de Inclusão Escolar das Pessoas Com Deficiência em Periódico Científico Brasileiro (2008-2012)*, cita a autora Mendes: “na história da Educação Especial, em todos os tempos, sempre houve adeptos das propostas integracionistas. Entretanto, elas emergem como ideologia hegemônica justamente em momentos históricos nos quais a exclusão social se intensifica” (MENDES, 2006 *apud* ROCHA, 2014).

Além disso, Rocha fundamenta que “não há como construir uma escola inclusiva num país com tamanha desigualdade, fruto de uma das piores sistemáticas de distribuição de renda do planeta” (MENDES, 2006 *apud* ROCHA, 2014, p. 56).

Neste sentido,

[...] as raízes históricas da emergência do caloroso debate acerca da inclusão escolar em nosso país é fruto de mais uma adoção ao modismo importado, e, especificamente, mais uma influência da cultura norte-americana, que tem demarcado até mesmo a forma que o movimento vem assumindo no Brasil, o que se evidencia: na dicotomização do debate entre Educação inclusiva x inclusão total; na interpretação equivocada e reducionista de que Educação inclusiva é algo que diz respeito exclusivamente à população radicional da Educação Especial, e não ao conjunto dos excluídos; e, finalmente, na influência de juristas na definição da política de educação para crianças e jovens com necessidades educacionais especiais (MENDES, 2006, p. 401 *apud* ROCHA, 2014, p. 56).

De acordo com Rocha, nesse processo de superação da exclusão Mendes (2006) valoriza a pesquisa científica ao “traduzir a filosofia de inclusão das leis, dos planos e das intenções para a realidade dos sistemas e das escolas requer conhecimento e prática”. (ROCHA, 2014, p. 63)

Aponta o desafio de lidar com a contradição de uma ideologia importada que representa um alinhamento ao modismo. Mas que também pode ser uma das estratégias para superar problemas e desafios há muito apresentados no processo que envolve a EE no país.

Assim, Sotero (2014)¹² cita em sua pesquisa *Política municipal de Educação Especial de Campinas no período de 2005 a 2012*:

¹¹ ROCHA, Leonor Paniago. **Políticas Educacionais de Inclusão Escolar das Pessoas com Deficiência em Periódico Científico Brasileiro (2008-2012)**. 2014. 189 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

¹² SOTERO, Mariana da Cunha. **Política de educação especial da Secretaria Municipal de Educação de Campinas no período de 2005 a 2012**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

Essa reorganização do serviço de AEE pela Smec é consoante à proposta de formação para atuar no AEE que envolve conhecimentos e habilidades para trabalhar com todos os tipos de alunos com deficiência, TGD e AH/SD, em todos os níveis, todavia ‘pode-se questionar seriamente se uma formação à distância, e em cursos de 180 a 260 horas, seria suficiente para atingir a formação pretendida’ (MENDES, 2011, p. 143 *apud* SOTERO, 2014, p. 113).

Assim, a diretriz sobre lócus de matrícula da Smec acomoda propostas com diferentes posicionamentos políticos e pedagógicos que não são coerentes entre si pois de acordo com Sotero (2014), ele fundamenta com Mendes (2006),

[...] ‘sob a bandeira da inclusão são encontrados, na atualidade, práticas e pressupostos bastante distintos, o que garante um consenso apenas aparente e acomoda diferentes posições que podem ser extremamente divergentes’ (MENDES, 2006, p. 396 *apud* SOTERO, 2014, p. 60).

A proposta de inclusão defende a colocação de todos os educandos, independentemente do grau e tipo de comprometimento na classe comum, e propõe a eliminação dos serviços que sinalizam a segregação.

Santos (2016)¹³ em seu trabalho *Bases Teórico-Pedagógicas do Atendimento Educacional Especializado das Redes Públicas Municipais de Aparecida de Goiânia/Go e Cascavel/PR*, apresenta que foi possível observar, nas práticas escolares, a integração de alunos na mesma escola, mas em classes diferentes, tendo como pressuposto o direito de conviver socialmente, mas observando suas peculiaridades com a finalidade de “normalizá-las” (MENDES, 2006 *apud* SANTOS, 2016, p. 49).

O **Quadro 3**, abaixo, evidencia os pesquisadores que utilizaram essa obra e alguns trazem sua importante contribuição para a melhoria dos processos que envolvem a EE, bem como, o processo de inclusão fundamentado.

Quadro 3 – Autor e a obra que aparece em 2º lugar nas obras pesquisadas (2000-2020)

2º - MENDES, Enicéia Gonçalves		
OBRA E ANOS	VEZES	PESQUISADORES QUE UTILIZARAM A OBRA
MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no	30 VEZES	ARIOZA, Carolina dos Santos BORGES, Gabriela Silva Braga DAVIDS, Claudine Esther Costa EVANGELISTA, Risimária Rosa do Nascimento FAGLIARI, Solange Santana dos Santos

¹³ SANTOS, Ivone Rodrigues dos. **Bases Teórico-Pedagógicas do Atendimento Educacional Especializado das Redes Públicas Municipais de Aparecida de Goiânia/Go e Cascavel/PR**. UFG, 2016.

<p>Brasil. Rev.Bras. Educ. [online]. 2006, vol.11, n.33, pp.387-405. ISSN 1413-2478. (1995; 2001; 2002; 2003; 2007; 2009; 2010; 2011; 2012)</p>		<p>FLÓRO, Lisiane Fonseca Diogo FRANÇA, Marleide Gonçalves FREITAS, Adriana de Oliveira GÓES, Ricardo Schers de LEITE, Michele de Mendonça LEODORO, Juliana Pires LIMA, Eunice Tavares Silveira MARTINS, Aline Tofolli MARTINS, Tânia Gonçalves MENDES, Katiúsica Aparecida M. de Oliveira PEDOTT, Larissa Gomes Ornelas PEREZ, Beatriz Brunaldi RAIMUNDO, Elaine Alves ROCHA, Leonor Paniago RODRIGUES, Isabel Barros SALGADO, Lenice de Fátima Guedes SANTOS, Clebiane Rodrigues dos SANTOS, Ivone Rodrigues dos SILVA, Cleber Nelson de Oliveira SILVA, Iara Suzi Maria SILVA, Márcia Rodrigues da SILVEIRA, Sirlene Vicente de Sousa SOTERO, Mariana da Cunha SOTO, Ana Paula de Oliveira Moraes TARTUCCI, Tânia Maria</p>
--	--	--

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2022.

Ainda, nesse quadro acima, a pesquisadora Lima (2014)¹⁴ com a pesquisa *Política de Inclusão: um estudo na rede pública de educação em Jataí-Goiás*, fundamenta com a autora Mendes (2002, p. 62) que afirma “[...] no âmbito da educação, o debate sobre a inclusão tem provocado polêmica, estridência e polarização no cenário brasileiro, e um de seus maiores impactos têm incidido na arena da Educação Especial”.

O que é reafirmado que as dúvidas e contradições se fazem presentes no interior das instituições educacionais, gerando resultados insatisfatórios em relação às questões voltadas para o ato de ensinar e o de aprender. E, ensinar os alunos com deficiência é um desafio maior ainda, no âmbito escolar.

A pesquisadora Flóro (2016)¹⁵ com o tema *Inclusão escolar, sala de recursos multifuncionais e currículo: tecendo aproximações* fundamenta grande parte de seu trabalho utilizando essa obra de Mendes.

¹⁴ LIMA, Eunice Tavares Silveira. **INCLUSION POLICY: a study in Jataí-Goiás public education system.** 2014. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2014.

¹⁵ FLÓRO, Lisiane Fonseca Diogo. **Inclusão escolar, sala de recursos multifuncionais e currículo: tecendo aproximações.** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. FAPESP (2014-2016). 305p.

Ele alega que quanto à execução dessa política, desde os referenciais legais estabelecidos, constatou-se: a falta de diretrizes para nortear os processos de avaliação dos alunos com deficiência, TGD e AH/SD; a falta de planejamento, por exemplo, por meio da averiguação contínua das necessidades educativas individuais; ou a falta de monitoramento do processo de aprendizagem, por meio de medidas padronizadas formais e/ou informais de desempenho, para garantir um percurso educacional bem sucedido (MENDES; CIA, 2014 *apud* FLÓRO, 2016, p. 64).

Por consequência, a organização do atendimento educacional especializado, muitas vezes, se deteve às ações de acomodação das características da deficiência, “[...] provocando pouco ou nenhum impacto numa escola que precisa mudar para oferecer ensino de qualidade para todos” (MENDES; CIA, 2014, p. 23 *apud* FLÓRO, 2016, p. 90).

Dessa forma, fica compreensível porque as salas de recursos apresentam várias dificuldades para executar os atendimentos necessários e complementares aos alunos com deficiências e sujeitos da aprendizagem no âmbito escolar.

A pesquisadora Perez (2018)¹⁶ com o trabalho *Educação Infantil Inclusiva: A corporeidade e o brincar na diferença* fundamenta em Mendes, trazendo que com a promulgação da CF/88, passou a vigorar

[...] uma onda de reforma no sistema educacional, que trouxe uma série de ações oficiais empreendidas sob a justificativa da necessidade de alcançar a “equidade”, traduzida pela universalização do acesso a todos à escola, e à “qualidade do ensino”. (MENDES, 2010, p. 105 *apud* PEREZ, 2018, p. 33).

O trabalho de Perez (2018) sinaliza ainda, que em 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram reafirmados os direitos que estavam na CF/88 em relação à Educação Infantil. Em 1994, foi publicado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) o documento “Política Nacional de Educação Infantil”, em que foram estabelecidas metas para que acontecesse a expansão de vagas e as políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças.

Assim, a EE no Brasil no fim da década de 1990 foi marcada pela “[...] sua inserção no contexto de reforma educacional e pelo caloroso debate da inclusão escolar [...]” (MENDES, 2010, p. 105 *apud* PEREZ, 2018, p. 35).

¹⁶ PEREZ, Beatriz Brunaldi. **Educação Infantil Inclusiva: A corporeidade e o brincar nas diferenças**. 152p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Seguindo a trajetória das análises, tem-se no **Quadro 4** o autor Dermeval Saviani¹⁷, com a obra *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*, que apontam vários pesquisadores que utilizam a obra para fundamentar seus trabalhos.

Destaca-se ainda, que Saviani nasceu no dia 25 de dezembro de 1943 em Santo Antônio de Posse, comarca de Mogi Mirim, no interior do Estado de São Paulo. Estudou nas instituições Grupo Escolar de Vila Invernada – periferia de São Paulo, Liceu Salesiano São Gonçalo – onde cursou o ginásio-, Seminário do Coração Eucarístico de Campo Grande.

Em Aparecida do Norte deu início à sua formação superior entre os anos de 1962 e 1963, no curso de filosofia da entidade, e deu continuidade aos seus estudos na PUC-SP, inclusive graduando-se em educação.

Quadro 4 – Autor e a obra que aparece em 3º lugar nas obras pesquisadas (2000-2020)

3º - SAVIANI, Dermeval		
OBRA E ANOS	VEZES	PESQUISADORES QUE UTILIZARAM A OBRA
SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações - 11.ed.rev.Campinas, SP: Autores Associados , 2011. (Coleção educação) (1991;1991b; 2003;2005; 2013b;2013)	14 VEZES	CAMPOS, Daniela Maria Ferreira EVANGELISTA, Rosimária Rosa do Nascimento LEITE, Michele de Mendonça LOPES, Ingrid Anelise NASCIMENTO, Selma Soares do OLIVEIRA, Edna Aparecida de PICOLINI, Beatriz Ribeiro Aleluia SANTOS, Ivone Rodrigues dos SILVEIRA, Sirlene Vicente de Sousa VIEIRA, Andrea Hayasaki WITEZE, Erika Marinho

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2022.

Essa obra repete 12 vezes e traz alguns conceitos importantes sobre a temática pesquisadas. É uma obra que constitui uma aproximação ao significado da Pedagogia Histórico-Crítica.

Para “sobreviver o homem necessita extrair da natureza ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência” (SAVIANI, 2011, p. 11). Para ele o que diferencia o homem dos outros animais é o trabalho, assim a educação também é uma forma de trabalho, um trabalho não - material (produção de ideias, valores, conceitos). Para tanto a Pedagogia Histórico-

¹⁷ Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1966) e doutorado em Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1971). Atualmente é professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas e pesquisa e desenvolvimento, ensino da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Filosofia e História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação brasileira, história da educação brasileira, história da educação, pedagogia e política e educação. (Fonte: Currículo Lattes).

Crítica no quadro das tendências críticas da educação brasileira, apresenta as causas e as necessidades de superação do modelo posto e posteriormente busca saídas teóricas, discutindo com outros autores as várias tendências pedagógicas.

Witeze (2016)¹⁸ com a pesquisa *Processos de Inclusão/Exclusão Escolar: Análise do Impacto da Prova Brasil na Escolarização do Público Alvo da Educação Especial* fundamenta em Saviani (1999) citado por Witeze (2016) que se pode vislumbrar uma luta ideológica em torno de projetos de formação humana, consubstanciadas nas teorias pedagógicas.

A crescente adequação da escola à lógica do capital, o acirramento das desigualdades sociais e a conseqüente marginalização de determinados grupos são um dos pontos de atrito, que revelam as contradições constitutivas do discurso em defesa da diversidade.

Assim, a pesquisadora Witeze (2016) conclui em seu trabalho no que concerne, especificamente, aos processos de inclusão/exclusão associados à disseminação das avaliações em larga escala, que existem variações importantes entre as falas dos profissionais lotados nos dois estabelecimentos pesquisados, pois tanto a exclusão de alunos com NEEs no momento da aplicação da Prova Brasil, quanto a ausência de condições adequadas que possibilitem a sua participação no exame, constituem graves problemas, cujas conseqüências alcançam níveis equivalentes. Daí a necessidade de pensar sobre o papel que a escola vem assumindo na contemporaneidade na manutenção/reprodução da exclusão e no acirramento das desigualdades sociais.

Também, Vieira (2016)¹⁹ no trabalho *Formação de Professores de Atendimento Educacional Especializado: experiência de um curso semipresencial*, assinala fundamentado em Saviani (2003, p. 98 *apud* VIEIRA, 2016, p. 44) que “é preciso resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade da educação escolar”.

E, segue pontuando que “a escola é o locus privilegiado para a transmissão e reconstrução do conhecimento, e o professor o principal responsável por esse processo”. Por isto é tão relevante investir na formação de professores que atenda às suas necessidades, que consiga resolver suas dificuldades, seus anseios e que contribuam efetivamente na aprendizagem dos alunos.

¹⁸ WITEZE, Erika Marinho. **Processos de inclusão/exclusão: uma análise do impacto da Prova Brasil na escolarização do público-alvo da educação especial** / Erika Marinho Witeze; 2016. 276 f.

¹⁹ VIEIRA, A. H. **Formação de professores em atendimento educacional especializado: experiência de um curso semipresencial**. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

A pesquisa de Evangelista (2019)²⁰ com o tema *Formação e Atuação de Professores de Alunos com Deficiência* fundamenta em Saviani (2005), que sinaliza que se faz-se necessário adotar uma teoria que dê conta de analisar dialeticamente a educação a partir da abordagem histórico-crítica que pensa no coletivo, entendendo a escola como instrumento de transformação do sujeito, que, ao interagir, produz sua própria história.

Na compreensão de Saviani:

[...] a existência humana não é uma dádiva natural, mas tem que ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isto significa que o homem não nasce homem. Ele se forma homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a própria origem do homem (SAVIANI, 2015, p. 34 *apud* EVANGELISTA, 2019, p. 31).

É preciso ponderar que, “as possibilidades de transformação desenvolvidas no seio da atual sociedade não garantem sua realização, que só poderá se efetivar pela ação intencional e coletiva dos homens organizados para lutar pelas transformações necessárias.” (SAVIANI, 2015, p. 36 *apud* EVANGELISTA, 2019, p. 31).

Posto isso, necessário se faz as modificações para organizar um ensino que possa atender a todos os sujeitos e que propicie a formação integral em todas as suas particularidades.

O trabalho de Leite (2017)²¹, *Educação Escolar da Pessoa com Deficiência e/ou Necessidades Especiais na Escola de Tempo Integral* evidencia que para Saviani (2012, p. 49 *apud* LEITE, 2017, p. 37):

O papel do professor é o de garantir que o conhecimento seja adquirido, às vezes mesmo contra a vontade imediata da criança, que espontaneamente não tem condições de enveredar para a realização dos esforços necessários à aquisição dos conteúdos mais ricos e sem os quais ela não terá vez, não terá chance de participar da sociedade.

Essa posição, Saviani (2013a) chama de Inclusão excludente a inclusão para constar, para melhorar as estatísticas, para ampliar acesso. O ato de incluir estudantes em um sistema

²⁰ EVANGELISTA, Rosimária Rosa do Nascimento. **Formação e atuação de professores de alunos com deficiência.** 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

²¹ LEITE, Michele de Mendonça. **Educação escolar da pessoa com deficiência e/ou necessidades especiais na escola de tempo integral.** 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás - Goiânia, 2017.

escolar sem disponibilizar a eles as condições necessárias de apropriação do conhecimento, configurando assim uma verdadeira – “pedagogia da exclusão”.

Percebe-se, de acordo com a pesquisa, que a formação de pessoas com deficiência, e/ou necessidades especiais dentro da escola de tempo integral constitui-se um desafio, especialmente quando se considera a sociedade atual, que tem como características a privação os indivíduos de condições que propiciem o seu desenvolvimento (LEITE, 2017).

Picolini (2019)²² Em seu trabalho *Trajetória Formativa/Profissional de Professores de Apoio e Professores Regentes em Condição de Bidocência*, conforme Saviani (2005, p. 13 *apud* PICOLINI, 2019, p. 49), a educação deve ter como referência o saber objetivo produzido historicamente. Partindo desse pressuposto, “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade, que é produzida historicamente e coletivamente pelos homens”.

No que se refere aos papéis dos professores em bidocência, ficou evidenciado que o professor de apoio apresenta uma atuação voltada, exclusivamente, para o aluno público alvo da EE. Nessa premissa, entende-se que o professor regente se desresponsabiliza por esse aluno, atuando com o restante da turma (PICOLINI, 2019).

A pesquisadora evidencia, também, que o planejamento é realizado individualmente, pois não existe um horário específico para que possam planejar juntas. Desse modo, percebe-se que o professor regente e professor de apoio ainda não atuam de maneira colaborativa, continuando uma prática individualizada e com aulas distintas.

Esses pesquisadores, apresentaram a fundamentação do autor Saviani. Eles fazem parte da lista dos que trouxeram Saviani para a discussão, evidenciado anteriormente.

Já na sequência entre balanços e análises, tem-se no **Quadro 5** com a autora PRIETO, Rosângela Gavioli²³ com a obra *Atendimento escolar de alunos com necessidades*

²² PICOLINI, B. R. A. **Trajetória formativa/profissional de professores de apoio e professores regentes em condição de bidocência**. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

²³ Graduada em Pedagogia, com habilitações em Educação do Deficiente pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1981) e em Administração Escolar pela Universidade de Guarulhos (1987); graduada em Psicologia pela Universidade de Guarulhos (1994); mestre em Educação Especial (Educação do indivíduo especial) pela Universidade Federal de São Carlos (1990); doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2000). Atualmente, é professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, onde foi chefe do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação (2009-2012); é coordenadora do Grupo de pesquisa CNPq Políticas de educação especial desde 2002; coordenou a Linha temática de pesquisa do Programa de Pós-graduação da Feusp (2004-2013) e foi vice coordenadora (2013-2014); foi coordenadora do Grupo de Trabalho Educação Especial da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped) no período de 2013 a 2015 e vice coordenadora (2005-2006; 2012) e compõe o Comitê Científico (2015-2017); foi membro da Comissão editorial da Revista Educação & Pesquisa (2013-2016) e editor chefe (2016-2018); desenvolve pesquisas na área de educação, com ênfase em políticas de educação especial. (Fonte: Currículo Lattes).

educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil, 14 pesquisadores que utilizam a obra para fundamentar seus trabalhos, sendo que um deles utilizou a obra nas duas edições diferentes.

Quadro 5 – Autor e a obra que aparece em 4º lugar nas obras pesquisadas (2000- 2020)

4º - PRIETO, Rosângela Gavioli		
OBRA E ANOS	VEZES	PESQUISADORES QUE UTILIZARAM A OBRA
PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil , 2006 (2000)	14 VEZES	BENDINELLI, Rosanna Claudia DAVIDS, Claudine Esther Costa FREITAS, Ana Paula Ribeiro KUMADA, Kety Mamhy Oliveira MARTINS, Mary Grace QUEIROZ, Junior Edison de RIBEIRO, Raquel da Silva SALGADO, Lenice de Fátima Guedes SANTOS, Ivone Rodrigues dos SILVA, Maria de Fátima Neves SOTERO, Mariana da Cunha SOTO, Ana Paula de Oliveira Moraes WITEZE, Erika Marinho

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2022.

Dentre eles, Bendinelli (2012)²⁴ em sua pesquisa *Redes de apoio e a política de inclusão escolar no município de São Paulo* fundamentada em Prieto (2000) que é a sua orientadora de mestrado,

[...] a partir de questionamentos acerca do modelo que imperava na Educação Especial, em que a estratégia para a integração dos que apresentavam necessidades educacionais especiais era, primeiro, aproximar essa clientela dos padrões ditos “normais” (critério da homogeneização), para depois integrá-lo socialmente, propunham a sistematização de uma política de atenção a esta população baseada no critério de heterogeneidade, onde o jogo e os embates das diversidades seriam as estratégias de integração no presente. (PRIETO, 2000, p. 144 *apud* BENDINELLI, 2012, p. 40).

Dessa forma, as ações de pesquisa acerca das dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência para poder então traçar um plano de ação no âmbito de políticas públicas denotaram uma mudança na forma de pensar a EE, já que o foco estava em compreender o alunado a ser atendido, para que o sistema escolar possa oferecer-lhe melhores condições para sua inclusão escolar e social.

²⁴ BENDINELLI, Rosanna Claudia. **Redes de apoio e a política de inclusão escolar no município de São Paulo**/ orientação Rosângela Gavioli Prieto. São Paulo: s.n., 2012.223 p.; ils.; graf.; tabs.; anexo; apêndices.

Prieto (2006 *apud* BENDINELLI, 2012) reforça que o professor da classe comum deve também ter conhecimentos sobre a EE e que deve ser um compromisso dos sistemas de ensino oferecer formação continuada ao seu corpo docente, assegurando, dessa forma, que estes estejam aptos a elaborar e a implantar novas práticas e propostas de ensino que congreguem todos os alunos.

O pesquisador Queiroz Junior (2010)²⁵ em seu trabalho *Formação Continuada de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: Desafios e Perspectivas*, pontua como afirma Prieto:

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais (PRIETO, 2006, p. 57 *apud* QUEIROZ JUNIOR, 2010, p. 19).

O pesquisador ressalta a importância da definição do papel a ser desempenhado pelos professores de EE, conforme propõe o Parecer CNE/CEB nº 17/2001.

A pesquisadora Martins (2010)²⁶, na pesquisa *Direito à educação e acessibilidade às tecnologias de informação e comunicação por alunos com deficiência*, fundamenta com sua orientadora Prieto.

Para essa autora a “criação de um setor específico, possivelmente, impulsionou a expansão do atendimento para a rede regular de ensino, com propostas de modalidades potencialmente mais integradoras”. Por outro lado, “essa proposta ainda era limitadora” (PRIETO, 2000, p. 119 *apud* MARTINS, 2010, p. 76), por ofertar a uma população com necessidades das mais diversas apenas duas únicas modalidades de atendimento: a sala de recursos e as escolas de EE.

Assim, percebe-se que as teses e dissertações que compõem o balanço e as análises deste trabalho nos ajuda a pensar sobre a relevância do espaço escolar como circulação de um conhecimento que deve ser ofertado a todos os sujeitos, independente das suas condições físicas, psicológicas e biológicas.

²⁵ QUEIROZ Junior Edison de. **Formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado: desafios e perspectivas**. 2010. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

²⁶ MARTINS, Mary Grace. **Direito à educação e acessibilidade às Tecnologias de Informação e Comunicação por alunos com deficiência**. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

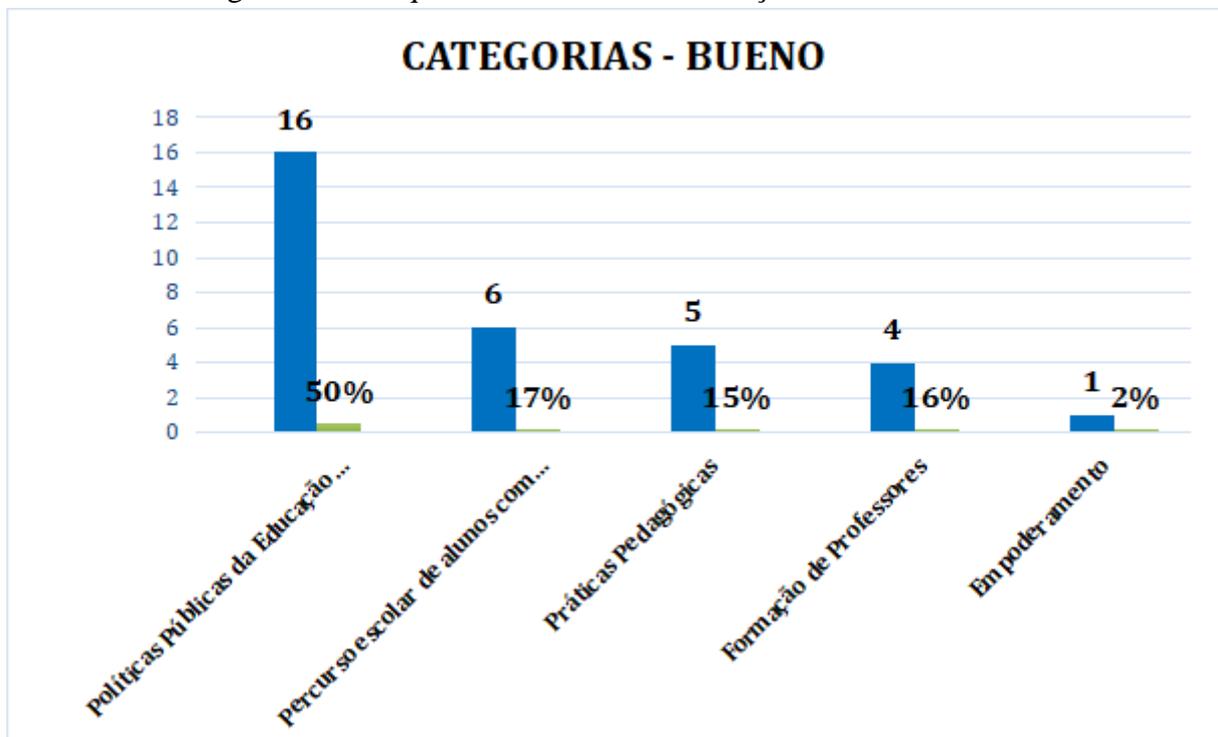
Daí a necessidade de obras importantes para trazer o debate da problemática e os desafios que envolvem todos os profissionais que estão no chão da escola. Na pesquisa, percebe-se que as temáticas sugerem cinco (5) categorias. Categorias as quais foram trabalhadas no capítulo anterior e que aqui são recordadas: Percurso escolar de alunos com deficiência na classe comum; Políticas da EE; Formação de Professores; Empoderamento e Práticas Pedagógicas, que serão retomadas em seguida.

3.3 As categorias mais abordadas nos 80 trabalhos localizados.

A obra do autor Bueno, compareceu em 32 trabalhos de teses e dissertações, as categorias mais citadas de acordo com o percentual foram: Políticas Públicas da Educação Especial 50%, percurso escolar de alunos com deficiência na classe comum 17%, as Práticas Pedagógicas 16% e a Formação de Professores 15%, Empoderamento 2%.

De acordo com as informações é possível refletir que a obra do autor se faz presente com maior força na categoria das Políticas Públicas da Educação Especial, sendo que quase não apareceu na categoria de Empoderamento, por ser observado no **Gráfico 8** em seguida:

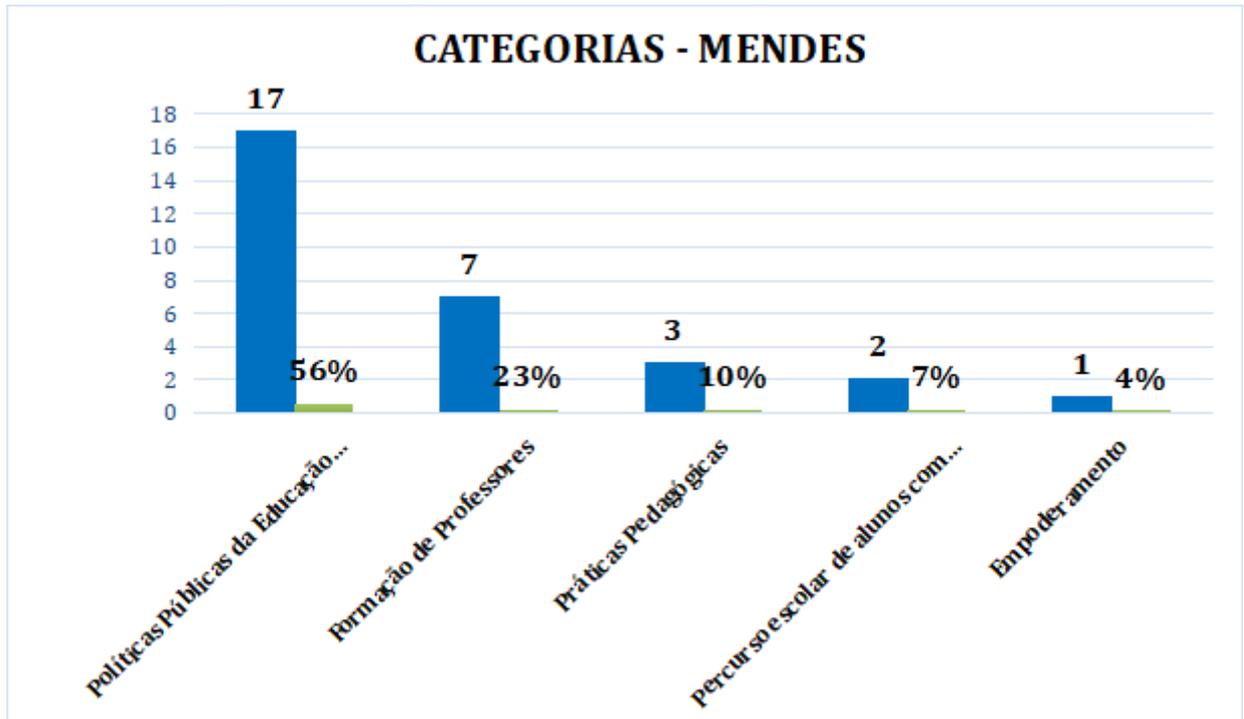
Gráfico 8 – Categorias com o quantitativo da fundamentação em Bueno



Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

É importante ressaltar que na obra da autora Mendes, a segunda mais citada, a categoria de Políticas Públicas da Educação Especial também aparece com maior quantitativo percentual. E novamente a categoria de Empoderamento fica abaixo do esperado, como pode ser visto no *Gráfico 9* abaixo.

Gráfico 9 – Categorias com o quantitativo da fundamentação em Mendes

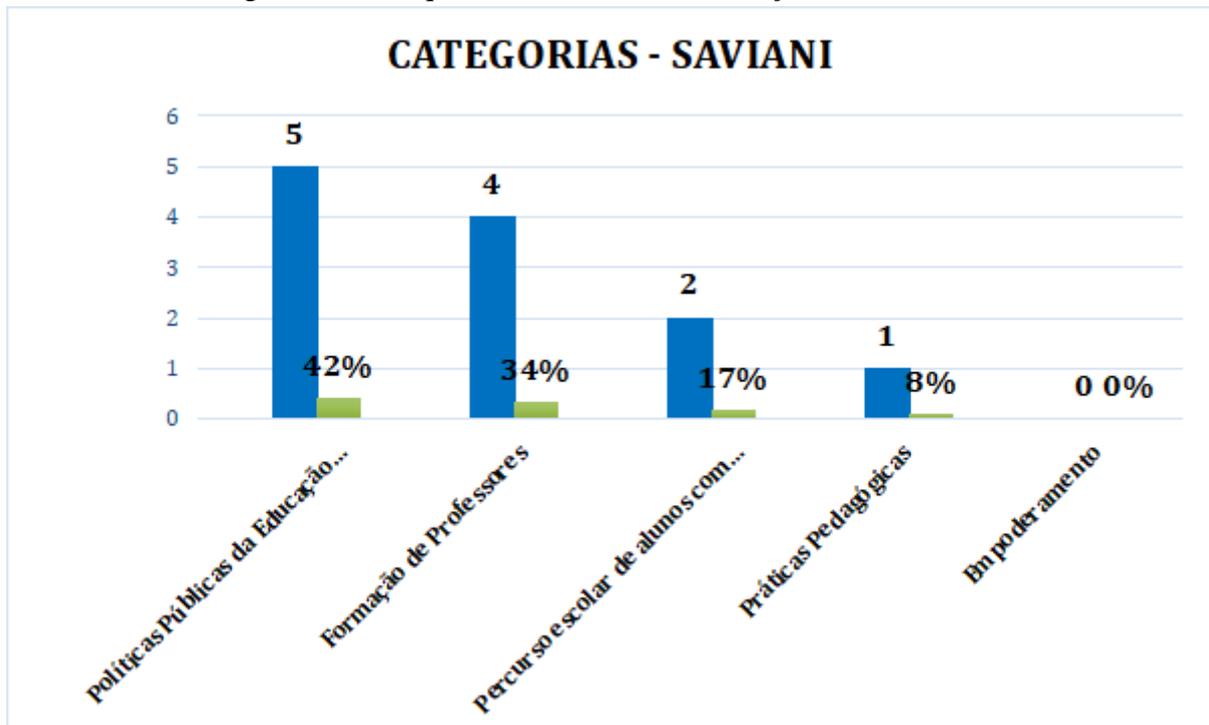


Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

Assim, as categorias de Políticas Públicas da Educação Especial 56%, a Formação de Professores 23%, as Práticas Pedagógicas 10%, Percurso escolar de alunos com deficiência na classe comum 7% e Empoderamento 4%.

Nas categorias em que o autor Saviani apresenta maior destaque é também nas Políticas Públicas da Educação Especial, sendo que a categoria Empoderamento nem aparece. Outro destaque importante nessa obra é a Formação de Professores. Assim, fica o percentual de cada categoria como pode ser observado no *Gráfico 10* abaixo.

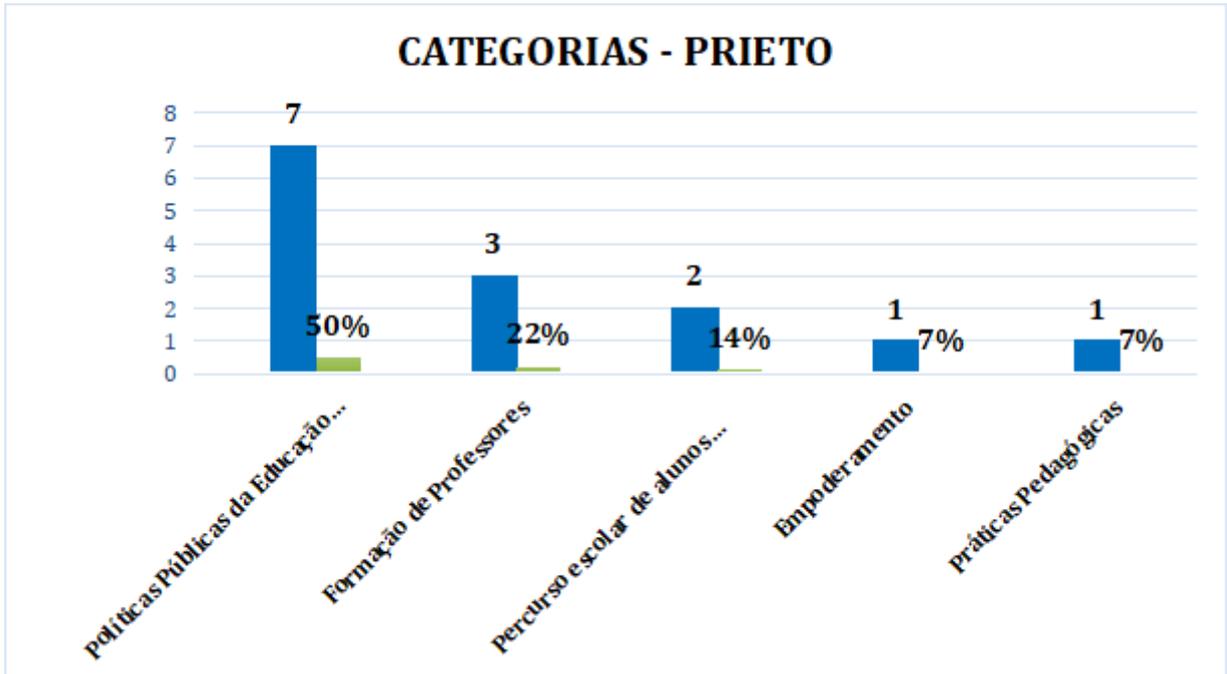
Gráfico 10 – Categorias com o quantitativo da fundamentação em Saviani



Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

As categorias que Saviani mais aparece são: Políticas Públicas da Educação Especial 42%, a Formação de Professores 34%, o Percurso escolar de alunos com deficiência na classe comum 17%, as Práticas Pedagógicas 8% e Empoderamento 0%.

A autora Prieto, como todos os outros autores, traz a sua obra de maior número utilizada nas categorias de Políticas da EE, seguido pela categoria de Formação de Professores, como pode ser demonstrado no *Gráfico 11* em seguida. A obra da autora aparece em todas as categorias, mas não em todos os trabalhos pesquisados.

Gráfico 11 – Categorias com o quantitativo da fundamentação em Prieto

Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

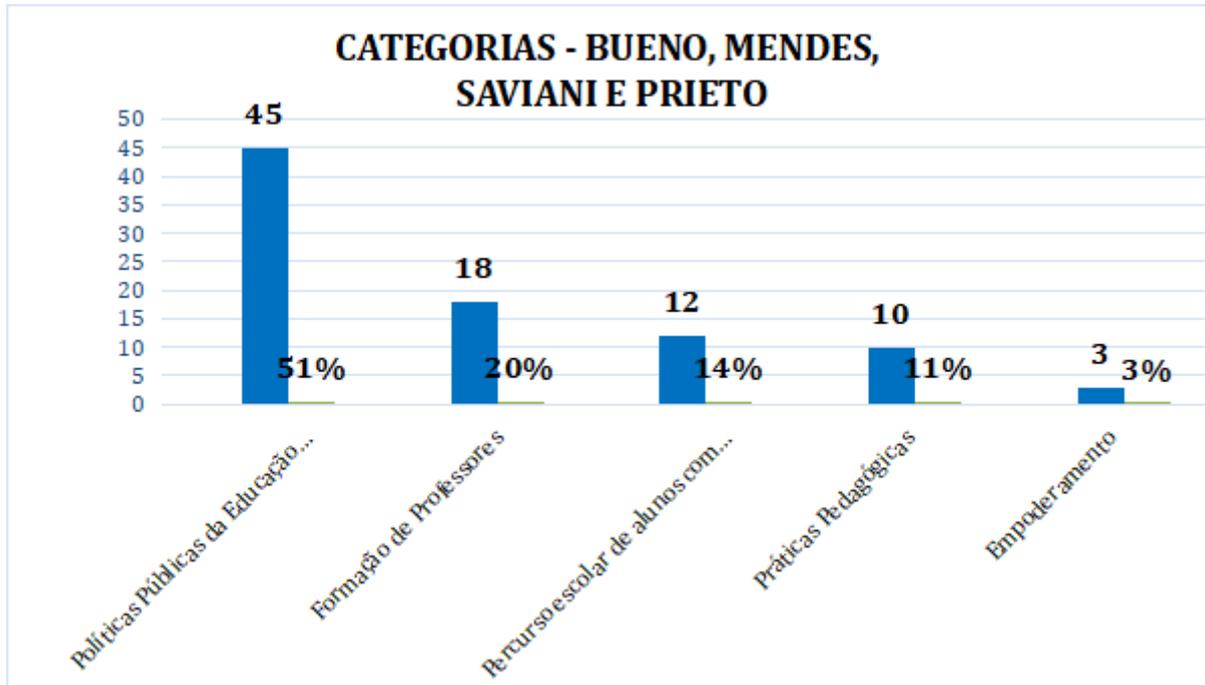
É importante lembrar que as categorias que apresentam a obra de Prieto que mais apareceu foram: Políticas Públicas da Educação Especial 50%, a Formação de Professores 22%, Percurso escolar de alunos com deficiência na classe comum 14%, Empoderamento 7% e as Práticas Pedagógicas também com 7%.

Os temas sobre a Educação Especial mais abordados no conjunto dos 80 trabalhos no período de 2000-2020, apontam as categorias relativas à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva mais abordadas que trazem as obras dos 4 autores que mais apareceram e a obra de cada um que mais repetiu foram as Políticas Públicas da Educação Especial e a Formação de Professores.

As reflexões deste capítulo nos levam a pensar na necessidade de ampliar nossas discussões acerca da temática, bem como implementar mais formações para dar conta do atendimento da EE, presente na classe comum.

As obras fundamentadas pelos os quatros autores que tem a maior utilização em termos de obras, demonstram como eles tem colaborado para ampliar as possibilidades de uma escola que realmente faz a inclusão, observando o *Gráfico 12* abaixo.

Gráfico 12 – Categorias com o quantitativo Bueno, Mendes, Saviani e Prieto



Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, 2022.

A partir da análise por meio do balanço, entende-se que os quatro autores que sustentam a orientação teórica do discurso que norteia a EE Brasil na perspectiva da Educação Inclusiva aqui pesquisados nos trabalhos de teses e dissertações ajuda a pensar sobre as relações de poder e ideologia que envolvem o processo de ensino e aprendizagem como direito de todos.

Assim, a categoria das Políticas Públicas da Educação Especial e a categoria da Formação de Professores são as categorias mais vistas pelos autores que discutem a temática, e dessa forma aumenta as possibilidades de desvelar caminhos possíveis para enfrentar os desafios que ainda perpetuam em uma sociedade com características e ações excludentes, como fica evidenciada pela a maioria da população brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção e sistematização de conhecimento é um processo inerente a todo ser humano é o que o diferencia dos outros seres vivos. A forma como o ser humano aprende ou adquire conhecimento se tornou ao longo do tempo um entrave, pois, nem todos aprendem da mesma forma ou no mesmo tempo. Assim, estudar os processos que envolvem o aprender se tornou alvo de pesquisas e estudos por meio de trabalhos científicos, dando origem a diversas tendências explicativas da aprendizagem e também da não aprendizagem.

Refletir sobre como a pessoa com deficiência aprende exige compreender os processos cognitivos, emocionais, orgânicos, familiares, sociais, culturais e pedagógicos que determinam a condição do sujeito que aprende. Bem como as interferências sofridas pelas ações de determinada sociedade ou pelo sistema de ensino de uma nação. Isso pressupõe conquistar o direito de todos os sujeitos dentro desse sistema de ensino, em especial os sujeitos com deficiência.

Partindo dessas reflexões, aponta-se abaixo o que dizem os pesquisadores nos últimos 20 anos, em que o pano de fundo é o término do século XX com a chegada do século XXI sobre a temática da EE com a síntese da análise e balanço como demonstrado abaixo:

- Os alunos com deficiência, necessariamente, não se tornam sinônimo de alunos com doenças. Da mesma forma, que as dificuldades específicas e pontuais acompanhadas de uma disfunção neurológica e o déficit específico da atividade acadêmica não é um impeditivo da aprendizagem.
- O destaque das categorias das Políticas de Educação Especial e a Formação de Professores que ajudam a preparar os profissionais para atuação da teoria e prática, embora essas categorias possam não garantir a implementação da EE;
- A pouca ênfase nas categorias: Percurso escolar de alunos com deficiência na classe comum; Empoderamento e Prática pedagógica, no entendimento de que todas são importantes para apreender e implementar as práticas de EE na perspectiva inclusiva no âmbito da escola para atender a todos os educandos;
- A compreensão de que a EE é uma modalidade transversal a todos os níveis de ensino e necessita do atendimento específico para garantia do acesso, permanência e qualidade de ensino a todos os alunos com deficiência DI, TGD/TEA e AH/SD;
- A ausência de orientação para subsidiar as práticas da natureza da EE que ainda estão numa perspectiva tradicional;

- O discurso e justificativa de crianças com doenças e que precisam de medicalização, em que aparece a grande expressividade pelo viés da medicina e neurologia, com explicações sobre as causas orgânicas do não aprender e a influência da psicologia que relacionam este fenômeno à deficiência cognitiva da criança;
- A ausência de práticas e teorias que possam construir um ensino, que de fato atenda o público alvo da EE;
- As leis que preconizam que a educação precisa proporcionar acesso, permanência e qualidade de ensino não são ainda efetivadas, sendo necessário o olhar individualizado para os alunos da EE agregados as suas condições físicas, sociais, linguísticas e outras.
- O conceito da EE inclui-se indivíduos com deficiência DI, TGD/TEA e AH/SD que no contexto geral apresentam dificuldades escolares com possibilidade de aprendizagem;
- E o destaque de Bueno como o autor que mais aparece nas discussões envolvendo a EE com mais de 80 citações nos trabalhos de teses e dissertações nos últimos 20 anos com a temática para subsidiar a discussão da EE;
- E, ainda o entendimento de que os estudos sobre a natureza da EE devem orientar as práticas pedagógicas, pois na análise do balanço do Estado do Conhecimento é possível perceber lacunas no que diz respeito as teorias metodológicas necessárias para a execução das práticas.

A partir dos discursos nos trabalhos dos pesquisadores sobre a EE no âmbito escolar verificar a existência de uma diversidade de interpretações, que caminham pelo campo da medicina, da psicologia, da sociologia, da pedagogia, que na maioria das vezes colocam os alunos que não conseguem atingir as expectativas esperadas pela escola, como foco do problema.

Os trabalhos apontam ainda, resultados escassos no desempenho dos alunos e professores, suscitando indagações a respeito de como a escola inclusiva estava sendo conduzida ao tratamento dado à criança com deficiência, que pode ser vislumbrada como uma questão extremamente delicada, pois, as práticas pedagógicas e administrativas que se foram construindo não atende às práticas pedagógicas na atualidade.

Assim, o tratamento dispensado a esse público que não tem um “diagnóstico” que comprove suas especificidades se torna alvo de vários profissionais que os consideram como incapazes de aprender. Entende-se que todos aprendem, não do mesmo jeito ou no tempo. Daí a importância de metodologias diferenciadas e formação continuada para que a escola possa ensinar de fato a todos os sujeitos, levando em conta a responsabilidade de todos. Não é só

professor de apoio que é responsável pela EE, mas a coletividade. Todos os profissionais da educação que estão presentes no âmbito escolar precisam ser ensinados para entender que a deficiência não é uma desestrutura familiar.

E de acordo com a pesquisa as categorias: Empoderamento; Percurso escolar de alunos com deficiência na classe comum; Prática pedagógica; Formação de professores e; Políticas Públicas da Educação Especial são os destaques dos 80 trabalhos presentes no estudo do Estado do Conhecimento.

No entanto, as categorias que mais se destacaram nos textos dos autores que mais incidiram nos trabalhos foram os de Políticas Públicas da Educação Especial e Formação de Professores. Entende-se, portanto, que essas duas são categorias que ajudam a entender o importante papel do professor regente e do professor de sala da SRM que estão por dentro das políticas públicas que asseguram o direito das pessoas com deficiência, bem como a importância da formação da vida desse profissional preparado para atender.

Dessa forma, conclui-se pelos trabalhos analisados a transferência de responsabilidade que muda constantemente de posição quando os indivíduos passam para o outro a culpa da não aprendizagem, a exemplo: profissionais especializados, professores, família, escola, estado, entre outros. Essa culpabilidade passa por órgãos, instituições, sociedade, sujeito da aprendizagem, sujeito que ensina e isso permanece até os tempos atuais no espaço escolar.

Muitos profissionais que atuam diretamente com os alunos com deficiência demonstram dificuldades teóricas metodológicas para subsidiar e orientar as práticas pedagógicas dos mesmos, desvelando a importância da categoria Prática Pedagógica para atuar com a modalidade do EE. O que coaduna com a experiência vivida pela pesquisadora que aponta a necessidade de efetivação de práticas pedagógicas para dar conta de atender a demanda da aprendizagem do público-alvo da EE, uma vez que no âmbito escolar existe uma ausência da natureza de tal modalidade.

Nas variadas e constantes mudanças econômicas, ideológicas, culturais e sociais, é visto que as pessoas se modificam, e com isso modificam o meio no qual se inserem, todo esse conjunto que move a sociedade passa a exigir da escola um ambiente físico e pedagógico adequado a promover mudanças e atuações que resolva a questão da exclusão, promovendo assim uma aprendizagem de qualidade a todos os estudantes independentes de sua capacidade cognitiva, intelectual ou física, fazendo com que as funções da escola sejam atuadas por completo e que os alunos consigam alcançar o seu melhor sem ser tratados como incapazes.

É relevante a condução da atuação pedagógica voltada para atender os sujeitos em situação de exclusão, propiciando espaços heterogêneos para que todos possam ter

oportunidade de aprendizagem sem distinção. Entende-se que existe muita desigualdade presente no cotidiano escolar em se tratando da educação de pessoas com deficiência, e ter acesso aos documentos que permeiam essa ação e, discutir as leis voltadas à Educação Especial é um passo para avançar e visualizar com clareza este complexo cenário da Educação Especial no Brasil.

Na sociedade atual, o processo de inclusão escolar constitui-se em uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada.

O que dificulta tal ação, no entanto, é entender porque as políticas que trazem a oferta e garantia de qualidade, acesso e permanência não conseguem atender a demanda vigente.

A implementação da escola inclusiva requer a superação dos obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino, cujo ideário confronta-se com dificuldades pragmáticas reais e presentes. Desses pode-se citar: recursos humanos, pedagógicos e físicos que ainda não são contemplados na escola pública brasileira, nem mesmo nos grandes centros.

Entende-se que a inclusão é um dos temas mais difíceis de debater nas discussões sobre educação no Brasil em que se tem muitas opiniões e posicionamentos políticos, mas faltam clareza e objetividade sobre aquilo que de fato é esse processo no âmbito escolar.

É um debate antigo, porém só recentemente entrou na agenda das políticas públicas para atender os anseios da população. O caminho e o entendimento dos que defendem apenas a inclusão do diferente, entendendo-o como excêntrico ou um portador de algo que os outros não possuem é ainda presente na sociedade, resultando assim, o entendimento de diferenciar e ao mesmo tempo gerando exclusão. Percebe-se assim, que ao defender uma educação para todos, as políticas públicas podem estar contribuindo para uma inclusão de forma excludente.

As políticas de inclusão escolar funcionam mais como um efetivo aparelho biopolítico a serviço da segurança da população, pois é muito mais um discurso do que práticas reais para atender os que necessitam ser incluídos. Parece assim, ser um mecanismo de controle que tem como finalidade diminuir o risco social de uma pequena parte da sociedade que se vê refém das solicitações da população.

Considerando os estudos de Foucault (1995) em suas análises sobre a relação de poder, a inclusão pode ser perigosa pela própria manifestação do diferencial entre as vontades de potência que constituem o espaço social, pois todas relações sociais estão impregnadas e

atravessadas pela busca por dominação, seja pela violência ou pelo poder. E esse poder, como explica Foucault (1995, p. 245-246) “Viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros. Uma sociedade ‘sem relações de poder’ só pode ser uma abstração”.

O poder público por sua vez cria leis e projetos com intenção de produzir uma trajetória capaz de atender todo o processo da Educação Inclusiva, fazendo com que a sociedade escolar siga e atenda todas as suas propostas, porém, nem tudo que é discurso em campanhas públicas a respeito da inclusão escolar e social quando se trata da prática em si, não são capazes de atender as diversidades encontradas em sala de aula, pois cada sociedade ou região escolar apresenta sua individualidade. Sendo assim, as ações públicas e pedagógicas deverão ser voltadas à realidade dos alunos com alguma deficiência.

Assim, para o processo de inclusão pode-se contar com diversas leis que vieram colaborar para sua implementação no âmbito escolar, mas que, no entanto, não consegue ser implementada consistentemente para atender a todos os indivíduos.

Para tanto, torna-se perceptível uma lacuna do ponto de vista teórico prático, em que os profissionais, para além do conhecimento das políticas públicas que norteia a EE necessitam se apropriar da parte teórico prático para de fato ensinar todos os educandos.

A sugestão para preencher essa lacuna seria a consolidação e implementação das políticas públicas já existentes, realizando formações necessárias para dar maior suporte aos profissionais, bem como obter melhores recursos que possam auxiliar a instituição escolar no atendimento aos alunos, com práticas pedagógicas criativas e efetivas para qualificar o público da EE.

Entende-se que muitas pesquisas ainda serão necessárias para avançar na modalidade de EE na perspectiva da Educação Inclusiva para atender a todos os educandos que apresentam deficiência em suas particularidades, zelando pela centralidade dos processos de ensino nos educandos, acreditando que com os estudos e implementações das Leis, esse século XXI, possa ser marcado por consideráveis avanços na Educação Especial.

REFERÊNCIAS

- AAIDD. AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES. **Definition of intellectual disability**. Disponível em: <http://aaid.org/intellectual-disability/definition#.WsiteNTwbcs>. Acesso em: de out. de 2014.
- ARIOZA, C. S. **Inclusão escolar, empoderamento familiar e o direito à educação**. 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.
- ASSIS, W. de. **Atendimento pedagógico-educacional em hospitais: da exclusão à inclusão social/escolar**. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2009.
- ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DA BAHIA. **Por que as universidades públicas lideram todos os rankings de qualidade no Brasil e na América Latina?** APUB, 2021. Disponível em: <https://apub.org.br/porque-as-universidades-publicas-lideram-todos-os-rankings-de-qualidade-no-brasil-e-na-america-latina/>. Acesso em: 22 de jun. de 2022.
- ASSUMPÇÃO JUNIOR. F. B. Ser In: RODRIGUES S. D.; AZONI, C. A. S.; CIASCA, S. M. (Eds.). **Transtornos do desenvolvimento: da identificação precoce às estratégias de intervenção**. Ribeirão Preto, SP: Book Toy, 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições 70, 1977.
- BARROS, R. C. R. **Atendimento educacional hospitalar e domiciliar: uma pesquisa-ação**. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Coletiva) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- BENDINELLI, Rosanna Claudia. **Redes de apoio e a política de inclusão escolar no município de São Paulo**. 2012. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2012.
- BORGES, G. S. B. **Estimulação precoce, trabalho pedagógico e a criança com deficiência na creche**. 2016. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: MEC, 1971.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes básicas para a ação do Centro Nacional de**
. Brasília: MEC/CENESP, 1974.
- BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEF, 1977.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília: MEC/SEE, 1989.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtiem/Tailândia: UNESCO, 1990.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente no Brasil. Brasília: CN/PR, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Decenal de Educação para todos**. Brasília: MEC/SEF, 1993.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: educação física. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Brasília: MEC/SEESP, 1999.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF, **DOU**, 21 dez. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 25 de jul. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio**: bases legais. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Brasília: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 de jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB 17/2001 - Homologado Despacho do Ministro em 15/8/2001, **Diário Oficial da União**, 17/8/2001, Seção 1, p. 46. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/parecer17.pdf>. Acesso em: 21 de mar. de 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 3 de mar. de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Guatemala, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.678, de 24 de setembro de 2002**. Brasília, 2002. Disponível em: http://ftp.fnede.gov.br/web/resolucoes_2002/por2678_24092002.doc

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: MEC/SEESP, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de estudantes com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva(Orgs). 2ª ed. ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. Brasília: INEP, 2006. Disponível em: <http://http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>. Acesso em: 20 de jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Atendimento educacional especializado: deficiência visual**. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**: resumo técnico. Brasília: INEP, O Instituto, 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: linha de base. Brasília, DF: INEP, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: MEC, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 17 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Brasília: MEC/CC, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm. Acesso em: 20 de fev de 2021.

BRITO, Fábio Bezerra de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. 2013. 275 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2013.

BRUNO, M. M. G.; MOTA, M. G. B. da. **Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: deficiência visual**. v. 1. Brasília, DF: MEC/SEE, 2001.

BUENO, José Geraldo S. **Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CAMPOS, Daniela Maria Ferreira. **Formação continuada na perspectiva da consultoria colaborativa: contribuições no contexto da inclusão escolar**. 2018. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018.

CARVALHO, Cristina Linares Cintra. **Pessoas com deficiência no ensino superior: percepções dos alunos**. São Paulo, 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, USP, 2015.

COSTA, Maria Elizabete da. **Alunos com deficiência e condições escolares, sociais e culturais: um estudo na rede pública estadual de São Paulo**. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

CUKIERKORN, Monica Moreira de Oliveira Braga. **Os processos de escolarização de alunos surdos das camadas populares: um estudo em escola especial do município de São Paulo**. 2005. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

D'ÁGUA, Solange Vera Nunes de Lima. **Inclusão de alunos com necessidades educacionais na rede regular de ensino: análise da experiência da diretoria de ensino regional de Franca - desafios e possibilidades**. 2007. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

DAVIDS, Claudine Esther Costa. **Trajetórias escolares de estudantes com deficiência física no município de São Paulo**. 2014. 270 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

DELORS, Jacques et al. **Learning: the treasure within**. Report to Unesco of the International Commission on Education for the Twenty-first Century. Paris: Unesco / **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Paris: Unesco. Rio Tinto: Asa, 1996.

DESLANDES, S. F. A Construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 31-50.

EVANGELISTA, Rosimária Rosa do Nascimento. **Formação e atuação de professores de alunos com deficiência**. 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

FAGLIARI, Solange Santana dos Santos. **A Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva: ajustes e tensões entre a política federal e a municipal**. 2012. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2012.

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. 2 ed. Atual. Curitiba: Ibope, 2011.

FERREIRA, Júlio Romero. **A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência**. 2. ed. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 1994.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 1994.

FLORO, Lisiane Fonseca Diego. **Inclusão escolar, sala de recursos multifuncionais e currículo: tecendo aproximações**. 2016. 305 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2016.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; RABINOW, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3. ed. Trad. L. F. de A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANÇA, Marileide Gonçalves. **Financiamento da Educação Especial: complexas tramas, permanentes contradições e novos desafios**. 2014. 364f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, USP, 2014.

FRANÇA, V. **Escola especial Santa Clara de Catalão (1982-2000)**. 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREITAS, Adriana de Oliveira. Atuação do professor de apoio à inclusão e os indicadores de ensino colaborativo em Goiás. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013.

FREITAS, R. P. A. **A educação escolar de jovens e adultos com deficiência: direito conquistado à luta pela efetivação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2010.

GÓES, Ricardo Schers de. **O direito à educação: um estudo sobre as políticas de Educação Especial no Brasil (1974/2008)**. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

GOES, Ricardo Schers de. **Escolarização de alunos com deficiência intelectual: as estatísticas educacionais como expressão das políticas de Educação Especial no Brasil**. 2014. 122 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

GOMES, Selma Regina. **Escolarização patologizada: configurações de uma prática educacional**. 2019. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

GONÇALVES, Edivaldo Félix. **A concretização do direito ao trabalho e as pessoas com deficiência intelectual: uma análise a partir da situação da cidade de Osasco/SP.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, USP, 2012.

GONZALEZ, Roseli Kubo. **Análise de critérios para promoção de alunos com deficiência intelectual em pré-escolas públicas de Osasco.** 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, USP, 2006.

JANNUZZI, Gilberta S. M. **A luta pela educação do “deficiente mental” no Brasil.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

JANNUZZI, G. S. M. **A luta pela educação do deficiente mental.** Campinas, SP: Cortez, 1992.

JANNUZZI, G. S. M. Políticas públicas de inclusão escolar de pessoas portadoras de necessidades especiais: reflexões. **Revista GIS.** Rio de Janeiro, p. 30-36, out. 2004.

JANUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações.** Campinas: Alínea/PUC-Campinas, 2006.

JESUS, Edna Maria de. **Desafios do Atendimento Pedagógico Hospitalar/Domiciliar em Goiás: gênero e docência no olhar dos/as agentes envolvidos/as.** 2017. 206 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

KISIL, Izabel Ramos de Abreu. **“Como você sabe?”: o conhecimento e o saber na psicose infantil.** 2012. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação Universidade de São Paulo, 2012.

KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. **Acesso do surdo a cursos superiores de formação de professores de Libras em instituições federais.** 2017. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2017.

LAMONIER, E. L. **Perspectivas de futuro profissional das pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas.** 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2018.

LEÃO, Gabriel Bertozzi de Oliveira e Sousa. **Ensino de história para cegos: investigando práticas com o uso da iconografia.** 2017. 311 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2017.

LEHMKUHL, Márcia de Souza. **A reconfiguração da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) no estabelecimento da relação entre público e privado nas políticas de Educação Especial (1974/2016).** 2018. 173 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

- LEITE, Michele de Mendonça. **Educação escolar da pessoa com deficiência e/ou necessidades especiais na escola de tempo integral**. 2017. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- LEODORO, Juliana Pires. **Inclusão escolar e formação continuidade: o programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2008 .
- LIMA, Eunice Tavares Silveira. **Política de inclusão: um estudo na rede pública de educação em Jataí-Goiás**. 2014. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.
- LINO, Débora Maria de Paula. **O professor de Educação Especial frente às políticas públicas de educação inclusiva: um estudo sobre identidade**. 2006. 67 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.
- LOPES, Ingrid Anelise. **Inclusão e direito à aprendizagem de alunos com deficiência intelectual em escola municipal paulistana**. 2018. 298 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, USP, 2018.
- LÜDKE, Menga. A pesquisa e o professor da escola básica: que pesquisa, que professor? In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MANTOAN, Maria Tereza Egler (Org.). **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon SENAC, 1997.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ensinando a turma toda. **Revista Pátio**, ano v, n. 20, fev./abr. 2005.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler. **O direito de ser, sendo diferente, na escola: por uma escola das diferenças**. Curso de Formação Continuada de Professores para o AEE UFC / SEESP / UAB / MEC, 2010. Disponível em: <http://www.especialjr.com.br/direito.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- MARINHO, Maria Francisca Braga. **Inclusão de crianças com deficiências nos primeiros anos do Ensino Fundamental em escola pública: dificuldades apontadas por professores**. 2018. 214 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.
- MARIS, A. F.; BARBATO, I. T.; TROTT, A.; MONTANO, M. A. E. Familial mental retardation: a review and practical classification. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 6, p. 1717-29, 2013.
- MARQUES, Mario Osorio. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 5. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. (Coleção Mario Osorio Marques; v. 1).

MARTINS, Aline Toffoli. **Inclusão de estudantes com diferenças funcionais: a construção de um currículo cultural da educação física no Cieja.** 2017. 258 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2017.

MARTINS, Mary Grace. **Direito à educação e acessibilidade às tecnologias de informação e comunicação por alunos com deficiência.** 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, USP, 2010.

MARTINS, Tânia Gonçalves. A legislação de Educação Especial e a instituição de escolas inclusivas: uma análise a partir do conceito de metacontingência. 2014. 100 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

MAZZOTA, M. J. S. **Fundamentos de Educação Especial.** São Paulo: Pioneira, 1982.

MAZZOTA, M. J. S. **Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial.** São Paulo: EPU, 1993.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1999.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEIRELES-COELHO, Carlos; IZQUIERDO, Teresa; SANTOS, Camila. Educação para todos e sucesso de cada um: do Relatório Warnock à Declaração de Salamanca. J. M. Sousa (Org.). **Actas do IX Congresso da SPCE: Educação para o sucesso: políticas e actores**, vol. 2. Universidade da Madeira, 26 a 28 de abril de 2007, p. 178-189. Porto: SPCE, 2007. ISBN 978-989-8148-21-6. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10773/6950>.

MELO, Kiara Karizy Guimarães de. **A produção do conhecimento em Educação Especial e Educação inclusivo centro-oeste brasileiro.** 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

MENDES, E. G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. **Escola inclusiva.** São Carlos: EdUFSCar, 2002. p. 61-85.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** [online], v. 11, n. 33, pp.387-405, 2006. ISSN 1413-2478.

MENDES, Katiúscia Aparecida Moreira de Oliveira. **Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros.** 2017. 168 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

MIZUKAMI, M. G. N. Docência, trajetórias pessoais e desenvolvimento profissional. In: REALI, A. M. M. R.; MIZUKAMI, M. G. N. **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos: EdUFSCar, 1996. p. 59-91.

MUTTÃO, Melaine Duarte Ribeiro. **Formação de professores para a educação de surdos: revisão sistemática de pesquisas de pós-graduação**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-24042017-105950/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

MUTTÃO, Melaine; LODI, Ana. Formação de professores e educação de surdos: revisão sistemática de teses e dissertações. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. esp. p. 49-56, 2018. Doi: 10.1590/2175-3539/2018/044.

NASCIMENTO, Selma Soares do. **Educação Especial e inclusão escolar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental**. 2019. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

NOGUEIRA, J. R. N. **Tangências, adjacências e enviesamentos dos discursos brasileiros sobre educação inclusiva: educação, aprender e ensinar**. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2008.

NUNES, Monica Isabel Canuto. **Crianças público alvo da Educação Especial na educação infantil**. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

OLIVEIRA, Edna Aparecida de. **Educação dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas municipais de 1ª fase do ensino fundamental de Anápolis-Go: inclusão ou exclusão?** 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2007.

OLIVEIRA, Fábila Carvalho. **Educação profissional de pessoas com deficiência: política e produção acadêmica, no Brasil, pós lei 8.213/1991**. 2014. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Nova Iorque, 2006.

PEDOTT, Larissa Gomes Ornelas. **Possibilidades de construção de demandas sociais e indução de políticas públicas: análise de solicitações ao Ministério Público relativas ao direito das pessoas com deficiência à educação**. 2019. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2019.

PEREIRA, Glaucia Resende Marra. **A adequação do currículo para alunos surdos em escolas comuns de Goiás: entre o prescrito e o realizado**. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

PEREZ, Beatriz Brunaldi. **Educação infantil inclusiva: a corporeidade e o brincar nas diferenças**. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2018.

PICOLINI, B. R. A. **Trajatória formativa/profissional de professores de apoio e professores regentes em condição de bidocência**. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

PIRES, Edna Misseno. O Estado do conhecimento sobre a educação de surdos: O Discurso Educacional Brasileiro e o Internacional. 2018. 165 fl. Tese (Doutorado em Educação) - Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

PRIETO, R. G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil**. São Paulo: Summus, 2006.

QUEIROZ JUNIOR, Edison de. **Formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado: desafios e perspectivas**. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2010.

RAIMUNDO, Elaine Alves. **Avaliação externa e Educação Especial na rede municipal de ensino de São Paulo**. 2013. 190 f. Dissertação (mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2013.

REVEL, J. Nas origens do biopolítico: de Vigiar e Punir ao pensamento da atualidade. In: GONDRA, J.; KOHAN, W. (Org.). Foucault 80 anos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 51-62.

REZENDE, Aparecida Maira de Mendonça. **Escola Inclusiva na Rede Estadual de Ensino no Município de Rio Verde/GO**. 2008. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

RIBEIRO, Raquel da Silva. **Política paulistana de Educação Especial e infantil para crianças pequenas público-alvo da Educação Especial**. 2016. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2016.

ROCHA, Leonor Paniago. **Políticas educacionais de inclusão escolar das pessoas com deficiência em periódico científico brasileiro (2008-2012)**. 2014. 188 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

RODRIGUES, Isabel de Barros. **(D)Efeitos da medicalização sobre a escolarização de crianças diagnosticadas com TEA**. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, USP, 2017.

RODRIGUES, Marcell. **A função social das classes especiais para deficientes mentais numa perspectiva crítica de inclusão escolar**. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Paola Sotta. **Os direitos das pessoas com deficiência: um estudo sobre os processos encaminhados ao Ministério Público do estado de São Paulo (2000-2009)**. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

SALGADO, Lenice de Fátima Guedes. **Necessidades formativas de professores de educação básica especial, diversidade e inclusão:** interlocuções e desafios. 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Formação de Formadores) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, C. R. **Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de Quirinópolis (GO).** 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

SANTOS, Ivone Rodrigues dos. **Bases teórico-pedagógicas do atendimento educacional especializado das redes públicas municipais de Aparecida de Goiânia/Go e Cascavel/PR.** 2016. 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 3 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção Educação Contemporânea).

SILVA, Cleber Nelson de Oliveira. **Primeira infância e situações de deficiências:** elementos para uma análise do (não) direito à educação. 2017. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, USP, 2017.

SILVA, C. M.; MONTEIRO, R.; SILVA, D. S.; SILVA, D. N. H. Inclusión escolar: Concepciones de los profesionales de la escuela sobre el sordo y la sordera. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, p. 465-479, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-37030002652017>. Acesso em: jan. 2022.

SILVA, Iara Susi Maria. **Significações acerca da atuação profissional de uma Professora de Acompanhamento e Apoio à Inclusão.** 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

SILVA, Kelly Cristina dos. **Marcas da medicalização nas políticas de educação:** a Educação Especial como situação emblemática. 2019. 194 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2019.

SILVA, Márcia Rodrigues da. **A formação dos professores de atendimento educacional especializado de Goiás.** 2014. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014.

SILVA, Maria de Fatima Neves da. **Encaminhamento de alunos para salas de recursos: análise sobre os argumentos apresentados por professores de classes comuns.** 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA, Shirley. **Educação Especial: um esboço da política pública.** 2000. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, USP, 2000.

SILVEIRA, Sirlane V. S. **Das políticas de inclusão escolar aos projetos políticos pedagógicos da rede comum pública de ensino de Jataí-GO.** 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2017.

SOARES, M. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento.** Brasília: INEP/MEC, 1989.

SOTERO, Mariana da Cunha. **Política de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Campinas no período de 2005 a 2012.** 2014. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

SOTO, Ana Paula de Oliveira Moraes. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade - proposição/implementação no município de Feira de Santana-BA.** 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011.

SOUSA, Angela Tavares de. **Educação física escolar e inclusão de alunos com deficiência: um estudo em escolas do ensino regular da Rede Pública Estadual de São Paulo.** 2009. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

SOUZA, Fernanda Cristina de. **Educação infantil, Educação Especial e planos nacionais de educação no Brasil pós anos 1990.** 2018. 217 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2018.

SOUZA, Sirleine Brandão de. **Excepcionalidade, deficiência ou necessidades educacionais especiais: o aluno como constituinte do campo da Educação Especial.** 2018. 173 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

SPAGNUOLO, Lenara Spedo. **Acompanhamento terapêutico na escola: entre o educar e o analisar.** 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2017.

TARTUCI, Tânia Maria. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência na UFG/Campus Catalão.** 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014.

TEIXEIRA, A. L. **O financiamento público da Educação Especial em Goiás – 2010 a 2013.** 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

TIBALLI, Elianda Figueiredo. **Estratégias de inclusão frente à diversidade social e cultural na escola.** In: LISITA, Verbena M.S. de S.; SOUSA, Luciana Freire E.C.P. (Orgs.). **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar.** Rio de Janeiro: DP&A,

2003. (Trabalhos apresentados nos simpósios e mesas-redondas do XI ENDIPE, realizado no mês de maio de 2002, Goiânia - Goiás).

TIBALLI, Elianda Figueiredo. As dimensões da formação humana: universalização da educação básica e desigualdade educativa no discurso educacional brasileiro. In: MIRANDA, Marília Gouvea (Org.). **Educação e desigualdades sociais**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2016.

UNESCO. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEF, 1977.

UNESCO. World Declaration on Education For All: Meeting Basic Learning Needs, Jomtien, Thailand. **Declaração mundial sobre Educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.

UNESCO. The Salamanca statement and framework for action on special needs education, adopted by the World Conference on Special Needs Education: access and quality, Salamanca, 7-10 June 1994. **Necessidades Educativas Especiais**: Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática na área das necessidades educativas especiais. Lisboa: IIE. Inovação, 7, nº 1, separate, 1994.

VIEIRA, A. H. **Formação de professores em atendimento educacional especializado**: experiência de um curso semipresencial. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

VIZIM, Marli. **Avanços e impasses nas políticas públicas de inclusão**: o centro de atenção à inclusão social de Diadema. 2009. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WARNOCK REPORT. **Special Education Needs**: Report of Committee of Enquiry into the Education of Handicapped Children and Young People. London: Her Majesty's Stationery Office, 1978. ISBN 0 10 172120 X.

WITEZE, E. M. **Processos de inclusão/exclusão escolar**: análise do impacto da prova Brasil na escolarização do público alvo da Educação Especial. 2016. 276 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

ANEXOS

ANEXO 1

RESUMO DAS TEMÁTICAS AGRUPADAS POR CATEGORIAS

1 EMPODERAMENTO – 9

01. RESUMO DISSERTAÇÃO

FREITAS, Ana Paula Ribeiro (Catálogo USP). **A educação escolar de jovens e adultos com deficiência: do direito conquistado à luta por sua efetivação.** USP, 2010.

A presente pesquisa teve como objetivos resgatar, sistematizar e analisar a evolução do direito à educação de jovens e adultos com deficiência na legislação nacional, bem como conhecer os principais programas e projetos adotados pelo município de São Paulo para garantir o direito à educação de jovens e adultos com deficiência após a sua inclusão na Carta Magna, em 1988. Utilizou como metodologia a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica, tendo como referência os principais textos legais publicados em âmbito nacional a partir da Constituição Imperial de 1824 e, em âmbito municipal, a partir de 1988. Sempre que possível foram consultadas fontes primárias para a investigação, englobando todas as Constituições brasileiras e Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mesmo que em algum destes documentos não houvesse menção às pessoas com deficiência ou aos jovens e adultos. Em um segundo momento foram selecionadas publicações ordinárias nacionais e municipais que contivessem referências e garantias às pessoas com deficiência, aos jovens e adultos ou aos jovens e adultos com deficiência. A sistematização e análise dos documentos utilizados foram complementadas pela interpretação realizada por diferentes teóricos da área educacional com o intuito de reconstruir a luta pela garantia e legalização do direito à educação de jovens e adultos com deficiência, tanto no Brasil quanto no município de São Paulo. Além disso, foram realizadas entrevistas com as gestoras das áreas de educação de jovens e adultos e Educação Especial do município de São Paulo tendo como foco identificar a visão que as mesmas possuíam sobre a constituição do direito à educação de jovens e adultos com deficiência no município, assim como explicitar a política que a rede municipal adotou para atendimento desta população. A partir desta pesquisa foi possível identificar a invisibilidade de jovens e adultos com deficiência na política governamental, já que lhes foi reconhecido o direito à educação escolar e ao atendimento educacional especializado apenas na Constituição Federal de 1988, sendo que o primeiro documento legal que trouxe a especificação desta garantia foi publicado, em âmbito nacional, apenas em 2001 e, no município de São Paulo, apenas em 2004, revelando o quão recente é a preocupação por este segmento populacional em nossa sociedade excludente e desigual. Também se verificou a ausência de articulação nas políticas governamentais das áreas de educação de jovens e adultos e Educação Especial, apontando o longo caminho a ser percorrido para que jovens e adultos com deficiência tenham garantido efetivamente o direito a uma educação de qualidade como previsto na legislação brasileira.

PALAVRAS CHAVES: Direito à educação. Educação de jovens e adultos. Educação Especial. Legislação do ensino. Política educacional.

FREITAS, R. P. A. A educação escolar de jovens e adultos com deficiência: direito conquistado à luta pela efetivação. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo. SP.

OBJETIVOS: Resgatar, sistematizar e analisar a evolução do direito à educação de jovens e adultos com deficiência na legislação nacional, bem como conhecer os principais programas e projetos adotados pelo município de São Paulo para garantir o direito à educação de jovens e adultos com deficiência após a sua inclusão na Carta Magna, em 1988. ANO: 2010.

02. RESUMO DISSERTAÇÃO

ARIOZA, Carolina dos Santos. **Inclusão escolar, empoderamento familiar e o direito à educação.** UFG, 2017.

Este estudo teve como objetivo norteador analisar as concepções de direitos e inclusão escolar das famílias de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação, e como estas interferem na tomada de decisões e no empoderamento acerca da vida escolar de seus filhos. A família deve ser compreendida como um grupo social inserido num contexto maior, de modo que as representações sociais acerca de deficiência presentes na sociedade influenciam diretamente as concepções que este grupo construirá a respeito da mesma. Apesar dos avanços

percebidos nas últimas décadas, principalmente no que diz respeito à criação de novas políticas públicas para a inclusão de pessoas com deficiência, ainda sentimos a herança da concepção advinda do modelo médico que, durante séculos, desenhou as atitudes sociais para com aqueles considerados vítimas de uma tragédia pessoal que os impossibilita de serem inseridos plenamente em sociedade. Nesse sentido, ressaltamos a importância do empoderamento de pais e a contribuição deste processo para a desconstrução, pela família, da ideia de deficiência como um ciclo permanente e imutável de impossibilidades. Esta pesquisa, de natureza qualitativa, pautou-se na perspectiva sociointeracionista de homem e os dados foram analisados à luz do Modelo Social da Deficiência. A partir do método da pesquisa-ação, a produção de dados se deu por meio da realização do grupo focal de pais/familiares de alunos com deficiência. Os encontros foram transcritos na íntegra e os dados categorizados em quatro eixos temáticos: auto-percepção como família de uma pessoa com deficiência; inclusão escolar e papel da educação: autonomia, escolarização e trabalho; direitos da pessoa com deficiência na voz de seus pais; perspectivas levantadas a partir das reuniões: construção de estratégias de empoderamento? Em linhas gerais, os resultados apontaram que os pais ainda apresentam uma concepção de deficiência e de inclusão escolar pautada no modelo médico-patológico. Tal visão também influencia as concepções de direitos apresentadas, de modo que os familiares se referiram à efetivação dos direitos do filho quase exclusivamente para se dirigir a questões relacionadas à oferta dos serviços de saúde. A escola regular ainda é vista como um local que tem como principal contribuição para o filho com deficiência a oportunidade de socialização com alunos sem deficiência. A escola especial é entendida como uma instituição melhor preparada para atender seus filhos com deficiência, o que se justifica devido às experiências negativas vivenciadas pela família na escola comum. A falta de preparação dos profissionais da escola regular para lidarem com a condição do filho foi a queixa mais comum. O desempoderamento ainda é uma realidade vivenciada pelo grupo, o que nos permite afirmar a importância de novas pesquisas que contribuam com o processo de empoderamento e o consequente rompimento deste ciclo.

PALAVRAS CHAVES: Família. Deficiência. Empoderamento. Inclusão escolar.

ARIOZA, C. S. Inclusão escolar, empoderamento familiar e o direito à educação. 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

OBJETIVO: Analisar as concepções de direitos e inclusão escolar das famílias de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação, e como estas interferem na tomada de decisões e no empoderamento acerca da vida escolar de seus filhos. **ANO:** 2017.

03. RESUMO DISSERTAÇÃO

NUNES, Monica Isabel Canuto. **Crianças público alvo da Educação Especial na educação infantil.** UFG, 2015.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº. 9394/96 asseguram a educação como direito de todo cidadão. Todavia, ainda é um grande desafio o acesso e a permanência, especialmente à educação infantil e de crianças público alvo da Educação Especial. No contexto de uma política educacional de inclusão e na busca pelo desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança, capaz de educá-las com sucesso, questiona-se: as crianças de 0 a 05 anos, alvo da Educação Especial, estão tendo a garantia do acesso e da permanência exitosa nas instituições de educação infantil nos municípios da Microrregião de Pires do Rio? A fim de encontrar respostas ao questionamento proposto definiu-se como objetivo central analisar as diretrizes e ações que direcionam o acesso, a permanência e a inclusão de crianças público alvo da Educação Especial, nas instituições de educação infantil da Microrregião de Pires do Rio, cujo corpus pesquisado constituiu-se pelos sistemas municipais de ensino e as instituições de educação infantil dos seguintes municípios: Ipameri, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás e Urutaí. O recorte temporal abrange o período do ano 2000, quando foi lançado o Programa Estadual para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva pelo Governo de Goiás nos municípios goianos, até o ano de 2013, momento da coleta dos dados. Os procedimentos de coleta de dados envolveram análise documental e entrevistas semiestruturadas com gestores, secretários municipais de educação, coordenadores de Educação Especial vinculados as Secretarias Municipais de Educação, assim como diretores, coordenadores pedagógicos, professores regentes e de apoio de instituições de educação infantil, as quais tinham crianças público alvo da Educação Especial matriculadas. A partir da análise dos dados

obtidos nesta pesquisa, nota-se que o acesso das crianças da Educação Especial nas instituições de educação infantil, em especial nos municípios da Microrregião de Pires do Rio, é bastante reduzido, ocorrendo mais na pré-escola do que na creche. O conhecimento da realidade das instituições de educação infantil dos seis municípios pesquisados permitiu perceber a necessidade urgente de uma nova proposta pedagógica, que coloque a criança e seu pleno desenvolvimento como centro das práticas pedagógicas desenvolvidas nestas instituições educacionais.

PALAVRAS CHAVES: Educação infantil, Educação Especial, Acesso e permanência

NUNES, Monica Isabel Canuto. Crianças público alvo da Educação Especial na educação infantil. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

OBJETIVO: Analisar as diretrizes e ações que direcionam o acesso, a permanência e a inclusão de crianças público alvo da Educação Especial, nas instituições de educação infantil da Microrregião de Pires do Rio, cujo corpus pesquisado constituiu-se pelos sistemas municipais de ensino e as instituições de educação infantil dos seguintes municípios: Ipameri, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás e Urutaí. ANO: 2015.

04. RESUMO TESE

GOMES, Selma Regina. **Escolarização Patologizada:** Configurações de uma Prática Educacional. PUC GO, 2019.

Esta investigação pretendeu realçar a necessidade de se atentar para o problema da patologização da dificuldade no processo de aprendizagem, com o objetivo de questionar sobre um possível agravamento deste processo no contexto da escola que trabalha em consonância com o princípio da Educação para Todos (Escola Inclusiva). Pretendeu-se refletir sobre o desaparecimento da dificuldade como um processo desencadeado na relação com o saber escolar, que ocorre durante a escolarização, mas que no contexto da escola inclusiva se transforma em algum transtorno, passando a ser visto não como um problema pedagógico, mas como um caso clínico. O procedimento metodológico englobou: pesquisa bibliográfica da produção científica em nível de pós-graduação nas áreas de Educação e Psicologia, na intenção de inventariar as formulações teóricas produzidas sobre a patologização da dificuldade no processo de aprendizagem em pesquisas publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, no período entre 1990 e 2016, buscando contextualizar o objeto de estudo inserindo-o no campo das investigações existentes; uma pesquisa de literatura para percorrer o histórico dos conceitos de medicalização, patologização, dificuldade de aprendizagem e deficiência intelectual, evidenciados na tendência por uma dinâmica de diagnósticos confirmada pelos dados empíricos levantados no decorrer da pesquisa; uma análise de documentos oficiais do Censo Escolar (INEP) que evidenciaram o quantitativo de estudantes diagnosticados com transtornos mentais, principalmente a deficiência intelectual. Os resultados apresentaram como as relações entre doença e saúde configuraram e desencadearam, no mundo moderno e contemporâneo, uma série de ações e investimentos políticos, sociais, econômicos e pedagógicos, no sentido preventivo e terapêutico, muitas vezes medicamentoso, na condução de situações envolvendo comportamentos considerados inadequados e reforçaram a ideia do agravamento da patologização da educação, materializada em diagnósticos de transtornos mentais, em especial da deficiência intelectual, no contexto de um sistema educacional que propõe a educação inclusiva, mas que na verdade se objetivou em práticas excludentes e preconceituosas, operacionalizadas pela expansão de uma racionalidade biologizante e individualizante das dificuldades no processo de escolarização.

PALAVRAS CHAVES: Patologização; Medicalização; Dificuldade no Processo de Aprendizagem; Deficiência Intelectual.

GOMES, Selma Regina. **Escolarização Patologizada:** Configurações de uma Prática Educacional. 2019. 174 f. Tese (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO.

OBJETIVO: Questionar sobre um possível agravamento deste processo no contexto da escola que trabalha em consonância com o princípio da Educação para Todos (Escola Inclusiva). ANO: 2019.

05. RESUMO TESE

SILVA, Kelly Cristina dos Santos. **Marcas da medicalização na política educacional brasileira: a Educação Especial como situação emblemática.** USP, 2019.

A lógica medicalizante, presente em diferentes dimensões da vida, refere-se à redução de questões de ordem social, econômica, política, cultural à lógica biomédica, marcada pela busca por diagnósticos e intervenções do campo da saúde. Esse modelo de compreensão está presente na constituição de nosso tecido social e, portanto, é perceptível também nas políticas educacionais do país e em suas normativas. O presente trabalho propôs-se a compreender a movimentação da lógica medicalizante nos documentos que servem como diretriz da Educação, em geral, e da Educação Especial, especificamente, a partir dos preceitos da análise documental e do paradigma indiciário de Ginzburg (1989). Foram investigados os seguintes documentos: Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), Documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE), Plano Nacional de Educação (PNE) e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. É possível perceber que os documentos analisados buscam afirmar enfaticamente o princípio da inclusão, ao garantirem o acesso à Educação a um público que historicamente foi alijado do espaço escolar comum. É possível ainda depreender dos documentos analisados tensões relativas à Educação Especial que dizem respeito, não apenas ao espaço em que o atendimento deve ser ofertado (instituições exclusivas, instituições inclusivas), mas às próprias concepções que orientam a definição do público-alvo da Educação. Ou seja, percebem-se contradições em relação a conceitos como deficiência e inclusão, assim como a processos relativos à oferta de atendimento educacional especializado. Tais tensões e contradições são intensificadas por aspectos constitutivos da política educacional, tais como o financiamento da educação, a parceria público-privada e as avaliações de larga escala, posto que fortalecem concepções individualizantes sobre desempenho, em detrimento de leituras sociais, culturais, econômicas sobre os fenômenos educacionais.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial. Medicalização. Políticas pública.

SILVA, Kelly Cristina dos. Marcas da medicalização nas políticas de educação: a Educação Especial como situação emblemática. São Paulo, B2019.

OBJETIVO: Compreender a movimentação da lógica medicalizante nos documentos que servem como diretriz da Educação, em geral, e da Educação Especial, especificamente, a partir dos preceitos da análise documental e do paradigma indiciário de Ginzburg (1989). ANO: 2019.

06. RESUMO DISSERTAÇÃO

GONÇALVES, Edivaldo Félix. **A concretização do direito ao trabalho e as pessoas com deficiência intelectual:** uma análise a partir da situação da cidade de Osasco/SP. USP, 2012.

OBJETIVO: Demonstrar que o direito ao trabalho, enquanto um direito social, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, não é uma realidade para todos os cidadãos brasileiros.

No mercado capitalista a inserção no mundo do trabalho depende das habilidades individuais de cada trabalhador. O nível de escolaridade é uma exigência para participação do processo seletivo, premissa da teoria do capital humano. Dessa maneira, a escola, a principal mediadora entre a família e o mundo trabalho, incorpora para si o papel de instituição social responsável pela formação e preparação de todas as pessoas, inclusive as que possuem alguma deficiência. Entretanto, as pessoas com deficiência intelectual, em especial, estão em processo de exclusão, principalmente da vida profissional, mesmo representando uma grande parcela dentre as pessoas com algum tipo de deficiência, conforme dados dos censos. A Educação Especial, mesmo após o lançamento pelo MEC da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, e com as alterações decorrentes do cenário escolar, não conseguiu reverter, em proporção adequada, o quadro educacional para as pessoas com deficiência intelectual, resultando também na baixa contratação desse segmento pelas empresas. Visando a garantir a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, foi aprovada no Brasil, em 1991, a Lei nº. 8.213 (Art. 93) conhecido como lei de cotas, que garante de 2 a 5% de trabalhadores contratados com deficiência. Entretanto, como mostram os dados da RAIS de 2007 a 2010, mesmo havendo uma diminuição na contratação de pessoas com deficiência no mercado formal, nesse período, há um aumento na contratação de pessoas com deficiência intelectual. Em Osasco, cidade da região metropolitana de São Paulo/SP, houve um aumento acima da média nacional na contratação de pessoas com deficiência intelectual. As investigações feitas nesta pesquisa buscam demonstrar a correlação entre a educação inclusiva, a formação profissional e a sensibilização dos envolvidos na aplicação da lei, com os resultados obtidos na contratação de pessoas com deficiência intelectual neste município.

PALAVRAS CHAVES: Deficiência intelectual. Direito ao trabalho. Lei de cotas.

GONÇALVES, Edivaldo Félix. A Concretização do Direito ao Trabalho e as Pessoas com Deficiência Intelectual: uma análise a partir da situação da cidade de Osasco/SP Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como pré-requisito para obtenção do título acadêmico de mestre Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sonia Maria Portella Kruppa Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação São Paulo 2012.

07. RESUMO DISSERTAÇÃO

OLIVEIRA, Fábيا Carvalho de. **Educação profissional de pessoas com deficiência: política e produção acadêmica**, no Brasil, pós Lei 8.213/1991. USP, 2017.

A participação da pessoa com deficiência no mundo do trabalho constitui um campo de complexidades e desafios que compreende o estudo do mundo do trabalho na contemporaneidade e da educação e seus princípios, como a perspectiva inclusiva. Esta pesquisa se propôs a investigar as relações entre educação, trabalho e deficiência a partir do estudo das produções acadêmicas brasileiras que abordam a questão, entre os anos de 1991 e 2015. O recorte de tempo se justifica pela publicação, em 1991, da Lei nº 8213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências, conhecida como lei de cotas, que estipula a reserva legal de cargos para pessoas com deficiência em empresas. Como eixo teórico da discussão, retomou-se o debate sobre a pessoa com deficiência como sujeito de direitos; empreendeu-se leitura dos aspectos ontológicos da Educação, apresentou-se argumentos sobre a dimensão educativa do Trabalho; e, por fim, foram discutidas as políticas de trabalho para as pessoas com deficiência. Do ponto de vista metodológico, realizou-se análise bibliométrica das 26 produções relativas ao tema, seguida de análise por indícios, inspirada na proposta do historiador Carlo Ginzburg, buscando compreender os pressupostos e a organização dos processos educacionais relacionados à Educação Profissional de pessoas com deficiência, no Brasil. Como principais resultados, é possível afirmar, a partir da leitura das produções, que persistem matrículas de estudantes com deficiência em cursos com caráter profissionalizante de Nível Básico, em instituições filantrópicas, voltadas para o desenvolvimento de habilidades manuais, sem vinculação com ou encaminhamento para o mercado de trabalho. As produções analisadas apresentam esse quadro sem o problematizar em profundidade, aderidas que estão, na maior parte das vezes, à afirmação ideológica de que à população com deficiência não restam outras possibilidades na atualidade. Assim, a Academia acaba por justificar e estabelecer relação de condescendência com propostas de Educação Profissional são pouco efetivas, reforçando, desde o discurso científico, uma concepção assistencial de Educação e de Trabalho da pessoa com deficiência.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial. Educação profissional. Inclusão escolar. Lei de cotas. Pessoa com deficiência. Trabalho.

OLIVEIRA, Fábيا Carvalho. Educação profissional de pessoas com deficiência: política e produção acadêmica, no Brasil, pós lei 8.213/1991. 2017

OBJETIVO: Investigar as relações entre educação, trabalho e deficiência a partir do estudo das produções acadêmicas brasileiras que abordam a questão, entre os anos de 1991 e 2015. ANO: 2017.

08. RESUMO DISSERTAÇÃO

KISIL, Izabel Ramos de Abreu. **"Como você sabe?": O conhecimento e o saber na psicose infantil**. USP, 2012.

O objetivo deste trabalho é discutir como se dá a construção de conhecimento e a produção de saber na psicose infantil. Como metodologia, recorreremos à articulação entre uma reflexão teórica e a experiência clínica. Na introdução é feita uma contextualização da pesquisa no âmbito da educação. No primeiro capítulo, apresentamos uma compreensão do diagnóstico de psicose infantil nas teorias psicanalíticas de Freud e de Lacan. Em seguida, uma discussão teórica a respeito das noções de conhecimento e de saber em psicanálise. No terceiro capítulo, a partir da experiência clínica como analista e acompanhante terapêutica de dois garotos psicóticos é possível refletir sobre as particularidades da construção de conhecimento. Percebemos que o conhecimento se constrói por meio das pesquisas que realizam na companhia de um Outro que suporta não saber. Esse conhecimento particular que produzem, por estar fora da lógica fálica, muitas vezes, não permite um enlace social. No entanto, serve a este sujeito como uma certeza que o protege de Outro invasivo, permitindo ele produzir um saber sobre si. Nas considerações finais, levantamos questões a respeito das necessidades educativas especiais dos psicóticos e das possibilidades e limites da inclusão escolar,

considerando o que concluímos a respeito da construção de conhecimento destes garotos.

PALAVRAS CHAVES: Conhecimento. Educação Especial. Inclusão escolar. Psicanálise. Psicose infantil. Saber.

KISIL, Izabel Ramos de Abreu. "Como você sabe?": o conhecimento e o saber na psicose infantil. São Paulo, 2012.

OBJETIVO: Discutir como se dá a construção de conhecimento e a produção de saber na psicose infantil. **ANO:** 2012.

09. RESUMO DISSERTAÇÃO

SPAGNUOLO, Lenara Spedo. **Acompanhamento terapêutico na escola:** entre o educar e o analisar. USP, 2017.

Este trabalho tem como objetivo central discutir a finalidade e o lugar ocupado pelo acompanhante terapêutico que funciona como apoio aos processos inclusivos escolares. Partimos da hipótese de que este profissional, uma vez orientado pela psicanálise, se posicionaria entre o educar e o analisar. Como metodologia, recorreremos à articulação entre a experiência clínica e a reflexão teórica orientada por textos psicanalíticos. Realizamos, inicialmente, um levantamento bibliográfico acerca do Acompanhamento Terapêutico na escola e contextualizamos historicamente esse dispositivo clínico que nasce no campo da saúde mental, o que tem grandes consequências para seu deslocamento em direção ao terreno escolar. Em seguida, analisamos como tem ocorrido o encontro do Acompanhamento Terapêutico com a escola, especialmente no que se refere às construções discursivas em torno dos saberes sobre a inclusão escolar e sobre a criança dita de inclusão. No terceiro capítulo, apresentamos a concepção de educar a qual estamos referidos, e delimitamos nosso estudo ao campo da inclusão escolar em torno das crianças psicóticas e autistas, apresentando seus modos particulares de construção de conhecimento e de estar no laço social. No último capítulo, a partir da teoria dos quatro discursos proposta por Lacan (1969-70), discutimos o que há do analítico e do educativo no trabalho do acompanhante terapêutico na escola. A partir de cenas de um processo de alfabetização, sustentamos um modo de trabalho que seja dirigido não só à criança, mas também à escola. Defendemos, por fim, que esse profissional esteja na escola orientado pela construção de um lugar de aluno para a criança acompanhada. É então, quando o laço entre professor e aluno puder operar, que a presença do acompanhante torna-se dispensável.

PALAVRAS CHAVES: Acompanhamento Terapêutico. Autismo. Educação. Inclusão escolar. Psicanálise. Psicose.

SPAGNUOLO, Lenara Spedo. **Acompanhamento terapêutico na escola:** entre o educar e o analisar. São Paulo, 2017.

OBJETIVOS: Discutir a finalidade e o lugar ocupado pelo acompanhante terapêutico que funciona como apoio aos processos inclusivos escolares. **ANO:** 2017.

2 PERCURSO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA CLASSE COMUM (13)

01 – RESUMO DISSERTAÇÃO

RODRIGUES, Paola Sotta. **Os direitos das pessoas com deficiência:** um estudo sobre os processos encaminhados ao Ministério Público do Estado de São Paulo (2000-2009). PUC/SP, 2010.

Os direitos civis, entre eles o da educação das pessoas com deficiência não é um ponto pacífico na atualidade brasileira, pelo contrário, é um campo de constantes tensões e divergências. Ao nos depararmos com as políticas relativas ao assunto, bem como com as discussões que ocorrem no âmbito acadêmico, percebemos contradições constantes que evidenciam posições distintas ou mesmo antagônicas tanto em relação aos princípios, quanto aos processos para sua efetivação. A partir deste ponto de partida, esta dissertação tem o objetivo de rastrear, classificar e analisar as demandas sociais em relação aos direitos dessa população, em especial aqueles voltados à educação escolar, utilizando como fonte de pesquisa os processos, inquéritos civis e preparatórios de inquéritos civis do Ministério Público do Estado de São Paulo. Nesse sentido, esta é uma pesquisa de cunho documental cuja coleta de dados foi realizada no site do Ministério Público do Estado de São Paulo (www.mp.sp.gov.br), onde se encontram informações os processos e ações civis públicas que nele deram entrada, no período entre 2000 e 2009, cujas informações colhidas foram ser organizadas e classificadas a posteriori nas seguintes categorias que permitiram agrupar e analisar as distintas demandas: educação, saúde,

trabalho, transporte, trabalho, condições de vida, violação de direitos e outros. Os principais achados foram os seguintes: a inconstância na quantidade de processos, tanto na quantidade, quanto nas categorias por eles exigidas; a alta influência que a Deliberação n. 68/2007 exerceu sobre os processos, especialmente no ano de 2007 e a brusca queda em 2009; as exigências educacionais se resumem ao acesso à escola, ficando secundarizada a escolarização; a baixíssima quantidade de processos instaurados na Comarca de São Paulo, se comparada com Comarcas situadas em municípios muito menores. Estes achados expressam uma dispersão de demandas, reveladoras da pouca importância que esses direitos assumem tanto nas comunidades locais quanto nos poderes públicos municipais.

PALAVRAS CHAVES: Direitos civis, educação escolar, Educação Especial, educação inclusiva, Ministério Público, deficiência, deficiente.

RODRIGUES, Paola Sotta. Os direitos das pessoas com deficiência: um estudo sobre os processos encaminhados ao Ministério Público do estado de São Paulo (2000-2009). 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

OBJETIVO: Rastrear, classificar e analisar as demandas sociais em relação aos direitos dessa população, em especial aqueles voltados à educação escolar, utilizando como fonte de pesquisa os de São Paulo. ANO: 2010

02. RESUMO DISSERTAÇÃO

Carvalho, Cristina Linares Cintra. **Os direitos de Pessoas com deficiência no ensino superior: percepções dos alunos.** USP, 2015.

Cerca de 10% de toda a população mundial, aproximadamente 650 milhões de pessoas vivem com alguma deficiência, transtorno global de desenvolvimento (TGD) ou com alta habilidade/superdotação (AH/SD) de acordo com a Organização das Nações Unidas (2011). Em todo o mundo estas pessoas têm baixas perspectivas de escolaridade, de participação na economia e nos programas de saúde. O presente trabalho tem por objetivo entender a trajetória de vida de alunos com deficiência graduados e com alguma passagem pela contabilidade, seja através da faculdade ou através do ambiente de trabalho, apoiando-se em relatos da vida profissional, educacional, obstáculos e facilitadores encontrados. Buscou-se através da história oral, pontos convergentes entre os relatos e sugestões para a melhoria das condições nas universidades para acesso e permanência da pessoa com deficiência. O trabalho desenvolve-se a partir de uma breve retrospectiva na história das pessoas com deficiência, aborda as políticas públicas brasileiras sobre o tema, traz dados sobre educação superior das pessoas com deficiência e por fim, entrevista os alunos encontrados. Verificou-se, assim, que é crescente o número de alunos com deficiência no ensino superior e que as condições nas instituições de ensino melhoraram nos últimos anos. No entanto os facilitadores apontados pelos entrevistados continuam fora das instituições, tais como amigos de sala. Além disto, a divulgação dos serviços existentes deve ser mais difundida, a fim de que todos tenham consciência de seus direitos. Conclui-se que apesar do enorme avanço ocorrido nas últimas décadas, ainda há muito a ser desenvolvido dentro das universidades para que se possa garantir o direito de educação à todos.

PALAVRAS CHAVES: Alunos com deficiência. Contabilidade. Educação Especial. Educação superior. Inclusão. Inclusão escolar. Necessidades Especiais Pessoas com deficiência.

OBJETIVO: Entender a trajetória de vida de alunos com deficiência graduados e com alguma passagem pela contabilidade, seja através da faculdade ou através do ambiente de trabalho, apoiando-se em relatos da vida profissional, educacional, obstáculos e facilitadores encontrados. ANO: 2015.

03. RESUMO DISSERTAÇÃO

COSTA, Maria Elizabete da. **Alunos com deficiência e condições escolares, sociais e culturais:** um estudo na rede pública estadual de São Paulo. PUC SP, 2011.

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o percurso escolar de alunos com deficiência matriculados na 5ª série, em classe comum da rede estadual de ensino de São Paulo, em regiões opostas da capital, não com o foco no indivíduo e seus supostos dons, mas numa perspectiva de que esse indivíduo é produto das condições sociais, econômicas e culturais nas quais se insere. Pretendeu-se traçar o perfil social, cultural e econômico desses alunos e relacionar aspectos de sua vida escolar (no sistema de Progressão Continuada) com suas condições sociais e culturais de origem, refletindo, ainda, sobre a

relação entre a política pública de inclusão (e as condições oferecidas pela escola) e o fracasso escolar. Justifica-se este estudo pelo fato de que a discussão sobre a inclusão escolar apresenta-se fortemente presente nos dias atuais, sendo necessário verificar em que condições ela está ocorrendo. A fundamentação teórica foi definida a partir de alguns aspectos do pensamento de Bourdieu, pois há a premissa de que as condições sociais de origem e o capital cultural transmitido influenciam significativamente a trajetória escolar de qualquer aluno e, também, tomando algumas das contribuições de Bueno e Patto, estudiosos das questões da Educação Especial e do fracasso escolar, respectivamente. Os dados sobre a trajetória escolar foram coletados em documentos oficiais (Cadastro de Alunos); sobre as condições sociais, econômicas e culturais as informações foram registradas em questionário direcionado aos familiares; sobre a caracterização da escola, o registro foi feito em ficha de coleta de dados elaborada pela pesquisadora. Concluiu-se que a marca principal na trajetória escolar dos alunos com deficiência seja a própria deficiência, mas, diferentemente da interpretação naturalizada e biológica que aponta para os limites das deficiências, se destacou a escola e suas condições ainda insatisfatórias

PALAVRAS CHAVES: Educação inclusiva. Trajetória escolar. Alunos com deficiência. Condições escolares, sociais, econômicas e culturais. PUC-SP.

OBJETIVO: Investigar o percurso escolar de alunos com deficiência matriculados na 5ª série, em classe comum da rede estadual de ensino de São Paulo, em regiões opostas da capital, não com o foco no indivíduo e seus supostos dons, mas numa perspectiva de que esse indivíduo é produto das condições sociais, econômicas e culturais nas quais se insere. **ANO:** 2011.

04. RESUMO DISSERTAÇÃO

OLIVEIRA, Edna Aparecida de. Educação dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas municipais de 1ª fase do ensino fundamental de Anápolis-Go: inclusão ou exclusão? PUC GO, 2007.

O objeto de pesquisa foi a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino em Anápolis-GO, especificamente nas escolas públicas municipais de 1ª fase do ensino fundamental. O objetivo é conhecer e verificar se as políticas públicas educacionais promovem condições de inclusão ou se os alunos com necessidades educacionais especiais são matriculados e excluídos dentro das próprias escolas/salas de aula. A opção foi pela pesquisa quantiqualitativa, bibliográfica e empírica. Também utilizamos a análise de conteúdo para formular as categorias que emergiram dos dados coletados nos questionários, entrevistas e da observação em sala de aula. Utilizando do materialismo histórico dialético interpretamos a realidade da educação recebida pelos alunos com necessidades educacionais em cinco instituições públicas municipais da cidade de Anápolis/Go. A inclusão em tempos de políticas neoliberais prevê na legislação, mas não prevê os recursos necessários para a efetiva educação. Teoricamente este trabalho se sustenta nas contribuições de Poulantzas (2000), Enguita (1989-93), Rodrigues (2006), Mittler (2005), LDB 9394/96, Declaração de Salamanca (1994), dentre outros. As políticas públicas em particular para a Educação Especial, é de escassez de recursos, o que impossibilita a efetivação da Educação Especial em seus princípios de educação de qualidade. A educação dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares está pautada na sociabilização destes alunos, os professores em geral declaram-se despreparados para trabalharem com os alunos com necessidades educacionais especiais, há uma predominância do senso comum na conceituação e objetivo fundamental da Educação Especial/inclusiva tanto pelos professores quanto pelos pais dos alunos com necessidades educacionais especiais. A inclusão educacional só se faz mediante uma inclusão social e vice-versa num processo de mão dupla e que a luta social é necessária às mudanças e cabe à sociedade lutar para que se possa realmente chegar a uma escola inclusiva, o simples fato de se matricular os alunos com necessidades educacionais especiais não garante a eles uma verdadeira inclusão educacional.

PALAVRAS CHAVES: Estado. Políticas públicas. Escola. Educação de alunos com necessidades educacionais especiais.

OLIVEIRA, Edna Aparecida de. Educação dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas municipais de 1ª fase do ensino fundamental de Anápolis-Go: Inclusão ou exclusão? 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2007.

OBJETIVO: Conhecer e verificar se as políticas públicas educacionais promovem condições de

inclusão ou se os alunos com necessidades educacionais especiais são matriculados e excluídos dentro das próprias escolas/salas de aula. ANO: 2007.

05. RESUMO TESE

GOES, Ricardo Schers de. **Escolarização de alunos com deficiência intelectual:** as estatísticas educacionais como expressão das políticas de Educação Especial no Brasil. PUC/SP, 2014

Esta tese teve como objetivo analisar os resultados das políticas de Educação Especial brasileira, no âmbito nacional, discutindo se o direito à educação de alunos com deficiência intelectual garantido pela atual legislação tem expressão na expansão das oportunidades educacionais para esse tipo de aluno. A fonte foi o Censo Escolar (MEC. INEP. 2012) que forneceu dados estatísticos de matrícula de alunos com deficiência intelectual em escolas de ensino regular e nas escolas de Educação Especial, entre 2007 e 2012, em particular aqueles que registram essas matrículas por etapa de ensino, instância administrativa e tipo de escolarização, em âmbito nacional e distribuídos pelas regiões geográficas do país. Esses dados foram consolidados em tabelas, submetidos a tratamento estatístico adequado e discutidos a partir do referencial teórico da Teoria Crítica da Sociedade, em especial as contribuições de Neumann (1969) e com o auxílio dos estudos de autores de referência da área da Educação Especial (Abenheim, 2005; Bueno, 1999, 2004, 2005, 2006, 2008; Glat, 2007; Jannuzzi, 2006, 2008; Mazzotta, 2003; Omote, 1995; Stiker, 1997; e Veiga Neto, 2005). A análise comprovou que a atual política de Educação Especial brasileira surtiu efeito na expansão de matrículas de alunos com deficiência intelectual no ensino regular, pois houve crescimento no número de matrículas a partir de 2008 em todas as regiões do Brasil, com as instituições públicas apresentando um crescimento maior que as privadas. Verificou-se, ainda, um aumento proporcional significativo nas matrículas de alunos com deficiência intelectual em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), evidenciando que esta categoria influi decisivamente nos resultados dos levantamentos estatísticos nacionais. Além disso, observam-se diferenças regionais significativas na incidência de matrículas de alunos com deficiência intelectual em aspectos fundamentais, como etapas de ensino, instância administrativa e tipo de escolarização. Isso sugere que os números globais do país precisam ser mais detalhados e analisados, pois são insuficientes para estabelecer políticas regionais. Este estudo comprovou ainda a maior incidência de matrículas de alunos com deficiência intelectual do Ensino Fundamental I, o incremento das matrículas nas instâncias públicas e a queda das matrículas nos ensinos privado e especial e que não houve redução da escolarização privada e especial quanto aos percentuais de participação na distribuição global das matrículas desse alunado

PALAVRAS CHAVES: Direito à educação. Deficiência intelectual. Educação Especial Inclusão escolar.

GOES, Ricardo Schers de. **Escolarização de alunos com deficiência intelectual:** as estatísticas educacionais como expressão das políticas de Educação Especial no Brasil. TESE PUC/SP, 2014.

OBJETIVO: Analisar os resultados das políticas de Educação Especial brasileira, no âmbito nacional, discutindo se o direito à educação de alunos com deficiência intelectual garantido pela atual legislação tem expressão na expansão das oportunidades educacionais para esse tipo de aluno. ANO: 2009

06. RESUMO TESE

MARTINS, Tânia Gonçalves. **A legislação de Educação Especial e a instituição de escolas inclusivas:** uma análise a partir do conceito de metacontingência. PUC SP, 2014 .

No processo ensino-aprendizagem, a relação professor-aluno e as relações entre pares de alunos configuram comportamentos sociais em que comportamento de cada indivíduo gera consequências que têm reflexo sobre o comportamento do grupo. O estudo foi desenvolvido com base na análise documental da Legislação Educacional que versa sobre a estruturação da Educação Especial na perspectiva inclusiva: a PNEE/2008, o Decreto Nº 7.611/2011 e a Resolução CNE/CEB nº 4/2009. Objetivou-se identificar indicadores de estruturação e organização do sistema inclusivo dispostas nestas normas, considerando suas propostas e diretrizes educacionais como contingências que se entrelaçam em metacontingência para o desenvolvimento de escolas capazes de atender a TODOS. O processo de análise dos dados foi realizado verificando-se possibilidades de inter-relação entre contingências classificadas como referentes à Escola Inclusiva ou referentes à Educação Especial em cada documento e, posteriormente, o entrelaçamento de contingências destes dois grupos, discutindo-se como a documentação, em análise, poderia contribuir para garantir uma educação de qualidade para

todos, considerando que as mudanças decorrentes da aplicação das normas poderiam ter consequências reforçadoras na constituição de uma sociedade mais inclusiva. Os resultados apontaram que, obedecendo ao princípio inclusivo, a legislação avança buscando estabelecer qual a relação possível entre ensino comum e Educação Especial, reafirmando a importância e a necessidade dessa área de conhecimento como subsídio para o desenvolvimento de escolas inclusivas. A proposta de estruturação da educação nos moldes inclusivos enfatiza a organização do atendimento educacional especializado (AEE) para receber o público-alvo da Educação Especial em salas de recursos multifuncionais visando eliminar barreiras pedagógicas e de comunicação que dificultem a inclusão deste grupo no ensino comum. Por outro lado, não apresenta diretrizes para o trabalho com este público nas classes inclusivas orientando sobre a adequação curricular, a utilização de recursos, a revisão de métodos de ensino e de avaliação que poderiam ser utilizados com todos os alunos em benefício daqueles que encontram barreiras pedagógicas no processo de escolarização. Constatou-se que as orientações presentes nas normas educacionais podem estimular a interlocução e reforçar a integração entre o ensino comum e a Educação Especial no sentido de desenvolver práticas cada vez mais inclusivas que, se propagadas ao longo do tempo, resultarão em mudanças nas práticas culturais em favor de uma sociedade mais inclusiva

PALAVRAS CHAVES: Política educacional. Educação inclusiva. Educação Especial Metacontingência."

MARTINS, Tânia Gonçalves. A legislação de Educação Especial e a instituição de escolas inclusivas: uma análise a partir do conceito de metacontingência. 2014. 100 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

OBJETIVO: Identificar indicadores de estruturação e organização do sistema inclusivo dispostas nestas normas, considerando suas propostas e diretrizes educacionais como contingências que se entrelaçam em metacontingência para o desenvolvimento de escolas capazes de atender a todos. ANO: 2014.

07. RESUMO TESE

SOUZA, Sirleine Brandão de. Excepcionalidade, deficiência ou necessidades educacionais especiais: o aluno como constituinte do campo da Educação Especial. PUC SP, 2018.

Na medida em que a Educação Especial constitui-se como campo de conhecimento, cujo lócus se situa em um espaço social determinado, que tem como premissa a oferta de escolarização a alunos com marcas específicas que interferem nesse processo, este estudo teve como finalidade verificar e analisar, na literatura especializada, as mudanças, permanências e rupturas em sua identidade, por meio das distintas caracterizações da população a ela destinada, e a estreita relação entre o campo acadêmico-científico e as políticas educacionais marcadas por transformações decorrentes de determinados momentos históricos. Como embasamento teórico utilizou-se os estudos de Pierre Bourdieu (1983, 1991, 2004, 2005, 2008, 2015) especificamente os conceitos de campo e linguagem. Para tanto, elegeu-se como fonte de dados os textos publicados no periódico Revista Brasileira de Educação Especial, reconhecido como o mais qualificado da área, desde o seu primeiro número, em 1992, até o ano 2015. Os procedimentos metodológicos da pesquisa englobaram, em primeiro lugar a escolha das seções a serem analisadas resultando na seleção dos Ensaio, Relatos de Pesquisa e Artigos. Em seguida, o levantamento dos textos que estabeleceram discussão ampla sobre Educação Especial, e que redundou em um balanço tendencial de 102 textos e, num terceiro momento, análise aprofundada dos discursos produzidos, mediante leitura integral de 30 textos, selecionados para esse fim, entre os que compuseram o momento anterior. Conclui-se que no campo da Educação Especial, a íntima relação, evidente e inevitável, entre o campo político e o campo acadêmico, reflete, por um lado, disputas sobre a caracterização do alunado que constitui o campo e, por outro, a coexistência temporal de perspectivas diferentes, distintas e, até mesmo, antagônicas, que configuram uma identidade multifacetada e diversa, que reflete o próprio movimento contraditório da sociedade e, consequentemente, das políticas sociais.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial - Métodos de ensino. Pesquisa educacional Deficientes. Educação.

SOUZA, Sirleine Brandão de. Excepcionalidade, deficiência ou necessidades educacionais especiais: o aluno como constituinte do campo da Educação Especial. 2018. 173 f. Tese (Doutorado em

Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

OBJETIVO: Verificar e analisar, na literatura especializada, as mudanças, permanências e rupturas em sua identidade, por meio das distintas caracterizações da população a ela destinada, e a estreita relação entre o campo acadêmico-científico e as políticas educacionais marcadas por transformações decorrentes de determinados momentos históricos. ANO: 2018.

08. RESUMO TESE

FRANÇA, Marileide Gonçalves. **Financiamento da Educação Especial:** complexas tramas, permanentes contradições e novos desafios. USP, 2014.

Este estudo analisa a ação do Poder Público no provimento de recursos financeiros à Educação Especial na gestão do município de Vitória, no estado do Espírito Santo, no âmbito do contexto de financiamento da educação básica, nos anos de 2008, 2009 e 2010. Partimos do pressuposto de que a garantia da educação às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e a ampliação de sua oferta implicam intervenção por parte do Estado no intuito de assegurar os direitos dessa população no que tange ao acesso, à permanência e à qualidade de ensino nos sistemas educacionais brasileiros. Com apoio em Poulantzas (2000), entendemos o Estado como espaço público marcado pela correlação de forças entre classes e grupos que compõem a sociedade e participam dos processos decisórios na formulação de políticas públicas. Para o desenvolvimento do trabalho, foi realizada a pesquisa documental, por meio da consulta ao planejamento e execução orçamentária, aos demonstrativos de receitas e despesas, bem como aos documentos oficiais do município. No que se refere à gestão das verbas da Educação Especial, quanto à sua transparência, organização e padronização, observamos, nos demonstrativos de execução orçamentária, que as mudanças no padrão de financiamento da educação, com o Fundeb, não produziram significativas alterações nas formas de registros dos dados contábeis, nos órgãos oficiais, referentes às etapas e modalidades de ensino. Isso foi evidenciado pelas dificuldades que encontramos em visualizar as receitas e despesas destinadas à Educação Especial nas diferentes fontes de informação do governo federal, estadual e municipal. Os dados eram apresentados de forma agregada, o que impossibilitava identificar o que era alocado na Educação Especial. Assim, embora a rede de ensino do município de Vitória apresentasse matrículas nessa modalidade de ensino, os valores apresentados pareciam não corresponder às despesas reais com a manutenção da Educação Especial no município, por estarem agregados aos recursos de outras etapas de ensino. Nessa perspectiva, foi possível identificar que a Educação Especial integrava o planejamento orçamentário do município de Vitória. As receitas destinadas a essa modalidade estavam englobadas nos recursos totais dirigidos à educação no município, e os valores das despesas estavam subdimensionados, pois estavam agregados à educação infantil e ao ensino fundamental. Desse modo, o financiamento da Educação Especial sofre influência das correlações de forças políticas, econômicas e sociais em torno do fundo público, no âmbito do Estado brasileiro, representadas por diferentes grupos com interesses diversos, que, por sua vez, interferem na constituição de políticas públicas, engendrando implicações na consolidação de direitos de cidadania, entre os quais o direito à educação. Portanto, a concretização desse direito, ao público da Educação Especial, pressupõe políticas educacionais que garantam mudanças na gestão financeira, no âmbito da administração pública municipal, de modo a assegurar às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação educação de qualidade nos sistemas públicos de ensino.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial. Estado. Financiamento da educação

OBJETIVO: Analisar a ação do Poder Público no provimento de recursos financeiros à Educação Especial na gestão do município de Vitória, no estado do Espírito Santo, no âmbito do contexto de financiamento da educação básica, nos anos de 2008, 2009 e 2010. ANO: 2014.

09. RESUMO TESE

LOPES. Ingrid Anelise. **Inclusão e direito à aprendizagem de alunos com deficiência intelectual em escola municipal paulistana.** USP, 2018.

Este estudo tem por objetivo analisar e compreender a trajetória escolar de aluno(as) com deficiência intelectual em escola pública, com destaque a registros que evidenciam suas aprendizagens em classe

comum ao longo dos anos iniciais do ensino fundamental. Compreendemos que a trajetória escolar é um construto entremeadado por questões históricas e políticas. Desse modo, esse percurso é intrinsecamente marcado pelos registros de evidências das aprendizagens que vão sendo produzidos ao longo da escolarização de cada estudante. Esse conjunto de informações é importante para a análise de todas as dimensões do direito à educação, que compreendemos como ingresso, permanência e conclusão da educação básica com aprendizagens em classe comum. Desde o início do século XXI as políticas educacionais brasileiras têm sido pautadas por princípios da inclusão escolar. Essa orientação afeta, sobremaneira, a trajetória escolar do público-alvo da Educação Especial, impulsionando sua matrícula em classe comum. Contudo, são pontuais e restritas as pesquisas sobre a garantia do direito a aprendizagens focalizando estudantes com deficiência intelectual no ensino comum. Diante dessa lacuna acadêmica, abordamos a problemática com foco em uma escola de ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, nos pautando na seguinte questão: o direito ao ingresso em classe comum, bem como à permanência e à conclusão da educação básica com aprendizagens está sendo garantido a estudantes com deficiência intelectual? A pesquisa, de abordagem qualitativa, desenvolveu-se por meio de estudo de caso em profundidade de um fenômeno com ênfase na sua singularidade (LÜDKE; MENGA, 1989). Foram produzidos dados variados, que abrangem indicadores de matrículas e a caracterização do público-alvo da Educação Especial no período entre 2010 e 2017, com destaque a uma Diretoria Regional de Educação. Para aprofundamento e cruzamento na produção e análise dos dados, valemo-nos também de trabalho de campo em uma escola, que contou com a realização de entrevistas semiestruturadas com coordenadoras pedagógicas e professoras de atendimento educacional especializado. Foram explorados, ainda, documentos escolares prontos e boletins. Dos resultados da pesquisa, depreende-se, em relação à trajetória escolar, que estudantes com deficiência intelectual têm iniciado o ensino fundamental em idade recomendada pelas políticas educacionais e, em sua maioria, percorrem essa etapa da educação sem interrupções, assegurada pela organização curricular do município e pela tendência da não reprovação desse alunado na escola. Sobre os registros que evidenciam aprendizagens, identificamos que a adoção de um sistema online pela rede de ensino vem favorecendo o arquivamento de informações da trajetória escolar, em especial das aprendizagens. Esses registros têm demonstrado a tendência de a escola focalizar aspectos do currículo escolar, sobretudo de língua portuguesa e matemática. Contudo, parcos e frágeis, os registros expõem contradições entre os conceitos e as anotações sobre os conhecimentos curriculares acessados pelo(a)s estudantes. Conclui-se, então, que a rede de ensino bem como a escola focalizada, apesar das incongruências, anuncia esforços promissores com vistas a garantia do direito à educação.

PALAVRAS CHAVES: Deficiência intelectual. Direito a aprendizagens. Educação Especial. Inclusão escolar.

OBJETIVO: Analisar e compreender a trajetória escolar de aluno(as) com deficiência intelectual em escola pública, com destaque a registros que evidenciam suas aprendizagens em classe comum ao longo dos anos iniciais do ensino fundamental. **ANO:**2018.

10. RESUMO DISSERTAÇÃO

SILVA, Maria de Fatima Neves da. **Encaminhamento de alunos para salas de recursos:** análise sobre os argumentos apresentados por professores de classes comuns. USP, 2010.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os argumentos de professores de classes comuns para o encaminhamento de alunos para salas de recursos, de modo a compreender os motivos e expectativas que o embasam. Partiu-se do estudo sobre a origem das salas de recursos, por um viés histórico-legal, e do delineamento do conceito de atendimento educacional especializado tal como é compreendido no paradigma da inclusão, como referências teóricas para o trabalho. Optou-se, no desenvolvimento da pesquisa, por uma abordagem qualitativa, adotando como método o estudo de caso e elegendo como fontes de levantamento de dados entrevistas semi-dirigidas com professores de classes comuns, relatórios de encaminhamento para sala de recursos, Projeto Pedagógico Educacional da escola em que se realizou a pesquisa, registros de intervenções realizados pela pesquisadora na escola e documentos oficiais da rede municipal de São Bernardo do Campo relativos à inclusão. Por meio da análise dos dados levantados, verificou-se que os motivos que justificam o encaminhamento, tal como estão registrados nos relatórios de encaminhamento, fazem referência apenas às defasagens de aprendizagem dos alunos, principalmente nas áreas de alfabetização e matemática. Nesses relatórios,

as expectativas em relação às salas de recursos referem-se à efetivação de um trabalho individualizado com os alunos, que enfoque suas dificuldades. Por meio das entrevistas pudemos verificar que outros aspectos influenciam para que o encaminhamento seja realizado: condições precárias de trabalho, formação continuada insuficiente, carência de espaços coletivos de discussão na escola, são alguns dos elementos trazidos. Observou-se ainda um cenário de desqualificação do papel do professor no processo de avaliação, caracterizado principalmente pela inexistência de participação dos professores nas decisões relativas à política de inclusão adotada na rede, pela redução de seu trabalho a mero executor de uma política educacional cujos contornos não são claros, pela interferência constante de outros profissionais no trabalho docente. Os motivos que justificam o encaminhamento e as expectativas com que são feitos relacionam-se à possibilidade de alteração da condição dos alunos com defasagens de aprendizagem, possibilidades vistas como muito limitadas no contexto da classe comum. Nesse sentido, intensifica-se a preocupação de que as salas de recursos sejam depositárias da responsabilidade pela alteração da condição de aprendizagem dos alunos, sem que ocorram transformações no trabalho das classes comuns.

PALAVRAS CHAVES: Atendimento educacional especializado. Educação Especial. Educação inclusiva. Sala de recursos.

OBJETIVO: Analisar os argumentos de professores de classes comuns para o encaminhamento de alunos para salas de recursos, de modo a compreender os motivos e expectativas que o embasam.
ANO: 2010.

11. RESUMO DISSERTAÇÃO

RODRIGUES Marcell. **A função social das classes especiais para deficientes mentais numa perspectiva crítica de inclusão escolar.** USP, 2006.

Este trabalho, de natureza qualitativa, discute a função das classes especiais para deficientes mentais em nossa sociedade tendo em vista seus aspectos social e histórico, numa visão crítica de inclusão escolar. A inclusão escolar é defendida como forma de garantia de igualdade ao deficiente mental e, as classes especiais, como empecilho a isso. A pesquisa, apoiada em questões como ideologia, inclusão marginal, construção e desconstrução de conceitos, bem como, na opinião de professores do ensino fundamental da rede pública do município de Osasco, demonstra que as classes especiais para deficientes mentais exercem uma função definida em nossa sociedade. Por isso, seu fechamento, ausente de uma análise que leve à conscientização de tal função, produzirá outros mecanismos. A classe especial para deficientes mentais justifica a exclusão e, por isso, tem papel definido na sociedade de classes em que vivemos. As entrevistas com os professores que atuam em classes especial e comum demonstram seu conceito de inclusão, classe especial e deficiente. Há um sentimento romântico que cerca um certo discurso inclusivo em que, aceitar o deficiente depende, apenas, de boa vontade. Isso gera deturpações no que diz respeito tanto ao real entendimento da questão como a possíveis mudanças. Com base em autores com posições críticas, a dissertação constituiu a tentativa de entender a construção de conceitos na sociedade e, conseqüentemente, na escola, como normalidade e igualdade, a fim de compreender o radical de determinadas atitudes referentes ao aluno deficiente. A pesquisa teórica, aliada às entrevistas semiestruturadas com professores, constituiu maneira de perceber como determinados padrões foram e são produzidos e reproduzidos pela e na escola.

PALAVRAS CHAVES: Classe especial. Deficiente mental. Diferença. Escola. Igualdade. Inclusão. Normalidade. Sociedade de classes.

OBJETIVO: Discutir a função das classes especiais para deficientes mentais em nossa sociedade tendo em vista seus aspectos social e histórico, numa visão crítica de inclusão escolar. **ANO:** 2006.

12. RESUMO DISSERTAÇÃO

GONZALEZ Roseli Kubo. **Análise de critérios para promoção de alunos com deficiência intelectual em pré-escolas públicas de Osasco.** USP, 2016.

O presente estudo pretendeu, por meio de uma abordagem qualitativa investigar quais os critérios utilizados pelas professoras das pré-escolas públicas do município de Osasco para promover alunos com necessidades educacionais especiais, assim denominados por apresentarem deficiência intelectual, de uma fase para outra e após essa etapa de escolarização. O suporte teórico fundamentou-se na legislação educacional nacional, estadual e municipal, além de produções de autores renomados

na área sobre educação infantil, Educação Especial e avaliação da aprendizagem. Utilizaram-se, também, documentos internacionais que subsidiaram a elaboração de legislação nacional referente ao atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais. Foram selecionadas duas escolas, uma na zona Norte e outra na zona Sul do referido município. Fizeram parte da amostra cinco professoras e cinco alunos que se encaixavam no objetivo da pesquisa. Para complementar os dados coletados junto às professoras, foram entrevistadas também as ex-diretoras das escolas, assim como especialistas da Equipe de Apoio Interdisciplinar. Da análise das entrevistas, verificou-se que as professoras apontaram a idade como sendo critério para promoção dos alunos, tanto de uma fase para outra, como após a pré-escola. Contudo, em alguns casos, os alunos permaneciam por mais tempo na pré-escola o que era justificado pelas necessidades específicas apresentadas por eles e a permanência nessa etapa por mais tempo era avaliada, nesses casos, como benéfica para seu desenvolvimento e aprendizagem. A partir dos dados coletados, verificou-se que as escolas que fizeram parte da amostra da pesquisa adotam, para a quase totalidade dos alunos, a concepção de avaliação utilizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) para a educação infantil, não tendo, assim, finalidade de promoção nem mesmo para acesso ao ensino fundamental.

PALAVRAS CHAVES: Avaliação da aprendizagem. Critérios para promoção. Educação infantil. Inclusão escolar.

OBJETIVO: Investigar quais os critérios utilizados pelas professoras das pré-escolas públicas do município de Osasco para promover alunos com necessidades educacionais especiais, assim denominados por apresentarem deficiência intelectual, de uma fase para outra e após essa etapa de escolarização. **ANO:** 2016.

13. RESUMO DISSERTAÇÃO

MARTINS Mary Grace. Direito à educação e acessibilidade às tecnologias de informação e comunicação por alunos com deficiência. USP, 2010.

Esta pesquisa investigou as condições de acessibilidade às tecnologias de informação e comunicação oferecidas aos alunos com deficiência visual e física matriculados na rede municipal de ensino de São Paulo, como forma de garantir seu acesso e participação nas atividades curriculares. Para sua realização, optou-se pela abordagem qualitativa, por meio de análise da legislação e de documentos produzidos pelas equipes responsáveis pela Educação Especial e Informática Educativa, bem como entrevistas com os gestores destas áreas na referida secretaria municipal e nas regiões de Guaianases, Butantã e São Miguel. A análise dos dados considerou recomendações internacionais, das quais o Brasil é signatário, garantias legais nacionais e do município de São Paulo, além do referencial teórico referente ao direito à educação, à Educação inclusiva e à importância das tecnologias na escolarização de alunos com deficiência. Observou-se que o município prevê em seus documentos legais a Educação Especial e a Informática Educativa e apresenta diversos aspectos relevantes para promover a acessibilidade às Tecnologias de Informação e Comunicação e que o acesso a esses recursos pelos alunos com deficiência é considerado importante na visão dos profissionais que atuam na gestão dos projetos e no apoio aos alunos e professores, revelando algumas iniciativas de adaptação e aquisição de recursos e equipamentos para alguns alunos com deficiência. Como sugestões para o aprimoramento do trabalho realizado na referida secretaria foi apontada a necessidade de investimento em formação continuada e produção de materiais sistematizados a partir das práticas dos próprios professores, sendo, todo esse processo, construído a partir de um estudo mais detalhado das necessidades identificadas nas escolas da secretaria municipal com relação à acessibilidade às Tecnologias de Informação e Comunicação Também são sugeridas estratégias para que a construção dessa proposta ocorra de forma articulada entre os profissionais das equipes de Educação Especial, Informática Educativa e Ensino Comum. Assim, espera-se contribuir com reflexões e com o planejamento das próximas ações tanto no referido município, como em outras localidades.

PALAVRAS CHAVES: Acessibilidade. Inclusão escolar. Política educacional. Tecnologia Assistiva.

OBJETIVO: Investigar as condições de acessibilidade às tecnologias de informação e comunicação oferecidas aos alunos com deficiência visual e física matriculados na rede municipal de ensino de São Paulo, como forma de garantir seu acesso e participação nas atividades curriculares. **ANO:** 2010.

3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS (15)

01. RESUMO DISSERTAÇÃO

NOGUEIRA, José Roberto Netto. **Tangências, adjacências e enviesamentos dos discursos brasileiros sobre educação inclusiva: educação, aprender e ensinar.** USP, 2008.

A proposta desta dissertação consiste em discutir as expressões Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais, de uso corrente no campo educacional, tendo em vista a suposição de representarem conceitos ambíguos, cuja elucidação pode ter importância para a estruturação de referências práticas para o trabalho de escolas regulares inclusivas. Pareceram noções ambíguas por não apresentarem com clareza os espaços escolares onde se realizar (se especiais ou comuns, no caso das noções sobre educação inclusiva) e público-alvo preferencial de atendimento escolar (no caso das noções sobre necessidades educacionais especiais e sua relação com a educação de deficientes e de não deficientes). Foram analisadas algumas passagens de documentos oficiais brasileiros e internacionais sobre educação escolar, especial e inclusiva, referentes a apresentação de conceitos sobre educação, aprender e ensinar, objetos de estudo principais dessa pesquisa. Definiu-se como objetivo de pesquisa analisar as noções de educação, aprender e ensinar à luz das propostas e definições encontradas nos documentos estudados. Foram realizadas análises de discursos inspiradas nas proposições de Scheffler (1974), inclusive no que se refere às considerações dos discursos sobre educação como discursos gerais de base programática, cuja análise deve considerar as suas funções práticas e ético-políticas. Abordou-se também alguns autores como: Rousseau (2004), Durkheim (1952), Arendt (2005), Dewey (1959), Ryle (1968), Oakeshott (1968), Passmore (1980), Lefort (1999), Mazzotta (2001), entre outros de expressão nacional, utilizando-os como contraponto para a discussão das noções destacadas dos documentos oficiais estudados. Entre os resultados produzidos, destacou-se a análise da expressão necessidades educacionais especiais e a possibilidade de funcionar como referência positiva para a busca de soluções para os problemas de aprendizagem e de ensino nas escolas regulares inclusivas.

PALAVRAS CHAVES: Aprender. Discurso. Educação. Ensinar. Inclusão.

NOGUEIRA, J R. N. **Tangências, adjacências e enviesamentos dos discursos brasileiros sobre educação inclusiva: educação, aprender e ensinar.** 131 f. (Dissertação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo - SP, 2008.

OBJETIVOS: Discutir as expressões Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais, de uso corrente no campo educacional, tendo em vista a suposição de representarem conceitos ambíguos, cuja elucidação pode ter importância para a estruturação de referências práticas para o trabalho de escolas regulares inclusivas. ANO: 2008.

02. RESUMO DISSERTAÇÃO

BARROS, Rodrigo Carvalho do Rego. **Atendimento educacional hospitalar e domiciliar: uma pesquisa-ação.** UFG, 2016.

As classes hospitalares e o atendimento educacional domiciliar são uma área da educação, ligada à Educação Especial, criada para prestar atendimento educacional a alunos que estejam impossibilitados de frequentar a escola por motivos de saúde. Os professores de classe hospitalar e atendimento educacional domiciliar estão na interseção das áreas de saúde e educação e, portanto, são os que mais adoecem devido ao trabalho. Esta pesquisa tem como objetivo promover a saúde da equipe coordenadora e das professoras do NAEH, visando ao enfrentamento dos problemas decorrentes do atendimento educacional hospitalar e domiciliar. Para tanto, foi realizado um mapeamento das bases legais e das principais políticas públicas de inclusão voltadas ao atendimento educacional hospitalar e domiciliar, e um estudo sobre a saúde dos professores que atuam nesta modalidade de ensino. Foi adotada, como metodologia, a pesquisa-ação predominantemente existencial, por se tratar de situações que causam sofrimento às pessoas envolvidas, justificando ações no sentido de ressignificar e transformar a realidade vivenciada. Como referencial teórico foi adotada a perspectiva de Dejours (2007), que utiliza como parâmetro de saúde a presença de prazer e sofrimento no trabalho. Embora não houvesse um quadro de adoecimento entre os sujeitos pesquisados, a partir de um referencial psicopatológico, foi encontrada uma situação de sofrimento entre as pessoas envolvidas devido a dificuldades encontradas nos atendimentos educacionais envolvendo casos de transtorno mental. A busca de solução foi conduzida pelo pesquisador coletivo, seguindo a démarche própria da pesquisa-ação. Os resultados foram considerados positivos pelas mudanças constatadas nos relatos da equipe coordenadora do NAEH.

PALAVRAS CHAVES: Ação intersetorial, Saúde do trabalhador, Saúde mental, Classe hospitalar.
BARROS, R. C. R. Atendimento educacional hospitalar e domiciliar: uma pesquisa-ação. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Coletiva) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

OBJETIVO: Promover a saúde da equipe coordenadora e das professoras do NAEH, visando ao enfrentamento dos problemas decorrentes do atendimento educacional hospitalar e domiciliar. **ANO:** 2016.

03. RESUMO DISSERTAÇÃO

BORGES, Gabriela Silva Braga. **Estimulação precoce, trabalho pedagógico e a criança com deficiência na creche.** UFG, 2016.

A estimulação precoce é o primeiro programa educacional dirigido às crianças público alvo da Educação Especial, na faixa etária de zero a três anos. Na Educação Infantil a estimulação precoce pode ser usada como uma forma de promover o desenvolvimento integral da criança público alvo da Educação Especial, que devido as suas características particulares necessitam de maior estimulação. Diante disso, esta pesquisa parte da seguinte problemática: Como a estimulação precoce tem sido trabalhada pelo professor de Educação Infantil para a promoção da inclusão de crianças público alvo da Educação Especial na creche? A hipótese levantada neste estudo é de que a estimulação precoce ainda é desconhecida pelos professores da rede regular da Educação Infantil. O objetivo geral foi compreender como é realizado o processo de estimulação precoce na prática pedagógica dos professores de crianças Público Alvo da Educação Especial, na idade de 0 a 3 anos, nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS), de Catalão – GO. Tomamos como referencial teórico a Psicologia Histórico-Cultural, pois vê a criança público alvo da Educação Especial com as mesmas possibilidades de desenvolvimento que a criança sem deficiência, só que irá desenvolvê-las de forma diferenciada, de forma mais lenta, por isso a necessidade do professor ser agente mediador desenvolvimento e aprendizagem. Participaram da pesquisa cinco professoras da rede municipal de Educação Infantil que possuíam em seus agrupamentos crianças público alvo da Educação Especial na faixa etária de zero a três anos. Os instrumentos metodológicos utilizados para desenvolver a pesquisa de campo foram a observação participante e a entrevista semiestruturada. E o exame dos dados coletados foi feito a partir da análise de conteúdo por meio da qual procuramos realizar um recorte dos dados, no sentido de identificar e destacar os aspectos em que a estimulação precoce se faz presente nas práticas pedagógicas do professor. Os resultados demonstram que o trabalho educativo desenvolvido na creche encontra-se muito voltado para a questão do cuidado, no entanto, essa visão assistencialista pode ser superada quando o cuidar passa a ser visto como uma forma de propiciar a todas as crianças um desenvolvimento de todas as suas capacidades cognitivas, físicas e sociais. Constatamos também que as professoras reconhecem a relevância da inclusão no desenvolvimento das crianças público alvo da Educação Especial, mas apontam várias dificuldades para que de fato esse processo se efetive como: falta de recursos humanos e materiais, pouca formação, isolamento no trabalho com a criança, pouca acessibilidade. Quanto à estimulação precoce verificamos que este programa educacional ainda é desconhecido pelas professoras da rede regular e que o trabalho realizado está pautado numa prática intuitiva. Evidenciamos que a inserção da criança com deficiência não trouxe mudanças significativas nas práticas pedagógicas das educadoras. Apontamos ainda a necessidade de um maior investimento na formação dos professores da Educação Infantil, principalmente no que se refere ao trabalho com a criança com deficiência. É preciso que a SME institua uma política de formação que realmente proporcione aos educadores conhecimentos teóricos e práticos que promovam o direito à aprendizagem de todas as crianças.

PALAVRAS CHAVES: Estimulação precoce, Educação infantil, Creche, Prática pedagógica, Criança público alvo da Educação Especial

BORGES, G. S. B. Estimulação precoce, trabalho pedagógico e a criança com deficiência na creche. 2016. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016

OBJETIVO: Compreender como é realizado o processo de estimulação precoce na prática pedagógica dos professores de crianças Público Alvo da Educação Especial, na idade de 0 a 3 anos, nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS), de Catalão – GO. **ANO:** 2016.

04. RESUMO DISSERTAÇÃO

FRANÇA, Vanessa. **Escola especial Santa Clara de Catalão (1982 - 2000)**. UFG, 2016.

Este estudo teve por objetivo compreender como se deu a concepção e estruturação da Escola Santa Clara de Catalão no período de 1982 a 2000, tornando-a pioneira na oferta de ensino para portadores de necessidades especiais no interior do estado de Goiás. No percurso da pesquisa buscou-se a interlocução com vários teóricos da história da educação como Nosella e Buffa (2009), Nascimento (2007), Sanfelice (2006, 2007, 2009), Magalhães (2004) e Saviani (2005) para dialogarem com a história das instituições escolares no que se refere aos aspectos estruturais e organizacionais. Em termos metodológicos, a pesquisa utiliza a legislação vigente no período, fontes históricas compostas por documentos oficiais e manuscritos avulsos conservados no arquivo escolar que contêm informações acerca da constituição e da estruturação da escola e a proposta formativa, assistencial e clínica desenvolvida pela instituição no âmbito do ensino especial. O pioneirismo da instituição evidencia-se, principalmente, no empreendimento de concepção, organização e estruturação em uma década em que as Políticas Educacionais ainda se faziam incipientes em Goiás e no sudeste goiano quanto ao atendimento às demandas da Educação Especial. A Escola Santa Clara inicia em Catalão uma ousada proposta de ensino especializado, com ações multidisciplinares (pedagógicas, psicológicas, médicas e sociais) que demarcam as singularidades da organização e da abrangência. Para efeito de caracterização e análise foram delimitadas algumas variáveis que incluem: o processo de criação, a estruturação da escola e seu formato institucional; e as características do atendimento multidisciplinar ancoradas por um projeto educacional diferenciado. A dinâmica de mobilização da sociedade local, composta por pessoas, entidades públicas, privadas e a organização não governamental – Sociedade Pestalozzi, a visibilidade e a abrangência do projeto institucional, marcado por alterações, conflitos, contradições, permanências e rupturas na constituição da escola são aspectos que enriquecem e permitem uma análise geral da construção histórica desta instituição escolar.

PALAVRAS CHAVES: História das instituições escolares. Escola Santa Clara de Catalão. Sociedade Pestalozzi. Ensino especial.

FRANÇA, V. **Escola especial Santa Clara de Catalão (1982 - 2000)**. 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016.

OBJETIVO: Compreender como se deu a concepção e estruturação da Escola Santa Clara de Catalão no período de 1982 a 2000, tornando-a pioneira na oferta de ensino para portadores de necessidades especiais no interior do estado de Goiás. **ANO:** 2016

05. RESUMO DISSERTAÇÃO

MELO, Kiara Karizy Guimarães de. **A produção do conhecimento em Educação Especial e Educação inclusivo centro-oeste brasileiro**. UFG, 2017.

Esta pesquisa tem como objeto a produção do conhecimento sobre a educação das pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais veiculadas na área educacional. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa de caráter bibliográfico-documental, embasada em autores crítico-dialéticos. Foi desenvolvida com o objetivo de analisar as características e tendências teórico-metodológicas presentes nos resumos das dissertações e teses em Educação Especial e Educação inclusiva defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Centro-Oeste brasileiro, no período de 1983 a 2016. Nesse sentido realizamos o levantamento, no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, de todos os Programas de Pós-Graduação em Educação da região Centro-Oeste, bem como os dados de suas produções. Para identificarmos a produção discente de tais programas, completamos e atualizamos as planilhas que Silva (2013) apresenta em sua tese e denomina de “Pró-Identi”. Para esta atualização utilizamos as informações disponíveis no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e na Plataforma Sucupira. Definida nossa amostra, coletamos os resumos e realizamos a leitura dos mesmos orientada por uma ficha roteiro (SILVA, 2013). Em seguida, com as informações coletadas, elaboramos um banco de dados que nos permitiu a caracterização das dissertações e teses em análise por meio da geração de relatórios. Verificamos que a região Centro-Oeste possui 16 Programas de Pós-Graduação em Educação e apenas um desses não apresenta defesa na área. De 1983 a 2016 foram defendidos 246 trabalhos em Educação Especial e Educação inclusivos Programas de Pós-Graduação da região Centro-Oeste, sendo 225 dissertações e 21 teses. A primeira dissertação em Educação Especial desenvolvida na região Centro-Oeste foi defendida em 1983, na Universidade de

Brasília, já a primeira tese foi defendida em 2008 na Universidade Federal de Goiás. Em nossas análises identificamos que o estado do Mato Grosso do Sul é o que apresenta uma produção mais expressiva em Educação Especial e Educação Inclusiva, sendo responsável pelas defesas de 42% de dissertações e 48% de teses em Educação Especial e Educação inclusiva na região Centro-Oeste. A produção dos demais estados se apresenta da seguinte maneira: o Distrito-Federal é responsável pelas defesas de 33% das dissertações e 38% das teses; Goiás é responsável pelas defesas de 20% das dissertações e 14% das teses; e o estado do Mato Grosso que apresenta a produção mais baixa em Educação Especial e Educação inclusiva é responsável por 5% das dissertações e não apresenta defesas de teses na área. Em nossas análises, percebemos que a partir de 2005, a produção da área na região cresceu de forma significativa e foi influenciada principalmente pelas políticas públicas de inclusão escolar. Outro dado que entendemos ser importante ressaltar se refere aos programas que possuem produção mais expressiva na área. De acordo com nossas análises, esses programas apresentam linhas de pesquisa que explicitam o aceite de trabalhos na área, situação oposta aos programas que apresentam produção mais baixa na área. Destacamos que 50% da produção das dissertações e teses foram orientadas por 18 orientadores, enquanto os outros 50% foram orientados por 83 orientadores, o que demonstra que na região já existe um grupo com certa tradição em desenvolver pesquisa na área. Diante das análises concluímos que a produção em Educação Especial e Educação inclusiva na região Centro-Oeste ainda não se encontra consolidada, porém, está em expansão.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial, Educação inclusiva, Produção do conhecimento.

MELO, Kiara Karizy Guimarães de. A produção do conhecimento em Educação Especial e Educação inclusiva no centro-oeste brasileiro. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

OBJETIVO: Analisar as características e tendências teórico-metodológicas presentes nos resumos das dissertações e teses em Educação Especial e Educação inclusiva defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Centro-Oeste brasileiro, no período de 1983 a 2016. **ANO:** 2017.

06. RESUMO DISSERTAÇÃO

PEREIRA, Glaucia Resende Marra. **A adequação do currículo para alunos surdos em escolas comuns de Goiás:** entre o prescrito e o realizado. UFG, 2014.

Neste trabalho analisou-se a adaptação curricular para alunos com deficiência auditiva nas escolas comuns de Goiás. A partir da Constituição Federal de 1988, iniciou-se, no Brasil, o movimento de democratização escolar que ganhou expressividade com a introdução da Educação Especial. A inclusão de crianças com deficiência na escola comum provocou debates, tanto em relação à defesa quanto à oposição dessa modalidade educacional na escola regular. Levantaram-se várias questões, por exemplo: Como ensinar esses alunos? O currículo, eixo norteador do processo educativo, é o mesmo para todos? Neste trabalho, adotou-se uma análise documental, com base em publicações do MEC, tendo como referencial teórico Vigotski (1983) e seus estudos acerca da aprendizagem de crianças com deficiência. Contou-se também com a análise histórica da educação de surdos de acordo com Goldfeld (2002). Entende-se que a diversidade seja uma realidade que a escola procura equacionar no seu dia a dia. Desse modo, para analisar a escola democratizada, buscou-se na literatura sobre a inclusão autores que tratam do tema, tais como: Mantoan (2009); Raws (1981); Moreira, (2010); Dubet (2008); Esteve (2004). Em um mundo globalizado, não há como negar a força do que é decidido nos organismos internacionais, entre os quais o Banco Mundial, a UNESCO, a ONU, para a elaboração das políticas públicas educacionais que direcionam as ações na escola. A globalização, com implicação no processo educativo, é aqui discutida com respaldo em Sacristán (2007), além dos autores mencionados. Analisaram-se, neste trabalho, alguns fatores que envolvem essa temática: formação docente, currículo prescrito, educação bilíngue, entre outros conceitos inerentes à pluralidade que constitui a sociedade, como diferença e igualdade de oportunidades. Objetivou-se investigar como a escola articula o currículo na educação dos alunos com surdez em Goiás. Considerou-se necessário pesquisar o campo do currículo no Brasil, desde sua origem e desenvolvimento, para a compreensão do currículo da diversidade nos dias atuais. Teve-se como fundamento as concepções de Moreira (1990, 2010) e Sacristán (1998). Para complementar a análise, realizou-se uma investigação em duas escolas inclusivas de Goiânia. Buscou-se verificar se o que está expresso no Projeto Político Pedagógico é contemplado nos planejamentos dos professores, conforme

orientam as diretrizes governamentais e a fundamentação teórica da educação inclusiva. Constatou-se que, do início da Educação inclusiva aos dias de hoje, as propostas curriculares foram radicalmente mudadas para os alunos, e as dificuldades por que passa o sistema educacional geral afetam também os alunos com deficiência. Nem sempre o que é determinado pela legislação é o que acontece na escola comum inclusiva. A prática educativa se dá de acordo com as condições materiais da escola e seus recursos humanos, o que, no caso da educação inclusiva, apresenta lacunas que comprometem a qualidade da educação. Verificou-se que o currículo prescrito muitas vezes é substituído pelo currículo oculto, discutido neste trabalho.

PALAVRAS CHAVES: Diversidade, Adaptação curricular, Surdez, Educação inclusiva, Diferença, Igualdade de oportunidade.

PEREIRA, Glauca Resende Marra. A adequação do currículo para alunos surdos em escolas comuns de Goiás: entre o prescrito e o realizado. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

OBJETIVO: Investigar como a escola articula o currículo na educação dos alunos com surdez em Goiás. **ANO:** 2014.

07. RESUMO DISSERTAÇÃO

SANTOS, Cleibianne Rodrigues dos. **Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de Quirinópolis (GO).** UFG, 2019.

As políticas públicas educacionais inclusivas preveem a formação bilíngue de alunos com surdez, além de assegurar o ensino de Libras para esses alunos, por meio do Atendimento Educacional Especializado. No município de Quirinópolis-Go, as Diretrizes Municipais de Educação instituem a oferta de Libras como disciplina nas classes em que há alunos com surdez. Esta pesquisa objetiva verificar se as políticas de inclusão, nos termos que são propostas, contribuem para diminuir os impactos das desigualdades que historicamente constituem a educação dos sujeitos considerados com deficiência auditiva, e se possibilitam o desenvolvimento de práticas de ampliação da participação desse grupo de pessoas na vida social, em especial no âmbito dos processos de ensino e aprendizagem. Esta investigação é de caráter qualitativo e apresenta como método o materialismo dialético sob a perspectiva freiriana, e como técnica de pesquisa utiliza o estudo do caso da educação bilíngue de alunos com surdez no município de Quirinópolis-Go. Os sujeitos desta pesquisa são três alunos surdos matriculados no Ensino Fundamental II, duas professoras que ministram aulas de matemática, três coordenadores e duas intérpretes de Libras, das três escolas campo. Para a coleta de dados, utilizamos como instrumentos as observações registradas em diário de campo, entrevistas em profundidade, realizadas em Libras, com os sujeitos de pesquisa surdos, gravadas em vídeo e transcritas para a língua portuguesa. Realizamos entrevistas em profundidade com os demais sujeitos de pesquisa, gravadas em áudio, as quais foram transcritas. Elegemos a técnica de triangulação de dados para a análise dos resultados, nesta utilizamos o diário de campo, as entrevistas e a análise das políticas públicas inclusivas que versam sobre a educação de surdos. A análise nos propiciou discutir quatro eixos centrais: a relação professor/intérprete/aluno surdo, Libras/Língua Portuguesa, as políticas inclusivas/realidade escolar e a aprendizagem de matemática para escolares surdos/Libras. A pesquisa mostrou que as políticas inclusivas podem contribuir para diminuir os impactos das desigualdades que historicamente constituem a educação dos sujeitos considerados com deficiência auditiva e possibilitam o desenvolvimento de práticas de ampliação da participação desse grupo de pessoas na vida social, em especial no âmbito dos processos de ensino e aprendizagem, porém, isso dependerá da efetiva implementação destas políticas, destacando que: 1- para incluir o aluno surdo, é necessário que professor e intérprete estabeleçam uma parceria no planejamento e que aluno e tradutor intérprete de Libras cultuem uma relação amistosa, uma vez que a mediação da comunicação se dá por meio desse profissional; 2- é necessário valorizar a Libras, como língua de herança dos alunos surdos, porém sem olvidar que o ensino da Língua Portuguesa tenha fundamental importância para o desenvolvimento escolar do aluno surdo e de sua aprendizagem; 3- as políticas públicas que regulamentam o ensino bilíngue para os alunos com surdez no município de Quirinópolis carecem de atenção especial para sua efetivação e o ensino de Libras como disciplina nas classes em que há alunos com surdez é auspicioso, necessitando, porém de novos moldes; 4- o ensino de matemática para alunos com surdez deve valorizar o aspecto visual, um dos principais aspectos da cultura surda. Em síntese, as políticas de educação bilíngue para alunos com surdez devem ser implementadas, valorizando a Libras como

primeira língua (L1) e português como segunda língua (L2), mas para que isso ocorra, é precípuo que essas políticas sejam conhecidas e discutidas no interior das escolas.

PALAVRAS CHAVES: Educação bilíngue, Políticas educacionais inclusivas, Matemática inclusiva. SANTOS, C. R. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de Quirinópolis (GO). 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

OBJETIVO: Verificar se as políticas de inclusão, nos termos que são propostas, contribuem para diminuir os impactos das desigualdades que historicamente constituem a educação dos sujeitos considerados com deficiência auditiva, e se possibilitam o desenvolvimento de práticas de ampliação da participação desse grupo de pessoas na vida social, em especial no âmbito dos processos de ensino e aprendizagem. **ANO:** 2019.

08. RESUMO DISSERTAÇÃO

WITEZE, Erika Marinho. **Processos De Inclusão/Exclusão Escolar:** Análise do Impacto da Prova Brasil na Escolarização do Público Alvo da Educação Especial. UFG, 2016.

O presente trabalho discute os aspectos envolvidos na participação do público-alvo da Educação Especial na Prova Brasil, a partir de duas escolas estaduais situadas na cidade de Goiânia- GO. Adotando como referencial teórico a pedagogia histórico-crítica e a teoria histórico-cultural, investigamos em que condições esses estudantes, matriculados nas salas regulares, têm realizado a Prova Brasil, tendo em vista as particularidades decorrentes das deficiências, dos transtornos globais de desenvolvimento e das altas habilidades/superdotação. Além disso, explicitamos as articulações entre as políticas de inclusão e avaliação em larga escala, revelando os desdobramentos da proposta neotecnista no campo da Educação Especial. Por fim, buscamos apontar as propostas e/ou alternativas sugeridas pelos professores e gestores no que se refere às demandas trazidas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no Brasil. Tendo como ponto de ancoragem os marcos legais e a produção acadêmica na área, falamos das consequências das práticas de regulação e monitoramento da qualidade da educação, indicando como a emergência do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o controle verticalizado dos resultados, os quais acirram a competição entre as escolas, justificando mecanismos como a responsabilização, a meritocracia e a privatização do ensino público. Ademais, a partir de pesquisa documental/bibliográfica, da observação participante das rotinas escolares e de entrevistas semiestruturadas com gestores, profissionais de apoio e professores de recursos, explicitamos as tensões e contradições vividas pelos estabelecimentos investigados na compatibilização entre dois modelos distintos de avaliação e organização do trabalho pedagógico: o primeiro, fundamentado no reconhecimento da diversidade e na flexibilização dos conteúdos curriculares, dos recursos didáticos e das temporalidades; o segundo, ordenado a partir da homogeneização do desempenho dos alunos nos testes padronizados, numa perspectiva classificatória e mercadológica. Evidenciamos, finalmente, a coexistência de processos de inclusão/exclusão, resultantes da utilização da Prova Brasil como instrumento de aferição do desempenho dos alunos em áreas específicas do currículo. Outra dimensão desvelada em nosso estudo refere-se aos limites do discurso em defesa das diferenças no enfrentamento das várias formas de exclusão e marginalização de alunos com deficiências e outras necessidades especiais no contexto neoliberal. Nessa perspectiva, sinalizamos as possíveis contribuições da Avaliação Institucional Participativa (AIP) – como estratégia de cunho contra regulatório – na elaboração de padrões de qualidade socialmente referenciados, que possam servir de suporte para o trabalho educativo nas escolas inclusivas.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial. Políticas de inclusão. Avaliação em larga escala. Prova Brasil.

WITEZE, E. M. Processos de inclusão/exclusão escolar: análise do impacto da prova brasil na escolarização do público alvo da Educação Especial. 2016. 276 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás - Goiânia, 2016.

OBJETIVO: Discutir os aspectos envolvidos na participação do público-alvo da Educação Especial na Prova Brasil, a partir de duas escolas estaduais situadas na cidade de Goiânia- GO. Adotando como referencial teórico a pedagogia histórico-crítica e a teoria histórico-cultural, investigamos em que condições esses estudantes, matriculados nas salas regulares, têm realizado a Prova Brasil, tendo em vista as particularidades decorrentes das deficiências, dos transtornos globais de desenvolvimento e

das altas habilidades/superdotação. ANO: 2016

09. RESUMO TESE

JESUS, Edna Maria de. **Desafios do Atendimento Pedagógico Hospitalar/domiciliar Em Goiás: Gênero e Docência no Olhar Dos/as Agentes Envolvidos/as.** PUC GO, 2017.

A pesquisa “Desafios do Atendimento Pedagógico Hospitalar/Domiciliar em Goiás: gênero e docência no olhar dos/as agentes envolvidos/as” teve como propósito investigar o Atendimento Pedagógico Hospitalar/Domiciliar, buscando suas particularidades na qualidade de política pública, bem como a identidade profissional dos sujeitos que nela atuam e a percepção dos sujeitos envolvidos, acerca do atendimento desenvolvido pelo Naeh/Seduc-GO, considerando a questão do gênero e da docência. A investigação adota os pressupostos da abordagem qualitativa e se estrutura pela revisão de literatura, de estudo bibliográfico baseado em autores como Aranha (2000, 2001, 2005); Ceccim (1999); Fonseca (2003); Freire (1987, 2001, 2006, 2011); Louro (1997, 2003), Matos e Mugiatti (2009, 2014) entre outros, e documental e pela articulação dos pressupostos teóricos com o contexto empírico, por meio da pesquisa de campo, mediante questionários e entrevistas. O estudo revelou que as políticas públicas direcionadas à inclusão, apesar dos avanços, tiveram alcance limitado e, por isso ainda evidencia-se, o paradoxo inclusão/exclusão. Na visão dos sujeitos da pesquisa, o Atendimento Pedagógico Hospitalar/Domiciliar, oferecido pelo Naeh assume o papel de promotor da inclusão e tem se expandido significativamente. No entanto, cabe destacar alguns pontos relevantes da pesquisa: a) a falta formação para atuar nesta modalidade da Educação Especial; b) os planejamentos e atividades são elaborados mediante o Currículo Referência da Rede Estadual de Educação – Seduc/GO; c) a prática pedagógica no Atendimento Pedagógico Hospitalar/Domiciliar exige dos/as profissionais envolvidos/as maior flexibilidade, maior compreensão para as peculiaridades de cada educando/a; d) a dificuldade dos/as profissionais que atuam nessa modalidade de ensino, em lidar com a perda e o luto de educandos/as; e) a rotatividade de profissionais e de educandos/as que dificulta a continuidade do processo de ensino/aprendizagem; f) a maior parte dos/as profissionais, do Naeh, têm vínculo efetivo na Seduc-GO, mas estão lotados/as em outras instituições de ensino e apenas complementam a carga horária nesse tipo de atendimento; g) embora não se perceba resistência quanto à contratação de professores e preferência quanto à contratação de professoras, grande parte dos/as profissionais que atuam no Atendimento Pedagógico Hospitalar/Domiciliar, nos cargos de gestão e docência, são mulheres; h) as responsáveis são todas do sexo feminino e não realizam trabalho remunerado fora de casa, para acompanhar o/a filho/a em tratamento de saúde; i) a maioria das responsáveis entrevistadas, declaram preferir professoras, devido à questão do cuidar e educar, reconhecida por elas, como atividade feminina; j) as responsáveis afirmam que souberam do Atendimento Pedagógico Hospitalar/Domiciliar no hospital durante a internação do/a filho/a e consideram as atividades de relevância para o início ou continuidade das atividades escolares, bem como as interações sociais. Desse modo, foram apresentados e analisados os elementos que constituem o olhar sobre o fazer pedagógico, no Atendimento Pedagógico Hospitalar/Domiciliar, em Goiás, que ainda tem um longo caminho a percorrer para alcançar de fato a inclusão e a igualdade de direitos.

PALAVRAS CHAVES: Atendimento Pedagógico Hospitalar/Domiciliar. Educação Especial. Gênero e Docência.

JESUS, Edna Maria de. **Desafios do Atendimento Pedagógico Hospitalar/Domiciliar em Goiás: Gênero e Docência no Olhar Dos/As Agentes Envolvidos/AS.** 2017. 206 f. Tese (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO.

OBJETIVO: Investigar o Atendimento Pedagógico Hospitalar/Domiciliar, buscando suas particularidades na qualidade de política pública, bem como a identidade profissional dos sujeitos que nela atuam e a percepção dos sujeitos envolvidos, acerca do atendimento desenvolvido pelo Naeh/Seduc-GO, considerando a questão do gênero e da docência. ANO: 2017.

10. RESUMO TESE

CUKIERKORN, Monica Moreira de Oliveira Braga. **Os processos de escolarização de alunos surdos das camadas populares:** um estudo em escola especial do município de São Paulo. PUC SP, 2005.

O presente estudo buscou compreender os processos de escolarização de alunos surdos na escola pública especializada, à luz de análises sobre as relações entre as desigualdades educacionais e as trajetórias escolares discentes. No debate apresentado foram discutidas questões referentes a diferenças e aproximações no ensino escolar que é oferecido na educação comum e o que tem sido oferecido na Educação Especial em geral, particularmente, a que é destinada aos surdos. Nas discussões sobre a temática da educação dos surdos foi questionada a ênfase dada, em diferentes abordagens, ao processo de aquisição da língua em detrimento do aprendizado do conhecimento escolar. A base empírica foi construída por meio de uma pesquisa realizada em uma escola especial pública, exclusiva para surdos, vinculada ao sistema de ensino do município de São Paulo, onde foi focalizado o contexto em que alunos dos meios populares construíram seus percursos escolares. Para retratar as práticas desenvolvidas na escola especial foram trabalhados dados de diferentes fontes: documentos variados e entrevistas com alunos e profissionais da escola. Nesta pesquisa foram selecionados 92 alunos surdos matriculados no 1º ano do Ensino Fundamental, no período entre 1988 e 1992, para acompanhar suas progressões escolares do início à conclusão ou interrupção desta etapa do currículo escolar. Nos resultados apresento uma análise sobre os fatores escolares que influenciaram as progressões escolares destacadas, definindo seu traçado. E, também, uma reflexão sobre fatores individuais e familiares que aparecem articulados às determinantes do processo de constituição da trajetória do aluno surdo das camadas populares.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial. Deficiente auditivo. Educação escolar. Trajetórias escolares.

CUKIERKORN, Monica Moreira de Oliveira Braga. Os processos de escolarização de alunos surdos das camadas populares: um estudo em escola especial do município de São Paulo. 2005. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

OBJETIVO: Compreender os processos de escolarização de alunos surdos na escola pública especializada, à luz de análises sobre as relações entre as desigualdades educacionais e as trajetórias escolares discentes. **ANO:** 2005

11. RESUMO TESE

D'ÁGUA, Solange Vera Nunes de Lima. **Inclusão de alunos com necessidades educacionais na rede regular de ensino:** análise da experiência da diretoria de ensino regional de Franca - desafios e possibilidades. PUC SP, 2007.

O presente estudo se relaciona às questões postas na atualidade em relação ao processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Tem como objetivo compreender como esse processo vem de fato acontecendo na Rede Estadual de Ensino no Ensino Fundamental Ciclo I, Ciclo II e Ensino Médio, e como a escola regular e seus profissionais têm encontrado alternativas para atender à demanda desses alunos. O foco da pesquisa é a instituição escolar pública, observando suas diferentes instâncias hierárquicas e respectivas gestões, como também os processos de formação continuada de professores no que tange a essas questões. Para tanto, faz-se necessário uma incursão no passado através da pesquisa bibliográfica para compreender o presente, utilizam-se recursos na modalidade da pesquisa documental, buscando historicamente os dados que acompanham esse processo em relação às políticas públicas da atualidade e caminha-se também na modalidade da pesquisa de campo de modo a buscar uma triangulação que possa sustentar a complexidade dessa temática. Os resultados obtidos representam uma determinada realidade educacional que imprime marcas significativas nos avanços e possibilidades desse processo, e retrata igualmente a predisposição de profissionais da educação que efetivamente se comprometeram com o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Ao mesmo tempo, ressignifica tal processo, inferindo imperativos que deverão ser repensados e construídos a partir da singularidade das diferentes realidades educacionais

PALAVRAS CHAVES: Inclusão. Necessidades educacionais especiais. Políticas públicas. Gestão. Formação de professores. Crianças deficientes. Educação. Inclusão em educação. Educação Especial. Professores de Educação Especial.

D'ÁGUA, Solange Vera Nunes de Lima. **Inclusão de alunos com necessidades educacionais na rede regular de ensino:** análise da experiência da diretoria de ensino regional de Franca - desafios e possibilidades. 2007. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

OBJETIVO: Compreender como esse processo vem de fato acontecendo na Rede Estadual de Ensino no Ensino Fundamental Ciclo I, Ciclo II e Ensino Médio, e como a escola regular e seus profissionais têm encontrado alternativas para atender à demanda desses alunos. ANO: 2007.

12. RESUMO TESE

MENDES, Kátiuscia Aparecida Moreira de Oliveira. Educação Especial inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros. UFG, 2017.

Inserida na linha de pesquisa Fundamentos dos Processos Educativos, a pesquisa Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Brasileiros, a pesquisa tem como objetivo conhecer as ações institucionais dos IFs para o atendimento ao público da Educação Especial. Caracterizam este estudo também: a) realização de pesquisa bibliográfica com o levantamento da produção acerca do tema em livros, artigos, dissertações, teses, entre outros; b) Pesquisa documental: estudo de legislação e documentos produzidos pelas instituições: Relatórios de Gestão do ano de 2015 e c) levantamento de dados por meio do envio de formulários eletrônicos para responsáveis institucionais pelas ações de atendimento ao público da Educação Especial. Foi realizada uma reflexão conceitual acerca de termos recorrentes nos dados empíricos analisados, dentre os quais: inclusão, exclusão, acessibilidade, igualdade e equidade, apologia à diferença e diversidade. Também foram abordados aspectos políticos e históricos da Educação Especial inclusiva brasileira e da rede federal de educação. Ao examinar os aspectos da política e da legislação identificou-se uma ênfase aos aspectos da acessibilidade arquitetônica em detrimento das questões pedagógicas e do atendimento educacional especializado, que quando mencionados, aparecem com pouco detalhamento das atividades realizadas. A tese evidencia também que a organização das práticas de atendimento pedagógico e a estruturação dos núcleos de acessibilidade estão a depender das gestões locais em cada instituto, ou seja, diferentes movimentos estão se configurando dentro da rede federal e a interlocução entre essas instituições é quase inexistente no que se refere à Educação Especial. Sendo assim, perde-se a referência ao Programa/Ação Tecnep enquanto grupo gestor central no MEC e a Educação Especial passa a ter uma trajetória própria dentro de cada IF, sem carecer de programa, projeto, ação, campanha ou qualquer outra iniciativa nacional, tendo apenas a observância à legislação em vigor como diretriz. A dificuldade dos grupos gestores locais com a contratação dos profissionais para o atendimento educacional especializado e com a oferta de formação continuada também é recorrente nos dados como uma das adversidades citadas para o atendimento aos estudantes com NEEs.

PALAVRAS CHAVES: Institutos Federais de Educação. Ciência e Tecnologia brasileiros. Educação Especial. Público da Educação Especial.

MENDES, Kátiuscia Aparecida Moreira de Oliveira. Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros. 2017. 168 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

OBJETIVO: Conhecer as ações institucionais dos IFs para o atendimento ao público da Educação Especial. ANO: 2017.

13. RESUMO TESE

BRITO, Fabio Bezerra de. O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais. USP, 2013.

Esta tese tem como objeto de estudo a ação coletiva do movimento social surdo no processo histórico que culminou na Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconheceu a língua brasileira de sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão no Brasil. A pesquisa foi desenvolvida conforme pressupostos e práticas da metodologia qualitativa, sendo as principais técnicas de coleta de dados utilizadas a entrevista, principalmente com ativistas surdos participantes dos acontecimentos estudados, e a pesquisa documental nos arquivos de organizações, instituições e órgãos públicos envolvidos no processo investigado. Por seu turno, o marco teórico da pesquisa foi embasado na obra do sociólogo Alberto Melucci. Adotando a perspectiva melucciana, a tese descreve o movimento social surdo brasileiro como sendo um sistema de relações sociais composto principalmente por pessoas surdas usuárias da Libras, grupos e organizações de surdos. Esclarece, em primeiro lugar, que esse movimento emergiu nos anos 1980 relacionado ao movimento social das pessoas com deficiência e mostra como o seu desenvolvimento foi favorecido pelas transformações na estrutura de oportunidades políticas que estavam sendo causadas pela redemocratização após o regime ditatorial

militar (1964-1985). Em segundo lugar, explica como e por que ativistas surdos conduziram uma campanha pela oficialização da Libras e a converteram na principal demanda do movimento nos anos 1990-2000. Para tanto, elucida a maneira como o movimento surdo se desenvolveu a partir dos polos inter-relacionados da latência e da visibilidade. Na latência, os membros do movimento produziram uma ideologia que conferiu sentido às suas ações, experimentaram novos modelos culturais e compartilharam uma identidade coletiva ligada ao uso da Libras. Na visibilidade, eles reivindicaram direitos por meio de manifestações públicas, como passeatas e entregas de petições às autoridades públicas. A análise demonstra que a demanda pela oficialização sofreu modificações a partir de meados dos anos 1990. Tradicionalmente apresentada como uma reivindicação por direitos de cidadania, a oficialização passou cada vez mais a ser justificada essencialmente pelo caráter linguístico da Libras, enfatizando-se a relação inerente das línguas de sinais com a identidade e a cultura surda. Essa reorientação no sentido do agir coletivo dos membros do movimento, especialmente nas suas práticas discursivas, contou com recursos disponibilizados de diferentes maneiras por um conjunto de intelectuais, sobretudo linguistas, fonoaudiólogos e pedagogos, que afirmavam o estatuto linguístico das línguas de sinais, categorizavam os surdos como minoria linguística e cultural e preconizavam a educação bilíngue para eles. Enquanto defendiam, divulgavam e aplicavam as suas ideias, esses intelectuais subsidiaram a construção de uma nova ideologia e identidade coletiva por parte dos membros do movimento. Esses e outros desdobramentos revelaram-se importantes para que o movimento ampliasse as suas redes sociais, o que possibilitou a arregimentação de ativistas, participantes e aliados para a produção de ações coletivas em prol da oficialização da Libras em diferentes localidades do país. A tese comprova o protagonismo do movimento social surdo na reivindicação e garantia de direitos para os surdos sinalizadores, sendo a aprovação da Lei 10.436/2002 um dos avanços mais significativos obtidos no campo político-institucional.

PALAVRAS CHAVES: História dos surdos no Brasil. Língua brasileira de sinais. Movimento social surdo.

BRITO, Fábio Bezerra de. O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - São Paulo, 2013.

OBJETIVOS: Descrever o movimento social surdo brasileiro como sendo um sistema de relações sociais composto principalmente por pessoas surdas usuárias da Libras, grupos e organizações de surdos. Esclarecer, em primeiro lugar, que esse movimento emergiu nos anos 1980 relacionado ao movimento social das pessoas com deficiência e mostra como o seu desenvolvimento foi favorecido pelas transformações na estrutura de oportunidades políticas que estavam sendo causadas pela redemocratização após o regime ditatorial militar (1964-1985). Em segundo lugar, explicar como e por que ativistas surdos conduziram uma campanha pela oficialização da Libras e a converteram na principal demanda do movimento nos anos 1990-2000. Para tanto, elucida a maneira como o movimento surdo se desenvolveu a partir dos polos inter-relacionados da latência e da visibilidade. ANO: 2013

14. RESUMO DISSERTAÇÃO

LEÃO, Gabriel Bertozzi de Oliveira e Sousa. **Ensino de história para cegos:** investigando práticas com uso da iconografia. USP, 2017.

Percebendo o importante papel da iconografia na atualidade, tanto na sociedade como na educação, e considerando a restrição visual dos alunos com deficiência visual, esta pesquisa propõe analisar as práticas pedagógicas de professores de História da educação básica no que tange ao uso da imagem iconográfica com alunos cegos. Neste trabalho, considera-se a iconografia não só como recurso de representação do tempo passado, mas também como documentação histórica, material pedagógico fundamental para a produção do conhecimento histórico e desenvolvimento do raciocínio crítico sobre a História. A pesquisa foi desenvolvida tendo como base teóricos que se alinham às áreas de Educação Especial, Ensino de História e Artes, tais como: Amiralian (1997), Aumont (1995), Ballesterio-alvarez (2002), Barbosa (1998; 1999), Barthes (1984), Benjamin (1955), Bittencourt (1993; 1998; 2001; 2004; 2011), Brun (1991), Bueno (2011), Burke (2004), Calazans (2014), Candau (2010), Cerri (2010), Chartier (1988), Couchot (1993), Dondis (2007), Fonseca (2006), Fonseca e Siman (2001), Joly (2007), Knauss (2006), Kossoy (1980; 1989), Lowenfeld (1971), Masini (1994; 2012; 2013), Maud (1996), Merleau-Ponty (1999), Molina (2007), Moreira e Câmara (2010), Nobrega (2008), Ott (1999), Panofsky (2014), Profeta (2007), Reily (2004), Rossi (2006), Saliba (1999; 2001), Sardelich (2006),

Sarraf (2014), Siman (2004), Snyder (2007) e Soler (1999). Inicialmente, foi feita uma pesquisa histórica sobre o ensino de História no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, educandário do século XIX que fundou as bases para o ensino da pessoa com deficiência visual no Brasil, com destaque para os usos da imagem no ensino. Posteriormente, houve uma reflexão sobre as possibilidades envolvendo a leitura de imagens no campo do ensino de História e as teorias que envolvem a abordagem multissensorial de ensino para cegos, sob as concepções de corpo e percepção em MerleauPonty (1999). Essa pesquisa, de abordagem qualitativa, além da revisão bibliográfica realizada, compreende também, uma pesquisa de campo que permitiu conhecer práticas pedagógicas de professores de História com uso da iconografia, com foco para alunos do 7º ano do ensino fundamental. A pesquisa de campo foi realizada com base em observações em sala de aula e entrevistas semiestruturadas com os professores de História e do Atendimento Educacional Especializado que lecionam para alunos cegos matriculados no 7º ano do ensino fundamental de duas escolas da rede pública municipal de São Paulo. Além disso, houve também uma intervenção pedagógica inclusiva, em parceria com os professores de História das escolas, que envolveu o uso e a análise da iconografia como fonte documental e recurso didático para a disciplina. Os dados coletados foram analisados seguindo o referencial teórico de Bardin (2009). Procura-se, por fim, refletir e apontar possibilidades de ensino de História pautadas em uma abordagem multissensorial e fundamentadas na fenomenologia de MerleauPonty (1999), que permitam ao aluno com deficiência visual desenvolver uma análise mais completa da iconografia.

PALAVRAS CHAVES: Cegueira. Ensino de história. Iconografia. Leitura de imagens.

LEÃO, Gabriel Bertozzi de Oliveira e Sousa. Ensino de História para cegos: Investigando práticas com o uso da iconografia. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

OBJETIVO: Analisar as práticas pedagógicas de professores de História da educação básica no que tange ao uso da imagem iconográfica com alunos cegos. ANO: 2017.

15. RESUMO DISSERTAÇÃO

ASSIS, Walkiria de. **Atendimento pedagógico-educacional em hospitais:** da exclusão à inclusão social/escolar. USP, 2009.

A ideia que orientou este estudo foi o desejo de pesquisar a relevância do atendimento pedagógico-educacional em classes hospitalares, enquanto serviço especializado, oferecido pela Educação Especial. A população convidada a participar deste trabalho foram os professores da rede estadual de ensino que atuam em hospitais tanto da capital como do interior do Estado de São Paulo. Os objetivos analisaram esse atendimento como serviço educacional especializado que ocorre fora do contexto escolar e investigaram sua importância enquanto favorecedor do desenvolvimento do aluno/paciente e da sua inclusão social/escolar. Dada a natureza da investigação, foi utilizada uma pesquisa de campo exploratória com abordagem qualitativa que realça o que está ocorrendo na realidade. A coleta de dados foi obtida através do exame de textos legais, históricos e documentos oficiais; levantamento, leitura e reflexão de obras referentes ao assunto; participação em eventos e registro das observações efetuadas. Houve também a colaboração dos professores da rede estadual de ensino para responder questionários, para relatar sua prática educativa e mostrar atividades de seus alunos, durante as visitas efetuadas por esta pesquisadora. Este estudo apresenta informações quantitativas e qualitativas com o intuito de fornecer aos profissionais - tanto da educação como da saúde - um panorama dessa forma de atendimento educacional, principalmente, para melhor compreensão: das especificidades e necessidades deste atendimento; da importância do encontro da educação e saúde para o apoio e desenvolvimento das crianças e adolescentes enfermos; e da relevância para promover a inclusão social/escolar dos alunos/pacientes. Os resultados obtidos recolocam a questão da validade das classes hospitalares para todos os hospitais de São Paulo. Elas devem ser regidas por professores devidamente preparados e, consideradas como um serviço de apoio pedagógico especializado que visa ao desenvolvimento educacional e à inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais, decorrentes de problemas de saúde, temporários ou permanentes.

PALAVRAS CHAVES: Atendimento pedagógico especializado. Classes hospitalares. Educação Especial. Educação inclusiva.

ASSIS, W. de. Atendimento pedagógico-educacional em hospitais: da exclusão à inclusão

social/escolar. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2009.

OBJETIVO: Pesquisar a relevância do atendimento pedagógico-educacional em classes hospitalares, enquanto serviço especializado, oferecido pela Educação Especial. ANO: 2009.

4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES (16)

01. RESUMO DISSERTAÇÃO

SILVA, Márcia Rodrigues Da. **A Formação dos Professores de Atendimento Educacional Especializado De Goiás**. UFG, 2014.

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço, ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais, que visa garantir o processo de escolarização das crianças público-alvo da Educação Especial. Desse modo, levantaram-se os questionamentos: Qual é o perfil de formação dos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado? Que diretrizes políticas e programas de formação continuada o governo de Goiás vem ofertando? Quais os cursos promovidos pela Subsecretaria Regional de Educação de Catalão? Como a pesquisa colaborativa pode contribuir para o desenvolvimento profissional do professor da Educação Especial? O objetivo dessa pesquisa foi investigar os processos formativos dos professores de Goiás no período de 1999 a 2012. Para tanto, utilizou-se uma ficha de identificação com o objetivo de delinear o perfil das professoras; realizou-se um levantamento da legislação de Goiás que normatiza a formação do professor; foi feito um levantamento dos cursos de formação promovidos pelo governo de Goiás; um levantamento dos cursos ofertados pela Subsecretaria Regional de Educação de Catalão, bem como uma análise dos certificados dos cursos realizados pelos professores. Na entrevista coletiva, utilizou-se um roteiro para as questões disparadoras. A pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, com encontros mensais. Os dados levantados pela análise de documentos mostraram que, em Goiás, exige-se formação em nível superior para atuar nas Salas de Recursos Multifuncionais, entretanto, nem sempre essa formação serve como parâmetro para ingresso no atendimento educacional especializado. Em relação aos cursos de formação ofertados pelo Programa Estadual para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva e os cursos da Subsecretaria Regional de Catalão, a pesquisa mostrou que a proposta caminhou por abordagem centrada nos multiplicadores, com ênfase nas deficiências, em detrimento de uma formação mais crítico-reflexiva. Os certificados mostraram que muitos professores que trabalham na área não possuem formação específica. No tocante às entrevistas, elas foram analisadas a partir das unidades de sentidos e elencadas em três categorias: Os processos formativos do professor do atendimento educacional especializado; Constituição da Identidade do Professor de Educação Especial, o Desenvolvimento Profissional, a Formação Continuada e a Pesquisa Colaborativa. Pôde-se apreender que a formação inicial foi considerada deficitária e insuficiente; a política de formação a distância, implementada pelo governo federal, não tem garantido o acesso dos professores às instituições públicas de ensino superior. Com a desvalorização da profissão, há uma descaracterização da identidade dos professores da Educação Especial em virtude dos diversos papéis que os professores vêm assumindo na escola. Constatamos que a pesquisa colaborativa é uma possibilidade que pode contribuir significativamente para a melhoria de sua prática pedagógica.

PALAVRAS CHAVES: Formação de Professores; Atendimento Educacional Especializado; Sala de Recurso Multifuncional.

SILVA, Márcia Rodrigues da. A formação dos professores de atendimento educacional especializado de Goiás. 2014. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014.

OBJETIVO: Investigar os processos formativos dos professores de Goiás no período de 1999 a 2012. Descrever a legislação que trata da formação do professor; conhecer o perfil de formação dos professores que trabalham AEE em SRMs; analisar como os programas de formação do governo vêm se efetivando; articular os cursos ofertados pela SREC aos do governo do Estado; analisar como a formação continuada contribui para o desenvolvimento profissional do professor AEE das SRMs. ANO: 2014.

02. RESUMO DISSERTAÇÃO

MUTTÃO, Melaine Duarte Ribeiro. **Formação de professores para a educação de surdos: revisão sistemática de pesquisas da pós-graduação.** USP, 2017.

A década de 1990 foi marcada pela publicação de diversos documentos internacionais e nacionais que influenciaram, de forma significativa, as atuais políticas educacionais em nosso país, publicadas, principalmente, na década seguinte. Por meio delas, foi instituído um novo olhar para Educação Especial, que deixou de ser pensada de forma paralela ao sistema comum e passou a integrar a proposta pedagógica da escola regular. Como consequência, a formação de professores para a educação básica também precisou ser revista. A década de 2000 foi brindada ainda com a promulgação de novas legislações relativas aos surdos, como a Lei nº 10.436/02, que reconhece a língua brasileira de sinais (Libras) como aquela usada pelas comunidades surdas brasileiras, e o Decreto nº 5.626/05, que assegura o direito, a esse grupo sociocultural, à educação bilíngue, fato que implicou também em uma transformação na forma de se pensar a formação de professores de alunos surdos. Ao se considerar este contexto, foi proposto o presente trabalho, que tem como objetivo compreender como a formação de professores para a educação de surdos tem sido discutida em teses e dissertações no período de 1995 a 2014. Esta pesquisa constitui-se em uma pesquisa bibliográfica e, como procedimento metodológico, adotou-se a Revisão Sistemática da Literatura. Para o acesso aos trabalhos, foi realizada uma busca online nas bibliotecas de Programas de Pós-graduação em Educação, avaliados pelas CAPES com conceito igual ou superior a cinco. Após terem sido aplicados os critérios de inclusão e exclusão determinados frente aos objetivos deste estudo, foram encontradas 35 pesquisas que discutiam a temática investigada: 16 teses e 19 dissertações. Em uma abordagem inicial dos dados, observou-se que a defesa dos trabalhos concentrou-se entre os anos de 2009 e 2014, período de consolidação da política inclusiva no país e de seus efeitos para a educação dos surdos. A leitura e análise das pesquisas selecionadas apontaram para a discussão e reflexão de dois grandes períodos: do que trata das extintas habilitações específicas em Educação de Deficientes da Audiocomunicação e do que discute uma nova configuração em termos de formação do professor regente e especialista. Este último tema foi abordado, nas pesquisas investigadas, a partir da formação inicial e de propostas de formação continuada, envolvendo práticas presenciais, em serviço e à distância. Conclui-se que, para a maioria dos estudos, as especificidades da educação de surdos não tem sido contempladas na formação inicial. Reconhece-se que, embora as antigas habilitações não favorecessem os surdos, em termos educacionais, por partirem de uma concepção pautada na deficiência e na normalização dos alunos, o mesmo pode ser dito da formação inicial oferecida hoje, que embora tenha, potencialmente, como pressuposto que os surdos constituem-se uma minoria sociocultural e linguística, restringe a educação destes alunos à disciplina Libras. Esta realidade tem demandado dos professores a busca por formação continuada, foco da maioria das pesquisas, que, sem uma orientação clara dos aspectos que precisariam ser contemplados nos processos educacionais dos surdos, muitas vezes, centram-se, novamente, apenas na língua em detrimento das práticas pedagógicas que respeitem as particularidades educacionais dos alunos surdos.

PALAVRAS CHAVES: Formação de professores; Educação de surdos; Pós-graduação em Educação. MUTTÃO, Melaine & Lodi, Ana. (2018). Formação de professores e educação de surdos: revisão sistemática de teses e dissertações. *Psicologia Escolar e Educacional*. 22. 49-56. 10.1590/2175-3539/2018/044.

OBJETIVO: Compreender como a formação de professores para a educação de surdos tem sido discutida em teses e dissertações no período de 1995 a 2014. ANO: 2017.

03. RESUMO DISSERTAÇÃO

PEREZ, Beatriz Brunaldi. **Educação infantil inclusiva: a corporeidade e o brincar na diferença.** USP, 2018.

A presente pesquisa de Mestrado apresentou e analisou dados coletados durante intervenção no campo em que pretendeu investigar como as práticas corporais e o brincar aconteciam na Educação Infantil e como essas práticas auxiliam na socialização, no aprendizado e no desenvolvimento de crianças pequenas Público Alvo da Educação Especial (PAEE). Para tal, acompanhamos e analisamos os diversos momentos da jornada educativa de duas escolas públicas de Educação Infantil (pré-escola) no município de São Bernardo do Campo. Os instrumentos de coleta de dados para a pesquisa foram registros fotográficos e filmagens, além de entrevistas semiestruturadas realizadas com as professoras responsáveis das duas instituições de ensino, bem como coleta e análise de documentos, como o

Projeto Político Pedagógico das duas escolas-alvo da pesquisa e a Proposta Curricular do município. Os dados foram confrontados com base na bibliografia estudada, além da discussão acerca do diagnóstico e da formação de professores(as). A pesquisa revelou que as práticas corporais e as ações brincantes são importantes para o desenvolvimento, aprendizado e para a socialização de todas as crianças presentes no contexto escolar, possibilitando que elas (re)criem, experimentem, sejam crianças. Além disso, discutimos o papel do(a) professor(a), a importância do olhar e saber ouvir as crianças, (re)aprendendo a brincar e a se conhecer, dando espaço e voz para a criança aprender e usufruir da brincadeira da melhor maneira.

PALAVRAS CHAVES: Brincar. Corporeidade. Educação infantil inclusiva.

PEREZ, Beatriz Brunaldi. Educação Infantil Inclusiva: A corporeidade e o brincar nas diferenças. 152p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

OBJETIVOS: Investigar como as práticas corporais e o brincar aconteciam na Educação Infantil e como essas práticas auxiliam na socialização, no aprendizado e no desenvolvimento de crianças pequenas Público Alvo da Educação Especial (PAEE). ANO: 2018.

04. RESUMO DISSERTAÇÃO

LEODORO, Juliana Pires. **Inclusão escolar e formação continuada:** o programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. USP, 2008.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, realizado em âmbito nacional pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação a partir de 2003. Para essa análise foram selecionados materiais de formação, pertencentes ao programa, publicados em 2004 e 2007. Foi aplicada a técnica da análise de discurso crítica, de forma a associar o conteúdo desses materiais com o contexto político de sua elaboração. Nossa investigação envolve fundamentação teórica sobre a reforma neoliberal do Estado brasileiro na década de 1990, inclusão escolar, formação continuada de professores e política educacional. Os resultados da análise permitiram identificar evolução na política de formação continuada e afastamento em relação à perspectiva neoliberal. Concluiu-se que o programa, ao proporcionar subsídios teóricos e materiais para a formação docente para a Educação inclusiva e para a organização de serviços de atendimento especializado nos estados e municípios brasileiros, contribuiu para o crescimento das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais em classes e escolas comuns do ensino regular.

PALAVRAS CHAVES: Formação continuada. Inclusão escolar. Política educacional.

LEODORO, Juliana Pires. Inclusão escolar e formação continuidade: o programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. São Paulo, 2008

OBJETIVO: Analisar o programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, realizado em âmbito nacional pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação a partir de 2003. ANO: 2008.

05. RESUMO DISSERTAÇÃO

SOUSA, Angela Tavares de. **Educação física escolar e inclusão de alunos com deficiência:** um estudo em escolas do ensino regular da Rede Pública Estadual de São Paulo. PUC SP, 2009.

O presente estudo, realizado no decorrer de 2008, teve como objetivo analisar a inclusão escolar de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, no Ensino Regular, da Rede Pública Estadual de São Paulo. Nesse sentido, procuramos identificar qual a posição dos professores de Educação Física frente às condições efetivas que são disponibilizados a eles pelos setores superiores (organização escolar, apoio especializado, recursos materiais e pedagógicos específicos, adaptações arquitetônicas e curriculares), como meios para que pudessem desenvolver trabalho que garantisse a inclusão escolar de alunos com deficiência no ensino regular. As hipóteses norteadoras desta investigação foram as de que o poder público não disponibiliza os recursos preconizados pela Resolução CNE/ CEB n.º 2/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; que ocorrem diferenças nas condições efetivas entre as escolas pesquisadas, apesar de se situarem muito próximas e atenderem à mesma comunidade e que existe uma postura pouco crítica dos professores pesquisados originária de um habitus docente, construído no princípio de precariedade que caracteriza, de maneira geral a formação e atuação docente no ensino fundamental no Brasil. Para tanto, foram investigadas três unidades escolares desta rede, situadas no município de Itaquaquecetuba e que se distinguem

pelos muros que as limitam, e apresentam condições completamente díspares entre si no que se refere à infra-estrutura física e pedagógica. Como procedimento metodológico foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com os professores de Educação Física destas escolas e alguns registros (documentos, fotos e descrições visuais), procurando cotejar o que determinam as normas legais e o que é disponibilizado a esses professores (adaptações físicas, material didático e apoio pedagógico). As contribuições de Pierre Bourdieu foram utilizadas como base teórica, em especial o conceito de habitus, assim como os processos de exclusão ocorridos no interior da escola. As perspectivas adotadas por Bueno contribuíram para a discussão e análise sobre deficiência e escolarização. Os principais achados nos mostraram que, apesar da existência de documento normativo federal que concentra um conjunto de determinações operacionais que visam à inclusão escolar com qualidade de alunos com deficiência, estas não são disponibilizadas e, mais que isso, os professores, moldados pelo habitus das condições precárias que caracterizam a formação e atuação docente, apesar de constatarem a falta de recursos, não assumem posição crítica frente a essa precariedade, tratando como inerente à função docente. As diferenças entre as escolas não foram suficientes para que aquela com mais condição pudesse efetuar uma inclusão mais qualificada de alunos com deficiência, porque o ethos da precariedade também é assumido por seus educadores, pois, apesar de seus professores estarem cientes de que ela possuía melhores condições de infra-estrutura, no que se refere à disponibilização de recursos para a inclusão escolar ela sofria dos mesmos males que as demais, fazendo com que essa precariedade menos evidente também fosse naturalizada.

PALAVRAS CHAVES: Alunos com deficiência. Recursos didático-pedagógicos. Educação inclusiva. Inclusão escolar. Educação física. Estudo e ensino.

SOUSA, Angela Tavares de. Educação física escolar e inclusão de alunos com deficiência: um estudo em escolas do ensino regular da Rede Pública Estadual de São Paulo. 2009. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

OBJETIVO: Analisar a inclusão escolar de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, no Ensino Regular, da Rede Pública Estadual de São Paulo. ANO: 2009.

06. RESUMO DISSERTAÇÃO

SALGADO, Lenice de Fátima Guedes. **Necessidades formativas de professores de educação básica especial, diversidade e inclusão:** interlocuções e desafios. PUC SP, 2018.

Essa pesquisa foi empreendida com o objetivo investigar as Necessidades Formativas de Professores de Educação Básica Especial (PEBE) que atuam na perspectiva da educação inclusiva, na rede pública, com a finalidade de oferecer subsídios para a formação permanente em serviço em que tais necessidades sejam objeto de análise e reflexão. O estudo se justifica, pois, ainda é pouco explorado o papel formador assumido pelo Professor de Educação Básica Especial e sua base de conhecimentos para a docência. Aliado a isso, há insuficiência de políticas públicas direcionadas à formação deste profissional, considerando a complexidade de suas atribuições e a importância estratégica de sua atuação no acompanhamento e assessoramento das equipes escolares, por meio do desenvolvimento de ações propositivas, formativas e informativas, numa perspectiva colaborativa. A pesquisa de cunho qualitativo, envolveu a realização do Grupo de Discussão junto a sete professoras que atuam no Centro de Atenção à Inclusão Social – CAIS, no município de Diadema – SP e a análise documental de regulamentações da Educação Especial e dos títulos de formação apresentados pelos professores à Secretaria de Educação para fins de remoção anual e evolução funcional. Os dados foram analisados sob a perspectiva da “Análise de Prosa” proposta por André (1983) e permitiram uma aproximação com as inquietações e trajetórias profissionais e formativas das professoras participantes. O referencial teórico assumido envolveu o reconhecimento da formação permanente como elemento fundamental à qualidade da ação educativa e a articulação interdisciplinar de estudos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; Desenvolvimento Profissional Docente; Trabalho Colaborativo, Formação e Necessidades Formativas. Os resultados destacam como necessidades formativas prioritárias presentes na dialogia: contribuições da ética; estudos sobre Neurociência e Educação; aprofundamento de estudos sobre dificuldades acentuadas de aprendizagem; Tecnologia Assistiva e Bilinguismo. A reflexão avançou da identificação dos temas, para a problematização dos valores e finalidades subjacentes à Educação inclusiva e ao próprio processo de formação. As participantes indicaram estratégias formativas e de inovação, que conciliam dados da ação com o processo

investigativo, e a busca de significação ancorada em referenciais teóricos sobre Educação inclusiva e autores de base da educação. Também propuseram intercâmbios e parcerias com as universidades, para assessorar e qualificar o processo formativo da equipe, como recurso que pode auxiliar na (re)definição de protocolos e no aperfeiçoamento da comunicação interna. Foram refletidas as contribuições dos estudos de casos de ensino e grupos de estudos na construção de atitudes e práticas colaborativas em interface com as escolas, as famílias, a comunidade e outros setores e serviços com vistas a alcançar o envolvimento e a colaboração necessários à construção da cultura escolar inclusiva. PALAVRAS CHAVES: Educação inclusiva. Professores de Educação Especial - Formação profissional. Educação permanente.

SALGADO, Lenice de Fátima Guedes. Necessidades formativas de professores de educação básica especial, diversidade e inclusão: interlocuções e desafios. 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Formação de Formadores) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

OBJETIVO: Investigar as Necessidades Formativas de Professores de Educação Básica Especial (PEBE) que atuam na perspectiva da educação inclusiva, na rede pública, com a finalidade de oferecer subsídios para a formação permanente em serviço em que tais necessidades sejam objeto de análise e reflexão. ANO: 2018.

07. RESUMO DISSERTAÇÃO

SILVA, Iara Susi Maria. **Significações acerca da atuação profissional de uma Professora de Acompanhamento e Apoio à Inclusão.** UFG, 2019.

Esta pesquisa é fundamentada nos pressupostos da Psicologia Sócio-Histórica, embasada na teoria de Vigotski, de seus seguidores e de outros autores contemporâneos. O objetivo do estudo é compreender a atuação do profissional formador da Educação Especial. Para tanto, discute formação docente em serviço e Educação Especial, buscando apreender as significações de uma Professora de Acompanhamento e Apoio à Inclusão (PAAI) sobre a sua atuação como formadora na Educação Especial. A PAAI participante é uma profissional do Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI), serviço que acompanha e orienta os processos de escolarização do público-alvo da Educação Especial nas escolas da cidade de São Paulo. Para a investigação, utilizou-se a entrevista reflexiva (SZYMANSKI et al., 2011), realizada em três encontros que foram gravados e transcritos para serem utilizados na etapa de análise. Os dados das entrevistas foram analisados por meio do procedimento do Núcleo de Significação (AGUIAR e OZELLA, 2006, 2013; AGUIAR et al. 2015). Foram elaborados três Núcleos de Significação, sendo eles: 1. O diálogo como base formativa: a constituição colaborativa da profissão docente e a superação de dificuldades; 2. Processos educacionais tendo a relação professor-aluno como fundo e a deficiência como um aspecto singular no interior dessa relação; e 3. A construção de uma percepção sensível à Educação Especial como meta do trabalho formativo. A análise interpretativa na fase do internúcleos parte dos conteúdos dos Núcleos de Significação, analisados sob a dialética sentidos e significados. Assim, depreenderam-se aspectos referentes à questão pesquisada que podem ser contributivos para iluminar e aprofundar as temáticas referentes à formação docente, ao desenvolvimento do estudante com deficiência e de seus professores e aos movimentos de mudança da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial. Professores de Educação Especial - Formação profissional. Significação (Psicologia).

SILVA, Iara Susi Maria. **Significações acerca da atuação profissional de uma Professora de Acompanhamento e Apoio à Inclusão.** 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

OBJETIVO: Compreender a atuação do profissional formador da Educação Especial. Para tanto, discute formação docente em serviço e Educação Especial, buscando apreender as significações de uma Professora de Acompanhamento e Apoio à Inclusão (PAAI) sobre a sua atuação como formadora na Educação Especial. ANO: 2019.

08. RESUMO DISSERTAÇÃO

CAMPOS, Daniela Maria Ferreira. **Formação continuada na perspectiva da consultoria**

colaborativa: contribuições no contexto da inclusão escolar. UFG, 2018.

A formação continuada para professores que atuam com alunos Público Alvo da Educação Especial tem se configurado como um dos entraves para efetivação da inclusão escolar. Apesar das leis e políticas brasileiras respaldarem essa prerrogativa, na prática esse tipo de formação ainda é esporádico. Nesse sentido, pesquisadores das universidades e as redes de ensino têm buscado implementar cursos de formação que busquem sanar ou minimizar essa lacuna. Dessa forma, ao participar de um curso de formação continuada na perspectiva colaborativa surgiu a questão que norteou este estudo: Como uma formação continuada para professores, baseada na Consultoria Colaborativa, contribui com a atuação desses profissionais na inclusão escolar dos alunos que são o Público Alvo da Educação Especial? Visando responder esse questionamento, o presente estudo teve por objetivo analisar de que forma um curso de formação continuada para professores, baseada na Consultoria Colaborativa, contribui com a prática escolar de profissionais que atuam com alunos Público Alvo da Educação Especial. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pautada nos indícios da abordagem Histórico-Cultural. Participaram cinco professoras, que frequentaram o referido curso, desempenhando diferentes funções, a saber: gestora, coordenadora pedagógica, professora de AEE e professora de apoio à inclusão. A pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão e em duas escolas da rede estadual de ensino da regional de Catalão-Goiás. Como instrumentos de produção de dados utilizou-se questionário de mapeamento das escolas participantes, questionário de identificação pessoal e profissional e roteiro de entrevista semiestruturada para as professoras, roteiro de observação e diários de campo. As entrevistas foram analisadas com base na Análise de Conteúdo e a partir das unidades de sentido foram elencadas duas categorias. Os dados apontaram que as dúvidas e inseguranças vividas pelas professoras participantes giravam em torno da escolarização dos alunos com deficiência na sala de aula comum, tanto por parte dos docentes quanto por parte dos outros profissionais da escola. As cinco participantes relataram a importância de uma formação consistente para atuar com a diversidade na escola comum. Destacaram como ponto positivo nesse curso a parceria entre universidade e a escola; a importância da gestão em viabilizar cursos de formação continuada para toda a equipe escolar, sobretudo a formação em serviço; e, a Consultoria Colaborativa realizada nas duas escolas pela professora formadora como sendo o ponto forte dessa formação. Relataram que a Consultoria Colaborativa viabilizou estratégias pedagógicas condizentes com a realidade dos alunos com deficiência. Os resultados apontaram também para a necessidade de ampliação de cursos de formação continuada que sejam mais próximos da realidade vivenciada pelos profissionais da escola e por seus alunos com deficiência, bem como a colaboração entre os profissionais da Educação Especial e da escola comum como sendo uma perspectiva real de apoio à inclusão escolar.

PALAVRAS CHAVES: Formação de professores, Educação Especial, Inclusão escolar, Consultoria colaborativa, Teoria histórico-cultural

CAMPOS, Daniela Maria Ferreira. Formação continuada na perspectiva da consultoria colaborativa: contribuições no contexto da inclusão escolar. 2018. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018.

OBJETIVO: Analisar de que forma um curso de formação continuada para professores, baseada na Consultoria Colaborativa, contribui com a prática escolar de profissionais que atuam com alunos Público Alvo da Educação Especial. ANO: 2018.

09. RESUMO DISSERTAÇÃO

EVANGELISTA, Rosimária Rosa do Nascimento. **Formação e atuação de professores de alunos com deficiência.** UFG, 2019.

A partir dos anos 2000, a Educação Especial se tornou um dos temas mais discutidos nas pesquisas educacionais. Isso despertou minha curiosidade em saber como acontece a formação e atuação de professores que atuam com alunos com deficiência. Quais relações se estabelecem entre formação de professores e atuação docente; e quais as repercussões dessa formação nas vivências em sala de aula e da sala de recursos multifuncionais? Para responder a essas questões, foram pesquisadas três escolas estaduais que ofertam os anos iniciais do ensino fundamental e que possuem sala de Atendimento Educacional Especializado, localizadas em um município da região Sudeste do estado de Goiás. Utilizando-se do recurso de entrevistas, foram coletados dados de professores dessas instituições, tanto os de referência de classes comuns, como os que atuam propriamente na Educação Especial. A partir

dos dados levantados, foram observados aspectos como formação inicial pouco contributiva para a atuação, e insuficientes oportunidades de formação continuada e em serviço. Os resultados da pesquisa foram organizados em sete seções, e estas em subseções, e indicaram a necessidade de mudar os rumos dos cursos de formação inicial dos professores, preparando-os para atuar com a inclusão a partir de estudos teóricos e práticos. No mais, o estudo apontou a relevância de ser ampliada a oferta de formação continuada para os professores em serviço, principalmente para os regentes de referência de classes comuns, que, em sua maioria, pouco tiveram oportunidade de participar de formação continuada nos últimos três anos, haja vista que nenhuma formação foi destinada a eles. Além disso, o estudo mostra que, nas três escolas pesquisadas, os professores pouco compreendem o que realmente é sua função e a forma como devem atuar com os alunos com deficiência. Isso acarreta na falta de cadência e de articulação do trabalho, posto que as diretrizes traçadas para efetivar o trabalho desses professores não oportunizam um trabalho colaborativo, articulado. Tendo em vista essa realidade, chegou-se à compreensão de que, para que haja uma mudança desse cenário educacional, é preciso colocar em ação as políticas públicas já existentes, bem como investir na formação dos professores. Deve-se, pois, focar em iniciativas que propiciem a construção de uma escola realmente inclusiva, com atuação de professores conhecedores da teoria e da prática e que as articulem no trabalho.

PALAVRAS CHAVES: Formação de professores, Práticas pedagógicas, Deficiência, Ensino colaborativo, Educação Especial.

EVANGELISTA, Rosimária Rosa do Nascimento. Formação e atuação de professores de alunos com deficiência. 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

OBJETIVO: Saber como acontece a formação e atuação de professores que atuam com alunos com deficiência. Quais relações se estabelecem entre formação de professores e atuação docente; e quais as repercussões dessa formação nas vivências em sala de aula e da sala de recursos multifuncionais. **ANO:** 2019.

10. RESUMO DISSERTAÇÃO

FREITAS, Adriana de Oliveira. **Atuação do professor de apoio à inclusão e os indicadores de ensino colaborativo em Goiás.** UFG, 2013.

A atuação de profissionais da Educação Especial vem se constituindo em condição fundamental para educação e inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais. O apoio a esses alunos tem levantado a discussão da relação Educação Comum na Rede Regular e Educação Especial, isto é, envolve o debate sobre a necessidade de desenvolver uma atuação articulada entre os diferentes agentes educacionais no âmbito da inclusão escolar. Nesse sentido a perspectiva colaborativa, entre esses diferentes agentes que intervêm no processo educativo desses alunos: professor regente de classe comum, professor de apoio à inclusão, professor de salas de recursos multifuncionais, família e comunidade, vem assumindo um papel fundamental para uma relação positiva entre esses profissionais, no sentido de contribuir com a promoção do sucesso escolar dos alunos com necessidades educacionais e dos demais alunos da escola. Portanto compreender como vem se constituindo a atuação dos profissionais de Educação Especial permite analisar aspectos da inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais. Desse modo, optamos por definir o professor de apoio à inclusão, uma vez que esse profissional vem assumindo um papel importante na implementação de políticas de inclusão em Goiás. Então se pergunta: Como tem sido a atuação do professor de apoio à inclusão? Quais os indicadores de ensino colaborativo estão presentes na atuação do professor de apoio à inclusão? O objetivo principal desta investigação é analisar os dizeres dos professores de apoio à inclusão sobre as suas práticas educativas e os indicadores que as mesmas apresentam de ensino colaborativo. Na presente pesquisa utilizou-se da pesquisa colaborativa, neste tipo de pesquisa o pesquisador além de buscar dados, possibilita também a formação continuada dos professores, espaço para que os professores tenham liberdade de expressão, as análises foram realizadas em etapas que se subdividiram em seis encontros. No primeiro Encontro realizado pelo Oceesp os professores participantes ao serem esclarecidos sobre os objetivos e riscos da pesquisa assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordando em participar da pesquisa, autorizando assim a utilização de suas falas e todo registro de informações elencadas durante a pesquisa. Além disso, os professores responderam a um formulário, em que constavam seus dados de identificação, formação e atuação. Foi focalizado o papel e atuação dos professores de apoio à

Inclusão através de uma entrevista coletiva. O estudo documental sobre o papel e atuação do professor de apoio à Inclusão e o ensino colaborativo foi realizado com o intuito de informar e esclarecer as professoras quanto a legislação nacional e estadual, sobre a Educação Especial e inclusão, contextualizando o papel e função do professor de apoio, proporcionando uma melhor compreensão do ensino colaborativo, de sua relação com o professor regente, culminando na síntese dos dados.

PALAVRAS CHAVES: Inclusão, Professor de apoio à inclusão, Ensino colaborativo, Learning collaborative.

FREITAS, Adriana de Oliveira. Atuação do professor de apoio à inclusão e os indicadores de ensino colaborativo em Goiás. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013.

OBJETIVO: Compreender como vem se constituindo a atuação dos profissionais de Educação Especial permite analisar aspectos da inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais. ANO: 2013.

11. RESUMO DISSERTAÇÃO

LAMONIER, Elisângela Leles. **Perspectivas de futuro profissional das pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas.** UFG, 2018.

A inclusão das pessoas com deficiência e com outras necessidades educacionais específicas representa um grande desafio para a educação. Este trabalho pretende colaborar para que esse paradigma educacional visto como desafio seja rompido. O mesmo está vinculado à linha de pesquisa sobre Políticas Educacionais, Gestão e Formação de Professores, do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, da Universidade Federal de Goiás/Regional de Jataí-GO. O objetivo deste estudo é compreender as representações sociais das pessoas com deficiência e com outras necessidades educacionais específicas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Iporá, sobre suas perspectivas de futuro profissional, bem como identificar e analisar as legislações que amparam a educação inclusiva, no âmbito das políticas públicas educacionais que resguardam seus direitos, tanto educacional como profissional. Apresenta como ponto de partida os questionamentos: Quais são as políticas públicas educacionais de inclusão que asseguram os direitos das pessoas com deficiência e com outras necessidades educacionais específicas nos cursos de formação profissional? Quais são as representações sociais das pessoas com deficiência e com outras necessidades educacionais específicas sobre suas perspectivas de futuro profissional? No intento de respondê-las, a pesquisa fará uso da Teoria das Representações Sociais – TRS, como aporte teórico-metodológico; também dos conhecimentos construídos sobre estes sujeitos históricos, além de pesquisa bibliográfica e documental que subsidiarão a análise da realidade no que tange os sujeitos da pesquisa. Para a coleta de dados utilizamos a entrevista semiestruturada. A investigação parte da necessidade de compreender que a Educação inclusiva está presente em todas as instituições de ensino e necessita de observações de como ela está acontecendo e compreender se estas contribuem para a formação profissional, criando perspectivas de futuro profissional nos sujeitos envolvidos no processo educativo. O estudo será norteado pela TRS, representada por Moscovici (1978, 1995, 2001, 2003), Jodelet (2001, 2007), entre outros autores que veem na TRS uma busca de respostas para os fenômenos sociais; e pelo indiciário de legislações que amparam a Educação inclusiva no Brasil, como: Constituição Federal – CF/88, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/90, Convenção de Jomtien (1990), Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996), Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006), Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Inclusiva (2008), Lei Brasileira de Inclusão – LBI (2015), entre diversas outras consideradas relevantes para a pesquisa. A partir das análises, conclui-se que os sujeitos da pesquisa valorizam a formação, ancoram suas perspectivas de futuro na educação e no trabalho, por necessidade pessoal, mas principalmente por valorização do seu “eu” que histórica e socialmente foi excluído e marginalizado. Porém, mesmo conscientes de suas perspectivas futuras, são conhecedores das dificuldades que enfrentarão para inserirem-se no mercado de trabalho e os desafios que ainda estão por vir, principalmente porque não é um processo natural; pelo contrário, todo o processo que tange estes sujeitos foi historicamente marcado por lutas e obrigatoriedade, como comprovado pelas inúmeras legislações que amparam os seus direitos como cidadão.

PALAVRAS CHAVES: Educação inclusiva, Políticas públicas educacionais, Inclusão/exclusão. Ensino profissionalizante, Representações sociais.

LAMONIER, E. L. Perspectivas de futuro profissional das pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2018.

OBJETIVO: Compreender as representações sociais das pessoas com deficiência e com outras necessidades educacionais específicas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Iporá, sobre suas perspectivas de futuro profissional, bem como identificar e analisar as legislações que amparam a educação inclusiva, no âmbito das políticas públicas educacionais que resguardam seus direitos, tanto educacional como profissional. ANO: 2018

12. RESUMO DISSERTAÇÃO

PICOLINI, Beatriz Ribeiro Aleluia. **Descrição, explicação e método em pesquisa das Representações.** UFG, 2019.

A crescente matrícula de alunos público alvo da Educação Especial na escola regular aumenta a demanda por formação, tanto para o professor de apoio como para o professor regente. Nesse contexto, questionamos como tem se constituído a trajetória formativa/profissional do professor de apoio e do professor regente em condição de bidocência em uma Rede Municipal de Educação. Nessa medida, o objetivo geral foi analisar a constituição da trajetória formativa/profissional do professor de apoio e do professor regente em condição de bidocência e, como objetivos específicos: compreender a trajetória formativa/profissional dos respectivos professores; discutir os papéis do professor de apoio e do professor regente em condição de bidocência e viabilizar condições de ação/reflexão sobre a docência para alunos público alvo da Educação Especial. Para tanto, a metodologia empregada foi a Pesquisa Colaborativa que se caracteriza como uma prática conjunta entre pesquisadores e professores. Dessa maneira, adotamos os seguintes passos: descrever, informar, confrontar e reconstruir. Os dados construídos foram organizados em categorias e subcategorias e analisados a partir do referencial teórico pertinente à temática e de indícios da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. Nessa medida, constatamos que a lacuna na formação para atuação com o público alvo da Educação Especial ainda persiste. Tal conjuntura implica a necessidade de políticas públicas efetivas de formação em âmbito nacional, estadual e municipal. Evidenciamos, então, que a formação específica na área da Educação Especial tem se configurado como uma busca individual daquele que se interessa por essa atuação. Em relação à profissão professora observamos uma tendência de associação desta à maternidade. No que se refere aos critérios para modulação do professor de apoio verificamos que a rede municipal não segue os parâmetros postos pela legislação estadual. A respeito dos papéis dos professores na condição de bidocência, notamos que o professor de apoio tem atuado, exclusivamente, com o aluno público alvo da Educação Especial e o professor regente com o restante da turma, caracterizando suas práticas como distintas em um mesmo ambiente. Nesse contexto, verificamos que as professoras da rede não dispõem de um horário para o planejamento conjunto, sendo este um dos entraves para uma atuação colaborativa entre regente e apoio. Inferimos, portanto, que os investimentos na formação ainda são primordiais, tanto na inicial como a continuada, para uma inclusão escolar mais efetiva.

PALAVRAS CHAVES: Formação de professores, Professor de apoio, Professor regente. Bidocência, Pesquisa colaborativa.

PICOLINI, B. R. A. Trajetória formativa/profissional de professores de apoio e professores regentes em condição de bidocência. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

OBJETIVO: Analisar a constituição da trajetória formativa/profissional do professor de apoio e do professor regente em condição de bidocência e, como objetivos específicos: compreender a trajetória formativa/profissional dos respectivos professores; discutir os papéis do professor de apoio e do professor regente em condição de bidocência e viabilizar condições de ação/reflexão sobre a docência para alunos público alvo da Educação Especial. ANO: 2019.

13. RESUMO DISSERTAÇÃO

VIEIRA, Andrea Hayasaki. **Formação de Professores de Atendimento Educacional Especializado: experiência de um curso semipresencial.** UFG, 2016.

O presente estudo tem como tema central a formação continuada de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), na modalidade semipresencial, utilizando recursos da Tecnologia

da Informação e da Comunicação (TICs). Para responder à pergunta: “Um curso semipresencial de formação continuada com uso das TICs, em uma perspectiva dialética, pode colaborar para a transformação da prática do professor que atua no AEE?”, foi realizado o projeto piloto “Curso de Extensão em Educação Especial: inclusão e letramento”, com um grupo de sete professores de AEE da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, em Plataforma Moodle, no site www.cepae.ufg.br. O objetivo geral deste trabalho foi identificar uma estrutura de cursos de formação continuada que colabore com a prática autogeradora de transformação do professor, em salas de recursos multifuncionais. Para tanto, o planejamento das atividades visaram: (re)conhecer o problema vivenciado pelos próprios professores em suas salas de recursos multifuncionais; desenvolver estudos teóricos relacionando-os com suas práticas pedagógicas; e (re)organizar seus Planos de Atendimento Educacional Especializado - PAEE, lançando mão de recursos das TICs. Cada etapa foi desenvolvida segundo os Fundamentos da Defectologia de Vygotsky (1995), os quais sustentam que a pessoa com deficiência não é menos capaz, mas, ao contrário, possui competências cognitivas que possibilitam uma organização ampliada de sua forma de aprender; fato que exige do educador a identificação e a compreensão de estratégias de ensino que se adiantem ao seu desenvolvimento. Também contribuíram para esta organização os pensamentos de Nóvoa (1995), Demo (2000), Mantoan (2006) e Freitas (2007), que defendem uma formação sempre autogeradora de mudanças; as discussões de Pretto (2009) sobre o uso interativo e formativo das TICs; e documentos oficiais (BRASIL 2008, 2009, 2010 e 2015) que versam sobre políticas públicas nacionais de Educação Especial na perspectiva da inclusão. Os dados apresentados e analisados nesta dissertação são frutos das experiências compartilhadas pelo grupo ao longo do curso, que teve início em abril de 2015 e foi encerrado em novembro do mesmo ano. Ao final, juntos, professores e pesquisadora concluíram que é imprescindível ao proponente levar em conta as diferentes realidades sócio-histórico-culturais que permeiam os contextos educacionais, para que um curso semipresencial oferecido a docentes de AEE possa efetivamente colaborar com sua (auto)formação continuada e permanente.

PALAVRAS CHAVES: Formação continuada semipresencial, Atendimento educacional especializado, Tecnologias de informação e comunicação.

VIEIRA, A. H. Formação de professores em atendimento educacional especializado: experiência de um curso semipresencial. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

OBJETIVO: Identificar uma estrutura de cursos de formação continuada que colabore com a prática autogeradora de transformação do professor, em salas de recursos multifuncionais. ANO: 2016.

14. RESUMO TESE

KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. **Acesso do surdo a cursos superiores de formação de professores de Libras em instituições federais.** USP, 2017.

As últimas décadas têm desvelado grandes transformações na educação de surdos, uma delas consiste no deslocamento da abordagem, predominantemente, oralista para a perspectiva bilíngue, na qual a Língua brasileira de sinais (Libras) é reconhecida como a primeira língua dos surdos. Para a concretização dessa educação bilíngue, o Decreto nº 5.626/05, entre outras disposições, estabeleceu a formação e atuação de professores de Libras, determinando aos surdos a prioridade em ambas as situações. Baseado nesse contexto, propusemos como objetivo geral desta pesquisa investigar e analisar o acesso dos surdos a cursos superiores de formação de professores de Libras em instituições federais. Para isso, alinhamo-nos aos pressupostos metodológicos da abordagem qualitativa, especialmente sobre a pesquisa documental e a análise de conteúdo. Para geração dos dados, nosso corpus proveio de 80 editais (e seus respectivos 217 documentos anexos e complementares) de processos seletivos para ingresso em cursos de educação superior voltados à formação de professores de Libras, sendo adotado como recorte o período de 2006 a 2015 e os editais pertencentes às instituições federais. Ancorados em uma ótica da surdez como diferença, cujas implicações reverberaram, principalmente, em uma visão crítica e ampliada de língua, bi/multilinguismo de minorias e identidades fragmentadas e multifacetadas, buscamos aporte nos Estudos Culturais e Estudos Surdos em educação e na Linguística Aplicada. À luz dessa fundamentação teórica, organizamos nossos dados para apresentação e discussão dos resultados em três eixos, 11 categorias e três subcategorias de análise. Os resultados apontaram para um quantitativo ainda escasso de vagas

ofertadas nacionalmente para a formação de professores de Libras, sobretudo no segmento que abrange a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Foi constatada ainda uma grande dificuldade por parte das instituições federais investigadas em: propiciar as condições de acessibilidade durante os processos seletivos, sendo muitas vezes observada a omissão de adequações ou a burocratização no seu deferimento; interpretar a prioridade reservada aos candidatos surdos, evidenciando o dissenso sobre quais critérios adotar ou quantas vagas devem ser destinadas a esse grupo de pessoas; realizar a articulação entre a prioridade para surdos e a Política de Ação Afirmativa para estudantes de escolas públicas, autodeclarados pretos, pardos e indígenas ou com baixa condição socioeconômica, aceitando que o indivíduo pode ser, simultaneamente, concebido como surdo, pobre, negro ou índio. Ademais, foi flagrante a presença da concepção patológica do surdo ainda muito arraigada nas exigências e nos textos dos editais e provas analisados, e uma visão essencializada das competências linguísticas do sujeito surdo e da noção de identidade. Esperamos, com nossa pesquisa, trazer à baila reflexões e questionamentos que contribuam para essa discussão, principalmente no tocante ao direito de acesso dos surdos aos cursos de formação de professores de Libras.

PALAVRAS CHAVES: Bilinguismo. Ensino superior. Estudos surdos. Formação de professores. Língua brasileira de sinais. Surdo.

KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. Acesso do surdo a cursos superiores de formação de professores de Libras em instituições federais, São Paulo, 2017.

OBJETIVO: Investigar e analisar o acesso dos surdos a cursos superiores de formação de professores de Libras em instituições federais. **ANO:** 2017.

15. RESUMO TESE

SOUZA, Fernanda Cristina de. Educação infantil, Educação Especial e planos nacionais de educação no Brasil pós anos 1990. USP, 2018.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as políticas públicas de educação infantil e de Educação Especial materializadas nos Planos Nacionais de Educação de 2001 e 2014, considerando as especificidades do Estado brasileiro e o processo de lutas para a garantia do direito à educação das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Para tanto, ancora-se no conceito de Estado ampliado, a partir dos pressupostos gramscianos, na tentativa de compreender as relações dialéticas e a luta de classes na disputa por hegemonia como tentativa de evidenciar contradições, limites e avanços das políticas de educação no Brasil. A abordagem metodológica apoia-se na análise documental, à luz de elementos do materialismo histórico dialético e da filosofia da práxis, tomando como base as Leis no 10.172/2001 e 13.005/2014; o Plano Nacional de Educação: “Proposta da Sociedade Brasileira, elaborado em 1997; os documentos finais das Conferências Nacionais de Educação (Conaes) de 2010 e 2014 e as cartas sínteses dos encontros nacionais do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib), considerando seus efeitos nas decisões governamentais para a implementação de políticas públicas destinadas às crianças matriculadas na primeira etapa da educação básica. Os resultados evidenciam os embates entre os diversos grupos sociais, revelando as contradições no âmbito da sociedade brasileira. Observam-se, nos respectivos documentos, aspectos que demonstram a força da hegemonia burguesa e de conformismo a partir de certo modelo de sociabilidade, alinhados aos princípios do capitalismo, a saber: concepção de crianças, infância, educação infantil e de Educação inclusiva com marcas de políticas focalizadas; caráter compensatório para minimizar os efeitos da pobreza; ambiguidades quanto ao papel do Estado, revelando demasiada força de grupos empresariais na disputa pela gestão e financiamento da educação infantil e da Educação Especial; e o direito à educação pela perspectiva utilitarista. No entanto, as lutas travadas no contexto da sociedade civil são marcos fundamentais para evidenciar a tensão em torno da defesa da escola pública e de uma educação emancipatória na direção da contra-hegemonia pela classe trabalhadora. As considerações finais apontam, ainda, para o agravamento dos riscos de perdas de direitos sociais, o que ocasionará impactos na educação das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculadas na educação infantil, após o ano 2016, reconhecendo a importância das lutas coletivas e da resistência em torno da defesa de uma educação emancipatória e contra-hegemônica.

PALAVRAS CHAVES: Educação infantil. Educação Especial. Planos Nacionais de Educação Política educacional."

SOUZA, Fernanda Cristina de. Educação infantil, Educação Especial e planos nacionais de educação

no Brasil pós anos 1990. 2018. 217 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

OBJETIVOS: Analisar as políticas públicas de educação infantil e de Educação Especial materializadas nos Planos Nacionais de Educação de 2001 e 2014, considerando as especificidades do Estado brasileiro e o processo de lutas para a garantia do direito à educação das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. ANO: 2018.

16. RESUMO DISSERTAÇÃO

QUEIROZ JUNIOR, Edison de. **Formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado:** desafios e perspectivas. USP, 2010.

Os sistemas de ensino brasileiros, a partir das diretrizes nacionais para a educação inclusiva, viram-se frente à tarefa de se organizarem de modo a não apenas receber, mas atender, em suas necessidades, a todos os alunos matriculados em suas escolas. Entre outras ações, as diretrizes nacionais para a Educação Especial na educação básica, estabelecidas pelo Ministério da Educação, prevêem o atendimento educacional especializado, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino. Para a realização desse atendimento, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, propõe a atuação de professores especializados em Educação Especial. O presente estudo objetivou identificar as necessidades formativas apontadas por professores especializados em deficiência intelectual, atuando na rede municipal de ensino de São Bernardo do Campo, em São Paulo, bem como analisar as propostas de formação continuada desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo, entre os anos de 2005 e 2009, destinadas à formação desses professores. Para o desenvolvimento da pesquisa optamos por desenvolver uma investigação de campo, com abordagem qualitativa, utilizando como procedimentos para coleta de dados entrevistas semidirigidas com dez professores que atuam no atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual no município, além de documentos oficiais produzidos pela SMESBC relativos a ações formativas destinadas a esses professores. Para o estudo dos dados, além das referências teóricas, utilizamos a análise de conteúdo. Ao concluir o estudo, consideramos que os professores apontam diferentes necessidades formativas, relacionadas tanto às questões não contempladas em sua formação inicial quanto às mudanças no contexto educacional, mais especificamente aquelas propostas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva de 2008. As propostas desenvolvidas pela Secretaria de Educação ao longo dos cinco anos pesquisados, por diferentes razões, não se configuraram numa linha formativa que auxiliasse os professores na organização e estruturação do serviço no município. Os diferentes direcionamentos adotados pelas ações formativas oferecidas contribuíram significativamente para que não houvesse, por parte dos professores, uma coerência em relação às necessidades formativas apontadas.

PALAVRAS CHAVES: Atendimento educacional especializado. Deficiência intelectual. Educação Especial. Formação de professores.

QUEIROZ JUNIOR, Edison de. **Formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado:** desafios e perspectivas. São Paulo, 2010.

OBJETIVO: Identificar as necessidades formativas apontadas por professores especializados em deficiência intelectual, atuando na rede municipal de ensino de São Bernardo do Campo, em São Paulo, bem como analisar as propostas de formação continuada desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo, entre os anos de 2005 e 2009, destinadas à formação desses professores. ANO: 2010.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (27)

01. RESUMO DISSERTAÇÃO

GÓES, Ricardo Schers de. **O direito à educação:** Um estudo sobre as políticas de Educação Especial no Brasil (1974/2008) PUC SP, 2009.

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo analisar, por meio das proposições políticas federais do Brasil, no período de 1974 a 2008, como se configurou o direito à educação de parcela da população que tem sido objeto de políticas setoriais, a saber, as políticas de Educação Especial. A delimitação do ano inicial para a coleta de dados se deu em razão da criação, em 1974, do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, primeiro órgão federal com atribuições específicas no

campo da Educação Especial e o de 2008 por ter sido o ano em que se publicou a última proposição política nesse campo em âmbito federal. As fontes de dados desta pesquisa foram, fundamentalmente, três documentos-base produzidos nesse período que procuraram definir os princípios norteadores dessas políticas: 1) Diretrizes Básicas para Ação do Centro Nacional de Educação Especial (BRASIL. MEC. CENESP, 1974); 2) Política Nacional de Educação Especial (BRASIL. MEC. SEESP, 1994); e 3) Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva (BRASIL. MEC. SEESP, 2008). Foram utilizados documentos subsidiários, quer sejam mais específicos do que os dessas proposições políticas de largo escopo, quer legislações e documentação mais abrangentes (leis de diretrizes e bases, constituição federal ou declarações mundiais) somente quando se sentiu necessidade de complementação. A análise desses documentos nos ofereceu os seguintes principais resultados: a indefinição do campo sobre o qual a Educação Especial atua contribui para a manutenção de políticas setoriais sobre problemas que são de âmbito das políticas educacionais globais; a universalização do acesso à escola básica (como uma das expressões do direito a educação) está muito longe de ser atingida em relação aos alunos abrangidos pela Educação Especial; a permanência e valorização das instituições privadas de caráter filantrópico, que assumem papel relevante nas políticas e no atendimento educacional dessa população, contribuem para a manutenção da escolarização dos deficientes no âmbito do compromisso moral e não do direito.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial, Políticas, Direito à Educação.

GÓES, Ricardo Schers de. O direito à educação: um estudo sobre as políticas de Educação Especial no Brasil (1974/2008). 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

OBJETIVO: Analisar, por meio das proposições políticas federais do Brasil, no período de 1974 a 2008, como se configurou o direito à educação de parcela da população que tem sido objeto de políticas setoriais, a saber, as políticas de Educação Especial. ANO: 2009.

02. RESUMO DISSERTAÇÃO

SANTOS, Ivone Rodrigues dos. **Bases Teórico-Pedagógicas do Atendimento Educacional Especializado das Redes Públicas Municipais de Aparecida de Goiânia/Go e Cascavel/PR.** UFG, 2016.

Este estudo teve como objetivo analisar as implicações administrativo-pedagógicas das bases teórico-pedagógicas que norteiam a Educação Especial e a política de Educação Inclusiva, fundamentalmente para a oferta e a estruturação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas redes municipais de ensino de Aparecida de Goiânia/GO e Cascavel/PR. A investigação caracteriza-se como sendo uma pesquisa bibliográfico-documental e de campo, tendo como procedimento para a coleta e registro de dados, a entrevista semiestruturada gravada em áudio. A análise dos dados obtidos a partir das normativas legais da operacionalização do Atendimento Educacional Especializado (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva de 2008, Resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009, Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011); do atual Plano Nacional de Educação; dos documentos orientadores no âmbito municipal e das entrevistas realizadas foram subsidiados pelos pressupostos teórico-filosóficos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural. Fundamentados por um conjunto de bases teóricas, aqui identificadas como “miscelâneas pragmáticas” e “miscelâneas críticas”, constatamos que os municípios estão articulando de forma distinta a operacionalização desse serviço. Por um lado, o AEE está sendo interpretado como estratégia para compensar deficiências de diferentes ordens, defendendo a organização do trabalho pedagógico centrado em uma concepção produtivista de educação, limitando-se a um quadro naturalizante de estruturação do homem e considerando o ser humano em abstrato, desvinculado de um engajamento contextual. De outro lado, seguindo as mesmas orientações legais e operacionais, verificamos possibilidades diferenciadas de promover o desenvolvimento humano, sem, contudo, perder de vista sua especificidade pedagógica: a transmissão do saber objetivo produzido historicamente e interpretado como condição para o desenvolvimento. Com base nos resultados, enfatizamos a importância da teoria educacional como orientadora da prática educativa, ressaltando que a superação das práticas fragmentadas, fetichizadas e alienadas, sejam da prática social global e/ou da prática educacional, está, necessariamente, vinculada a uma teoria da práxis crítica, transformadora das relações de poder, pois os determinantes históricos, políticos e econômicos incidem sobre o processo.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial; Política de Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado. Pedagogia Histórico-Crítica; Psicologia Histórico-Cultural.

SANTOS, I. R. Bases teórico-pedagógicas do atendimento educacional especializado das redes públicas municipais de Aparecida de Goiânia/GO e Cascavel/PR. 2016. 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

OBJETIVO: Analisar a política de Educação inclusiva e as bases teórico-pedagógicas que fundamentam a oferta e a estruturação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas redes municipais de ensino, tendo como delimitação a Rede Pública Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia/GO e de Cascavel/PR1. **ANO:** 2016.

03. RESUMO DISSERTAÇÃO

SILVA, Cleber Nelson de Oliveira. **Primeira infância e situações de deficiências:** elementos para uma análise do (não) direito à educação. USP, 2018.

Essa dissertação procurou refletir sobre qual é o lugar ocupado pelos bebês e crianças pequenas com deficiência nas ações e políticas públicas promovidas pelo Estado na educação brasileira. A necessidade em saber quem são essas crianças; quantas são nos sistemas de ensino; suas demandas diante do direito à educação e se elas possuem algum espaço nas instituições de educação infantil, foram os grandes motivadores que nos levou a constituição dessa pesquisa. Para tal reflexão, o trabalho que aqui se apresenta, buscou, a partir da coleta e análise de documentos oficiais como leis, decretos, portarias, normativas, diretrizes e convenções; de dados estatísticos produzidos pelo governo federal por meio do Censo Demográfico Populacional de 2010 e suas projeções; e das Sinopses Estatísticas dos Censos Escolares de 1996 a 2016, lançar luz sobre as situações de deficiência na primeira infância, a partir do recorte proporcionado pela educação. O percurso metodológico tomou como referencial a análise de conteúdo, pautada por Bardin (2011), que consiste em uma técnica metodológica passível de ser utilizada nos mais variados tipos de comunicação, sejam eles discursos, dados estatísticos ou outras produções. Partindo dos dados levantados, concluímos que o lugar atribuído aos bebês e as crianças pequenas com deficiência pelo poder público, e pela sociedade de um modo geral, é o vazio da invisibilidade. Essas crianças, ao longo de toda história, foram direcionadas a ocupar um não-lugar, um espaço onde os direitos sociais e a cidadania lhes são negados. Como parte do processo metodológico, investigamos se a academia, por meio de suas pesquisas e produções, tem voltado seu olhar sobre essas questões. Realizamos buscas nos bancos de teses e dissertações da Universidade de São Paulo e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, além de artigos publicados nos periódicos: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, publicada pela ANPAE, e Revista Brasileira de Educação, publicada pela ANPED assim como nos Anais dos trabalhos apresentados em encontros dessa última instituição sobre o tema discutido nesse trabalho, na Revista Brasileira de Educação Especial e na revista Inclusão: a Revista da Educação Especial, publicada pelo MEC. A análise dos trabalhos selecionados, dessas bases de dados, por meio de categorias pré-estabelecidas decorrentes do foco dessa dissertação, constituíram-se em um elemento que reedificaram a invisibilidade de bebês e das crianças com deficiência no contexto social e nas pesquisas acadêmicas. Por fim, uma das grandes contribuições que se faz presente no trabalho, ao publicizar o não-lugar, imposto aos bebês e as crianças com deficiência nos ambientes escolares, é pautar as reflexões e debates necessários sobre a continuidade histórica de exclusão que estamos conduzindo essa faixa da população nas políticas públicas de educação e em seus direitos sociais; assim como indicar a urgência de estudos na área que possam vir a contribuir com as discussões e construções de políticas públicas efetivas que possibilitem o acesso e a permanência das crianças de zero a cinco anos de idade com deficiência ao direito à educação de qualidade.

PALAVRAS CHAVES: Deficiências. Direito à educação. Educação infantil. Infância. Políticas públicas.

SILVA, Cleber Nelson de Oliveira. Primeira infância e situações de deficiências: elementos para uma análise do (não) direito à educação. São Paulo, 2017.

OBJETIVO: Refletir sobre qual é o lugar ocupado pelos bebês e crianças pequenas com deficiência nas ações e políticas públicas promovidas pelo Estado na educação brasileira. **ANO:** 2018.

04. RESUMO DISSERTAÇÃO

RIBEIRO, Raquel da Silva. **Política paulistana de Educação Especial e infantil para crianças**

pequenas público-alvo da Educação Especial. USP, 2018.

A crescente visibilidade da educação infantil explicita uma discussão maior que envolve qual concepção de infância e de criança predomina na formulação de políticas públicas de atendimento para a população de sua faixa etária e indica dificuldades de enfrentamento de questões importantes, principalmente referentes à garantia de uma educação de qualidade. Considerando as crianças pequenas público-alvo da Educação Especial, estudos que objetivem averiguar a eficácia dos serviços de apoio educacional especializado são necessários a fim de contribuir na efetivação de seu direito à educação. Assim sendo, esta pesquisa, a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo-analítico, por meio de análise documental e de dados coletados em entrevistas semiestruturadas, teve como objetivo descrever e analisar as orientações dos setores centrais de Educação Especial e de educação infantil da Rede municipal de ensino de São Paulo para o atendimento educacional de crianças da educação infantil público-alvo da Educação Especial de acordo com ações implementadas em um centro de formação e acompanhamento à inclusão, entre 2005 e 2015, período de vigência da atual política de Educação Especial. Além disso, foi feito um cotejamento dessa política municipal com aquela preconizada em âmbito nacional, buscando averiguar consonâncias e dissonâncias entre estas. A análise dos dados indicou que na legislação municipal o acesso à educação infantil dessas crianças era assegurado pela prioridade de vaga e que o atendimento educacional especializado seria realizado por professores especializados por meio do serviço itinerante de apoio e acompanhamento pedagógico para toda a faixa etária da educação infantil. Porém, para as crianças de zero a três anos, tanto da rede de ensino direta quanto indireta, a orientação adotada era de estimulação precoce, realizada pelos próprios professores com orientações prévias desses professores especializados. Para as crianças de quatro a cinco anos, além desse formato de atendimento no contexto da instituição de educação infantil, havia a opção de atendimento no contraturno em salas de recursos. Além disso, estava prevista a oferta de transporte gratuito para locomoção entre a residência e a escola ou outros serviços de Educação Especial, também estabelecidos legalmente, e profissional de apoio para suprir necessidades de locomoção, alimentação e higiene durante o período de permanência da criança na instituição educacional. Na região investigada, constatou-se predomínio de atendimento educacional especializado no contexto da instituição de educação infantil, principalmente após ampliação do número de professores especializados para realizar serviço de itinerância. No entanto, para as crianças de zero a três anos, os dados indicaram que não havia uma agenda para realizar esses atendimentos, os quais ocorriam mediante solicitação das respectivas instituições, havendo pouca frequência de visitas às unidades educacionais, principalmente da rede indireta. Ademais, o aumento da assiduidade desse tipo de atendimento educacional especializado para as de quatro a cinco anos ainda não possibilita afirmar que a atuação especializada está organizada conforme o preconizado nas orientações legais nacionais desse atendimento para educação infantil. Todavia, de maneira geral, no cotejamento às orientações legais em âmbito federal, foi possível apreender que a partir de 2010 o município procurou se aproximar mais dessas prerrogativas.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial. Educação infantil. Município de São Paulo. Política educacional.

RIBEIRO, Raquel da Silva. Política paulistana de Educação Especial e infantil para crianças pequenas público-alvo da Educação Especial. 2016. 228 f. - Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2016.

OBJETIVO: Descrever e analisar as orientações dos setores centrais de Educação Especial e de educação infantil da Rede municipal de ensino de São Paulo para o atendimento educacional de crianças da educação infantil público-alvo da Educação Especial de acordo com ações implementadas em um centro de formação e acompanhamento à inclusão, entre 2005 e 2015, período de vigência da atual política de Educação Especial. Além disso, foi feito um cotejamento dessa política municipal com aquela preconizada em âmbito nacional, buscando averiguar consonâncias e dissonâncias entre estas. ANO: 2018.

05. RESUMO DISSERTAÇÃO

PEDOTT, Larissa Gomes Ornelas. Possibilidades de construção de demandas sociais e indução de políticas públicas: análise de solicitações ao Ministério Público relativas ao direito das pessoas com deficiência à educação. USP, 2019.

A presente pesquisa objetivou analisar as solicitações referentes ao direito à educação do público-alvo

da Educação Especial que chegam ao Grupo de Atuação Especial de Educação (Geduc) do Ministério Público (MP) do Estado de São Paulo, desde sua criação em 2011 até o final de 2017, a fim de depreender com que intuito, de que maneira e por quais setores da sociedade tal instância é acionada. Como se trata de um estudo sobre a garantia de direitos, inicialmente apresentou-se a organização do Sistema de Garantia de Direitos brasileiro, com a caracterização do Ministério Público como órgão componente desse sistema, para então descrever sua organização contextualizando o lugar do Geduc na instituição. Foi realizada a análise da organização normativa para oferta da Educação Especial na perspectiva inclusiva no Brasil nos últimos anos, entendendo que a legislação baliza a atuação de um órgão componente do Sistema de Justiça. Apresenta-se a seguir uma revisão bibliográfica dos estudos envolvendo o direito à educação e o MP, com apontamentos sobre a atuação desse órgão na garantia do direito à educação e, mais especificamente, na oferta da Educação Especial na perspectiva inclusiva, bem como a ausência de estudos relativos ao recorte da presente pesquisa. Foi então desenvolvida a análise de 163 procedimentos arquivados pelo Geduc no período pesquisado, relacionados à garantia do direito à educação por parte do público-alvo da Educação Especial com relação às/aos proponentes das solicitações, tipos de reivindicações, rede de ensino a que se referem e à variação na quantidade de solicitações ao longo dos anos. Além disso, foi realizada uma caracterização sobre como o Geduc tem atuado a partir do recebimento da solicitação. A análise permitiu inferir que o escopo de trabalho engendrado a partir da criação do Geduc, em interlocução com as/os profissionais do Núcleo de Assessoria Técnica (NAT) na área da educação, possibilitou maior qualificação da atuação do MP quanto à indução de políticas públicas educacionais. Percebe-se, pela análise realizada, a reconfiguração das atuações do Geduc ao longo do período de 2011 a 2017, com a presença de elementos representativos da disposição para atuar na transposição da queixa inicial para a demanda efetiva subjacente. Assim, em vez de respostas diretas requerendo a execução da solicitação por parte das/os representadas/os, são encontradas ações mais demoradas de promoção de diálogo sobre o problema posto. Entende-se, portanto, que os espaços de diálogo constituem ferramentas democráticas significativas ao envolver as/os agentes implicadas/os no processo.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial. Educação inclusiva. Ministério Público. Políticas públicas"

PEDOTT, Larissa Gomes Ornelas. Possibilidades de construção de demandas sociais e indução de políticas públicas: análise de solicitações ao Ministério Público relativas ao direito das pessoas com deficiência à educação. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2019.

OBJETIVO: Analisar as solicitações referentes ao direito à educação do público-alvo da Educação Especial que chegam ao Grupo de Atuação Especial de Educação (Geduc) do Ministério Público (MP) do Estado de São Paulo, desde sua criação em 2011 até o final de 2017, a fim de depreender com que intuito, de que maneira e por quais setores da sociedade tal instância é acionada. ANO: 2014

06. RESUMO DISSERTAÇÃO

FAGLIARI, Solange Santana dos Santos. **A Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**: ajustes e tensões entre a política federal e a municipal. USP, 2012.

A perspectiva da construção de uma Educação inclusiva em nossa realidade brasileira acentuou-se a partir dos anos 90, em um contexto desencadeado por reformas significativas que envolveram a educação básica e, mais especificamente, o ensino fundamental, com vistas a responder ao desafio de promover uma educação para todos. Com a democratização do acesso, em meio a essa diversidade de alunos que necessita ser incluída nos sistemas de ensino, encontra-se o público-alvo da Educação Especial. Se desde o final da década de 1980 o locus prioritário de atendimento desse público tem sido, preferencialmente, a classe comum, identifica-se, a partir de 2008, uma série de diretrizes e documentos legais que anunciam e induzem que a classe comum seja o seu espaço de matrícula. O documento Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de educação inclusiva, publicado em 2008, preconiza o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, e foi reiterado em legislação posterior, regulamentadora do financiamento do atendimento educacional especializado. Diante do exposto, essa pesquisa investigou como o município de São Bernardo do Campo, em São Paulo, ajustou sua política local no período de 2009 a 2011 às diretrizes preconizadas pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como aos demais

documentos orientadores emanados do governo federal. Em 2009, o município passou a ser administrado por um prefeito pertencente ao mesmo partido do governo federal; além disso, destaca-se o fato de o município possuir, desde a década de 1950, uma trajetória no atendimento ao público-alvo da Educação Especial. Com o intuito de alcançar os propósitos deste estudo, optou-se por uma pesquisa qualitativa, por meio da análise de legislação, de documentos produzidos pela Secretaria de Educação e Seção de Educação Especial e de entrevistas com a equipe de orientação técnica e gestora municipal da Seção de Educação Especial. A análise dos dados considerou os documentos orientadores e legais do governo federal e o referencial teórico concernente a políticas públicas, Educação Especial e educação inclusiva. A partir de 2009, o município definiu que a política de atendimento ao público-alvo da Educação Especial seria implementada de acordo com as diretrizes e normas oriundas do governo federal. Identificou-se uma reversão significativa dos serviços que operavam em uma perspectiva substitutiva, embora ajustes não preconizados no âmbito federal tenham sido operacionalizados no plano local. O ponto de tensão entre a política federal e a local ocorreu em relação à educação de surdos, pois, além de ser ofertado o atendimento educacional especializado em uma perspectiva complementar da educação infantil à educação de jovens e adultos, manteve-se a escola especial que atua em uma perspectiva substitutiva. Concluímos que a implementação dessa decisão, ajustar a política local às diretrizes federais, demonstrou ser tarefa bastante complexa, sobretudo em um município com trajetória e histórico de investimento público em serviços educacionais especializados; até o término desta pesquisa, ainda não havia sido possível implantar totalmente o modelo preconizado pelo governo federal no plano local.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial. Educação inclusiva. Inclusão escolar. Política educacional

FAGLIARI, Solange Santana dos Santos. A Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva: ajustes e tensões entre a política federal e a municipal. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2012.

OBJETIVO: Investigar como o município de São Bernardo do Campo, em São Paulo, ajustou sua política local no período de 2009 a 2011 às diretrizes preconizadas pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como aos demais documentos orientadores emanados do Governo Federal. **ANO:** 2012.

07. RESUMO DISSERTAÇÃO

SOTERO, Mariana da Cunha. **Política de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Campinas no período de 2005 a 2012.** USP, 2014.

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, tem como objetivo analisar os princípios, finalidades e diretrizes da política de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, bem como seus pontos, contrapontos e ajustes às políticas federais na perspectiva inclusiva. Para cumprir este objetivo, compilamos dados de matrícula, legislação e documentos produzidos por esta Secretaria, de 2005 a 2012. A análise dos dados considerou os documentos orientadores e legislação federal, o referencial teórico concernente à regulação e análise de política pública, ao federalismo brasileiro e à Educação Especial. A pesquisa evidencia que na política municipal a dimensão quantitativa do direito à educação das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, que se refere ao seu acesso à classe comum, originou-se no bojo da proposta de integração escolar e de universalização da educação, instituída pela Constituição Federal de 1988. A dimensão qualitativa do direito à educação desse público, que diz respeito às formas e funções que o ensino deve assumir, foi introduzida timidamente na política municipal em 1991, com a instituição do apoio especializado do professor de Educação Especial na classe comum, e ganhou maior espaço, sobretudo a partir de 2010, com a proposta de reestruturação da escola para atender alunos com diferentes necessidades educacionais, sob a influência das diretrizes de Educação inclusivapreconizada como compromisso político do governo federal, particularmente na gestão presidencial que teve início em 2003. A pesquisa mostra também que a política de Educação Especial municipal foi se concretizando pela oferta de um espectro de serviços: o apoio pedagógico especializado em classe comum, o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar, o atendimento educacional hospitalar, o atendimento educacional domiciliar e o projeto escolas inclusivas bilíngues para surdos. Assim, o município de Campinas não é um ente federado apenas executor da opção política coordenada pelo governo federal que prioriza o atendimento educacional especializado em

Salas de recursos multifuncionais, mas tem exercido as suas possibilidades de autonomia para formular e implementar suas políticas educacionais, devido às suas boas condições financeiras, políticas e técnicas, oferecendo um conjunto de serviços com a intenção de se adequar às necessidades dos diversos sujeitos público-alvo da Educação Especial. Todavia, nas normativas da política municipal ainda há omissão sobre a definição dos referenciais de atuação da Educação Especial no tocante ao como e o que fazer com os alunos nestes serviços municipais. Além disso, a política educacional campineira mantinha a possibilidade legal de que a Educação Especial pudesse ser realizada no âmbito das instituições especializadas filantrópicas, inclusive mantinha convênio com 23 destas, quando da coleta de dados para esta pesquisa. Isso porque a coordenação, o equilíbrio e a transformação das proposições políticas de Educação Especial municipal são determinados por inúmeros e distintos interesses, estratégias e lógicas aquelas das pessoas com deficiência e de seus pais, de algumas instituições especializadas, de profissionais da educação, da gestão de cada governo e da coordenação federativa, resultando no hibridismo, que consiste na sobreposição ou combinação de diferentes lógicas na política pública de Educação Especial.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial. Educação inclusiva. Federalismo. Política educacional. Regulação.

SOTERO, Mariana da Cunha. Política de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Campinas no período de 2005 a 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014. Analisar os princípios, finalidades e diretrizes da política de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, bem como seus pontos, contrapontos e ajustes às políticas federais na perspectiva inclusiva. ANO: 2014

08. RESUMO DISSERTAÇÃO

SOTO, Ana Paula de Oliveira Moraes. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade** - proposição/implementação no município de Feira de Santana-BA. USP, 2011.

No Brasil, a partir dos anos de 1990, na esteira de conferências internacionais que visaram à proposição da universalização da educação básica nos países em desenvolvimento, acentua-se o debate sobre "educação para todos". Nesse período, foram desenvolvidas políticas na área da Educação Especial pautadas na perspectiva da educação inclusiva. Em 2003, o Ministério da Educação, por meio da então Secretaria de Educação Especial, lança o Programa Educação inclusiva: direito à diversidade com o fito de transformar os sistemas educacionais em "sistemas educacionais inclusivos". Buscando compreender como essas políticas são gestadas e implementadas, a presente pesquisa trouxe como objeto de estudo as políticas de Educação Especial no município de Feira de Santana-BA, sob a influência do referido programa, no período de 2003-2010, com o objetivo de analisar as suas implicações no âmbito da gestão das políticas de Educação Especial neste município. A investigação pautou-se na abordagem qualitativa, norteadas pela perspectiva de análise de políticas públicas. Para coleta de dados foram utilizadas a entrevista semiestruturada e a análise documental. A aplicação das entrevistas ocorreu também na Secretaria de Educação Especial, a fim de apreender as questões referentes à formulação da proposta. Participaram da pesquisa três representantes da esfera municipal e três representantes da esfera federal. Os dados foram analisados através de dois eixos principais: 1) A proposição da política - princípios e diretrizes; e 2) O município como espaço de implementação da política, à luz do referencial produzido por: Höfling (2001), Arretche (2001, 2003), Bueno (2007, 2008), Arelaro (2003), Shiroma; Moraes; Evangelista (2007), Oliveira (2007), Frigotto (2011), Garcia (2004, 2008, 2010), Jannuzzi (2004), Mazzotta (1982, 1996), Prieto (2002, 2006, 2009). Os dados achados indicam que uma dada política percorre um longo caminho entre o momento inicial - formulação - até a sua execução - implementação -, e nesse percurso são agregados diferentes elementos que vão interferir no seu andamento. Na análise da política em tela constatou-se que estabelecer o município como protagonista da política ratifica uma postura de desconcentração baseada na relação controle central/execução local, pois transfere para essa esfera a responsabilidade pela implementação sem transferir-lhe autonomia quanto às decisões. A constituição como polo provoca no município um envolvimento que o leva a incorporar os princípios e propostas do âmbito nacional à sua política local. Com este trabalho, acredita-se que contribuições importantes foram trazidas à análise de políticas que se referem à Educação Especial, favorecendo discussões na área e no planejamento dessas políticas.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial. Políticas públicas. Programa educação inclusiva: direito à

diversidade.

SOTO, Ana Paula de Oliveira Moraes. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade - proposição/implementação no município de Feira de Santana-BA. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011.

OBJETIVO: Analisar as suas implicações no âmbito da gestão das políticas de Educação Especial neste município. ANO: 2011.

09. RESUMO DISSERTAÇÃO

BENDINELLI, Rosanna Cláudia. **Redes de apoio e a política de inclusão escolar no município de São Paulo.** USP, 2012.

Nos últimos anos temos lido e ouvido com certa frequência que redes de apoio são importantes aos usuários de drogas, às mulheres grávidas de baixa renda, aos profissionais que trabalham com pacientes idosos, ao público-alvo da Educação Especial. Contudo, no âmbito da educação, pouco se sabe sobre o que são e como se efetivam redes de apoio, uma vez que essa discussão é ainda escassa em nosso país, principalmente na área da Educação Especial. Após revisão de literatura formalizamos, para fins deste trabalho, um sentido de redes de apoio compreendendo-o como a articulação de diversas instâncias públicas e privadas, que possuem interface com a Educação Especial, por meio da institucionalização de trabalho intersecretarial para planejamento, implantação e avaliação de políticas públicas em prol da inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Uma vez compreendido esse conceito, procedemos aos objetivos deste estudo que foram investigar as formas com que o município de São Paulo, por meio de suas diferentes secretarias, organiza atendimentos a esse público-alvo e averiguar se tais ações se constituíram como redes de apoio, segundo o sentido dado em nossa análise. Para tanto, esta pesquisa de caráter exploratório combinou alguns procedimentos afeitos à abordagem qualitativa tais como: análise de fontes documentais, com enfoque principal na legislação municipal de Educação Especial; levantamento de planos e programas das secretarias que possuem interface com essa modalidade; e de depoimentos colhidos com profissionais que atuam na Educação Especial no âmbito municipal. Os resultados evidenciaram que os documentos legais analisados das Secretarias Municipais da Saúde, Assistência Social e da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida estabeleciam ações articuladas com a educação. Localizamos também, algumas redes de apoio pontuais que atenderam uma parcela restrita da população, não garantindo a cobertura e acesso aos direitos sociais do público-alvo da Educação Especial como um todo, e outras mais estruturadas, por parte da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Concluímos também que este município vem tratando de fortalecer a política de atendimento complementar e suplementar de apoio ao processo de inclusão a esse alunado, por meio da regulamentação dos convênios com instituições privadas, ampliação de serviços, recrutamento e constituição de suas equipes, e pelo movimento percebido de formulação de políticas que fomentem ações intersetoriais e intersecretariais, embora constatem a necessidade de aprimorá-las bem como investimento em dispositivos para sua efetivação, que consolidem, dessa forma, aquilo que compreendemos como redes de apoio, de forma extensiva e não pontual.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial. Inclusão escolar. Município de São Paulo. Redes de apoio.

BENDINELLI, Rosanna Cláudia. **Redes de apoio e a política de inclusão escolar no município de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2012.

OBJETIVO: Investigar as formas com que o município de São Paulo, por meio de suas diferentes secretarias, organiza atendimentos a esse público-alvo e averiguar se tais ações se constituíram como redes de apoio, segundo o sentido dado em nossa análise. ANO: 2012

10. RESUMO DISSERTAÇÃO

DAVIDS, Claudine Esther Costa. **Trajetórias escolares de estudantes com deficiência física no município de São Paulo.** USP, 2014.

A presente pesquisa, de natureza qualitativa, incidiu sobre as trajetórias escolares de crianças e adolescentes com deficiência física que procuraram uma instituição filantrópica especializada, cuja matriz se localizava no município de São Paulo, de agosto de 2004 a julho de 2010, para uma

orientação sobre escolarização com a pesquisadora. Teve por objetivos: 1) identificar o perfil dos 194 sujeitos que foram orientados; e 2) resgatar, sistematizar e discutir as trajetórias escolares dos sujeitos que residiam no município de São Paulo por ocasião da orientação e que assim permaneciam em 2013, em termos de progressão escolar. Com aproximações de autores que adotam uma abordagem sociológica, os dados gerados e organizados foram discutidos à luz dos pressupostos emanados pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva (BRASIL, 2008a), dos documentos norteadores da Educação Especial vigentes em 2013 nas redes públicas de ensino estadual e municipal de São Paulo e de literatura concernente ao direito à educação. Os resultados indicaram, dentre outros aspectos, a existência de muitos casos de retenção, falta de acesso à escola, frequência em ano/série diferente daquele em que o aluno tinha sido matriculado, trocas de escola em busca de melhor atendimento, casos de promoção sem aprendizagem e escassez na oferta de atendimento educacional especializado. Não obstante, foram apreendidas informações sobre alguns avanços no processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiência física, por vezes, permitindo que concluíssem o ensino médio e tivessem acesso à educação superior. Espera-se que a pesquisa possa trazer contribuições para a discussão sobre a escolarização desses estudantes, bem como agregar elementos para o planejamento de políticas públicas e para lhes garantir melhor qualidade de ensino.

PALAVRAS CHAVES: Deficiência física – educação. Direito à educação. Educação Especial. Escola pública. Inclusão escolar. Trajetória – educação.

DAVIDS, Claudine Esther Costa. Trajetórias escolares de estudantes com deficiência física no município de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

OBJETIVOS: 1) identificar o perfil dos 194 sujeitos que foram orientados; e 2) resgatar, sistematizar e discutir as trajetórias escolares dos sujeitos que residiam no município de São Paulo por ocasião da orientação e que assim permaneciam em 2013, em termos de progressão escolar. ANO: 2014.

11. RESUMO DISSERTAÇÃO

MARTINS, Aline Toffoli. Inclusão de estudantes com diferenças funcionais: a construção de um currículo cultural da educação física no Cieja. USP, 2017.

O paradigma da inclusão é um tema que vem sendo sistematicamente debatido no âmbito da legislação educacional brasileira desde a década de 1990. Porém, após quase trinta anos de políticas públicas de incentivo à inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares, ainda nos deparamos com discursos que questionam sua legitimidade. Atualmente, a diretriz política educacional é a da inclusão escolar, muito embora a produção científica referente às experiências escolares, assim como as práticas administrativas e pedagógicas no chão da escola revelem que os valores da integração ainda permeiam o ideário educacional, indicando que há um descompasso entre as políticas públicas e as práticas educacionais. Entendemos que tais contradições, para serem compreendidas, implicam a reflexão sobre o lugar social das chamadas pessoas com deficiência aqui denominadas como pessoas com diferenças funcionais. Lugar social que supõe discussões sobre a produção da anormalidade, de corpos normofuncionais e dos processos educacionais. Por sua vez, a Educação Física tem sido concebida a partir de perspectivas historicamente fundamentadas em princípios elitistas, excludentes, classificatórios e monoculturais. Neira e Nunes (2009) têm discutido sobre o currículo cultural da Educação Física. O objetivo foi acompanhar a produção do currículo em ação de Educação Física, fundamentado nos princípios do currículo cultural do componente, a fim de compreender seus efeitos no processo de inclusão escolar de pessoas com diferenças funcionais em um Centro educacional integrado de jovens e adultos Cieja. O recorte estabelecido foi o da modalidade de Educação de jovens e adultos/as em uma escola da rede pública de ensino do município de São Paulo, em que acompanhamos, por um ano e meio, a professora de Educação Física, a professora da sala de recursos multifuncionais e seus/suas estudantes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, inspirada na etnografia. A experiência de campo constituiu-se a partir da observação participante das aulas de Educação Física, de entrevistas semidirigidas com docentes e de grupo focal com estudantes, sendo todo o material registrado em um diário de campo. Concluímos que o currículo cultural da Educação Física abre possibilidades educacionais junto ao segmento populacional em foco ao reconhecer as diferenças entre os/as estudantes, estabelecendo uma ética das práticas corporais como manifestações da cultura. Foi possível apreender uma experiência de ressignificação das

possibilidades de expressão e aprendizagem das pessoas com diferenças funcionais, em um paradigma que rompe com o capacitismo na Educação Física, posto que possibilitou o acolhimento dessa população de uma forma mais justa e alinhada a princípios democráticos. Entretanto, mesmo nesse campo teórico-prático, quando a discussão incide sobre as pessoas com diferenças funcionais, foram percebidos aspectos de ambiguidade, pois, em muitos momentos, há prejuízo de leituras de cunho social e cultural da realidade, com retomada de perspectivas de caráter orgânico. Na produção de conhecimento relativa aos Estudos Culturais, é incipiente o impacto da discussão sobre a produção social das diferenças funcionais, a organização desse grupo como movimento reivindicatório e as suas manifestações culturais. Nesse sentido, as teorias Crip apresentam-se como elementos fundamentais para fazer avançar os estudos comprometidos com a ruptura do ideário normofuncional de corpo.

PALAVRAS CHAVES: Currículo cultural. Deficiência. Educação Especial. Educação física. Estudos culturais. Inclusão.

MARTINS, Aline Toffoli. Inclusão de estudantes com diferenças funcionais: a construção de um currículo cultural da educação física no Cieja. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2017.

OBJETIVO: Acompanhar a produção do currículo em ação de Educação Física, fundamentado nos princípios do currículo cultural do componente, a fim de compreender seus efeitos no processo de inclusão escolar de pessoas com diferenças funcionais em um Centro educacional integrado de jovens e adultos Cieja. **ANO:** 2017.

12. RESUMO DISSERTAÇÃO

RAIMUNDO, Elaine Alves. *Avaliação externa e Educação Especial na rede municipal de ensino de São Paulo.* USP, 2013.

As avaliações externas foram concebidas, sobretudo após a década de 1990, como elemento estruturador das políticas e dos programas educacionais, além de serem apresentadas como o principal indicador de acompanhamento da qualidade da educação ofertada pelos sistemas de ensino. Com base nessa perspectiva, o propósito deste estudo foi analisar como vem se constituindo a participação do público-alvo da Educação Especial nessa modalidade avaliativa, tomando como referência a Prova São Paulo, criada pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo para produzir informações periódicas sobre o desempenho de seus alunos e, com isso, verificar quais os efeitos das políticas e dos programas educacionais adotados. Para cumprir com esse objetivo principal, desenvolvemos uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, em que se buscou resgatar as produções sobre o assunto abordado em âmbito nacional e internacional; a descrição e a análise da política de avaliação educacional do município de São Paulo, focalizando a participação do público-alvo da Educação Especial; verificar o envolvimento dos setores da Educação Especial e da avaliação educacional na proposição de provas que contemplassem as especificidades desses alunos; e averiguar quais os desdobramentos dessa política de avaliação na política de inclusão escolar paulistana. Como resultados, identificamos que os Estados Unidos da América, um dos países pioneiros na área da avaliação educacional, possui um campo político e de ações consolidadas no que se refere à participação do público-alvo da Educação Especial nas avaliações externas. No Brasil, existe na legislação orientações acerca da participação de todas as pessoas nas iniciativas governamentais relacionadas à educação, direito que deve ser extensivo aos processos avaliativos. Sobre a participação do público-alvo da Educação Especial na Prova São Paulo, observamos que a rede municipal de ensino em voga tem ofertado adaptações de conteúdo (nível de dificuldade, redução do número de questões, ajustes em algumas habilidades na área de Língua Portuguesa para os alunos surdos e em Matemática para os alunos cegos), adaptações de forma (prova em Libras, braille e com fonte ampliada) e os apoios especiais (ledor, escriba e guia-intérprete). O envolvimento entre as equipes da avaliação educacional e da Educação Especial foi considerado de extrema relevância para a ampliação do quadro de adaptações e apoios especiais ofertados. Em relação às mudanças sinalizadas, foi relatado que a participação do público-alvo da Educação Especial em processos avaliativos externos à escola tem gerado maior comprometimento de seus profissionais com o ensino dos conteúdos curriculares e que o desempenho obtido por esse alunado não é responsável pelas médias insatisfatórias das unidades educacionais, ideia muito difundida entre os sistemas de ensino. Assim, esperamos contribuir com a discussão acadêmica que circunda a temática acerca da participação do público-alvo da educação nas avaliações externas e em larga escala, uma questão que não pode ser

negligenciada por ambas as áreas tanto a avaliação educacional quanto a Educação Especial.

PALAVRAS CHAVES: Avaliação externa. Educação Especial. Município de São Paulo.

RAIMUNDO, Elaine Alves. Avaliação externa e Educação Especial na rede municipal de ensino de São Paulo. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

OBJETIVO: Analisar como vem se constituindo a participação do público-alvo da Educação Especial nessa modalidade avaliativa, tomando como referência a Prova São Paulo, criada pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo para produzir informações periódicas sobre o desempenho de seus alunos e, com isso, verificar quais os efeitos das políticas e dos programas educacionais adotados. **ANO:** 2013.

13. RESUMO DISSERTAÇÃO

RODRIGUES, Isabel de Barros. **(D) Efeitos da medicalização sobre a escolarização de crianças diagnosticadas com TEA.** USP, 2017.

A inclusão escolar e a nova realidade criada por ela na escola, por vezes, gera um mal-estar na equipe pedagógica, uma vez que há uma distância entre as clássicas prescrições pedagógicas e a realidade da sala de aula. A busca pela padronização dos comportamentos para direcionamento da prática pedagógica acaba, muitas vezes, por tornar desimportantes os parâmetros oferecidos pela própria relação entre professor e estudante. Entre a prática pedagógica e a prescrição médica, o encontro do professor com o aluno diagnosticado com transtorno do espectro autista (TEA) acaba sendo atravessado por saberes externos à relação educativa. A presente pesquisa tem o objetivo traçar um panorama do campo de estudos sobre a escolarização de estudantes diagnosticados com TEA, da organização da oferta e da sistematização do atendimento escolar, no contexto da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Para isso, refletimos sobre as políticas sociais de atenção à pessoa com autismo, os processos de medicalização e alguns discursos sobre o autismo. Vimos que o campo de estudos e ação na escolarização de pessoas com diagnóstico com TEA é marcado por concepções biomédicas. Como efeito disso, temos a coexistência de diferentes concepções sobre o que se nomeia autismo, sua etiologia e o que constitui o atendimento a esse público. Com a predominância da compreensão dos manuais de Psiquiatria, ofusca-se a existência de um campo interdisciplinar e multiprofissional, com diferentes compreensões sobre o tema, bem como a discussão sobre os saberes e experiências da Educação sobre a escolarização desse público. Nesse contexto, primeiramente analisamos a produção sobre a escolarização de crianças diagnosticadas com TEA no Brasil, a partir do estudo da publicação acadêmica sobre o tema, tendo como método uma análise bibliométrica do corpus de pesquisa e análise do conteúdo das teses, dissertações e artigos analisados. A partir disso, discutimos quais os sentidos do diagnóstico de TEA para o campo educacional e quais as perspectivas sobre a aprendizagem e escolarização das crianças assim diagnosticadas para os pesquisadores. Em seguida, realizamos entrevistas com duas professoras que trabalham ou trabalharam em salas comuns de escolas regulares e que partilham do princípio ético da Educação para Todos. Nas entrevistas tivemos o intuito de discutir as questões levantadas em nossa pesquisa bibliográfica a respeito dos aspectos da escolarização desse público. Concluímos que há a predominância de produções acadêmicas cujo foco é a interação social dos alunos com seus professores e colegas; tende-se a interpretações sobre as dificuldades dos professores no trabalho como falta de instrumental pedagógico; e permanece a clássica afirmação de que a interação ou a socialização são pré-condições para a aprendizagem. Por outro lado, as entrevistadas nos mostram a importância de não condicionar o trabalho educacional aos saberes biomédicos, atitude que possibilita que o trabalho tenha efeitos importantes na inclusão no grupo e na escolarização das crianças. Isso nos mostra que o saber biomédico e a especialidade clínica não são condicionais para o trabalho pedagógico do professor. Outrossim, a produção de espaços coletivos na escola que permitam o reconhecimento e o compartilhamento de dúvidas a respeito dos caminhos pedagógicos a serem percorridos é trazido à cena pelas entrevistadas como principal elemento necessário para a efetivação do processo de escolarização.

PALAVRAS CHAVES: Diagnóstico. Educação Especial. Inclusão escolar. Medicalização. Transtorno do espectro autista.

Rodrigues, Isabel de Barros. **(D)Efeitos da medicalização sobre a escolarização de crianças diagnosticadas com TEA,** Universidade de São Paulo, 2017.

OBJETIVOS: Traçar um panorama do campo de estudos sobre a escolarização de estudantes

diagnosticados com TEA, da organização da oferta e da sistematização do atendimento escolar, no contexto da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. ANO: 2017.

14. RESUMO DISSERTAÇÃO

LINO, Débora Maria de Paula. **O professor de Educação Especial frente às políticas públicas de educação inclusiva**: um estudo sobre identidade. PUC SP, 2008.

Este trabalho tem como objetivo compreender o processo de constituição da identidade de uma professora especialista em Educação Especial, que atua na Rede Pública Estadual, frente à atual política de educação inclusiva. Na primeira parte, procuramos retomar alguns aspectos da teoria de identidade na visão de Antonio da Costa Ciampa, sob o prisma da psicologia sócio-histórica. Na segunda parte do trabalho abordamos algumas questões sobre a Educação, enfocando a história da Educação Especial; as legislações sobre Educação Especial e inclusiva, com foco nas resoluções federais e estaduais; as políticas públicas de Educação Especial no Estado de São Paulo e a formação do professor especialista em Educação Especial. Os dados, coletados a partir de entrevista não diretiva, com abordagem na narrativa de história de vida, demonstram que a professora especialista entrevistada sofreu várias transformações durante seu caminhar como educadora, mas que ainda há um percurso a ser feito para que ela assuma novos papéis, capazes de contribuir para que a escola inclusiva aconteça efetivamente. É importante que se avance para além do discurso de concordância com a inclusão para uma ação efetivamente comprometida com esse processo.

PALAVRAS CHAVES: Identidade. Educação Especial. Inclusão. Escola Inclusiva. Professores de Educação Especial, Educação Especial. Educação inclusiva.

LINO, Débora Maria de Paula. **O professor de Educação Especial frente às políticas públicas de educação inclusiva**: um estudo sobre identidade. 2006. 67 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

OBJETIVO: compreender o processo de constituição da identidade de uma professora especialista em Educação Especial, que atua na Rede Pública Estadual, frente à atual política de educação inclusiva. ANO: 2008.

15. RESUMO DISSERTAÇÃO

TEIXEIRA, Agda Lovato. **O financiamento público da Educação Especial em Goiás – 2010 a 2013**. UFG, 2015.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o deslocamento de recursos via Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico e Valorização do Magistério (Fundeb) para a garantia do acesso e permanência do público alvo da Educação Especial do/no estado de Goiás entre os anos de 2010-2013. Este recorte temporal se justifica pelo fato de que foi este período que efetiva a totalização de impostos vinculados ao Fundeb, outrossim, à implantação da matrícula dupla-vis (homologada pelo Parecer nº 13 do Conselho Nacional da Educação (CNE) e Câmara da Educação Básica(CEB)/2009, que regulamentou o Decreto nº 6.571/2008 e a Resolução CNE/CEB nº 4/2009), que definiu o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em turno contrário ao da escolarização, como forma de garantir não apenas o acesso, mas a permanência do aluno na escola. Para alcançar o objetivo central desta pesquisa, torna-se necessário: analisar o processo de deslocamento de recursos via Fundeb e sua contribuição para o aumento do número de matrículas na Educação Especial em Goiás; observar se houve um processo de municipalização da Educação Especial no Estado; verificar se ocorreu um aumento do número de matrículas nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e se, nesse processo, aconteceu também o aumento da privatização da Educação Especial em Goiás. Metodologicamente, esta pesquisa se pauta na análise qualitativa/quantitativa, englobando revisão bibliográfica e pesquisa documental. De modo geral, indica-se que a política de fundos possibilitou o acesso à Educação Especial, intensificando o processo de municipalização das matrículas no estado de Goiás, efeito dos recursos recebidos pelos municípios na cesta do Fundeb. Verificou-se, ainda o aumento de matrículas no ensino fundamental (anos finais) e ensino médio, evidenciando a permanência do público alvo da Educação Especial no ensino básico. Assim, entende-se que se faz necessária a revisão/transparência em relação as etapas e modalidades da distribuição financeira do Fundeb e da política educacional do país para a adoção de padrão de equidade na colaboração entre os entes federados.

PALAVRAS CHAVES: Financiamento da Educação Especial, Políticas públicas. FUNDEB, Rede estadual de ensino – Goiás.

TEIXEIRA, A. L. O financiamento público da Educação Especial em Goiás – 2010 a 2013. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

OBJETIVO: Compreender o deslocamento de recursos via Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico e Valorização do Magistério (FUNDEB) para a garantia do acesso e permanência do público alvo da Educação Especial do/no estado de Goiás entre os anos de 2010-2013. ANO: 2015.

16. RESUMO DISSERTAÇÃO

LEITE, Michele de Mendonça. **Educação escolar da pessoa com deficiência e/ou necessidades especiais na escola de tempo integral.** UFG, 2017.

Este trabalho está inserido na linha de pesquisa Cultura e Processos Educacionais, que integra o Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás e contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás- FAPEG. O estudo em questão teve como objetivo compreender o projeto de educação integral (formação humana) para os alunos com deficiência e/ou necessidades especiais na escola de tempo integral, mais precisamente na Escola Municipal de Educação Integral Monteiro Lobato, na cidade de Aparecida de Goiânia – GO. Neste sentido, buscou identificar o que os marcos políticos legais e pedagógicos, que orientam o trabalho nas instituições de ensino de tempo integral afirmam com relação à Educação Especial em uma perspectiva Inclusiva; Compreender de que maneira vem sendo organizado o tempo escolar para a realização do atendimento educacional especializado, haja vista ocorrerem no contra turno escolar as atividades do Atendimento Educacional especializado (AEE) e as atividades curriculares da escola de tempo integral, concebendo que é função da escola socializar o conhecimento historicamente acumulado a todos; Apreender os sentidos e significados dos professores sobre ser docente nas escolas de tempo integral para os alunos público - alvo da Educação Especial. Ao realizar mapeamento, no banco de teses da CAPES, entendemos que existem poucos trabalhos no estado de Goiás que aborde esta temática, o que indicou a necessidade de ampliar as discussões sobre o ensino – aprendizagem destes alunos neste contexto da escola de tempo integral. Tendo como fio condutor o método em Marx, esta investigação se configurou como sendo bibliográfica – documental e de campo, cujo procedimento para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada gravada em áudio com professores da EMEI Monteiro Lobato, a fim de apreender os sentidos e significados dos professores sobre estas questões, bem como a observação, o que nos permitiu captar mais detalhadamente o contexto escolar e suas várias conexões. As análises dos dados obtidos tiveram como base os pressupostos teóricos – filosóficos da Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 2013) e da Psicologia Histórico – Cultural (VYGOTSKI, 1997). Os resultados obtidos desta pesquisa revelaram um projeto assistencialista para as pessoas com deficiência e /ou necessidades especiais que sobrepõe o pedagógico. Devido às condições precárias de trabalho, os professores acabam por negligenciar o público-alvo da Educação Especial, reforçando o fenômeno de inclusão excludente e/ou inclusão alienada.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial, Educação inclusiva, Escola em tempo integral, Política de educação integral, Atendimento educacional especializado.

LEITE, Michele de Mendonça. Educação escolar da pessoa com deficiência e/ou necessidades especiais na escola de tempo integral. 2017. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás - Goiânia, 2017.

OBJETIVO: Compreender o projeto de educação integral (formação humana) para os alunos com deficiência e/ou necessidades especiais na escola de tempo integral, mais precisamente na Escola Municipal de Educação Integral Monteiro Lobato, na cidade de Aparecida de Goiânia – GO. ANO: 2017.

17. RESUMO DISSERTAÇÃO

NASCIMENTO, Selma Soares do. **Educação Especial e inclusão escolar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.** UFG, 2019.

A Educação Especial, a partir do princípio da Inclusão, tem definido um público e diretrizes para a organização da sua oferta nos sistemas educacionais. Tendo isso em vista, desponta a seguinte questão: Como os municípios goianos organizam o atendimento do público-alvo da Educação Especial

na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental? A partir dessa indagação, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a oferta e organização da Educação Especial para estudantes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental em municípios goianos. Como objetivos específicos, procura-se: analisar as normativas políticas de Educação Especial e Inclusão escolar de municípios do estado de Goiás; descrever a organização e os serviços de Educação Especial ofertados para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental; e identificar os sujeitos envolvidos na Educação Especial, estudantes e profissionais. Foram definidos três municípios para compor a pesquisa, e o critério de seleção é que fossem todos da mesorregião Sul Goiano, um de grande, um de médio e outro de pequeno porte. De cada município, foram selecionadas duas escolas, uma de educação infantil e outra de anos iniciais do ensino fundamental, com sala de recursos multifuncionais em funcionamento. Como participantes, foram selecionados dois professores de cada escola, o de atendimento educacional especializado e o regente, além do profissional de apoio. Também participaram do estudo os gestores municipais, como os Coordenadores de Inclusão, Secretária de Educação, Diretora Pedagógica e Superintendente de Educação. Os procedimentos metodológicos realizados foram análise documental e entrevistas semiestruturadas com todos os participantes da investigação. Como resultado, esta pesquisa mostrou que há poucas diretrizes específicas para a Educação Especial nos sistemas de ensino dos municípios investigados, que fazem interpretações equivocadas e restritas em relação aos regulamentos nacionais. Constatou-se que não há diretrizes que definem o papel e atribuições dos profissionais que atuam nessa área, embora estas se constituam no contexto das práticas, das políticas ocultas, sejam nas secretarias ou nas escolas. Outro aspecto observado foi que, nas salas de recursos multifuncionais, o atendimento se centra no professor de atendimento educacional especializado, e há limites desse espaço funcionar no contraturno e em restringir o atendimento ao definido público-alvo da Educação Especial na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva (BRASIL, 2008). Em dois municípios há presença de Centros Multidisciplinares, que complementam o serviço ofertando atendimento com profissionais da área da saúde. Considerando o exposto, a pesquisa indicou a necessidade de formulação de políticas voltadas para a Educação Especial e Inclusão dos alunos com deficiência no âmbito municipal, bem como a relevância de serem definidos os papéis dos profissionais nela envolvidos.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial, Inclusão escolar, Educação infantil, Anos iniciais NASCIMENTO, Selma Soares do. Educação Especial e inclusão escolar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. 2019. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

OBJETIVOS: Analisar a oferta e organização da Educação Especial para estudantes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental em municípios goianos. Como objetivos específicos, procura-se: analisar as normativas políticas de Educação Especial e Inclusão escolar de municípios do estado de Goiás; descrever a organização e os serviços de Educação Especial ofertados para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental; e identificar os sujeitos envolvidos na Educação Especial, estudantes e profissionais. ANO: 2019.

18. RESUMO DISSERTAÇÃO

REZENDE, Aparecida Maira de Mendonça. Escola Inclusiva na Rede Estadual de Ensino no Município de Rio Verde/GO. UFG, 2008.

Através da linha de pesquisa Formação e Profissionalização Docente, e, por meio do trabalho intitulado Escola Inclusiva na Rede Estadual de Ensino no Município de Rio Verde/GO, buscamos compreender a Proposta de Inclusão Escolar no referido município, apreendendo como as escolas se organizam e estruturam o ensino para o atendimento de seus alunos que possuem deficiência e asseguram aos mesmos as condições necessárias para uma educação de qualidade. Para tanto, retomamos a trajetória histórica da Educação Especial e Educação inclusiva a partir da Europa e dos Estados Unidos, os quais influenciaram as ações voltadas para o atendimento de pessoas com deficiência no Brasil, a partir da década de 1960, quando de sua inserção nas políticas públicas. Retomamos também a trajetória histórica da Educação Especial e Inclusiva em Goiás e no município de Rio Verde. O nosso olhar se deu a partir da perspectiva dos gestores da SRE, diretores, coordenadores pedagógicos e professores de 04 escolas do ensino regular, denominadas Escolas Inclusivas, dentre as quais uma é considerada Escola de Referência, por ser pioneira em inclusão no

referido Município. O trabalho realizado teve como referência a investigação qualitativa de abordagem descritivo reflexiva. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados, de forma concomitante, entrevistas semi estruturadas (com os gestores da SRE/Rio Verde, Diretores, Coordenadores Pedagógicos e Professores) análise de documentos primários e secundários (tais como, Leis, Portarias, Decretos e Resoluções que norteiam as diretrizes para a Educação inclusiva Nacional, Estadual e Municipal e o Projeto Político-Pedagógico dessas escolas) bem como informações resultantes de encontros não programados nas escolas. As análises realizadas tiveram como base os referenciais teóricos de Vygotsky, Stainback & Stainback, Mantoan, Sasaki e Almeida, dentre outros, que possibilitaram maiores conhecimentos no campo da realidade da Escola Inclusiva e dos aspectos relativos à pessoa com deficiência nas suas múltiplas relações com os indivíduos normais, no contexto da escola regular. Ao final, foram tecidas algumas reflexões que entendemos como contribuições importantes para a melhoria do processo escolar inclusivo que está sendo operacionalizado no município pesquisado.

PALAVRAS CHAVES: Escola inclusiva, Educação Especial, deficiência políticas públicas, 1. Educação inclusiva Rio Verde (GO) 2. Educação Especial Política e educação 3. Políticas públicas Deficiência.

REZENDE, Aparecida Maira de Mendonça. The inclusive school in state schools in Rio Verde GO. 2008. 26 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

OBJETIVO: Compreender a Proposta de Inclusão Escolar no referido município, apreendendo como as escolas se organizam e estruturam o ensino para o atendimento de seus alunos que possuem deficiência e asseguram aos mesmos as condições necessárias para uma educação de qualidade. ANO: 2008.

19. RESUMO DISSERTAÇÃO

SILVEIRA, Sirlane Vicente de Sousa. **Das políticas de inclusão escolar aos projetos políticos pedagógicos da rede comum pública de ensino de Jataí-GO.** UFG, 2017.

A década de 1990 representa no Brasil um avanço no caminho de uma Educação Inclusiva. Nosso país reafirma o direito de as pessoas com deficiências terem acesso ao ensino comum, por meio de princípios inclusivos presentes em legislações e declarações, as quais o Brasil instituiu ou é signatário. Diante das determinações legais, esta pesquisa tem por objetivo analisar os planejamentos escolares, tendo em vista compreender o que muda e o que não muda frente às políticas de Educação Especial (E.E) na perspectiva da Educação inclusiva (E.I), a partir dos PPP, para as pessoas com deficiência, nas escolas públicas de ensino comum do município de Jataí-GO, considerando os determinantes teórico-filosóficos, históricos e políticos. Na busca por investigar como as escolas estão se organizando, no que concerne aos preceitos estabelecidos legalmente, realizamos uma análise nos documentos internacionais: Declaração Mundial de Educação para Todos, de Jomtien (1990), Declaração de Salamanca, Salamanca/Espanha (1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em Nova Iorque, em 30 de Março de 2007; documentos nacionais - Lei nº 9.394/96, que instituiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; Documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva (BRASIL, 2008); Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024; documentos estaduais - Programa Estadual para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva no Estado de Goiás; Resolução CEE nº 07 de dezembro de 2006 e Plano Estadual de Educação de 2008/2017 e no âmbito municipal o Plano Municipal de Educação (PME) 2015/2025 e os Projetos Político-Pedagógicos das escolas no ano de 2015. Foi possível perceber, por meio da pesquisa realizada, que as políticas públicas de inclusão educacional, ainda que apresentem contradições e dicotomias, já trazem como algo definitivo o direito de todos estarem na escola comum; contudo, ainda apresentam aspectos pontuais que merecem reflexões, como: a concepção de deficiência presente nesses documentos; a teoria pedagógica que os ampara e a importância dada à formação de professores. Com relação aos Projetos Político-Pedagógicos, suas informações foram examinadas segundo categorias analíticas, quais sejam: concepções, fundamentos, questões estruturais e de funcionamento e ação pedagógica. Os resultados da investigação realizada nos PPP de 60% das escolas municipais públicas de Jataí demonstram que, em nível documental, a

inclusão escolar nas unidades escolares municipais de Jataí ainda não é uma realidade, pois, nos documentos, todas as escolas se dizem inclusivas, contudo, praticamente não há em seus registros reflexões, orientações e adaptações previstas para que tal intento aconteça. Pode-se perceber em suas propostas que há uma lacuna entre o que se defende em legislações e o que é efetivamente praticado no cotidiano das escolas, conforme análise dos Projetos Político-Pedagógicos. Entretanto, apesar de ainda ser um longo caminho entre o que prevê a legislação e a materialização da inclusão nas escolas do município de Jataí, podemos perceber avanços e algumas ações pontuais na busca dessa escola para todos.

PALAVRAS CHAVES: Educação inclusiva, Deficiência, Projeto político-pedagógico.

SILVEIRA, Sirlane V. S. Das políticas de inclusão escolar aos projetos políticos pedagógicos da rede comum pública de ensino de Jataí-GO. 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2017.

OBJETIVO: Analisar os planejamentos escolares, tendo em vista compreender o que muda e o que não muda frente às políticas de Educação Especial (E.E) na perspectiva da Educação inclusiva(E.I), a partir dos PPP, para as pessoas com deficiência, nas escolas públicas de ensino comum do município de Jataí-GO, considerando os determinantes teórico-filosóficos, históricos e políticos. ANO: 2017.

20. RESUMO DISSERTAÇÃO

TARTUCI, Tânia Maria. Ingresso e permanência de alunos com deficiência na UFG/Campus Catalão. UFG, 2014.

A presente dissertação buscou entender como tem se dado o ingresso e a permanência de alunos com deficiência no ensino superior, especificamente, em cursos de graduação, na modalidade presencial, do Campus Catalão/UFG, partindo da análise das políticas de inclusão implementadas na instituição. O recorte temporal abarcou o período compreendido entre os anos de 2003 a 2012, tendo em vista que em 2003 é publicada a Portaria Ministerial 3.284/2003, dispoendo sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência para instruir processos de autorização, reconhecimento de cursos e instituições de ensino superior, bem como, para renovação daqueles já existentes. Junte-se a esse fato relevante, que no mesmo ano, tem início o processo de expansão das IFES, que visa, dentre outros objetivos, ampliar o acesso à universidade e promover a inclusão social. A pesquisa de caráter qualitativo teve como objetivo geral, analisar políticas de inclusão de alunos com deficiência implementadas na UFG. Buscou através de seus objetivos específicos, identificar as diretrizes que regulamentam a inclusão de alunos com deficiência na UFG, descrever as políticas implementadas para garantir o acesso e a permanência de alunos com deficiência no campus da UFG em Catalão e compreender os avanços e dificuldades da inclusão no referido campus. O critério metodológico adotado foi de pesquisa documental, uma vez que buscou analisar documentos sobre a temática, encontrados no campus em estudo. De maneira complementar, realizou entrevistas semiestruturadas, com docentes da instituição. A fim de diagnosticar a acessibilidade das rotas utilizadas pela comunidade e nos principais prédios ali existentes, serviu-se da aplicação de um protocolo de acessibilidade física. O corpus da análise documental foi constituído por editais de vestibulares, manuais do candidato, guias do estudante e documentos institucionais encontrados em arquivo. Os dados coletados, referentes a alunos com deficiência, foram recolhidos e organizados em categorias, tendo como base elementos de análise de conteúdo. Os resultados apurados indicaram a ausência de acessibilidade pedagógica capaz de atender às especificidades apresentadas por esse alunado; pouca acessibilidade física; acessibilidade atitudinal não condizente à realidade requerida pela inclusão. O desconhecimento, por parte dos professores, de como deve ser sua prática em sala de aula com os alunos com deficiência e a necessidade de criação de um setor de apoio à inclusão, com suporte a discentes, a docentes e demais servidores da instituição, também ficaram visíveis no estudo. A aplicação do protocolo de acessibilidade forneceu dados reais sobre elementos de acessibilidade física carentes de atenção, de modo a serem adequados às necessidades do novo alunado da universidade.

PALAVRAS CHAVES: Inclusão. Alunos com deficiência. Ensino superior. Educação Especial.

TARTUCI, Tânia Maria. Ingresso e permanência de alunos com deficiência na UFG/Campus Catalão. 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014.

OBJETIVO: Entender como tem se dado o ingresso e a permanência de alunos com deficiência no ensino superior, especificamente, em cursos de graduação, na modalidade presencial, do Campus

Catalão/UFG, partindo da análise das políticas de inclusão implementadas na instituição. ANO: 2014.

21. RESUMO DISSERTAÇÃO

LIMA, Eunice Tavares Silveira. **Política de Inclusão: um estudo na rede pública de educação em Jataí-Goiás**. PUC GO, 2014.

Este trabalho tem como objeto de estudo a educação inclusiva. Buscando a construção deste objeto foi traçado o seguinte objetivo geral: analisar a política educacional como política voltada para o processo de inclusão de alunos com deficiência em escolas públicas do sistema estadual e municipal da cidade de Jataí-Goiás. Particularmente, a pesquisa focou a política voltada para os deficientes intelectuais do município mencionado, visando responder ao seguinte problema de pesquisa: qual é a realidade da Educação inclusiva para os alunos com deficiência intelectual em escolas públicas do ensino básico dos sistemas estadual e municipal, no município de Jataí-Goiás? Para tanto, retomou o processo histórico da Educação Especial que desencadeou a elaboração das políticas públicas de inclusão atuais. A análise feita se deu a partir da perspectiva dos alunos, de seus familiares, do professor regente da sala, do professor de apoio e dos coordenadores de quatro escolas inclusivas do ensino regular: duas estaduais e duas municipais, todas situadas na zona urbana de Jataí e que atendem maior número de alunos com deficiência. A pesquisa buscou aproximação com o método materialista histórico dialético, desenvolvendo uma investigação quanti-qualitativa. Para interpretar os dados, utilizou-se da análise de conteúdo. Para obtê-los foram usadas fontes secundárias existentes sobre o tema; documentos (leis, portarias, decretos, e resoluções); questionários para coleta de dados singulares a cada grupo de sujeitos participantes da pesquisa. Utilizou-se ainda de dados coletados em visitas não programadas às escolas investigadas. Os estudos que forneceram fundamentos para as análises e sua organização foram, basicamente, os de: Jannuzzi (2012); Bueno (1999); Mittler (2003); Sasaki (2002); Karagiannis; Stainback e Stainback (1999); Krynski (1969); Assumpção Junior e Sprovieri (2000); Bardin (1977) e Sarup (1980), dentre outros. Os resultados da pesquisa evidenciaram que a inclusão educacional das pessoas com deficiência intelectual no município de Jataí-GO ainda não se consolidou de forma satisfatória, carecendo, além de outros fatores, de investimentos destinados à formação e qualificação docente; da valorização do profissional da educação, e da superação de valores e atitudes de muitos em relação às pessoas com deficiência.

PALAVRAS CHAVES: Educação Inclusiva. Políticas Públicas. Rede Pública de Educação. Deficiência Intelectual. Educação inclusiva em Jataí-Goiás.

LIMA, Eunice Tavares Silveira. **INCLUSION POLICY: a study in Jataí-Goiás public education system**. 2014. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2014.

OBJETIVO: Analisar a política educacional como política voltada para o processo de inclusão de alunos com deficiência em escolas públicas do sistema estadual e municipal da cidade de Jataí-Goiás. ANO: 2014.

22. RESUMO TESE

ROCHA, Leonor Paniago. **Políticas educacionais de inclusão escolar das pessoas com deficiência em periódico científico brasileiro (2008-2012)**. PUC GO, 2014.

A presente tese apresenta os estudos realizados no projeto de pesquisa intitulado As políticas educacionais de inclusão escolar das pessoas com deficiência em periódico científico brasileiro (2008-2012), realizado no Programa de Pós Graduação - Doutorado em Educação, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Teve por objetivo refletir sobre as políticas educacionais para as pessoas com deficiência, a partir da análise de artigos científicos publicados em um periódico nacional, entre os anos de 2008 a 2012. O presente estudo se constitui em uma pesquisa realizada com base no método materialista histórico dialético, numa abordagem qualitativa, teórico-bibliográfica, na modalidade Estado do Conhecimento. Seu objetivo foi realizar o mapeamento e a meta-análise da produção sobre políticas educacionais de inclusão escolar da pessoa com deficiência, que consta na Revista de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria - RS. Este estudo permitiu conhecer os temas mais discutidos por essa revista nesse período; os pesquisadores que mais contribuíram nessas discussões; a origem desses pesquisadores; os teóricos que fundamentaram seus estudos; os tipos de textos e de pesquisas realizadas; as temáticas mais estudadas e os principais

resultados encontrados. O referencial teórico-metodológico, para realizar a análise de conteúdos dos artigos selecionados, ancorou-se em: Bardin (2009), Brzezinsk (2006), Bueno (2006), Mendes (2006), dentre outros. No conjunto de artigos que tratam da inclusão escolar das pessoas com deficiência, independente do enfoque dado por esses, foram as leis, as ações do governo, a formação dos professores, o estranhamento, o assistencialismo e as avaliações que se sobressaíram às discussões e fizeram emergir as categorias: inclusão escolar e políticas educacionais. Nessa primeira categoria encontram-se os fatores intervenientes no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência tais como: a falta de acessibilidade, as representações docentes e a formação de professores. Na segunda, estão as leis, decretos, políticas educacionais e ações governamentais que também intervêm no processo de inclusão escolar desses alunos. O estudo permitiu inferir que o principal problema da inclusão escolar das pessoas com deficiência centra-se no fato de que o País não possui um sistema nacional de educação que agregue as políticas educacionais, os programas e as ações governamentais, que dê conta de consolidar a educação como direito social, a democratização da gestão, o acesso e a garantia da permanência de crianças, jovens e adultos nas instituições de ensino brasileiras e o respeito à diversidade. Concluiu-se que não há inclusão escolar da pessoa com deficiência porque não se tem uma sociedade inclusiva, porque o modo de produção da vida material exclui parte da população dos bens produzidos socialmente e a educação é um desses bens.

PALAVRAS CHAVES: Políticas Educacionais. Inclusão Escolar. Estado do Conhecimento"

ROCHA, Leonor Paniago. Políticas Educacionais de Inclusão Escolar das Pessoas com Deficiência em Periódico Científico Brasileiro (2008-2012). 2014. 189 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2014.

OBJETIVO: Refletir sobre as políticas educacionais para as pessoas com deficiência, a partir da análise de artigos científicos publicados em um periódico nacional, entre os anos de 2008 a 2012. **ANO:** 2014.

23. RESUMO TESE

LEHMKUHL, Márcia de Souza. **A reconfiguração da federação nacional das apaes (fenapaes) no estabelecimento da relação entre público e privado nas Políticas de Educação Especial (1974/2016)**. PUC SP, 2018.

Este estudo objetivou investigar a trajetória da relação entre público e privado na área da Educação Especial no Brasil por meio dos discursos produzidos pela Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes) no período de 1974 a 2016. Justificamos este estudo por entendermos que a Fenapaes foi constituindo, ao longo do tempo, uma das maiores redes institucionais do país, congregando mais de 2.000 mil unidades das Apaes espalhadas por todo o território nacional. Para desenvolvermos tal análise, utilizamos como fonte principal os discursos publicados pela revista Mensagem da Apae, órgão oficial de divulgação da Fenapaes, no período de 1974 a 2016, e como fontes subsidiárias outros documentos da Federação, bem como legislações e documentos oficiais. Os fundamentos na abordagem do materialismo histórico-dialético basearam esta pesquisa, especificamente as contribuições de Gramsci (1968, 1978, 2001, 2014) com referência às categorias Estado Unitário (Integral), sociedade civil, hegemonia, aparelhos privados de hegemonia, partido e intelectual orgânico. Para as análises das revistas buscamos as contribuições de Cruz e Peixoto (2007). As análises na área da Educação Especial se apoiaram nos estudos de Jannuzzi (1985, 2004, 2006), Bueno (1993, 2004, 2011), Jannuzzi e Caiado (2013), Rafante (2006, 2011, 2015) e Silva (1995). Para analisarmos a relação entre público e privado, buscamos as contribuições de Fontes (2006, 2010, 2017), Peroni (2003, 2008, 2009) e Montañó (2008, 2010, 2014). A partir das categorias referenciadas e de sua relação com o material empírico, elegemos três eixos de análise: filantropia, financiamento e organização da Fenapaes, que constituíram os capítulos da tese. O estudo apontou que a filantropia e a caridade são princípios que nortearam a área da Educação Especial no período investigado, inclusive no que diz respeito às proposições políticas de Educação inclusivae à permanência do financiamento, pelo poder público, das instituições privado-filantrópicas das Apaes, que conquistaram hegemonia na oferta de atendimento educacional especializado, como prestadoras de serviços. Nesse processo, a Fenapaes foi assumindo o protagonismo político e administrativo de todas as unidades das Apaes e se ajustando aos encaminhamentos políticos neoliberais, expressados por uma política de privatização e de publicização que transferiu parte das obrigações do Estado no campo social para o setor privado do “terceiro setor”. Esse protagonismo crescente confirmou a hipótese de que o movimento das Apaes,

coordenado por sua Federação Nacional e inicialmente marcado pela defesa dos direitos das pessoas com deficiência, foi construindo, ao longo do tempo, um sistema educacional privado-filantrópico que se caracterizou não somente pela busca e consecução de subsídios para sua manutenção, mas também por sua constituição como parte integrante e fundamental das políticas nacionais de Educação Especial.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial. Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Brasil). Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Educação e Estado.

LEHMKUHL, Márcia de Souza. A reconfiguração da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) no estabelecimento da relação entre público e privado nas políticas de Educação Especial (1974/2016). 2018. 173 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

OBJETIVO: Investigar a trajetória da relação entre público e privado na área da Educação Especial no Brasil por meio dos discursos produzidos pela Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes) no período de 1974 a 2016. ANO: 2018.

24. RESUMO TESE

MARINHO, Maria Francisca Braga. **Inclusão de crianças com deficiências nos primeiros anos do Ensino Fundamental em escola pública:** dificuldades apontadas por professores. PUC SP, 2018.

A inclusão de crianças com deficiência na escola pública, tanto por parte das políticas públicas quanto das práticas educativas, não pode ser algo que aconteça por acaso. O Brasil tem uma dívida grande com os alunos público alvo da Educação Especial. O problema de pesquisa consiste em identificar os desafios que os professores enfrentam no contexto das políticas de inclusão de crianças com deficiências para sua escolarização, nos 2º, 3º e 4º anos do ensino fundamental I - 1º e 2º ciclos. Para tanto, adota-se como objetivo geral da presente tese investigar os desafios que o professor enfrenta no contexto das políticas de inclusão de crianças com deficiências, nos primeiros anos do ensino fundamental em escola pública, bem como os seguintes objetivos específicos: averiguar se as políticas educacionais correspondem às prerrogativas das políticas de inclusão escolar de crianças com deficiências nos 2º, 3º e 4º anos do ensino fundamental I - 1º e 2º ciclos; compreender como ocorre atualmente a inclusão educacional e a escolarização de crianças com deficiências e discutir os caminhos que a Educação inclusiva escolar propõe atualmente para a criança com deficiência na escola pública, levando em consideração as dificuldades encontradas. O lócus da pesquisa é uma escola municipal paulista. O estudo apoia-se em autores que reforçam a ideia que a inclusão é para todos os estudantes, independente de suas limitações. Foram entrevistados seis professores que atuam com crianças com deficiências. Traçou-se um panorama da Pesquisa valendo-se dos estudos de Nóvoa (2007), Severino (2016), Szymanski (2014), Canário (1998), Franco (2008), Bardin (2016), Ronca (2015) e outros autores que nos direcionaram teoricamente. O referencial que orienta metodologicamente este estudo apresenta-se por meio de entrevista semiestruturada, análise de conteúdo e categorização dos dados. Durante as discussões tratou-se de temas vivenciados por professores no cotidiano escolar da criança com deficiência. Evidenciou-se que os enfrentamentos para a inclusão educacional da criança com deficiência sem condições a uma escolarização de qualidade é ainda um grande problema. Conforme as respostas dos sujeitos entrevistados, percebe-se que o tema Educação Especial/Inclusão foi abordado muito pouco e de forma superficial em suas formações, não contemplando especificamente assuntos referentes à Educação Especial/inclusiva. A ausência de informações em relação ao tema proposto fere as normas vigentes do respeito à diversidade. Muitos alunos com deficiência são matriculados na rede pública por iniciativa dos pais. Para que a escola possa dar resposta a todos os alunos é necessária mudança de princípios, práticas, estruturas colaborativas e de apoio entre todos os envolvidos no processo da inclusão escolar. É preciso qualificação profissional, acessibilidade, estrutura física, recursos pedagógicos, respeito às diferenças individuais, acesso ao ensino público de qualidade, igual e para todos.

PALAVRAS CHAVES: Educação inclusiva Escolar. Educação Especial. Desafios.

MARINHO, Maria Francisca Braga. **Inclusão de crianças com deficiências nos primeiros anos do Ensino Fundamental em escola pública:** dificuldades apontadas por professores. 2018. 214 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

OBJETIVOS: Investigar os desafios que o professor enfrenta no contexto das políticas de inclusão de crianças com deficiências, nos primeiros anos do ensino fundamental em escola pública, bem como os seguintes objetivos específicos: averiguar se as políticas educacionais correspondem às prerrogativas das políticas de inclusão escolar de crianças com deficiências nos 2º, 3º e 4º anos do ensino fundamental I - 1º e 2º ciclos; compreender como ocorre atualmente a inclusão educacional e a escolarização de crianças com deficiências e discutir os caminhos que a Educação inclusiva escolar propõe atualmente para a criança com deficiência na escola pública, levando em consideração as dificuldades encontradas. ANO: 2018.

25. RESUMO TESE

SILVA, Shirley. **Educação Especial:** um esboço da política pública. USP SP, 2000.

Este trabalho apresenta uma discussão acerca da crise pela qual passa a Educação Especial. Esta crise está presente tanto no interior desta área, nas formas que vêm discutindo o especial, como na configuração que esta política pública tem se apresentado no país. O caráter privado do atendimento da Educação Especial no Brasil e a terceirização dos serviços por parte do poder público, apontam que a política de inclusão e a escola para todos estão longe de serem concretizadas para as pessoas especiais. A pesquisa de campo realizada no município de Campinas, particularmente com a Secretaria Municipal de Educação e com instituições privadas sem fins lucrativos de Educação Especial reafirma o cenário nacional através da opção política, por parte do poder público, da transferência da responsabilidade da Educação Especial às instituições privadas sem fins lucrativos.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial. Inclusão. Políticas públicas.

SILVA, Shirley. Educação Especial: um esboço da política pública. São Paulo, 2000.

OBJETIVO: Apresentar uma discussão acerca da crise pela qual passa a Educação Especial. Esta crise está presente tanto no interior desta área, nas formas que vêm discutindo o especial, como na configuração que esta política pública tem se apresentado no país. ANO: 2000.

26. RESUMO DISSERTAÇÃO

FLORO, Lisiane Fonseca Diego. **Inclusão escolar, sala de recursos multifuncionais e currículo:** tecendo aproximações. USP, 2016.

A sala de recurso multifuncional (SRM) é o serviço designado para desenvolver o atendimento educacional especializado, com vistas a prover apoio em caráter complementar ou suplementar, no contraturno, aos alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação (AH/SD), matriculados/as na classe comum. Utilizando-se de referenciais teóricos do currículo, que compreendem a escola como um espaço dotado de significados, que sofre influências sociais, culturais, políticas, ideológicas etc., em um processo dinâmico que perpassa prescrições ditadas pelo Estado, produções didáticas e as relações dos sujeitos (FORQUIN, 1993; LOPES, 2002; YOUNG, 2007; GIMENO SACRISTÁN, 2000) questiona-se: existem orientações curriculares previstas para o trabalho pedagógico nas SRM? Que interfaces existem entre o currículo da classe comum e o que é desenvolvido nas SRM? Quais conhecimentos são priorizados nessas salas? Desse modo, estabeleceu-se como objetivo de pesquisa investigar as orientações curriculares para o atendimento educacional especializado, nas SRM, a partir da análise da política de Educação Especial de um município paulista, a saber, a cidade de Franca/SP. Para tanto, a abordagem qualitativa foi a opção adotada, com o uso de um conjunto de técnicas: levantamento e análise documental (legislação nacional, referenciais curriculares nacionais e municipais, projetos políticos-pedagógicos e planos de aulas das SRM); entrevistas semiestruturadas com cinco professoras especializadas das SRM, de três escolas municipais; e observação in loco das práticas das mesmas profissionais, utilizando como forma de registro, caderno de campo. Dentre os resultados da pesquisa, identificou-se que Franca produziu, em 2008, um referencial curricular que contempla aspectos da educação desse alunado, subsidiado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais Adaptações curriculares, estratégias para a educação do aluno com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1999), mas, pouco se faz uso do documento municipal nas práticas na SRM. Nesse serviço de Educação Especial, prevalecia o uso da Coleção A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar (BRASIL, 2010), que fundamentava um trabalho com materiais concretos e simbólicos e o aprendizado de linguagem, códigos e recursos tecnológicos para garantir a comunicação e o acesso ao currículo da classe comum. E, em meio às práticas que priorizavam atividades de leitura e escrita, poucos foram os registros e

questionamentos sobre quais conteúdos deveriam ou não ser contemplados, em relação ao estabelecido no referencial municipal para a idade/série dos alunos, o que pode vir a justificar atividades de diferenciação e/ou minimização de conteúdos.

PALAVRAS CHAVES: Atendimento educacional especializado. Currículo. Inclusão escolar. Sala de recursos.

FLORO, Lisiane Fonseca Diego. Inclusão escolar, sala de recursos multifuncionais e currículo: tecendo aproximações. São Paulo, 2016.

OBJETIVO: Investigar as orientações curriculares para o atendimento educacional especializado, nas SRM, a partir da análise da política de Educação Especial de um município paulista, a saber, a cidade de Franca/SP. ANO: 2016.

27. RESUMO TESE

VIZIM, Marli. Avanços e impasses nas políticas públicas de inclusão: o centro de atenção à inclusão social de Diadema. USP, 2009.

A pesquisa apresenta uma análise sobre as Políticas Públicas de Inclusão em Diadema, focalizadas nas pessoas com necessidades educacionais especiais, que estão incluídas nas escolas regulares. Para analisar as ações implantadas nas três Gestões estudadas, abrangendo o período de 1993 a 2004, a atuação dos professores especializados do Centro de Atenção à Inclusão Social foi relevante. Nos procedimentos metodológicos, optou-se pela pesquisa qualitativa, envolvendo a análise dos documentos oficiais e as entrevistas dos professores especializados, embasadas nos marcos teóricos da gestão democrática, da inclusão, da formação docente e do projeto político-pedagógico emancipador. Uma das hipóteses do trabalho era que a opção por uma escola inclusiva impõe desafios na superação da dicotomia entre a Educação Especial e Comum, não limitada à implantação de serviços de apoio, necessários, porém insuficientes. Diante das desigualdades sociais, ocultadas sob o discurso da igualdade e da diferença, a educação para todos revela-se de forma multifacetada. Abordar os avanços e os impasses na construção da escola de todos e para todos possibilitou rever o papel dos serviços de apoio especializado na construção dos parceiros necessários para atender à demanda dos alunos com NEE. Essa articulação efetivamente é sustentada na democratização da gestão, na ruptura das barreiras do trabalho coletivo, que precisa garantir a superação das práticas fragmentadas e descontextualizadas, resultantes do modelo clínico, historicamente presente na Educação Especial, mesmo numa cidade de vanguarda como Diadema.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial. Gestão democrática. Inclusão social. Professor especializado. Projeto político-pedagógico.

VIZIM, Marli. Avanços e impasses nas políticas públicas de inclusão: o centro de atenção à inclusão social de Diadema. Marli Vizim; orientação Lisete Regina Gomes Arelaro. São Paulo: s.n., 2009.

OBJETIVO: Apresentar uma análise sobre as Políticas Públicas de Inclusão em Diadema, focalizadas nas pessoas com necessidades educacionais especiais, que estão incluídas nas escolas regulares. ANO: 2009.